

**Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas Seniores da Primeira Série do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II**



CNPJ n.º 08.627.992/0001-93

no montante de

R\$100.000.000,00

Classificação de Risco (Cotas Seniores da Primeira Série) – Standard & Poor's: brAAF
Código ISIN Cotas Seniores: BRPRBDCTF002; Código ISIN Cotas Subordinadas: BRPRBDCTF010
Registro CVM n.º CVM/SER/RFD/2007/010.

Primeira emissão, pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II ("Fundo"), para distribuição pública, de 10.000 cotas seniores da primeira série ("Cotas Seniores"), com valor inicial de R\$10.000,00 por cota, perfazendo o valor total de R\$100.000.000,00 ("Oferta").

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores será equivalente a 128,21% ("Razão Mínima").

As cotas subordinadas serão subscritas pelo Paraná Banco S.A., cedente de direitos creditórios ao Fundo ("Cedente") ou respectivas partes relacionadas, conforme definido no Regulamento, de forma a atender à Razão Mínima ("Cotas Subordinadas" e, em conjunto com as Cotas Seniores, "Cotas"). As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Cotas estão dispostos no regulamento do Fundo ("Regulamento").

O Fundo foi constituído de acordo com a Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada. O Fundo foi constituído em 22.11.2006, por ato de deliberação da BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Administradora") aprovando o inteiro teor do regulamento, ambos, Instrumento Particular de Constituição do Fundo e Regulamento, foram registrados no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 2 de fevereiro de 2007, sob o n.º 208.241, tendo sido alterados por aditamento registrados a margem do registro inicial, sob o n.º 210.164 em 10 de maio 2007.

O suplemento da primeira série de Cotas Seniores foi registrado por referido Cartório em 9 de fevereiro de 2007, sob o n.º 208.366, tendo sido re-ratificado e consolidado por instrumento registrado em 10 de maio de 2007, também sob o n.º 210.164 ("Suplemento").

O Fundo e a Oferta foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 26 de fevereiro de 2007 sob o n.º CVM/SER/RFD/2007/010.

As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e no SFF – Sistema de Fundos Fechados, administrado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, observado que (i) os titulares de Cotas Seniores serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas respectivas Cotas Seniores e (ii) caberá exclusivamente à Instituição Intermediária assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

Somente investidores qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, podem adquirir Cotas ("Investidores Qualificados").

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR.

O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA OS ITENS E DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

O GESTOR DESSE FUNDO NÃO ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLÉIAS.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 23 a 33.

O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.



ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ANBID PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

Administradora

BEM DTVM
(Empresa de Grupo Bradesco)

Cedente



Instituição Intermediária



A Instituição Líder é o Banco ABN AMRO Real S.A.

Custodiante



A data deste Prospecto Definitivo é 05 de fevereiro de 2009.

Agência Classificadora de Risco



Auditoria



Assessoria Jurídica

PINHEIRO GUIMARÃES
ADVOGADOS

Índice

Glossário	4
Identificação da Administradora, da Gestora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, dos Auditores e dos Consultores	
Jurídicos	8
Administradora	8
Gestora	8
Custodiante	8
Instituição Intermediária	8
Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira	9
Consultor Jurídico	9
Sumário dos Termos e Condições do Fundo.....	10
Características Gerais do Fundo.....	14
Fluxograma da Securitização	14
Objetivo do Fundo	14
Público Alvo	15
Inadequação da Oferta a Certos Investidores	15
Forma de Constituição	15
Prazo de Duração	15
Procedimento da Oferta.....	16
Início e Encerramento da Oferta	16
Subscrição, Integralização e Registro para Negociação das Cotas Seniores	16
Forma, Procedimento e Condições de Colocação das Cotas Seniores da Primeira Série	16
Demonstrativo do Custo da Oferta	18
Cronograma das Etapas da Oferta	18
Objetivo de Investimento	20
Política de Investimento	21
Carteira do Fundo	21
Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo	21
Demais Informações Sobre a Política de Investimento	21
Fatores de Risco	23
Riscos de Mercado	23
Riscos de Crédito	24
Riscos de Liquidez	26
Riscos Operacionais	27
Risco de Descontinuidade	30
Riscos do Cedente	30
Outros Riscos	32
Gerenciamento de Riscos	34
Direitos Creditórios	35
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios	35
Características dos Direitos Creditórios	35
Convênios do Paraná Banco com os Órgãos Públicos Conveniados	36
Política de Concessão de Crédito	40
Cobrança dos Direitos Creditórios	41
Direitos Creditórios Inadimplidos, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança	42
Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado	44
Aspectos Legais e Regulamentares do Empréstimo com Desconto em Folha	45
Decisões Judiciais sobre a Legalidade do Desconto em Folha	46
Cotas.....	47
Características Gerais	47
Emissão	48
Classes de Cotas	48
Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores	49
Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo	50
Amortização das Cotas.....	52
Amortização das Cotas Seniores	52
Amortização das Cotas Subordinadas	53
Amortização Compulsória	53
Reserva de Pagamento	54
Índice de Inadimplência dos Direitos Creditórios	55
Regras de Movimentação.....	56
Prestadores de Serviços.....	57
Administradora	57
Relacionamento entre a Administradora, a Gestora e o Custodiante	63
Fiel Depositário e Agente de Cobrança	63
Distribuidor das Cotas Seniores da Primeira Série	63

Sumário dos Principais Contratos do Fundo.....	67
Contrato de Custódia e Escrituração de Cotas	67
Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.....	68
Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas	74
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe.....	75
Metodologia de Avaliação das Cotas de Cada Classe	75
Assembleia Geral	77
Competência, Direito de Voto e Quoruns	77
Representantes dos Cotistas	79
Convocação e Instalação	79
Representação dos cotistas	80
Eficácia das Deliberações.....	80
Liquidação do Fundo	81
Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo.....	81
Eventos de Liquidação Antecipada	83
Procedimentos de Liquidação Antecipada	84
Informações Complementares.....	86
Taxas.....	86
Despesas e Encargos do Fundo	86
Correio Eletrônico	89
Publicações	90
Regras de Tributação do Fundo e de seus Cotistas.....	91
Tributação do Fundo	91
Tributação dos Cotistas	91
Alienação de Cotas a Terceiros.....	92
Atendimento ao Cotista.....	94
Informações Relativas ao Cedente.....	95
Histórico	95
Capital Social.....	95
Investimentos e Desinvestimentos de Capital.....	96
Operações Societárias.....	96
Acordo de Acionistas	96
Operações com Partes Relacionadas	97
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	97
Administração e Conselho Fiscal.....	97
Recursos Humanos	98
Propriedades, Plantas e Equipamentos.....	99
Propriedade Intelectual.....	100
Canais de Comercialização	100
Produtos	100
Carteira de Produtos	101
Análise e Concessão de Crédito e Taxa de Inadimplência	101
Captação de Recursos.....	102
Contratos Relevantes	103
Valores Mobiliários.....	103
Operações de Securitização.....	104
Fontes de Recursos	104
Informações Financeiras.....	105
Pendências Judiciais e Administrativas	107
Subsidiárias.....	108
Outras Informações	108

ANEXOS

Anexo	Documento	Página
Anexo A	Regulamento do Fundo	109
Anexo B	Carta e Relatório de Classificação de Risco da Oferta preparados pela Agência de Classificação de Risco	173
Anexo C	Relatório da Deloitte relativo à Carteira de Direitos Creditórios do Paraná Banco	190
Anexo D	Demonstrações Financeiras do Paraná Banco Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2004, 2005 e 2006	213
Anexo E	Estatuto Social do Paraná Banco	271
Anexo F	Declarações da Administradora	290
Anexo G	Declaração da Instituição Líder	292

Glossário

Administradora	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", Bairro Vila Yara, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 00.066.670/0001-00, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento, ou quem vier a lhe suceder.
Agência Classificadora de Risco	Para as Cotas Seniores da primeira Série, Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Luís Carlos Berrini 1253, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.295.585/0002-20, ou quem vier a lhe suceder e, para as demais Séries de Cotas Seniores do Fundo destinadas à distribuição pública, qualquer agência contratada para realizar a classificação de risco.
Agente de Cobrança	Paraná Banco, ou quem vier a lhe substituir na qualidade de agente de cobrança bancária dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, também responsável pela cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios inadimplidos, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM n.º 400/03.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM n.º 400/03.
Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios	A soma de todas as aquisições de direitos creditórios realizadas pelo Fundo até se perfazer o montante de R\$129.210.000,00.
Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira	KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, das contas do Fundo e da atuação da Administradora, nos termos do Regulamento.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03.
Aviso de Desenquadramento	Correspondência a ser enviada pela Administradora ao Paraná Banco na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por dois dias úteis consecutivos, na forma do Anexo IV do Regulamento.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
Banco Bradesco	Banco Bradesco S.A.
Banco Real	Banco ABN AMRO Real S.A.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
Cedente	Cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, que será exclusivamente o Paraná Banco.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Conciliação dos Pagamentos	A conciliação entre os recursos recebidos dos Órgãos Públicos Conveniados e os valores a serem repassados ao Fundo em decorrência dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, realizada nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.
Contrato de Cobrança e Depósito	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios, Depósito de Documentos e Outras Avenças e seus posteriores aditamentos, celebrado entre o Custodiante e o Paraná Banco.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e seus posteriores aditamentos, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, o Custodiante e a Gestora.

Contrato de Distribuição	Contrato de Prestação de Serviços de Estruturação e Colocação de Cotas Seniores da Primeira Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, a Administradora, o Paraná Banco e a Instituição Intermediária.
Contrato de Empréstimo	Contratos celebrados pelo Cedente com Servidores Públicos, cujas parcelas sejam Direitos Creditórios.
Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios	Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, e seus posteriores aditamentos, celebrado entre o Paraná Banco e o Fundo, representado pela Administradora, com a interveniência do Custodiante, que regula a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.
Controle	Tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, que inclui o controle indireto, e os termos "Controladoras" e "Controladas" e suas variações têm o mesmo significado.
Convênios	Convênios celebrados entre o Paraná Banco e os Órgãos Públicos Conveniados, tendo por objeto a realização de consignações dos proventos de Servidores Públicos para o pagamento de empréstimos e financiamentos.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central, conforme regulado pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme alterada, ou outro plano contábil que venha lhe suceder.
Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, não resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo ou do resgate de cada Série, sendo a amortização admitida conforme o disposto no Regulamento, em cada Suplemento ou por decisão da assembleia geral de cotistas. As Cotas são divididas em duas classes para cada Série: Sênior e Subordinada.
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento, sendo divididas em Séries, a critério da Administradora, com as características determinadas em cada Suplemento.
Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas, subscritas e devidamente integralizadas, considerando todas as Séries, excetuadas as Cotas Seniores que, eventualmente, por qualquer motivo, tenham sido antecipadamente resgatadas.
Cotas Subordinadas	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
Cotistas Dissidentes	Os cotistas titulares de Cotas Seniores que não concordarem com a decisão da assembleia geral de cotistas pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas Cotas Seniores, conforme regras a serem definidas na assembleia geral de cotistas.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos da Natureza Financeira.
Crítérios de Elegibilidade	Os critérios a serem checados pelo Custodiante, definidos no item 11 do Regulamento e na seção "Direitos Creditórios - Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios" abaixo, a que os Direitos Creditórios deverão atender a cada cessão ao Fundo.
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
Custodiante	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", Bairro Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 60.746.948/0001-12, ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Apuração	O 15º dia de cada mês.
Data de Subscrição Inicial	Data da subscrição e integralização de Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo ou a data da primeira subscrição e integralização de Cotas de qualquer das demais Séries, a ser determinada pela Administradora.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores de qualquer Série, conforme o respectivo Suplemento, sempre no dia 15 de cada mês.
Decreto n.º 4.961/04	Decreto n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004.
Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Desconto em Folha	O pagamento dos Direitos Creditórios mediante desconto direto nas folhas de pagamento dos Servidores Públicos, conforme previsto nos respectivos Convênios.

Devedores	Servidores públicos municipais, estaduais e federais dos Órgãos Públicos Conveniados, devedores dos Empréstimos.
Direitos Creditórios	Direitos creditórios originários do segmento de Empréstimos com Desconto em Folha a Servidores Públicos concedidos pelo Paraná Banco.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; e (iii) aplicações de liquidez imediata.
DOC	Documento de Ordem de Crédito – DOC.
Documentos Representativos dos Direitos Creditórios	(a) Contrato de Empréstimo impresso; (b) autorização impressa do Servidor Público para Desconto em Folha, ou, alternativamente, de documento impresso a partir do sistema do respectivo Órgão Público Conveniado que identifique a existência de margem consignável para o Desconto em Folha; (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Servidor Público vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado; e (d) cópia de relatório físico, emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), confirmando ou autorizando a realização do respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição de devedor do respectivo Servidor Público.
Emissão	Emissão de Cotas.
Empréstimos	As operações de empréstimo consubstanciadas nos Contratos de Empréstimo.
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no item 27.2 do Regulamento e na seção "Liquidação do Fundo - Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo" abaixo, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de direitos creditórios, bem como convocação imediata de assembléia geral de cotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.
Eventos de Liquidação Antecipada	Aqueles definidos no item 27.3 do Regulamento e na seção "Liquidação do Fundo - Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo" abaixo, cuja ocorrência enseja a convocação de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
Fator Multiplicador	Fator aplicado no cálculo da remuneração alvo das Cotas Seniores, nos termos do item 18 abaixo, a ser definido pela Administradora no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II.
Gestora	BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM, distribuidora de títulos e valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1.450, 6º e 7º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 62.375.134/0001-44.
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
IGPM	Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
IPC	Índice de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
Instituição Líder ou Instituição Intermediária	Em relação à primeira Série de Cotas Seniores, o Banco ABN AMRO Real S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 1374, 3º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.066.408/0001-15 e, para as demais Séries, quaisquer outras instituições contratadas para prestar os serviços de coordenação da distribuição pública de Cotas Seniores.
Instrução CVM n.º 356/01	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/2004	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados conforme definido pela regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
IR	Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

KPMG	KPMG Auditores Independentes
Lei n.º 10.892/04	Lei n.º 10.892, de 13 de julho de 2004, conforme alterada.
Lei n.º 8.112/90	Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, conforme alterada.
Lei n.º 9.311/96	Lei n.º 9.311, de 24 de outubro de 1996, conforme alterada.
Oferta	A presente oferta, para distribuição pública, de 10.000 Cotas Seniores da primeira série, com valor inicial de R\$10.000,00 por cota, perfazendo o valor total de R\$100.000.000,00.
Órgãos Públicos Conveniados	Órgãos públicos federais, estaduais e municipais, listados no Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e na seção "Direitos Creditórios - Convênios do Paraná Banco com os Órgãos Públicos Conveniados" abaixo, que celebraram Convênios com o Cedente para a realização de descontos em folha para pagamento dos Contratos de Empréstimo.
Outros Ativos	Títulos e ativos nos quais o Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido, elencados no item 10.4 do Regulamento.
Paraná Banco	Instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar 1441, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 14.388.334/0001-99, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, Agente de Cobrança e fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas Controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente Controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas de tal pessoa jurídica; e/ou (iv) as sociedades sob Controle comum com tal pessoa jurídica.
Periódico	"Jornal do Estado", da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, ou outro que vier a substituí-lo nos termos do item 26.2 do Regulamento.
Período de Apuração	Cada um dos períodos com início em uma determinada Data de Apuração e término na Data de Apuração subsequente.
PIS	Contribuição para o Programa de Integração Social.
Prazo de Colocação	Prazo de 180 dias a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos nos artigos 8º, §1º e 20, §1º, da Instrução CVM n.º 356/01, dentro do qual deverá ser realizada a colocação pública das Cotas Seniores objeto da Oferta.
Preço de Subscrição	O valor unitário de cada Cota Senior objeto da Oferta, que, na data da primeira subscrição e integralização de Cotas, será de R\$10.000,00.
Prospecto	O Prospecto definitivo da Oferta.
Razão Mínima	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 128,21%.
Regulamento	Regulamento do Fundo, registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado do Paraná, em 2 de fevereiro de 2007, sob o n.º 208.241, conforme aditado.
Reserva de Liquidez	Soma equivalente a, no mínimo, R\$1.000.000,00, que deverá ser mantida pelo Fundo em Disponibilidades.
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.
Série	Significa qualquer série de Cotas Seniores emitida pelo Fundo nos termos do respectivo Suplemento.
Servidores Públicos	Servidores públicos municipais, estaduais e federais dos Órgãos Públicos Conveniados, devedores dos Empréstimos.
Suplemento	Documento preparado na forma do Anexo VI do Regulamento e descrito na seção "Cotas" abaixo, referente a qualquer Série.
Taxa DI	A taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "Extra-Grupo", calculada e divulgada diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis.
TED	Transferência Eletrônica Disponível – TED.
Termo de Cessão	Instrumento pelo qual se formaliza a cessão de Direitos Creditórios, descrevendo os Direitos Creditórios bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo constante do Anexo II ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

Identificação da Administradora, da Gestora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos

Administradora

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
"Cidade de Deus", Prédio Novíssimo, 4º andar, Bairro Vila Yara
06029-900 Osasco, SP

At.: Luciana B. S. Iannone
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-2066
Correio Eletrônico: bemdtvm@bradesco.com.br
Website: www.bradescocustodia.com.br

Gestora

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM
Av. Paulista 1450, 6º e 7º andares, Bela Vista
01310-917 São Paulo, SP
At.: Sr. Robert John Van Dijk
Telefone: (11) 2178-6600
Fac-símile: (11) 2178-6800
Correio Eletrônico: bram@bram.bradesco.com.br

Custodiante

Banco Bradesco S.A.
"Cidade de Deus", Prédio Amarelo, 2º andar, Bairro Vila Yara
06029-900 Osasco, SP
At.: Carlos Alberto de Moraes
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br
Website: www.bradescocustodia.com.br

Instituição Intermediária

Banco ABN AMRO Real S.A.
Av. Paulista 1374, 3º andar
01310-916 São Paulo, SP
At.: Ciro Giannini
Telefone: (11) 3174-6809
Fac-símile: (11) 3174-6830
Correio Eletrônico: ciro.giannini@br.abnamro.com
Website: www.bancoreal.com.br

Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros , 33
04530-904 – São Paulo, SP

At.: Sr. Fábio Barbosa
Telefone: (11) 2183 3788
Fac-símile: (11) 2183 3010
Correio Eletrônico: fabio Barbosa@kpmg.com.br
Website: www.kpmg.com.br

At.: Sr. Tiago Alves
Telefone: (11) 2183 3779
Fac-símile: (11) 2183 3010
Correio Eletrônico: talves@kpmg.com.br
Website: www.kpmg.com.br

Consultor Jurídico

Pinheiro Guimarães – Advogados
Av. Paulista 1842, Torre Norte, 24º andar
1310-923 São Paulo, SP

At.: Sr. Francisco José Pinheiro Guimarães
Telefone: (11) 4501-5000
Fac-símile: (11) 4501-5025
Website: www.pinheiroguimaraes.com.br

Sumário dos Termos e Condições do Fundo

Seguem abaixo os principais termos e condições do Fundo e da Oferta. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar decisão de investimento.

Emissor:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II.
Cedente dos Direitos Creditórios:	Paraná Banco S.A.
Administradora:	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Gestora:	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM
Instituição Intermediária:	Banco ABN AMRO Real S.A.
Custodiante:	Banco Bradesco S.A.
Agência Classificadora de Risco:	Para a primeira Série de Cotas Seniores, Standard & Poor's.
Agente de Cobrança:	Paraná Banco.
Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira	KPMG Auditores Independentes
Forma de Constituição:	<p>O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas (i) ao término do prazo de cada Série, conforme data de resgate prevista em cada Suplemento; (ii) ao término do prazo de duração do Fundo, ou (iii) em virtude de sua liquidação antecipada. É admitida a amortização das cotas do Fundo, conforme disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.</p> <p>Para os fins do "Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos", o Fundo é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.</p>
Prazo de Duração:	<p>O Fundo terá prazo de duração de 20 anos, sendo liquidado no dia 15 do 240 mês, contado a partir do mês em que se verificar a primeira Data de Subscrição Inicial do Fundo.</p> <p>Apesar do Fundo ter prazo de duração de 20 anos, a primeira Série de Cotas Seniores será amortizada em até três anos contados do mês em que ocorreu a Data de Subscrição Inicial. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de cotistas.</p>
Prazo para Encerramento da Oferta:	180 dias a contar da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, parágrafo 1º, e no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução CVM n.º 356/01.
Quantidade Total de Cotas da Emissão:	10.000 Cotas.
Valor Inicial Unitário das Cotas:	R\$10.000,00 cada, independentemente da classe ou Série, na Data de Subscrição Inicial.
Valor Total da Emissão da primeira Série:	R\$100.000.000,00.
Valor Mínimo da Primeira Aplicação:	R\$30.000,00.
Resgate:	As Cotas somente serão resgatadas (i) ao término do prazo de cada Série, conforme data de resgate prevista em cada Suplemento; (ii) ao término do prazo de duração do Fundo, ou (iii) em virtude de sua liquidação antecipada. É vedada a escolha, por parte do cotista, dos ativos que lhe serão entregues na hipótese de resgate via dação em pagamento dos Direitos Creditórios.

Negociação das Cotas Seniores:	As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX, e no Sistema de Fundos Fechados - SFF, administrado pela CETIP, observado que (i) os titulares de Cotas Seniores serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas respectivas Cotas Seniores e (ii) caberá exclusivamente à Instituição Intermediária assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Qualificados.
Destinação dos Recursos:	Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Cotas serão destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios.
Classificação de Risco Preliminar das Cotas Seniores:	brAAf, da Standard & Poor's.
Classes de Cotas:	<p>As Cotas poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas. Todas as Cotas de mesma classe dentro de uma mesma Série terão iguais remunerações, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto na seção "Assembléia Geral".</p> <p>As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento, sendo que os critérios específicos para as Cotas Seniores de cada Série estarão previstos no respectivo Suplemento.</p> <p>O critério geral para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas estão previstos na seção "Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo".</p> <p>As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização integral das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores.</p>
Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores:	A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 128,21%.
Valorização das Cotas e Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo:	<p>Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento: (i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à aplicação do Fator Multiplicador sobre a Taxa DI, no respectivo período; e (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas. A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro a Taxa DI, e consta da seção "Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo".</p> <p>A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes e Séries existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.</p> <p>Para maiores informações sobre a valorização das Cotas, vide seção "Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo".</p>

Amortizações:

As Cotas Seniores de cada uma das Séries poderão ser objeto de amortizações definidas, a critério da Administradora, em cada um dos respectivos Suplementos. Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com algum feriado na localidade da sede da Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não cabendo ao(s) cotista(s) qualquer acréscimo.

As datas das amortizações das Cotas Seniores dependerão do cronograma estabelecido no Suplemento de cada Série e ocorrerão de acordo com a fórmula especificada no Suplemento e na seção "Amortização das Cotas". As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre nas Datas de Amortização de Cotas Seniores. As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembleia geral de cotistas. As Cotas Subordinadas somente serão amortizadas ou resgatadas, total ou parcialmente, após a amortização total ou o resgate da totalidade das Cotas Seniores, na forma previstos no Regulamento.

Apesar do Fundo ter prazo de duração de 20 anos, a primeira Série será amortizada em até três anos contados do mês em que ocorreu a Data de Subscrição Inicial.

Caso a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores seja superior a 135%, a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Cotas Subordinadas, independente de realização de assembleia de cotistas, até que seja atingida a Razão Mínima (ou seja, até que a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e as Cotas Seniores seja igual a 128,21%, e desde que (i) o Fundo esteja em dia com as amortizações das Cotas Seniores; (ii) a Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamento estejam devidamente atendidas; e (iii) até a data de amortização das Cotas Subordinadas nos termos deste item, não se tenha verificado qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.

A Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, desde que previamente autorizada pela assembleia geral de cotistas, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima, e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios.

Para mais informações sobre a amortização das Cotas, vide seção "Amortização das Cotas".

Quoruns das Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo:

Observado o disposto no item 24.2 do Regulamento, que dispõe sobre as matérias em que os titulares de Cotas Subordinadas terão direito a voto, serão observados os seguintes quoruns para aprovação das matérias sujeitas às deliberações da assembleia geral:

Nos termos da regulamentação em vigor, deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (ii), (iii) e (iv) do item 24.1 do Regulamento dependerão de aprovação de cotistas, reunidos em assembleia geral, que representem a maioria das Cotas e, em segunda convocação, de cotistas que representem maioria de Cotas presentes na assembleia geral.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (v), (vi) e (vii) do item 24.1 do Regulamento dependerão de aprovação em assembleia geral de cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, exceto se estabelecido quorum diferenciado abaixo.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiii) e (xiv) do item 24.1 do Regulamento dependerão de aprovação em assembleia geral de cotistas que representem 75% das Cotas Seniores em Circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (xv), (xvi) e (xvii) do item 24.1 do Regulamento dependerão de aprovação em assembleia geral de cotistas que representem 100% das Cotas Seniores em Circulação.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

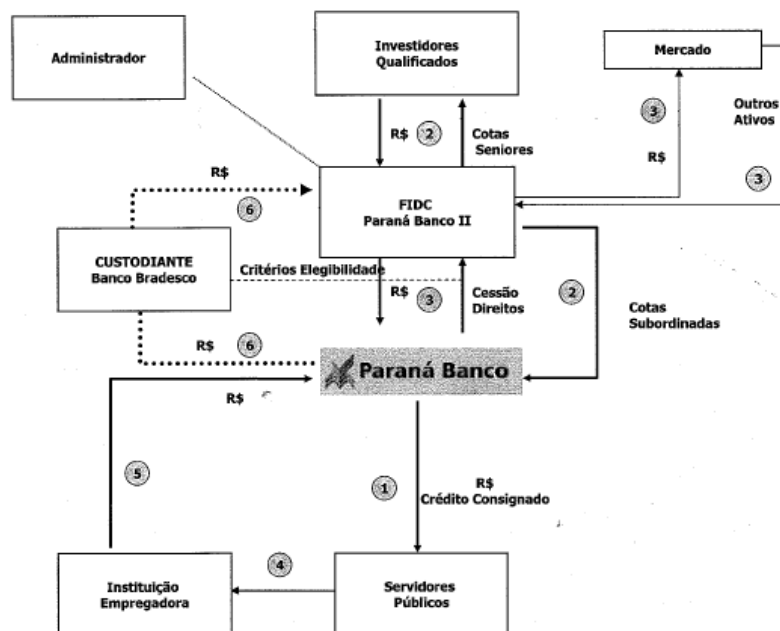
Publicações:

As publicações a cargo do Fundo serão realizadas, inicialmente, no Jornal de Estado, da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, ou outro que vier a substituí-lo.

Características Gerais do Fundo

Fluxograma da Securitização

Segue, abaixo, o fluxograma da operação de securitização.



1. Paraná Banco concede Empréstimos à Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados constituindo os Direitos Creditórios;
2. o Fundo capta recursos através da emissão e subsequente integralização de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas;
3. o Fundo adquire Direitos Creditórios do Paraná Banco após verificação pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade e, com o saldo dos recursos disponíveis, adquire outros ativos do mercado permitidos de acordo com o regulamento;
4. os Órgãos Públicos Conveniados efetuam, no respectivo mês, o Desconto em Folha dos valores referentes às parcelas dos Empréstimos vencidas no período;
5. os valores descontados são repassados ao Paraná Banco, na qualidade de Agente de Cobrança; e
6. o Paraná Banco efetua a Conciliação dos Pagamentos e repassa ao Fundo, por meio do Custodiante, os valores oriundos dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Objetivo do Fundo

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Empréstimos do Paraná Banco a Servidores Públicos, cujo pagamento é efetuado por meio de Desconto em Folha.

Público Alvo

O Fundo é destinado preponderantemente a pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimento ou outras entidades de investimento coletivo, que, obrigatoriamente, se enquadrem na definição de Investidores Qualificados, conforme definidos na regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, que considera Investidores Qualificados:

- instituições financeiras;
- companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de Investidor Qualificado mediante termo próprio;
- fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Cotas Subordinadas não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista não serem resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de instituição financeira. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco".

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas (i) ao término do prazo de cada Série, conforme data de resgate prevista em cada Suplemento; (ii) ao término do prazo de duração do Fundo, ou (iii) em virtude de sua liquidação antecipada, sendo também admitida a amortização das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

Prazo de Duração

O Fundo terá duração de 20 anos e será liquidado no dia 15 do 240º mês, contado a partir do mês em que se verificar a primeira Data de Subscrição Inicial do Fundo. Apesar de o Fundo ter 20 anos de duração, a primeira série será amortizada em até 3 anos contados do mês da Data de Subscrição Inicial. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de cotistas. Na hipótese do dia 15 referido acima não ser dia útil na praça em que estiver sediada a Administradora, a liquidação do Fundo ocorrerá no dia útil subsequente.

Procedimento da Oferta

Início e Encerramento da Oferta

A colocação e subscrição das Cotas Seniores somente terão início após (a) o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM; (b) a publicação do aviso ao mercado e do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores.

Frise-se que a Instituição Intermediária poderá suspender a qualquer momento a oferta caso verifique qualquer incorreção, imprecisão ou omissão em qualquer das informações prestadas pelo Paraná Banco em qualquer documento da oferta, incluindo as informações relativas ao Paraná Banco, aos Direitos Creditórios e aos procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios.

Subscrição, Integralização e Registro para Negociação das Cotas Seniores

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores devem contatar a Instituição Intermediária, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas Seniores que pretendem adquirir.

As Cotas Seniores deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 dias contados da data do registro da distribuição pública da Oferta perante a CVM. Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Cotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro de referido prazo serão canceladas pela Administradora.

O valor mínimo da primeira aplicação no Fundo será de R\$30.000,00.

Somente poderão adquirir as Cotas do Fundo os Investidores Qualificados.

No ato de subscrição das Cotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Líder; (ii) receberá exemplar do Prospecto Definitivo e cópia do Regulamento e do Suplemento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e no Suplemento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento, no Suplemento e no Prospecto Definitivo e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento e do Suplemento.

A integralização das Cotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, por crédito em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED.

As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa – BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e no SFF – Sistema de Fundos Fechado, administrado pela CETIP, observada a responsabilidade da Instituição Intermediária de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Cotas do Fundo. Caberá exclusivamente à Instituição Intermediária assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Qualificados.

Forma, Procedimento e Condições de Colocação das Cotas Seniores da Primeira Série

Observadas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Distribuição, a Instituição Líder comprometeu-se a, em regime de garantia firme, colocar até 10.000 Cotas Seniores, pelo Preço de Subscrição, ou seja, até o limite máximo de R\$100.000.000,00.

A Instituição Líder terá o prazo de três dias úteis, contados da data da publicação do Anúncio de Início, para promover a colocação das Cotas Seniores objeto da garantia firme. Se, ao final deste prazo, as Cotas Seniores objeto da garantia firme não tiverem sido totalmente colocadas, a Instituição Líder deverá subscrever o saldo não colocado.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM n.º 400/03, caso a Instituição Líder eventualmente (i) venha a subscrever Cotas Seniores nos termos do parágrafo acima; e (ii) tenha interesse em vender tais Cotas Seniores antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Cotas Seniores será equivalente ao valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo comprador à Administradora, em sua sede ou dependência.

A colocação pública das Cotas Seniores objeto da Oferta deverá ser realizada no prazo de 180 dias a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, §1º e 20, §1º, da Instrução CVM n.º 356/01 (Prazo de Colocação).

A colocação pública das Cotas Seniores será realizada de acordo com o disposto abaixo:

- (i) a colocação será pública, realizada em mercado de balcão, segundo plano de distribuição elaborado pela Instituição Líder, a qual poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sem prejuízo do disposto no §3º, do artigo 33, da Instrução CVM n.º 400, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- (ii) não serão constituídos fundos nem celebrados contratos de estabilização de preços para as Cotas Seniores;
- (iii) as Cotas Seniores objeto da Oferta serão colocadas em regime de garantia firme, a uma taxa de remuneração fixada no Suplemento, dentro do Prazo de Colocação;
- (iv) o valor mínimo da primeira aplicação no Fundo será de R\$30.000,00; e
- (v) *Plano da Oferta.* Observadas as disposições da regulamentação aplicável, a Instituição Líder realizará a Oferta conforme plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM n.º 400/03, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes da Instituição Líder; e (iii) que os representantes da Instituição Líder recebam previamente exemplares do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pela Instituição Líder. O Plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:
- (vi) observado o disposto no Contrato de Distribuição, a Oferta somente terá início após:
 - (a) o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM;
 - (b) a publicação do anúncio de início da Oferta; e
 - (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo, do Regulamento e do Suplemento aos investidores; não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos; o público alvo da Oferta é composto por Investidores Qualificados; caso

SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA

Caso a Oferta seja suspensa ou cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM n.º 400/03; a Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação à Oferta, devendo, para tanto, por escrito, informar sua decisão à Instituição Líder até o quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada a suspensão. A suspensão ou cancelamento serão divulgados imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta, cientificando que a oferta original foi suspensa ou se for o caso cancelada.

Todos os investidores (a) que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento, e (b) todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores pagos.

A manutenção da aceitação da Oferta, no caso de suspensão será presumida em caso de silêncio

REVOGAÇÃO MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da oferta.

Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente dos valores pagos,

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o manifestante deverá ser cientificado de que a oferta original foi alterada, com indicação das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, por escrito, à Instituição Líder até o quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada.

A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio.

Demonstrativo do Custo da Oferta

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição da primeira Série de Cotas Seniores:

Descrição	Valor Total (R\$)	Percentual do Valor Total da Oferta	Valor por Quota Sênior (R\$)	Percentual do Valor por Quota Sênior
Valor Total da Oferta	100.000.000,00	100,0%	10.000,00	100,00%
Comissões	500.000,00	0,5%	50,00	0,5%
Comissão de Coordenação e Estruturação	500.000,00	0,5%	50,00	0,5%
Taxa de Registro na CVM	82.870,00	0,083%	8,30	0,083%
Despesas Estimadas	184.000,00	0,18%	18,00	0,18%
Despesas com Advogados	45.000,00	0,045%	4,50	0,045%
Despesas com Auditores	50.000,00	0,050%	5,00	0,050%
Despesas com Publicidade	45.000,00	0,045%	4,50	0,045%
Despesas com Agência de Rating	44.000,00	0,044%	4,40	0,044%
Custo Total da Oferta	766.870,00	0,77%	76,6	0,77%
Valor Líquido	99.233.130,00	99,23%	9.923,3	99,23%

Cronograma das Etapas da Oferta

A Oferta seguiu o cronograma abaixo:

Evento	Data Prevista
Protocolo do pedido de registro do Fundo e da Oferta na CVM	14.2.07
Publicação do Aviso ao Mercado	16.2.07
Disponibilização do Prospecto Preliminar	16.2.07
Cumprimento de primeiras exigências formuladas pela CVM e disponibilização do Prospecto Definitivo	26.2.07
Concessão do Registro do Fundo e da Oferta pela CVM	26.2.07
Primeira Publicação do Anúncio de Início (jornal Valor Econômico)	2.3.07
Disponibilização do Prospecto Definitivo contendo os dados de registro da Oferta	2.3.07
Início da Liquidação da Oferta	2.3.07

Evento	Data Prevista
Segunda Publicação do Anuncio de Início (Periódico do Fundo)	13.3.07
Publicação do Anúncio de Encerramento (Periódico do Fundo)	16.3.07

Objetivo de Investimento

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios.

Desde que os rendimentos da carteira do Fundo assim permitam, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, diariamente, tendo como parâmetro a Taxa DI, sobre as quais será aplicado o Fator Multiplicador, este definido para cada Série de Cotas Seniores nos respectivos Suplementos. Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A Administradora buscará fazer com que a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser classificada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Política de Investimento

Carteira do Fundo

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios originários do segmento de empréstimos do Paraná Banco a Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados, com descontos diretos nas folhas de pagamento. Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade especificados no item 11 do Regulamento e na seção "Direitos Creditórios – Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios".

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas na seção "Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo" abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 dias do início de suas atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios, observada a manutenção da Reserva de Liquidez e da Reserva de Pagamento.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido, em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes títulos e ativos:

- títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- títulos de emissão do Banco Central;
- créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- operações compromissadas com lastro nos ativos acima relacionados; e
- cotas de fundos de investimentos classificados como renda fixa ou referenciado DI com carteira composta exclusivamente pelos títulos acima relacionados.

O Fundo poderá realizar operações compromissadas desde que lastreadas nos títulos e ativos especificados no parágrafo acima.

É expressamente vedada a aquisição pelo Fundo de ativos de renda variável, ou cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) a Reserva de Liquidez, que, conforme definido, tem o valor fixo de R\$1.000.000,00. Tal valor não será considerado para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

Demais Informações Sobre a Política de Investimento

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

É vedado ao Fundo realizar operações (i) de *day trade*; (ii) de renda variável; ou ainda (iii) em mercados de derivativos, exceto para operações com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e desde que sejam realizadas em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e de futuros exclusivamente na modalidade "com garantia".

O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Administradora e/ou Partes Relacionadas atue(m) na condição de contraparte do Fundo.

A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos nesta seção.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados na seção "Fatores de Risco". O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer outra pessoa jurídica ou física mencionada no Regulamento ou do FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos cotistas, conforme os riscos descritos neste Prospecto.

As aplicações realizadas pelo Fundo poderão exceder os limites previstos no parágrafo segundo do artigo 40 da Instrução n.º 356 da CVM.

Fatores de Risco

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos seus cotistas, hipóteses em que o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, o Agente de Cobrança, a Instituição Intermediária, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e para os Outros Ativos; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos cotistas do Fundo quando da amortização ou resgate de suas respectivas cotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos cotistas do Fundo não contam com a garantia do Paraná Banco, da Administradora, do Custodiante, do Agente de Cobrança, da Instituição Intermediária, de quaisquer de suas Partes Relacionadas, ou do FGC. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.

Riscos de Mercado

Descasamento de Taxas – Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo são adquiridos com base em taxa prefixada, determinada por meio de projeção da Taxa DI em vigor no dia útil anterior à cessão. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI efetiva, conforme previsto no item 18.3 do Regulamento. Portanto, se a Taxa DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, e o Fundo, o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Descasamento de Taxas – Outros Ativos

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos especificados no item 10.4 do Regulamento. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à remuneração alvo das Cotas Seniores, que tem como parâmetro a Taxa DI efetiva, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade da referida remuneração alvo. O Fundo, o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Marcação a Mercado

A determinação de preço dos ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas.

Fatores Macroeconômicos Relevantes

Fatores exógenos, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou ainda de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da União Federal, dos Estados e Municípios e, conseqüentemente, dos Órgãos Públicos Conveniados, poderão resultar em perda, pelos cotistas, do valor de principal de suas aplicações.

Risco de Derivativos

A eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e o Agente de Cobrança não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas do Fundo em razão da utilização de instrumentos derivativos.

Riscos de Crédito

Ausência de Garantia do Pagamento do Principal e Rendimentos

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Paraná Banco, de quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária, o Paraná Banco, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

Inadimplência do Pagamento dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado com recursos descontados das folhas de pagamento dos Devedores. A inadimplência em relação aos Direitos Creditórios decorre, portanto, da inoccorrência de tais descontos por parte dos Órgãos Públicos Conveniados, por exemplo, mas não exclusivamente, em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial, ou em razão de falecimento do Devedor, ou ainda, em razão do não pagamento dos proventos. Nestes casos, o Fundo, por meio do Agente de Cobrança, deve negociar ou cobrar seu crédito diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetará o patrimônio e a rentabilidade do Fundo, e, por conseguinte, o investimento nas cotas.

Inexistência de Obrigação de Recompra pelo Cedente

Se o Cedente não recomprar os Direitos Creditórios inadimplidos, o Fundo terá de suportar parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que pode comprometer a rentabilidade do Fundo ou levá-lo, até, à perda de patrimônio.

Questionamento Judicial pelos Devedores

Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente tanto (i) os Contratos de Empréstimo com Servidores Públicos que originam os Direitos Creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada); quanto (ii) a sistemática de pagamento por meio de Desconto em Folha. Em qualquer caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao Direito Creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável.

O Poder Judiciário, incluindo o Superior Tribunal de Justiça, em alguns julgados relacionados a operações de empréstimo com desconto em folha de pagamento, manifestou entendimento contrário à legalidade do desconto de prestações de empréstimos diretamente em folha de pagamento. Em 8 de junho de 2005, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça reconheceu, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve, contudo, divergência com relação à fundamentação dos votos dos ministros, tendo dois deles sustentado que o desconto em folha de pagamento somente pode ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos (ressaltando, inclusive, que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos). Desse modo, a alegada nulidade de cláusula permitindo o desconto em folha de pagamento de funcionário poderá ser invocada em ação judicial, podendo o Poder Judiciário vir a permitir que o Devedor torne ineficaz sua prévia autorização de desconto em folha, fazendo com que seja necessária a cobrança do crédito pelos meios legais habituais.

A legitimidade ao recebimento do valor do crédito não é afetada por estas decisões, mas tão somente sua forma de liquidação. Caso os procedimentos de consignação em pagamento (desconto em folha) de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam efetivamente interrompidos em decorrência de medidas judiciais propostas pelos Devedores ou por terceiros em seu nome, tal evento afetará negativamente a solvência dos respectivos Direitos Creditórios. Na hipótese de atraso ou efetivo inadimplemento no pagamento dos referidos Direitos Creditórios pelos Devedores poderá ser necessária a adoção, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, de uma nova sistemática de cobrança direta dos respectivos Direitos Creditórios, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos. Tal ocorrência afetará negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.

Inadimplência de Pagamento dos Outros Ativos

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada nos Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, obrigando o Fundo a suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas.

Não Pagamento de Proventos pelos Órgãos Públicos Conveniados

Os Empréstimos são pagos por meio de Desconto em Folha realizado pelo respectivo Órgão Público Conveniado. Caso, por qualquer razão, o Órgão Público Conveniado atrase ou não pague os proventos do Devedor, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o Órgão Público Conveniado não voltar a pagar adequadamente os vencimentos dos Servidores Públicos, sua capacidade de pagamento também ficaria comprometida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

Amortização Condicionada

As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas cotas derivam da liquidação dos Direitos Creditórios, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Paraná Banco ou contra quaisquer Partes Relacionadas ao Paraná Banco quanto aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos, e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas cotas.

Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação

O Cedente somente se responsabiliza pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Devedores ou do respectivo Órgão Público Conveniado.

Nem a Administradora, nem o Custodiante, a Instituição Intermediária, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos

Direitos Creditórios e pela solvência dos Devedores ou do respectivo Órgão Público Conveniado. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Devedores, dos Empréstimos contratados (i) por meio dos procedimentos definidos no Convênio ou, conforme o caso, (ii) diretamente pelos Devedores, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e pelos valores avençados. A responsabilidade do respectivo Órgão Público Conveniado em relação às operações referidas no Convênio restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos autorizados pelos titulares dos vencimentos e repasse, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao respectivo Órgão Público Conveniado responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.

Ausência de Seguro de Vida dos Devedores

Em caso de morte dos Devedores, os Órgãos Públicos Conveniados suspenderão os Descontos em Folha. Tendo em vista que não existe seguro para cobrir o risco de morte dos Devedores, o Fundo não fará jus ao recebimento de qualquer indenização securitária em tais eventos, sendo que os valores porventura devidos pelos Devedores que falecerem apenas poderão ser cobrados diretamente dos espólios dos respectivos Devedores. Se os espólios dos Devedores não tiverem patrimônio suficiente para cobrir os débitos, o Fundo sofrerá perdas.

Inexistência de Rendimento Predeterminado

O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização de suas respectivas cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Paraná Banco, ou de suas respectivas Partes Relacionadas de assegurar tal remuneração aos referidos cotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas cotas, devidamente atualizado nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

Riscos de Liquidez

Modalidade de Investimento Recente e Sofisticada

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades. Tais peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

Falta de Liquidez dos Direitos Creditórios

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 27 do Regulamento. Ocorrendo a liquidação antecipada, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato dos Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, os cotistas terão suas cotas resgatadas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Em virtude da falta de liquidez dos Direitos Creditórios, não há garantias (i) de que haverá mercado secundário líquido para os Direitos Creditórios, e (ii) de que, caso encontrem comprador, o preço praticado atenderá às expectativas dos cotistas. Por esta razão, existe a possibilidade dos investidores do Fundo (i) incorrerem em prejuízos em uma eventual negociação dos Direitos Creditórios recebidos na ocasião da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) serem obrigados a permanecer como titulares dos Direitos

Creditórios até seu respectivo vencimento em decorrência da inexistência de mercado secundário para os mesmos.

Falta de Liquidez dos Outros Ativos

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas cotas.

Fundo Fechado

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo ou de determinada Série, ou em virtude de sua liquidação antecipada, não havendo por parte da Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Paraná Banco, e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário, ou mesmo, na hipótese de não haver compradores, terem que levar as Cotas até seu respectivo vencimento.

Insuficiência da Reserva de Liquidez

O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Liquidez, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça e/ou iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento pelo Fundo de amortizações, resgates ou despesas. A não constituição ou o não atendimento da Reserva de Liquidez a qualquer tempo durante a vigência do Fundo são considerados Eventos de Avaliação.

Insuficiência da Reserva de Pagamento

O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Pagamento, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. É também possível que, não obstante a constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de amortizações programadas. Isso pode ocorrer, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial da Taxa DI, o que faria com que houvesse um aumento do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores. O não atendimento da Reserva de Pagamento é considerado um Evento de Avaliação, devendo ser interrompida a aquisição de Direitos Creditórios e convocada assembléia geral de cotistas.

Riscos Operacionais

Irregularidades nos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios

Independentemente das constatações reportadas pelos trabalhos realizados pelo Custodiante, conforme previsto no item 8.3.1 do Regulamento, os documentos relativos aos Direitos Creditórios do Fundo podem eventualmente conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno

exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Isto pode trazer prejuízos para o Fundo em caso de inadimplência ou questionamento judicial relativo a tais Direitos Creditórios cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente.

Suspensão dos Proventos do Devedor

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo respectivo Órgão Público Conveniado dos vencimentos mensais dos Servidores Públicos a eles afetos, de acordo com as disposições do respectivo Convênio. Assim, tal desconto não será possível caso o Devedor tenha seus vencimentos suspensos em razão de, por exemplo, (i) exoneração; (ii) aposentadoria e (iii) perda ou suspensão da condição de Servidor Público. Igualmente, os pagamentos dos Direitos Creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir aos Órgãos Públicos Conveniados valores pagos indevidamente por tais órgãos; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que os pagamentos devidos nesses casos têm preferência em relação ao Empréstimo para fins de desconto em folha. Ainda, a morte do Devedor interrompe o pagamento do respectivo provento e por consequência a consignação das parcelas devidas do Empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do Empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo de cujus, que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo suportará os prejuízos daí advindos, o que afetará sua rentabilidade.

Irregularidade no Processamento do Desconto em Folha

O Desconto em Folha das parcelas dos Empréstimos (incluindo sua respectiva averbação) e o repasse ao Agente de Cobrança são processados pelo respectivo Órgão Público Conveniado por meio de sistemas operacionais próprios ou de terceiros contratados por tais Órgãos Públicos Conveniados. O Agente de Cobrança, o Custodiante e a Administradora não têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração em tais sistemas, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados, poderá atrasar, suspender ou reduzir o desconto em folha dos Servidores Públicos, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo serão afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados. Ademais, eventualmente, poderá ser necessária adoção de medida judicial para fazer com tais procedimentos e/ou seu sistema sejam corrigidos, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio será afetado negativamente.

Falhas ou Substituição do Agente de Cobrança

A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência, conforme descrito no Anexo III do Regulamento. Assim, qualquer falha de procedimento, pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares do Agente de Cobrança poderá acarretar no recebimento a menor de recursos devidos pelos Devedores, ou no atraso ou na inocorrência de repasse dos recursos ao Fundo. Nestas hipóteses, poderá ser necessária a via judicial para se obter os recursos, e/ou a substituição do Agente de Cobrança, casos em que a o patrimônio e/ou a rentabilidade do Fundo poderão ser afetados de forma negativa.

Atraso ou Falta do Repasse dos Recursos ao Fundo

O Agente de Cobrança fará a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, devendo repassá-los ao Fundo após recebê-los dos Órgãos Públicos Conveniados e realizar a Conciliação dos Pagamentos. O repasse dos recursos ao Fundo poderá atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Agente de Cobrança ou dos sistemas utilizados pelos Órgãos Públicos Conveniados. Nesta hipótese, pode ser necessária a via judicial para se obter os recursos, caso em que a rentabilidade do Fundo seria reduzida. O Custodiante e a Administradora não poderão ser responsabilizados por conta destes atrasos ou faltas no repasse de recursos ao Fundo.

Falha na Segregação dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo

Enquanto o Agente de Cobrança for o Paraná Banco, o Paraná Banco será responsável pela segregação dos pagamentos provenientes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo dos demais pagamentos recebidos em função de Direitos Creditórios que não tenham sido cedidos ao Fundo. Em caso de atrasos ou falhas nesta segregação, poderá ser necessária a via judicial para recuperação de tais valores. O Custodiante e a Administradora não poderão ser responsabilizados por conta destas falhas de segregação ou atrasos que das falhas resultarem.

Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Paraná Banco

O Paraná Banco foi contratado para a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, sendo que tais recursos serão repassados pelos Órgãos Públicos Conveniados ao Paraná Banco, que os transferirá ao Fundo em até um dia útil contado da Conciliação dos Pagamentos. Esse repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer. Dentre elas, destaca-se a hipótese de intervenção do Paraná Banco, quando o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios ao Fundo poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano). Em caso de liquidação extrajudicial do Paraná Banco, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via de decisão judicial favorável ao Fundo serem recuperados. Qualquer uma dessas hipóteses pode afetar a rentabilidade do Fundo, ou até levar o Fundo a sofrer perdas patrimoniais.

Além disso, pelo fato do Paraná Banco ter a função de Agente de Cobrança, responsável pelo recebimento dos recursos devidos ao Fundo, há o risco de fungibilidade entre os recursos do Paraná Banco e os recursos do Fundo. Não há garantias de que (i) a obrigação do Paraná Banco de repassar os recursos ao Fundo em até um dia útil contado da Conciliação dos Pagamentos e (ii) a Reserva de Liquidez, no montante de R\$1.000.000,00, serão suficientes para evitar prejuízos ao Fundo em caso de fungibilidade de recursos.

Rescisão dos Convênios com os Órgãos Públicos Conveniados

O Desconto em Folha das parcelas dos Empréstimos é viabilizado pelos Convênios. Os Convênios podem ser rescindidos unilateralmente, a qualquer momento. Os Convênios podem ser rompidos ainda por outros motivos, como, por exemplo, alterações das normas autorizadoras das suas respectivas manutenções. Ademais, a própria sistemática de desconto em folha pode ser suspensa ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, os Convênios forem rompidos sem continuidade dos descontos em folha, ou a sistemática de desconto em folha for suspensa ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou demandar elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderá, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixar de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.

Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos enviados pelo Cedente. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios será realizada apenas por meio de auditoria semestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

Risco de Descontinuidade

Desenquadramento da Alocação Mínima

O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que o Paraná Banco conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente à exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores.

Amortização Compulsória de Cotas Seniores

As Cotas devem ser amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido em cada Suplemento. No entanto, há eventos que podem ensejar a Amortização Compulsória de cotas. Dessa forma, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados, não havendo inclusive qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão investimentos de risco e retorno similares na hipótese de eventual recebimento antecipado de recursos.

Riscos do Cedente

Ausência de Direitos Creditórios que Atendam aos Critérios de Elegibilidade

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Empréstimos concedidos pelo Paraná Banco a Servidores Públicos, e devem necessariamente respeitar os Critérios de Elegibilidade, os requisitos dos itens 12.3 e 12.5 do Regulamento e os parâmetros da política de investimento descritos no item 10 do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais Empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade, os requisitos dos itens 12.3 e 12.5 do Regulamento e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo, conforme descrito no item 27 do Regulamento, ou ainda Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de empréstimo consignado também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios

A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso realizada em:

- fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passar ao estado de insolvência;
- fraude à execução, caso (i) quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (ii) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda demanda judicial fundada em direito real; e
- fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.

Guarda da Documentação

O Paraná Banco é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Paraná Banco tem a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos pelo Paraná Banco pode representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Resilição ou Resolução do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios

O Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, exclusivamente nas hipóteses previstas na Cláusula 12 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios. Além disso, o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios pode ser resolvido por conta da inexecução das obrigações por uma das partes. Nestes casos, O fundo está sujeito à liquidação antecipada, conforme descrito no item 27 do Regulamento.

Dependência dos recursos de empresas do Grupo J. Malucelli

A base de *funding* do Paraná Banco é concentrada no grupo econômico ao qual pertence, o Grupo J. Malucelli. Em 31 de dezembro de 2006, os depósitos advindos das empresas do Grupo J. Malucelli representavam aproximadamente 11,7% dos depósitos totais. Caso o Grupo J. Malucelli reduza a quantidade de depósitos junto ao Paraná Banco e caso o Paraná Banco não consiga captar recursos em fontes alternativas no mercado, suas atividades podem ser prejudicadas e, conseqüentemente, poderá haver uma redução no volume de Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo. A impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo configura um Evento de Liquidação Antecipada nos termos do item 27.3 do Regulamento.

Insuficiência de Direitos Creditórios para atender às duas operações de securitização realizadas pelo Paraná Banco

Em agosto de 2006, foi constituído o primeiro FIDC destinado à aquisição de direitos creditórios do Paraná Banco, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I, tendo sido realizada uma oferta pública de cotas seniores no volume total de R\$101.250.000,00, as quais foram totalmente colocadas a investidores no mercado. O FIDC Paraná Banco I é administrado pela J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Ltda., tem prazo de vigência de 36 meses a partir da primeira subscrição de cotas seniores e prazo de carência de 12 meses para a primeira amortização de cotas seniores. Suas cotas seniores fazem jus a uma taxa de retorno, desde que o patrimônio do fundo assim permita, de 109% sobre a Taxa DI. O FIDC Paraná Banco I, tal como o Fundo, é destinado a adquirir direitos creditórios originários do segmento de empréstimo com Desconto em Folha a Servidores Públicos concedidos pelo Paraná Banco, decorrentes de uma lista de Convênios constante do contrato de promessa de cessão de direitos celebrado por ocasião da constituição do FIDC Paraná Banco I. Dos Convênios destacados para fazer parte do Fundo, 73 Convênios (representando um volume médio mensal de R\$38,4 milhões gerados em Direitos Creditórios ao mês), também fazem parte do FIDC Paraná Banco I, o que significa que Direitos Creditórios originados destes Convênios podem ser cedidos tanto para o FIDC Paraná Banco I quanto para o presente Fundo, não havendo um mecanismo específico que estabeleça algum tipo de prioridade ou preferência entre ambos os Fundos. Além disso, a partir da Data de Subscrição Inicial, do volume médio mensal de Direitos Creditórios gerados pelo Paraná Banco, aproximadamente 7,5% foram destinados ao FIDC Paraná Banco I e 18,3% foram destinados ao Fundo.

Caso haja diminuição do nível de atividades do Paraná Banco, não há garantia de que o Paraná Banco conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente à exigência da Alocação Mínima, o que poderá ocasionar a Amortização Compulsória das Cotas Seniores e/ou um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do item 27 do Regulamento.

Outros Riscos

Modificação da Legislação ou da Regulamentação Sobre os Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto em folha realizado pelos Órgãos Públicos Conveniados. Tal sistemática é autorizada por leis federais, estaduais e/ou municipais, e é também submetida a regulamentação específica expedida pelos Órgãos Públicos Conveniados. Na hipótese de serem expedidas novas normas sobre a matéria, estabelecendo, por exemplo, novos parâmetros para a concessão de empréstimos (inclusive concernentes a limites para prazos e valores máximos), é possível que diminua ou deixe de ocorrer a concessão de empréstimos com características que atendam aos Critérios de Elegibilidade para cessão ao Fundo. Na falta de Direitos Creditórios elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.

Concentração dos Investimentos do Fundo em Direitos Creditórios

O Fundo poderá ter até 100% de seu patrimônio aplicado em Direitos Creditórios referentes exclusivamente a Empréstimos, observada a manutenção da Reserva de Liquidez e da Reserva de Pagamento. Nesse contexto, não será possível uma ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). Como a possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em uma ou em poucas modalidades de investimento, caso, por qualquer motivo, os Órgãos Públicos Conveniados atrasem ou deixem de repassar parte ou a totalidade do montante devido ao Fundo, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

Inexigibilidade de Direitos Creditórios

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Empréstimo com Servidores Públicos. O Fundo poderá eventual e involuntariamente adquirir Direitos Creditórios relacionados a Empréstimos decorrentes de operações em que pessoas tenham agido fraudulentamente, identificando-se falsamente para obter Empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros (Servidores Públicos que não teriam conhecimento da celebração do Empréstimo), mas obtendo em benefício próprio os recursos liberados pelo Paraná Banco. Ocorrida esta hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos Empréstimos por parte dos Servidores Públicos lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago pelos créditos fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente poderá demorar a ocorrer ou, ainda, o Cedente poderá não dispor de recursos para tanto. Em ambos os casos, haverá impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo. Caso o cedente descumpra com a obrigação de restituir o preço pago pelos créditos fraudulentos, isto poderá configurar um Evento de Avaliação.

Necessidade de Aprovação dos Titulares das Cotas Subordinadas para Determinados Assuntos

Sem prejuízo ao quorum legal para determinadas matérias, previsto no item 24.3.1 do Regulamento, o item 24.2.1 do Regulamento confere o direito de voto aos titulares de Cotas Subordinadas em determinadas matérias e estabelece a necessidade de aprovação dos mesmos em determinadas deliberações relevantes da assembleia geral de cotistas, desde que tais matérias tenham sido previamente aprovadas pelos titulares das Cotas Seniores. Ademais, nos itens 24.3.2 do Regulamento e seguintes são estabelecidos quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores para determinadas matérias submetidas às assembleia geral de cotistas. Referido direito dos titulares das Cotas Subordinadas assim como a existência de quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores podem impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Cotas Seniores, o que pode eventualmente afetar seus interesses negativamente.

Ausência de Notificação aos Devedores

A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo não será notificada previamente aos Devedores, exceto nos casos em que o Paraná Banco deixar de exercer a função de Agente de Cobrança. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, a cessão dos Direitos Creditórios não será considerada eficaz em relação aos Devedores e, como consequência, os Direitos Creditórios relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios

No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Neste caso, além de o Fundo incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Devedores inadimplentes, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos. Nessa hipótese, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente.

Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

Gerenciamento de Riscos

Os fundos de investimento geridos pela Administradora estão sujeitos aos controles de risco. A Gestora, ao realizar a gestão do Fundo, busca gerenciar os riscos a que o Fundo está exposto e a aderência da carteira aos padrões de conformidade. Para o controle do risco de mercado são utilizados o "VaR" (Value at Risk). O monitoramento do risco de crédito de instituições financeiras é realizado através de processo de análise de crédito dos emissores dos ativos. Para atendimento aos resgates e outras exigibilidades do Fundo, é mantido adequado fluxo de vencimento dos ativos, bem como, percentual do patrimônio do Fundo aplicado em operações com liquidez diária (operações compromissadas).

Os métodos utilizados pela Administradora para gerenciar os riscos a que o Fundo se encontra sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

Direitos Creditórios

Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- os Direitos Creditórios devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um Contrato de Empréstimo;
- nas Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Empréstimos celebrados entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados listados no Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, os quais foram objeto de avaliação pelo Avaliador da Carteira;
- os Direitos Creditórios não poderão ter vencimento posterior à data de resgate da Série de Cotas Seniores em Circulação que tiver período mais longo;
- os Direitos Creditórios não poderão ter um grau de concentração por Órgão Público Conveniado superior a 10% do patrimônio líquido do Fundo na data de celebração dos Termos de Cessão; e
- os Direitos Creditórios não poderão ter um grau de concentração em relação aos seis maiores Órgãos Públicos Conveniados superior a 50% do patrimônio líquido do Fundo na data de celebração dos Termos de Cessão.

Sendo constatada, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Paraná Banco esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de cinco dias úteis, sem prejuízo do evento ser caracterizado como um Evento de Avaliação.

Características dos Direitos Creditórios

Natureza

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Contratos de Empréstimos celebrados por escrito (que não tenham sido formalizados exclusivamente via telefone ou por meio eletrônico) entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados, que tenham atendido aos Critérios de Elegibilidade.

Desde o advento da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os servidores civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União poderão autorizar desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos e financiamentos. A autorização da consignação em folha de pagamento de servidores públicos estaduais e municipais dá-se por meio de regulamentos internos e leis, ambos expedidos pelos respectivos órgãos estaduais e municipais. Para a efetiva consignação dos descontos na folha de pagamento mensal dos servidores públicos relativos aos empréstimos concedidos pela instituição financeira, são observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

Processo de Originação

Inicialmente, os Servidores Públicos interessados em contrair empréstimo, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram correspondentes do Paraná Banco e estabelecem as características da operação. Os correspondentes consultam os respectivos Departamentos de Recursos Humanos dos Órgãos Públicos Conveniados ou, quando existente, o sistema eletrônico do Órgão na rede mundial de comunicação "internet", para confirmar os dados fornecidos e a existência de margem consignável.

O Paraná Banco, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado ao Órgão Público Conveniado ou ao órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Servidores Públicos. O Órgão Público Conveniado ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas. Nos casos em que o Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado) possua sistema na "internet" para registro "on-line" das operações e averbação das parcelas do empréstimo, não há necessidade de troca de arquivo eletrônico.

Aprovada a operação, o Paraná Banco transfere os recursos do empréstimo para os Servidores Públicos, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito ou Transferência Eletrônica Disponível para a conta corrente dos Servidores Públicos. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de Ordens de Pagamento através de bancos conveniados, hipótese em que o Devedor deve se dirigir a uma agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada, após a sua devida identificação.

O desconto em folha das parcelas dos Empréstimos é viabilizado pelos Convênios, mediante consignação na folha de pagamento do Devedor, sendo o valor repassado ao Paraná Banco, juntamente com relação analítica dos descontos efetuados. Em alguns casos específicos há necessidade de envio mensal, aos Órgãos Públicos Conveniados (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), de arquivo de cobrança das parcelas devidas para que se processe o Desconto em Folha.

Documentos Representativos dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de (a) Contrato de Empréstimo impresso; (b) autorização impressa do Servidor Público para Desconto em Folha, ou, alternativamente, de documento impresso a partir do sistema do respectivo Órgão Público Conveniado que identifique a existência de margem consignável para o Desconto em Folha; (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Servidor Público vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado; e (d) cópia de relatório físico, emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), confirmando ou autorizando a realização do respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição de devedor do respectivo Servidor Público.

Convênios do Paraná Banco com os Órgãos Públicos Conveniados

A tabela a seguir demonstra os Convênios celebrados pelo Paraná Banco com os Órgãos Públicos Conveniados, a partir dos quais surgirão os Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, bem com as respectivas datas de início e de vencimento e legislação específica. –

Convênio	Data de Início do Primeiro Convênio	Data de Vencimento do Convênio em Vigor	Legislação Específica
Governo do Estado do Paraná	19.03.96	17.08.07	Decreto n.º 1.458, de 14 de dezembro de 1995 Resolução n.º 4.817, de 13 de março de 1996
Governo do Estado do Rio de Janeiro Convênio n.º 003/2004	31.01.00	01.07.07	Decreto n.º 25.547, de 30 de agosto de 1999 Resoluções SARE n.º 2821/99 e n.º 2903/01
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro Convênio n.º 150/2004	13.07.01	13.07.07	Resolução n.º 041, de 27 de abril de 2001.
Prefeitura Municipal de Curitiba	14.05.97	Indeterminado	Decreto n.º 1043/63.
Tribunal de Justiça do Paraná	13.11.96	20.04.07	Decreto Judiciário n.º 533, de 5 de dezembro de 2005.
Estado de Minas Gerais	11.08.99	30.08.07	Decretos n.º 43.723/2004, n.º 42.823/2002, n.º 43862/2004 Resolução n.º 51/99 Resolução SERHA n.º 098, de 12 de dezembro de 2000 Portaria n.º 371/05.
Comando do Exército Brasileiro Contrato Credenciamento n.º 0040/2005	01.07.05	01.07.10	
Estado de Goiás	21.06.01	07.11.07	Lei n.º 13.847, de 7 de junho de 2001

Convênio	Data de Início do Primeiro Convênio	Data de Vencimento do Convênio em Vigor	Legislação Específica
Comando da Aeronáutica Termo Credenciamentoº 028/DIRINT/SDEE/2004	10.11.04	10.11.09	Portarias n.º 398/GC6, de 17 de maio de 2002 e n.º 002/DIRINT de 16 de março de 2004.
Estado da Bahia Contrato n.º 05/2004	29.12.03	Indeterminada	Decreto n.º 4.408, de 21 de julho de 1995 Portaria n.º 928, de 29 de dezembro de 2003
Tribunal de Contas do Rio de Janeiro	06.03.01	10.05.07	Decreto n.º 25547/99 e n.º 27232/00
Associação dos Funcionários da Prefeitura de São José dos Pinhais	21.07.98	19.12.08	-
Empresa Municipal de Vigilância do Rio de Janeiro Convênio n.º 150/2004	22.10.04	22.10.07	Lei n.º 207/80 Decreto Municipal n.º 3.221/81
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	01.06.05	01.12.07	Decreto 14.402, de 12 de abril de 2002
Estado do Maranhão	22.10.02	01.03.07	Instrução Normativa n.º 001/2002 Decreto n.º 18.720, de 11 de junho de 2002 Decreto n.º 3.155/05
Prefeitura Municipal de Campina Grande Convênio n.º 13/2005	25.07.05	Indeterminada	Decreto n.º 3.155/05
Prefeitura Municipal de Paranaguá Convênio n.º 28	22.04.05	22.04.10	Parecer Jurídico n.º 23/05
Polícia Militar de Minas Gerais	11.08.99	30.08.07	Decretos n.º 43.862/2004; n.º 42.823/2002; n.º 43.723/2004 Resoluções SERHA n.º 51/99; n.º 098. Resolução n.º 3776-CG
Estado do Mato Grosso do Sul Convênio SEGES/MS n.º 050/2004	07.06.04	Indeterminada	Decreto n.º 11.464, de 31 de outubro de 2003
Prefeitura Municipal de Ponta Grossa	21.10.97	18.12.10	-
ASSUEL - Universidade Estadual de Londrina.	11.10.00	05.12.11	-
Senado Federal Convênio n.º 0042/2005	03.11.05	03.11.07	Decretos n.º 3.297/1999; n.º 93.872/1986.
ASTRA – Associação dos Servidores do TRT da Paraíba	03.09.04	03.09.09	-
SANASA S.A.	08.06.04	16.11.08	Lei n.º 10.820/03 Decreto n.º 4.840/03 Lei Municipal n.º 11.630/03
Associação dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Maringá	16.12.02	15.12.07	-
Universidade de Ponta Grossa – SINTESPO	16.06.98	11.08.07	Lei n.º 13.740/2002
Tribunal de Justiça da Paraíba Convênio n.º 03/2004	13.07.04	13.7.09	-
Tribunal de Contas do Paraná Convênio n.º 01/2006	11.02.98	20.04.07	Lei Complementar n.º 113/05, artigo 122, I
Associação dos Funcionários do Porto de Paranaguá	02.09.96	Indeterminada	Ordem de Serviço n.º 144/96 Decreto n.º 7447/90
Prefeitura Municipal de João Pessoa Convênio n.º 004/05	27.07.05	31.12.08	Decreto n.º 5.344, de 13 de junho de 2005 Portaria n.º 424/05
Ministério Público da União	04.09.00	01.01.08	-
Prefeitura Municipal de Guaratuba	05.03.04	05.03.07	-
Prefeitura Municipal de Goiânia Convênio n.º 038/2004	28.09.01	27.09.07	Despacho n.º 767/04
Prefeitura Municipal de Martinhos	01.03.05	31.12.08	-
Prefeitura Municipal de São Paulo Termo de Convênio n.º ¼	29.1.02	Indeterminada	Decreto n.º 44.629, de 17 de abril de 2004
Prefeitura do Município de Patos	04.3.05	04.03.10	-
Tribunal de Contas da União Convênio 35/2003	19.12.00	12.05.08	Decreto n.º 3.297. de 17 de dezembro de 1999; n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986. Portaria TCU n.º 52, de 14 de março de 2000. Portaria n.º 228, de 9 de outubro de 2000. Decreto n.º 4.708, de 16 de dezembro de 2004.
Estado de Mato Grosso Convênio 003/2006	14.10.02	05.10.09	Decreto n.º 4.708, de 16 de dezembro de 2004.
Prefeitura Municipal de Campo Grande Termo de Compromisso n.º 04/2001	07.05.01	14.03.08	Decreto n.º 7.318, de 17 de outubro de 1996. Lei Complementar n.º 7. de 30 de janeiro de 1996.
Prefeitura do Município de Guarapuava	06.10.97	05.01.09	-
Prefeitura Municipal de Campinas	12.01.04	17.10.08	Lei n.º 11.630, de 1º de agosto 2003.
Prefeitura Municipal de Colombo	13.09.05	13.09.10	-

Convênio	Data de Início do Primeiro Convênio	Data de Vencimento do Convênio em Vigor	Legislação Específica
Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Descoberto	21.09.05	21.09.10	Lei n.º 573/2003
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	21.12.04	21.12.09	-
Departamento de Estradas de Rodagem do Governo do Estado da Paraíba	30.01.06	30.01.11	Lei n.º 8666/93
Convênio n.º 02-PJ/06			
Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá	25.04.03	25.04.08	-
Prefeitura Municipal de Cascavel	20.01.98	01.09.08	-
Prefeitura Municipal de Palmeira	04.01.05	04.01.10	-
Assembleia Legislativa da Paraíba	29.09.05	29.09.10	-
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás	14.11.01	Indeterminada	Lei n.º 13847/01 Instrução Normativa n.º 01/01
Prefeitura Municipal de Irati	14.08.01	13.01.09	-
Prefeitura Municipal de Antonina	03.01.05	03.01.10	-
Tribunal Regional do Trabalho –SC	30.05.00	16.03.09	Leis n.º 8666/93, n.º 9032/95, n.º 9648/98 e n.º 9854/99
Convênio n.º 002/2004			
Prefeitura Municipal de Araranguá	20.02.03	22.12.11	-
Tribunal de Justiça de Brasília	30.03.06	30.03.11	P.A. n.º 16378/05
Convênio n.º 003/06			
Prefeitura Municipal de Indaiatuba – ASPMI	15.08.03	15.08.08	-
I.P.M. Ribeirão Preto	30.03.04	30.03.07	Decreto n.º 027/04
Prefeitura Municipal de Uraí	31.03.04	31.03.09	-
Correios	08.07.04	21.11.08	Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003
Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu	15.03.04	15.03.09	-
Prefeitura Municipal de Sarandi	26.11.03	09.12.08	-
Prefeitura Municipal de Itu	31.10.02	Indeterminada	Lei Municipal n.º 244/02 e n.º 316/02
Prefeitura Municipal de Colorado	03.01.05	03.01.10	-
Prefeitura Municipal de Nova Esperança	24.07.05	24.07.10	-
Superior Tribunal Militar	22.09.00	27.10.07	Provimento n.º 77
Convênio n.º 3/2005			
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	29.11.05	29.11.10	Decreto n.º 13423 de 01 de outubro de 2001
Prefeitura Municipal de Sertaneja	27.5.05	27.11.07	-
Prefeitura Municipal da Lapa	12.08.05	12.08.10	-
Prefeitura Municipal de Imbituva	07.07.05	07.07.09	-
Tribunal Regional do Trabalho do Paraná	08.05.00	31.07.08	-
Convênio n.º 11/2003			
Prefeitura Municipal de Jaguariaíva	06.05.05	06.05.09	-
Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais	18.08.05	30.08.07	Decretos n.º 43723/2004; n.º 42823/2002; n.º 43862/2004. Portaria n.º 094/2004 Lei n.º 15025/2004 Resoluções SERHA n.º 098 e n.º 51/99.
Prefeitura Municipal de Piraquara	29.08.05	29.08.07	-
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	15.12.99	Indeterminada	-
Assemar – Associação dos Servidores Públicos de Marechal Cândido Rondon	09.09.04	09.09.09	-
EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana	22.08.05	31.12.08	Decreto n.º 5344/2005 e Portaria n.º 424/05
Autarquia Municipal de Trânsito		25.07.07	
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	28.04.04	28.04.09	-
Associação da Câmara Municipal de Curitiba	08.11.06	08.11.11	-
Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB	18.11.05	18.11.08	Resolução Conjunta SMF/SMA n.º 041, o quanto decidido no processo administrativo n.º 01/504.190/05, disposições da lei 8666/93, Lei complementar n.º 01/90 e Decreto Municipal RJ n.º 3221/81 e resolução SMF 1791/91.
Companhia de Desenvolvimento Agropecuária do Paraná – CODAPAR	13.01.98	Indeterminado	-
Companhia de Habitação de Londrina – COHAB	-	16.11.08	-

Convênio	Data de Início do Primeiro Convênio	Data de Vencimento do Convênio em Vigor	Legislação Específica
Companhia de Habitação e Londrina COHAB-LD	-	16.11.08	-
Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais	Contrato omissso, decreto omissso	30.08.07	Decretos nº 43.723/04, 43.862/04, 43.872/04, 43.846/04, 43.887/04, 43.994/05.
Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Maringá - CAPSEMA	16.12.03	16.12.08	-
Governo do Estado do Rio Grande do Norte	30.09.05	30.09.10	-
Estado do Tocantins	14.01.06	14.01.08	Lei n.º 8666, Decreto nº 2.494/05, Instrução Normativa Geral 01/05.
Fundação de Ação Social – FAS	18.11.97	Indeterminado	-
Fundação Celepar	08.05.98	Indeterminado	-
Fundação Cultural de Curitiba	26.06.98	Indeterminado	-
Hospital do Servidor Público de São Paulo – HSPM	07.08.02	07.08.07	-
Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande – IMPCG	23.08.05	23.08.07	Lei complementar nº 7/96 e Decreto nº 8276/01.
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cascavel – IOMC	09.02.06	09.02.11	-
Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro – PREVERIO	29.11.04	29.11.07	Lei 8666/93, 8883/94, 207/80 e Lei complementar nº 1/90, portaria PREVRIO 430/02.
Instituto de Previdência do Município de Osasco - IPMO	05.12.05	21.11.08	-
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande – IPSEM	16.11.05	16.11.10	-
Justiça Federal do Paraná	-	Indeterminado	-
Município de João Pessoa – PBPREV	27.07.05	31.12.08	Decreto nº 5.344/05 e portaria 424/05.
Prefeitura Municipal de Altônia -	07.12.05	07.12.10	-
Prefeitura Municipal de Alvorada	14.07.05	14.07.10	-
Prefeitura Municipal de Amaporã	16.11.05	16.11.10	-
Prefeitura Municipal de Antônio João	05.07.05	05.07.10	-
Prefeitura Municipal de Aquidauana	12.08.05	12.08.10	-
Prefeitura Municipal de Arapoti	13.01.05	13.01.08	-
Prefeitura Municipal de Araucária	02.05.06	02.05.11	Decreto Municipal nº 19.20/05.
Prefeitura Municipal de Astoga - PR	24.05.05	24.05.10	-
Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul	22.06.05	22.06.10	-
Prefeitura Municipal de Caicó	30.11.05	30.11.08	-
Prefeitura Municipal de Campo e Santana	01.07.05	01.07.10	-
Prefeitura Municipal de Campo Mourão	02.04.02	02.04.07	-
Prefeitura Municipal de Candoi	18.06.05	18.06.10	-
Prefeitura Municipal de Carambei	30.08.05	30.08.09	-
Prefeitura Municipal de Castro	02.12.05	02.12.10	-
Prefeitura Municipal de Catanduvas	10.05.05	10.05.10	-
Prefeitura Municipal de Chopinzinho	20.05.05	20.05.10	-
Prefeitura Municipal de Cianorte – PR	17.08.05	17.08.10	-
Prefeitura Municipal de Dourados	05.07.05	05.07.08	-
Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu	12.03.05	12.05.10	-
Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande	12.12.05	12.12.10	-
Prefeitura Municipal de Goiânia – Secretaria Municipal de Administração de Recursos Humanos	08.08.06	08.08.09	Lei complementar n.º 11/92, Decreto n.º 565/06 e portaria n.º 1630/06.
Prefeitura de Imbaú	27.06.05	27.06.09	-
Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul	21.07.05	21.07.10	-
Prefeitura Municipal de Lindoeste – PR	04.05.06	04.05.11	-
Prefeitura Municipal de Loanda	21.11.05	21.11.10	-

Convênio	Data de Início do Primeiro Convênio	Data de Vencimento do Convênio em Vigor	Legislação Específica
Companhia de Desenvolvimento de Londrina	30.10.03	30.10.08	Decreto n.º 220/06.
Prefeitura Municipal de Maria Helena	22.12.05	22.12.10	-
Associação dos Funcionários municipais de Maringá – Prefeitura Municipal de Maringá	19.03.02	19.03.07	-
Prefeitura Municipal e Medianeira	27.04.05	27.04.10	-
Prefeitura Municipal de Monteiro	01.03.05	01.03.10	-
Prefeitura Municipal de Morretes	02.12.03	02.12.08	-
Prefeitura Municipal de Nova Londrina	15.03.06	15.03.11	-
Prefeitura Municipal de Palmital	19.10.05	19.10.10	-
Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte	20.04.05	20.04.10	-
Prefeitura Municipal de Paranacity	06.06.05	06.06.10	-
Prefeitura Municipal de Paranavaí	10.11.04	10.11.09	-
	24.01.05	31.12.08	-
Prefeitura Municipal de Pinhão			
Prefeitura Municipal de Piraí do Sul	10.02.05	10.02.10	-
Prefeitura Municipal de Pitanga	13.06.03	13.06.07	-
Prefeitura Municipal de Planalto	15.09.05	15.09.10	-
Prefeitura Municipal de Porto Amazonas	12.09.05	12.05.09	-
Prefeitura Municipal de Quitandinha	01.06.06	01.06.07	-
Prefeitura Municipal de Rancho Alegre	20.06.06	20.06.11	-
Prefeitura Municipal de Reserva	27.05.05	27.05.09	-
Prefeitura Municipal de Rosana	19.01.06	19.01.11	-
Prefeitura Municipal de Santa Inês	03.02.05	03.02.10	-
Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste	31.10.05	31.10.10	-
Prefeitura Municipal de Santo Inácio	03.02.05	03.02.10	-
Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul	25.11.05	25.11.10	-
Prefeitura Municipal de Tibagi	14.04.05	14.04.09	-
Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul	19.04.06	19.04.11	-
Prefeitura Municipal de Rancho Alegre	20.06.06	20.06.11	-
Prefeitura Municipal de Três Barras	28.09.05	28.09.10	-
Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná	12.04.06	12.04.11	-
Prefeitura Municipal de Uruarama	05.05.05	05.05.10	-
Prefeitura Municipal de União da Vitória	24.03.05	24.03.10	-
Prefeitura Municipal de Ventania	26.01.06	26.01.11	-
Prefeitura Municipal de Vianópolis – GO	22.12.05	22.12.10	-
Sociedade Educacional Positivo	11.05.01	11.5.09	-
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A – SANASA Campinas	16.11.06	16.11.08	-
Sindicato dos Servidores Estatutários Municipais de Santos	26.12.05	26.12.10	-
Astra 13ª Associação dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.	03.09.04	03.09.09	-
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO	21.05.1999	Indeterminado	-
Fundação Universidade Estadual de Maringá	29.06.06	29.06.11	Lei Estadual n.º 13.740/02.
URBS – Urbanização de Curitiba S.A	15.05.01	Indeterminado	-

Política de Concessão de Crédito

Os empréstimos a Servidores Públicos somente podem ser concedidos se (i) o Devedor não tiver seus vencimentos suspensos; e se (ii) as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto; assim, no ato na contratação do empréstimo, o Paraná Banco deve atestar a existência de documentos ou de informações que comprovem a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto.

Cobrança dos Direitos Creditórios

A cobrança bancária dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Paraná Banco ou por quem vier a lhe substituir na qualidade de Agente de Cobrança, contratado para efetuar-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança bancária são a seguir descritas:

- o Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento dos Devedores, processará mensalmente o desconto na folha de pagamento dos respectivos Devedores, dos valores referentes às parcelas dos empréstimos vencidas em cada período/mês;
- o Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento, e no prazo por ele estabelecido, envia ao Paraná Banco relatório analítico dos Devedores e respectivos valores que foram ou serão descontados em folha de pagamento;
- na data previamente informada pelo Órgão Público Conveniado, que, em geral, ocorre num dia do mês subsequente ao da competência da consignação em folha de pagamento, o Órgão Público Conveniado repassa o montante dos valores descontados dos Devedores para uma conta de controle de titularidade do Paraná Banco.
- ao receber os valores, o Paraná Banco confronta-os com o relatório analítico disponibilizado pelo Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações, no qual é informado quais Devedores terão as parcelas dos Empréstimos descontadas de suas folhas de pagamento;
- havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Paraná Banco questiona o respectivo Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento;
- apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente;
- entre os valores não recebidos ficarão Contratos de Empréstimos considerados inadimplidos, que ocorrem, geralmente, nas hipóteses de óbito, ordem judicial que impossibilite o desconto, no todo ou em parte, casos de inoccorrência de tais descontos por parte Órgão Público Conveniado ou órgão contratado para processamento das consignações, em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial ou redução salarial ou perda de proventos, exoneração ou demissão do Devedor, pedido de licença ou afastamento temporário pelo Devedor, etc.; e
- após a finalização da conciliação e confirmação do recebimento de todos os registros e consignações que compõem o repasse financeiro efetuado pelo Órgão Público Conveniado, o Paraná Banco repassará ao Fundo no prazo de um dia útil contado da Conciliação dos Pagamentos efetuada pelo Paraná Banco, os valores decorrentes dos Direitos Creditórios cujo pagamento tenha sido feito, na conta corrente n.º 586.667-7, agência n.º 2856, Banco Bradesco S.A..

O procedimento adotado pelo Paraná Banco para cobrança dos Devedores inadimplentes, enquanto prestar os serviços de Agente de Cobrança, é o descrito a seguir:

- se a causa da inadimplência é óbito do Devedor, busca-se cobrar diretamente do espólio;
- a cobrança dos Devedores inadimplentes será realizada pelo Cedente e/ou por prestadores de serviços de cobrança contratadas pelo Cedente, de forma amigável e/ou judicial, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos dos Contratos de Empréstimo, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração *ad judícia* em favor do Cedente e/ou de prestadores de serviços contratados pelo Cedente para tanto;
- para o acompanhamento da cobrança estabelecida na alínea acima, o Paraná Banco deverá elaborar relatórios de cobrança e encaminhá-los à Administradora, mensalmente, a partir da data de assinatura do primeiro Termo de Cessão;

- o Cedente foi constituído fiel depositário de quaisquer valores por ele recebidos, a qualquer título, referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, até a efetiva transferência de tais valores ao Fundo; e
- desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança da totalidade do valor exigível dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, o Paraná Banco poderá celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos observadas as normas e os percentuais de acréscimos ou descontos que sejam previamente determinados ou aprovados pela Administradora na ocasião.

Direitos Creditórios Inadimplidos, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança

Os Direitos Creditórios não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.

O Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente à data de vencimento do título, pelo valor exigível do Direito Creditório inadimplido.

A cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios cedidos inadimplidos e não recomprados pelo Cedente na forma descrita acima será feita pelo Agente de Cobrança e/ou por prestadoras de serviços de cobrança contratados pelo Agente de Cobrança, amigável e/ou judicial, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob os Contratos de Empréstimo com Servidores Públicos, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração ad judicia em favor do Agente de Cobrança e/ou de prestadores de serviços contratados pelo Agente de Cobrança para tanto.

Para o acompanhamento da cobrança estabelecida acima, o Agente de Cobrança deverá elaborar relatórios de cobrança e encaminhá-los ao Custodiante com cópia para a Administradora mensalmente.

Sem prejuízo do disposto acima, o Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios inadimplidos junto aos respectivos Devedores, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Direito Creditório inadimplido, após o 10º dia corrido contado do vencimento do respectivo Direito Creditório.

Todos os custos e despesas necessários para a salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos cotistas do Fundo, não estando o Agente de Cobrança, a Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios e Outros Ativos.

O Agente de Cobrança, a Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de Devedores, terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, nos termos deste parágrafo, diretamente pelos cotistas do Fundo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em assembléia geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas cotas.

Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o parágrafo acima; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual

verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste parágrafo.

Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e dos Outros Ativos.

O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será responsável pela indicação de Direitos Creditórios ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado por sua Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 27.8 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo no terceiro dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço, no mínimo, equivalente ao valor exigível dos Direitos Creditórios.

No ato de pagamento da recompra de Direitos Creditórios, o Fundo deverá transferir ao Cedente os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios que eventualmente tenha recebido.

Adicionalmente às hipóteses de recompra descritas acima e sem prejuízo do evento ser caracterizado como um Evento de Avaliação, na hipótese dos Descontos em Folha de determinado Convênio tornarem-se definitivamente impossíveis, com a concorrência de culpa do Cedente, por tempo indeterminado, ou por prazo superior a um mês, o Cedente deverá, imediatamente:

- recomprar a totalidade dos Direitos Creditórios cedidos e ainda não pagos pelos respectivos Devedores, observado que, (1) em se tratando de Direitos Creditórios vincendos, pelo Preço da Cessão, calculado de acordo com a fórmula especificada no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios; e (2) em se tratando de Direitos Creditórios vencidos, pelo valor pelo qual tais Direitos Creditórios sejam exigíveis; ou, alternativamente, a critério da Administradora,
- substituir a totalidade dos Direitos Creditórios cedidos e ainda não pagos pelos respectivos Devedores por outros Direitos Creditórios equivalentes no que se refere a prazo de vencimento e valor e que atendam aos Critérios de Elegibilidade e aos compromissos assumidos pelo Cedente nos termos das Cláusulas 4.1 e 4.2 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

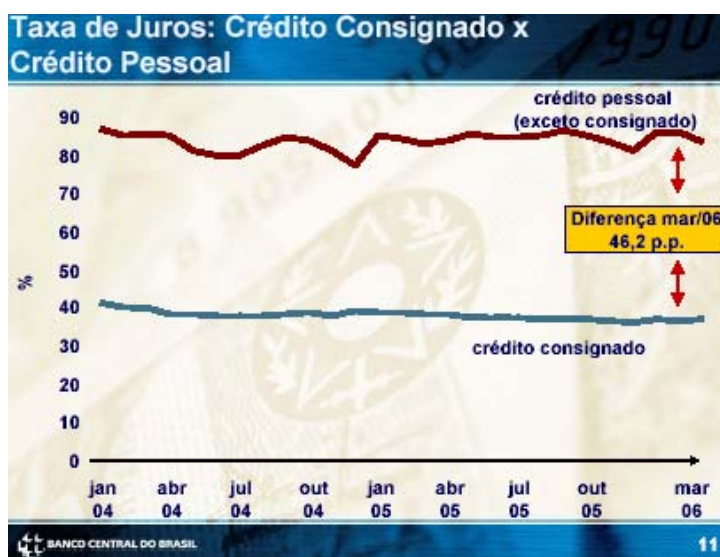
Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado

As operações de crédito do sistema financeiro, de acordo com dados do Banco Central, divulgados no "Relatório Mensal de Dezembro de 2006", atingiram, em setembro de 2006, R\$684.396 milhões. No ano de 2005, segundo o "Relatório Anual 2005" do Banco Central, as operações de crédito do sistema financeiro atingiram R\$607 bilhões em dezembro de 2005, com aumento de 21,5% no ano. Em consequência, a participação do total de empréstimos no PIB atingiu 31,2%, ante 27% em dezembro de 2004. O comportamento do crédito em 2005 foi sustentado pelo desempenho favorável do segmento de recursos livres, impulsionado, principalmente, pela trajetória expansionista das operações contratadas com pessoas físicas, com ênfase na aquisição de bens duráveis e no crédito pessoal, o que traduziu a expressiva evolução dos empréstimos consignados em folha de pagamento. Ao mesmo tempo, a demanda das empresas foi sensibilizada pelo menor dinamismo da atividade econômica.

Em dezembro de 2005, verificou-se um crescimento de 84,3% nas operações consignadas em folha de pagamento, que atingiu R\$32,3 bilhões, passando a representar 45,7% da carteira de crédito pessoal, ante 35,5% em dezembro de 2004. Contribuiu de forma relevante para esta evolução a consolidação dos empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS.

Os gráficos abaixo, divulgados pelo Banco Central, demonstram, respectivamente, a evolução do crédito consignado em relação ao crédito livre para pessoas físicas e a evolução da taxa de juros do crédito consignado em comparação com o crédito pessoal em geral (período de janeiro de 2004 a março de 2006):





Aspectos Legais e Regulamentares do Empréstimo com Desconto em Folha

O parágrafo único do artigo 45 da Lei n.º 8.112/90, autoriza a consignação em folha de pagamento de servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União, desde que mediante autorização do referido servidor, a critério da administração, e na forma definida em regulamento.

A Lei n.º 8.112/90 é aplicável exclusivamente para servidores públicos do poder executivo da União. A autorização da consignação em folha de pagamento de servidores públicos estaduais e municipais dá-se por meio de regulamentos internos e leis expedidos pelos respectivos órgãos estaduais e municipais. De forma geral, tais regulamentações dispõem sobre (i) o limite do valor do desconto em folha de pagamento; e (ii) o cancelamento, pelo servidor, da autorização para desconto em folha de pagamento.

O desconto em folha de pagamento para servidores federais previsto no artigo 45 da lei acima referida é regulamentado pelo Decreto n.º 4.961/04. Neste decreto, o empréstimo com desconto em folha é definido como consignação facultativa.

Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja anuência da Administração Pública. Há também as consignações compulsórias,

que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia do servidor público, pois decorrem de lei ou de decisão judicial. Dentre elas, citam-se: (i) contribuição para a Previdência Social; (ii) pensão alimentícia judicial; (iii) imposto sobre rendimento do trabalho; (iv) mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais; e (v) contribuição para planos de saúde de entidade fechada de previdência.

A soma mensal das consignações facultativas não pode exceder 30% da remuneração do servidor federal, a ser contabilizada com a inclusão da parcela dos adicionais e vantagens recebidos no respectivo mês. O somatório das consignações compulsórias e facultativas não pode comprometer mais de 70% da remuneração do servidor federal.

Como as consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas, caso referido limite de 70% venha a ser superado, parte das consignações facultativas é suspensa, de forma a proporcionar o devido reenquadramento.

A imposição de limites para o desconto em folha de pagamento pela legislação tem como finalidade impedir que o servidor federal comprometa a sua verba alimentar. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos da remuneração do servidor federal seja destinada para contribuições de primeira importância (previdência e sindicato, por exemplo), e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Ressalte-se que o Decreto n.º 4.961/04 permite que o servidor federal conceda autorização irrevogável para o desconto em sua remuneração das parcelas devidas em razão do empréstimo. Isso significa que, de acordo com a legislação pertinente, a autorização somente poderá ser cancelada com o expresse consentimento da instituição consignatária que é a concedente do empréstimo.

Decisões Judiciais sobre a Legalidade do Desconto em Folha

O pagamento dos Direitos Creditórios por parte dos Servidores Públicos deve ser efetuado por meio de desconto em folha, nos termos da legislação aplicável especificamente para cada Servidor Público. Em agosto de 2004, a 3ª Turma do STJ considerou abusiva a cláusula que estabelece a irrevogabilidade da autorização para desconto em folha concedida por um servidor público do Estado do Rio Grande do Sul, sob a alegação de impenhorabilidade de salários e vencimentos (artigo 649, IV, do Código de Processo Civil).

Referida decisão, além de isolada, foi superada pelo entendimento da Segunda Seção do STJ no julgamento do Recurso Especial n.º 728.563, julgado em junho de 2005. A decisão proferida em relação a referido recurso pacificou o entendimento sobre a matéria e é atualmente seguida pelos ministros que compõem a Terceira e a Quarta Turma do STJ.

O Recurso Especial n.º 728.563 foi interposto pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre, em razão de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que declarou serem ilegais os descontos em folha de pagamento de débitos relativos a empréstimo contraído por servidor público. Além disso, considerou descabidos os descontos por ser o salário verba de natureza alimentar.

Ao julgarem o Recurso Especial n.º 728.563, os ministros da Segunda Seção do STJ reconheceram, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve divergência, contudo, quanto à fundamentação dos votos dos ministros.

O Ministro Relator Aldir Passarinho Júnior afirmou em seu voto que o desconto em folha de pagamento consiste em mero exercício de livre disposição contratual das partes, não configurando, portanto, penhora de vencimentos. Outros quatro ministros compartilharam de tal entendimento.

A Ministra Nancy Andrighi e o Ministro Castro Filho também entenderam que o desconto em folha de pagamento não configura penhora de vencimentos. Contudo, só admitiram a possibilidade de o desconto em folha de pagamento ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos. Ressaltaram inclusive que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos. O argumento invocado por referidos ministros é de que os vencimentos têm natureza alimentar, devendo o servidor ter sobre eles livre fruição.

Cotas

Características Gerais

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, não resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo ou do resgate de Cotas Seniores previsto no Suplemento de cada Série. A amortização de Cotas é admitida conforme o disposto no Regulamento, em cada Suplemento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As Cotas serão divididas em Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries, a critério da Administradora, cujas datas e critérios de amortização, resgate e remuneração serão definidos no Suplemento da respectiva Série.

A emissão de Cotas obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores emitidas e pertencentes a uma mesma Série. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas Seniores.

As Cotas terão números inteiros, serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, sua adesão aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, bem como de declaração atestando a condição de Investidor Qualificado, exceção feita aos casos de aquisição de Cotas Seniores no mercado secundário.

Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

As Cotas Seniores só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Cotas Seniores serão colocadas pela Instituição Intermediária, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por elas, integrantes do sistema de distribuição.

As Cotas Seniores deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 dias contados da data do registro da distribuição pública de cada Emissão de Cotas Seniores perante a CVM. Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Cotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro de referido prazo serão canceladas pela Administradora.

A cada nova Série de Cotas Seniores emitida para distribuição pública, o instrumento de deliberação da Administração será acompanhado de Suplemento definindo as condições específicas da nova Série, e que será levado a registro, às expensas do Fundo, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos em que estiver registrado o Regulamento.

O valor mínimo da primeira aplicação no Fundo será de R\$30.000,00.

A integralização de Cotas pode ser efetuada por crédito em conta mantida no Custodiante ou por TED. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por crédito em conta corrente, DOC, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas pelo Cedente mediante a cessão de Direitos Creditórios. Nas cessões de Direitos Creditórios destinadas à integralização de Cotas Subordinadas, o Cedente, a Administradora e o Custodiante deverão observar a política de investimentos do Fundo, as regras determinadas no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, inclusive no que se refere aos Critérios de Elegibilidade, aos compromissos assumidos pelo Cedente nos termos dos itens 12.3 e 12.5 do Regulamento e ao Preço da Cessão dos Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 2.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios).

Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado na seção "Liquidação do Fundo". É vedada a escolha, por parte do cotista, dos ativos que lhe serão entregues nesta hipótese. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, os resgates em Direitos

Creditórios serão realizados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao valor líquido resgatado.

As Cotas Seniores deverão ser negociadas exclusivamente em pregão das bolsas de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, cabendo à Instituição Intermediária assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

O prazo para efetivação de resgate das Cotas é o previsto no Suplemento da respectiva Série de Cotas.

Emissão

Em cada Emissão de Cotas do Fundo, as Cotas terão valor de R\$10.000,00 cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. Fica a exclusivo critério da Administradora a quantidade de Emissões e de Cotas objeto de cada Emissão, sem necessidade de aprovação em assembléia de cotistas, desde que observados:

- o limite máximo de 500.000 Cotas Seniores para todas as Emissões;
- o limite máximo de 10.000 Cotas Seniores para a Emissão da primeira Série; e
- a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, calculados pro-forma, considerando cada Emissão, deve respeitar, em cada Data de Subscrição Inicial, a Razão Mínima.

As Cotas objeto de cada Emissão serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Administradora. Na subscrição de Cotas de cada Emissão que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

A Emissão se encerrará no prazo máximo de 180 dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, §1º, e artigo 20, §1º, da Instrução CVM n.º 356/01.

Observada a necessidade de manutenção da Razão Mínima, a integralização das Cotas Seniores somente será exigível após a integralização das Cotas Subordinadas.

Os cotistas do Fundo não terão qualquer direito de preferência para subscrição de Cotas Seniores no âmbito de Emissões subsequentes.

Classes de Cotas

As Cotas poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas. Todas as Cotas de mesma classe dentro de uma mesma Série terão iguais remunerações, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto na seção "Assembléia Geral".

As Cotas Seniores, conforme definido, são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

As Cotas Subordinadas, conforme definido, são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização integral das Cotas Seniores, ou conforme descrito no item 18 e 19 do Regulamento, sendo que os critérios específicos para as Cotas Seniores de cada Série estarão previstos no respectivo Suplemento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas estão previstas, respectivamente, nas seções "Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo" e "Amortização das Cotas".

Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, ou Razão Mínima, conforme definido, será equivalente a 128,21%. Essa relação deve ser apurada todo dia útil, e informada aos cotistas periodicamente, por meio do Periódico.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por dois dias úteis consecutivos, o Cedente dos Direitos Creditórios será imediatamente informado de tal fato pela Administradora, por meio de Aviso de Desenquadramento. O Cedente deverá responder ao Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o primeiro dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irrevogável a prontamente subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para o reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

Na hipótese de o Cedente desejar subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) novas Cotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais cotas sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de assembléia geral. Nesse caso, o processo de subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas deverá ser concluído dentro de até cinco dias contados da data do envio do Aviso de Desenquadramento.

Na hipótese de o Cedente não responder tempestivamente ao Aviso de Desenquadramento à Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) novas Cotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, nos termos do item 19.3 do Regulamento.

Se a Razão Mínima for inobservada por cinco dias úteis consecutivos, não tendo o Cedente respondido tempestivamente ao Aviso de Desenquadramento, ou, ainda, se não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, a Administradora deverá convocar assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo

As Cotas, independentemente da classe ou Série, terão seu valor calculado todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à primeira Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração da respectiva Série no respectivo período; e
- após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula, que consta do Anexo V ao Regulamento:

$$Re = (VCse \times FatorDI), \text{ onde:}$$

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com seis casas decimais sem arredondamento;

VCse = valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com seis casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = Taxa DI com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = (TDI \times FM), \text{ onde:}$$

TDI = Taxa DI, expressa ao dia, divulgada pela CETIP; e

FM = Fator Multiplicador, na forma percentual, definido no Suplemento.

O Fator Multiplicador, o qual será aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração das Cotas Seniores, será definido no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores. Para a Primeira Série de Cotas Seniores do Fundo, conforme definido no respectivo Suplemento, o Fator Multiplicador é equivalente a 110%.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Cotas, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Cotas, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data, e os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do

Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos cotistas, deverá convocar assembleia geral de cotistas para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da assembleia geral de cotistas.

A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem. Recomenda-se a leitura atenta da seção "Fatores de Risco" deste Prospecto.

Amortização das Cotas

O disposto nesta seção não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Amortização das Cotas Seniores

As Cotas Seniores de cada uma das Séries poderão ser objeto de amortizações definidas, a critério da Administradora, em cada um dos respectivos Suplementos.

De acordo com o Suplemento da Primeira Série de Cotas Seniores, a partir do 13º mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª Série serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{36 - (M - 1)} \right) * VCse$$

Onde:

PMT é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial;

M é o número do mês (após a Data de Subscrição Inicial) em que a amortização será realizada, sendo que M variará entre 13 (primeira amortização) e 36 (última amortização); e

VCse é o valor unitário da Cota Sênior na Data de Amortização de Cotas Seniores "n", calculado na forma do item 18 do regulamento.

As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre nas Datas de Amortização de Cotas Seniores. Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido ("APRINCIPAL") acrescida do respectivo rendimento ("AJUROS") para cada cota, conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{Vsubs - \left(\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + \sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}} \right)}{[36 - (M - 1)]}$$

onde:

Vsubs – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

$\sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

M é o número do mês, conforme definido no item 3 acima;

$$A_{JUROS_n} = PMT - A_{PRINCIPAL_n}$$

PMT é o valor de amortização calculado conforme indicado acima.

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com algum feriado na localidade da sede da Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não cabendo aos cotistas qualquer acréscimo.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas, observado o direito de voto dos cotistas titulares de Cotas Subordinadas na aprovação de referida matéria, conforme o Regulamento. Apesar do Fundo ter prazo de duração de 20 anos, a primeira Série será amortizada em até três anos contados do mês em que ocorreu a Data de Subscrição Inicial.

Amortização das Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas somente serão resgatadas ou amortizadas, total ou parcialmente, após a amortização total ou o resgate da totalidade das Cotas Seniores de todas as Séries, na forma prevista no Regulamento e nos respectivos Suplementos.

Caso a relação entre o patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores seja superior a 135%, a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Cotas Subordinadas, independente de realização de assembléia de cotistas, até que seja atingida a Razão Mínima (ou seja, até que a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores seja igual a 128,21%, e desde que (i) o Fundo esteja em dia com as amortizações das Cotas Seniores; (ii) a Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamento estejam devidamente atendidas; e (iii) até a data de amortização das Cotas Subordinadas nos termos deste parágrafo, não se tenha verificado qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas, observado que os cotistas titulares de Cotas Subordinadas também terão direito a voto na aprovação de referida matéria.

Amortização Compulsória

Desde que previamente autorizada por assembléia geral de cotistas convocada especialmente para deliberar sobre a realização de Amortização Compulsória, a Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores de forma proporcional para todas as Séries, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios.

Na hipótese de a assembléia geral decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos parágrafos anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida na seção "Amortização das Cotas Seniores" acima, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo. Esse valor será referente à amortização do valor principal do investimento, não sendo computado como remuneração.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional ao saldo das respectivas Cotas na data de Amortização Compulsória.

Os procedimentos descritos acima não constituem promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Reserva de Pagamento

A Administradora deverá constituir Reserva de Pagamento das amortizações das Cotas Seniores, adicionalmente à Reserva de Liquidez. Para tanto, deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

a partir de 60 dias corridos antes de cada Data de Amortização qualquer Série de Cotas Seniores, e até 31 dias corridos antes de cada Data de Amortização de qualquer Série de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez; e

a partir de 30 dias corridos antes de cada Data de Amortização de qualquer Série de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto acima, a Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo da configuração do evento como um Evento de Avaliação, se for o caso.

Quando da implementação dos procedimentos definidos acima, a Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos descritos acima não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

Índice de Inadimplência dos Direitos Creditórios

Mensalmente, em cada Data de Apuração, a Administradora calculará, para cada Período de Apuração:

- (i) a relação entre (a) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplidos há mais de 30 dias corridos e (b) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração;
- (ii) a relação entre (a) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplidos há mais de 90 dias corridos e (b) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração; e
- (iii) a relação entre (a) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplidos há mais de 180 dias corridos e (b) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração.

Durante a sua vigência, o Fundo deverá manter os seguintes índices de inadimplência:

- o índice calculado de acordo com os termos do item (i) acima não deve ser igual ou superior a 18% para determinado Período de Apuração e a média móvel dos três últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 15%;
- o índice calculado de acordo com os termos do item (ii) acima não deve ser igual ou superior a 8% para determinado Período de Apuração e a média móvel dos três últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 6%; e
- o índice calculado de acordo com os termos do item (iii) acima não deve ser igual ou superior a 5% para determinado Período de Apuração e a média móvel dos três últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 4%.

Caso a Administradora constate a inobservância dos índices indicados no parágrafo anterior, tal evento será considerado um Evento de Avaliação e serão observados os procedimentos previstos na seção "Liquidação do Fundo - Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo".

Regras de Movimentação

O valor mínimo da primeira aplicação no Fundo é de R\$30.000,00. Além disso, somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas.

As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX, e no Sistema de Fundos Fechados - SFF, administrado pela CETIP, observado que (i) os titulares de Cotas Seniores serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas respectivas Cotas Seniores e (ii) caberá exclusivamente à Instituição Intermediária assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Qualificados.

A integralização das Cotas pode ser efetuada por crédito em conta mantida no Custodiante ou por TED. A amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados por crédito em conta corrente, DOC, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado na seção "Liquidação do Fundo - Procedimentos de Liquidação Antecipada". Durante a vigência da CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos, em valor correspondente ao valor líquido resgatado.

O prazo para efetivação de resgate das Cotas será no dia da última Data de Amortização, conforme disposto no Suplemento de cada Série. Se o resgate for efetivado em dia não útil na praça em que estiver sediada a Administradora, os valores correspondentes serão pagos ao(s) cotista(s) no primeiro dia útil seguinte em que houver expediente bancário.

Prestadores de Serviços

Administradora

Breve histórico

O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

A Administradora é controlado indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém, indiretamente, 100% das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Administradora

A Administradora, observadas as limitações aqui estabelecidas, no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Administradora, dentre outras previstas no Regulamento:

- celebrar os documentos do Fundo por ordem e conta do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores e Auditor do Fundo encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo e da atuação da Administradora e Avaliador da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo;
- monitorar a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Paraná Banco e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, do Contrato de Cobrança e Depósito e do Contrato de Custódia;
- registrar, antes do protocolo do pedido de registro do Fundo na CVM, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como averbar futuras versões do Regulamento e de seu(s) anexo(s) e qualquer Suplemento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo;
- Manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a documentação relativa às operações do Fundo;
 - o registro dos cotistas;
 - o livro de atas de assembleias gerais;
 - o livro de presença de cotistas;
 - este Prospecto;
 - os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, §§ 3º e 4º, da Instrução CVM n.º 356/01;
 - o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e

- os relatórios do Auditor do Fundo e do Avaliador da Carteira;
- receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- entregar ao cotista, mediante recibo, gratuitamente, exemplar do Regulamento e do Suplemento, disponibilizar o Prospecto e os relatórios preparados pelo Auditor do Fundo e pela Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo, bem como cientificá-lo (a) do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações; e (b) da taxa de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria cobrada;
- providenciar a adesão dos cotistas do Fundo ao Regulamento na mesma data de subscrição de Cotas;
- divulgar, trimestralmente, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, nos termos do item 16.3 do Regulamento, e a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores de Séries destinadas à colocação pública pela Agência Classificadora de Risco;
- divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento, em especial as discriminadas no item 25 do Regulamento;
- custear as despesas de propaganda do Fundo;
- fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, conforme disposto na Instrução CVM n.º 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) ou Série(s) de cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de três dias úteis contados da sua ciência de tal fato;
- no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares, do Agente de Cobrança, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra instituição;
- informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco:
- a substituição da Administradora, do Custodiante, do Auditor do Fundo ou do Avaliador da Carteira;
- a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação Antecipada; e
- a celebração de aditamentos ao Regulamento e ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios;
- disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência Classificadora de Risco; e
- calcular, todo o dia útil, a relação mínima entre o patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores e os limites, índices e parâmetros referidos no Regulamento.

A divulgação das informações previstas no quinto item acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do diretor responsável designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

O diretor responsável designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01 deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos cotistas, bem como submetido anualmente ao Auditor do Fundo, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.

É vedado à Administradora, em nome próprio:

- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

As vedações acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas Controladoras da Administradora, das sociedades por elas Controladas e de coligadas ou outras sociedades sob Controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- aplicar recursos diretamente no exterior;
- adquirir cotas do próprio Fundo;
- pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vender Cotas a prestação;
- vender Cotas Seniores ao Cedente e a sociedades Controladoras ou Controladas pelo Cedente, bem como coligadas ou outras sociedades sob o Controle comum do Cedente;
- prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no item 8 do Regulamento;
- obter ou conceder empréstimos; e
- alugar, emprestar, empenhar ou caucionar os Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos;

A Administradora declara que não tem conflito de interesses no exercício de suas funções, ainda que a gestão, a custódia e a administração da carteira sejam realizadas por sociedades Controladoras, Controladas e/ou coligadas da Administradora nos termos do Regulamento, declarando-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções.

Remuneração da Administradora

A Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção "Informações Complementares – Taxas".

Substituição da Administradora

Os titulares das Cotas Seniores em Circulação, reunidos em assembléia geral, poderão solicitar a substituição da Administradora. Para tanto, os titulares de Cotas Seniores em Circulação deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida assembléia geral, documento contendo as razões e os motivos da solicitação e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, três instituições notoriamente capazes de assumir todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais documentos da presente operação.

A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento, enviada com antecedência mínima de 10 dias corridos a cada cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral a se realizar em até 30 dias corridos, contados da data da respectiva convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e do disposto no Regulamento.

A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 15 dias contados da data de realização da assembléia geral, ou por prazo inferior caso (i) assim seja deliberado pelos cotistas do Fundo nos termos do Regulamento, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora, na forma da regulamentação aplicável, e comprometa-se a desempenhar suas funções de acordo com os termos e as condições do Regulamento.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos acima não substitua a Administradora dentro do prazo de 15 dias contados da data da realização da assembléia geral referida acima, a Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º dia corrido contado da data de realização da referida assembléia geral.

Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a assembléia geral, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 dias.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 dias úteis contados da realização da assembléia geral que deliberar pela sua substituição ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido acima (e no item 9.3 do Regulamento), todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo, ou que quaisquer pessoas acima referidas tenham tido acesso na execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Contratação de Terceiros

A Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor designado, contratar os serviços abaixo, às expensas do Fundo:

- consultoria especializada, objetivando a análise dos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo;
- gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01; e
- custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo.

Gestora

Histórico e Atividades

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é uma sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º e 7º andares, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 62.375.134/0001-44, é uma instituição validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Gestora é controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém 100% das ações representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de gestão de fundos de investimento no País.

O Fundo deverá manter, após 90 dias do início de suas atividades, a Alocação Mínima, que, conforme definido, corresponde a no mínimo 50% de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios. O remanescente do patrimônio líquido do Fundo será gerido pela Gestora em consonância com a política de investimento definida no Regulamento.

Relacionamento da Administradora e Gestora com Paraná Banco

Além dos serviços de administração e gestão do Fundo, a Administradora e a Gestora não prestam nenhum outro serviço ou mantêm qualquer outro relacionamento comercial com Paraná Banco.

Custodiante e Escriturador de Cotas

Histórico e Atividades

O Banco Bradesco S.A. é uma instituição financeira com sede na Avenida Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001-12.

O Custodiante, por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, trustee, agente de compensação, brazilian deposit receipts e deposit receipts há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia do Bradesco presta serviços somente para recursos de terceiros, apresentando estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo compliance corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por compliance específico, que garantem a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços prestados pelo Bradesco, através do Departamento de Ações e Custódia têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Custodiante também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando assim que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências da ANBID.

Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Responsabilidades

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- receber e analisar os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;

- validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- realizar a liquidação financeira dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo de acordo com os termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e os respectivos Termos de Cessão;
- fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e dos documentos representativos dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- diligenciar para que sejam mantidos pelo Cedente, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para a Administradora, auditores independentes, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.
- prestar serviços de custódia dos Outros Ativos; e
- fazer auditoria periódica semestral e por amostragem para a verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios sob a guarda do Cedente, nos termos do parágrafo abaixo.

Em decorrência da nomeação do Cedente como fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, conforme Contrato de Cobrança e Depósito, da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, semestralmente, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora, à Agência Classificadora de Risco do Fundo e ao Avaliador da Carteira.

Ao realizar a verificação referida acima, o Custodiante deverá analisar, com relação à documentação examinada de acordo com os procedimentos de auditoria por amostragem realizados, a existência de contrato físico celebrado por escrito entre o Paraná Banco e o respectivo Servidor Público relativo à contratação do Empréstimo, bem como de autorização por escrito para o Desconto em Folha. Os procedimentos para verificação do lastro dos direitos creditórios serão realizados de acordo com a metodologia utilizada pelo Auditor do Fundo, através de normas aceitas no país. A verificação dependerá de alguns estudos estatísticos, e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.

Independentemente da nomeação do Cedente como depositário fiel dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, o Custodiante, conforme previsto no Contrato de Custódia, poderá realizar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, verificação, junto ao Cedente, da existência e formalização dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e o cumprimento com relação à guarda e organização destes.

Substituição

O Fundo e/ou a Administradora podem, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela assembléia geral de cotistas.

Relacionamento do Custodiante com o Paraná Banco

O Custodiante não mantém qualquer relacionamento comercial com o Banco Paraná, exceto pelo disposto abaixo. Em fevereiro de 2007, o Paraná Banco e o Custodiante celebraram o Contrato de Cobrança e seus posteriores aditamentos, por meio do qual o Custodiante contratou o Paraná Banco para atuar como Agente de Cobrança e fiel depositário Depósito dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo.

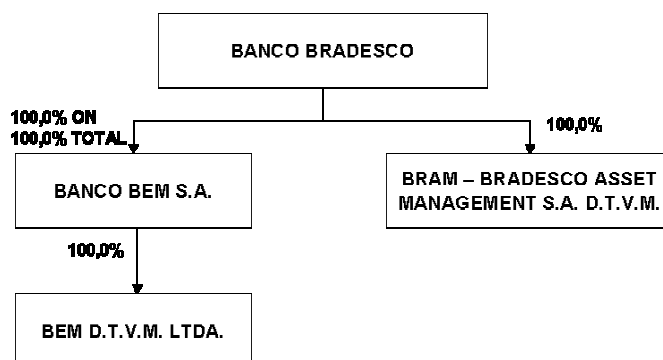
Relacionamento entre a Administradora, a Gestora e o Custodiante

A Administradora, o Gestor e o Custodiante são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Administradora, a Gestora e o Custodiante mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Segue abaixo, organograma societário simplificado no qual a Administradora, a Gestora e o Custodiante estavam inseridos e respectivas participações em 31 de março de 2006:

ORGANOGRAMA BRADESCO(simplificado)



Fiel Depositário e Agente de Cobrança

O Paraná Banco foi contratado pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, para exercer as funções de fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e Agente de Cobrança de tais Direitos Creditórios, conforme descrito no Anexo III do Regulamento. O Custodiante poderá substituir o Agente de Cobrança e fiel depositário nos termos previstos no Contrato de Cobrança e Depósito.

A contratação do Paraná Banco, conforme descrita acima, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, e do artigo 16 da Instrução n.º 89, de 8 de novembro de 1988, da CVM.

O Custodiante não será responsável pela indicação de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ao protesto ou pela inserção de nome de Devedores de tais Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, tomar todas as medidas inerentes à cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios inadimplidos cedidos ao Fundo, conforme descrito na seção "Direitos Creditórios - Cobrança dos Direitos Creditórios".

Distribuidor das Cotas Seniores da Primeira Série

As Cotas Seniores da primeira Série serão colocadas pelo Banco Real nos termos do Contrato de Distribuição.

Histórico e Atividades do Banco Real

O Banco ABN AMRO Real S.A. é um banco pertencente ao grupo holandês ABN AMRO, que possui instituições financeiras presentes em 60 países ao redor do mundo, incluindo o maior banco da Holanda (ABN AMRO Bank N.V.), um dos maiores da Europa e o segundo maior banco estrangeiro em atuação nos Estados Unidos. O ABN AMRO atua no Brasil há mais de 89 anos. Em 2003, o ABN AMRO adquiriu o Banco Sudameris S.A., que era considerado, naquele momento, o nono maior banco privado do País, passando a ampliar sua presença na região Sudeste e a aumentar sua participação nos segmentos de clientes de alta renda.

O Banco ABN AMRO Real S.A. encerrou o setembro de 2005 com ativos de R\$88,8 bilhões e patrimônio líquido de R\$9,7 bilhões, sendo o terceiro maior banco privado do Brasil por volume de empréstimos e por depósitos e o quarto em volume de ativos. Sua rede de atendimento possui mais de 6,9 mil pontos de venda para atender seus 5,4 milhões de clientes.

O Banco ABN AMRO Real S.A. possui grande experiência em estruturação e distribuição de títulos no mercado de capitais brasileiro, onde coordenou a emissão de debêntures e FIDCs de diversas companhias, entre elas (i) a décima, décima primeira e décima quarta emissões de debêntures da Braskem S.A. no valor de R\$625,0 milhões, R\$1,2 bilhão e R\$500,0 milhões, respectivamente; (ii) a terceira emissão de debêntures da Petrobras no valor de R\$775,0 milhões; (iii) a terceira, quarta, quinta, sexta, sétima e oitava emissões de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp no valor de R\$448,3 milhões, R\$300,0 milhões, R\$400,0 milhões, R\$600,0 milhões, R\$300,0 milhões e R\$700,0 milhões, respectivamente; (iv) a primeira e a segunda emissões de debêntures da Nova Marlim Petróleo S.A. nos valores de R\$235,5 milhões e R\$1,8 bilhão, respectivamente; (v) a quarta emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba no valor de R\$450,0 milhões; (vi) a quarta e quinta emissões de debêntures da Brasil Telecom S.A. no valor de R\$500,0 milhões e R\$1,08 bilhão, respectivamente; (vii) a primeira emissão de debêntures da Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp no valor de R\$1,5 bilhão; (viii) a quarta, quinta e sexta emissões de debêntures da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. no valor de R\$1,5 bilhão, R\$ 1,5 bilhão e R\$ 4,1 bilhões, respectivamente; (ix) a primeira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$200,0 milhões; (x) a quarta emissão de debêntures da Petroflex Indústria e Comércio S.A., no valor de R\$160,0 milhões; (xi) a primeira emissão de debêntures da Telemar Norte Leste S.A., no valor de R\$2,1 bilhões; (xii) a primeira emissão de debêntures da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$1,35 bilhão; (xiii) a quarta emissão de debêntures da Companhia Paranaense de Energia - Copel, no valor de R\$600,0 milhões; (xiv) a quarta emissão de debêntures da Ampla Energia e Serviços, no valor de R\$370 milhões; (xv) a sétima emissão de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce no valor de R\$5,5 bilhões; (xvi) o FIDC FICSA Financiamento de Veículos no valor de R\$35 milhões para o Banco FICSA S.A.; (xvii) o FIDC Indústria Petroquímica - Chemical II no valor de R\$400 milhões para Braskem S.A.; (xviii) o ABN AMRO Real FIDC Aymoré Financiamento e Arrendamento Mercantil (*Leasing*) de Veículos no valor de R\$ 255 milhões para o Banco ABN AMRO Real S.A.; entre outras.

Relacionamento com a Administradora, a Gestora, o Custodiante e o Paraná Banco

O Banco Real mantém relações comerciais com o Grupo Bradesco, controlador da Administradora, da Gestora e do Custodiante, que incluem a oferta de produtos e serviços bancários, como empréstimos em moeda local e estrangeira.

O Banco Real mantém relações comerciais com o Paraná Banco desde 2002. Entre as principais modalidades de operações com o Paraná Banco, destacam-se operações de cessão de crédito, emissão de cobrança bancária e operações de gerenciamento de pagamentos e recebimentos.

Auditor Independente e Avaliador da Carteira

Foi contratada a KPMG Auditores Independentes para prestar os serviços de auditor do Fundo e Avaliador da Carteira.

O Auditor do Fundo será responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, das contas do Fundo e da atuação da Administradora, nos termos do Regulamento.

O Avaliador da Carteira realizará, como contratado da Administradora, anualmente, a aplicação de procedimentos específicos, a partir de informações provenientes dos sistemas utilizados pelos Órgãos Públicos Conveniados para o processamento dos Descontos em Folha, com o objetivo de verificar, por amostragem, a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios: (i) existência de autorização impressa de cada Servidor Público para Desconto em Folha, ou, alternativamente, de documento impresso a partir do sistema do respectivo Órgão Público Conveniado que identifique a existência de margem consignável para o Desconto em Folha; (ii) cópia de documentos de identificação do Devedor e documento que comprove a sua condição de Servidor Público

vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado; e (iii) arquivo eletrônico emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), confirmando ou autorizando o respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição do Devedor de Servidor Público.

A KPMG International vem, ao longo de sua história, auxiliando empresas em todo o mundo a implementar padrões contábeis de forma eficaz, atividade que se intensificou nos dois últimos anos, considerando-se que as demonstrações financeiras do exercício 2005 de aproximadamente 7 mil companhias da Europa, Austrália e África do Sul atenderam às normas contábeis internacionais - International Financial Reporting Standards (IFRS). Um dos propósitos desse conjunto de normas é alinhar em diferentes mercados os registros contábeis de transações semelhantes.

De acordo com as regras contábeis brasileiras - Generally Accepted Accounting Principles - (BR GAAP), um bem pode eventualmente não ser contabilizado como ativo do arrendatário, contrariamente às normas internacionais. Tais discrepâncias tendem a desaparecer. Pesquisa realizada recentemente pela KPMG no Brasil, aponta que mais de 40% das empresas brasileiras utilizam as normas internacionais constantemente, e 90% das entrevistadas pretendem utilizar o IFRS com maior frequência nos próximos três anos. O Projeto de Lei 3.741, que altera a Lei das S.A., permite a incorporação de normas internacionais. Enquanto o projeto não é aprovado e na ausência de impedimento legal, a CVM procura editar normas visando à compatibilização das práticas contábeis brasileiras com as internacionais.

Existe também um esforço de grande parte das companhias brasileiras com registro nas bolsas de valores norte-americanas em se aproximar do padrão contábil norte-americano (US GAAP), embora a Securities and Exchange Commission - (SEC) não exija tal procedimento dos emissores estrangeiros de ações – apenas a inclusão de uma reconciliação para US GAAP ou apresentação já em formato integral conforme US GAAP.

Em 2005, grandes empresas norte-americanas tiveram que cumprir pela primeira vez as normas da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, sobre controle de relatórios financeiros. Também foram realizadas inspeções em empresas de auditoria norte-americanas, sendo a KPMG a primeira daquele país a ter publicado o seu relatório de revisão pelo Conselho de Supervisão Contábil de Sociedades de Capital Aberto – Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), o órgão responsável pelo monitoramento dos auditores e das empresas registradas na SEC.

Agência Classificadora de Risco

Foi contratada como agência classificadora de risco da primeira Série de Cotas Seniores a Standard & Poor's, divisão da McGraw Hill Interamericana do Brasil Ltda.

A Agência Classificadora de Risco será responsável por atribuir a classificação de risco do Fundo, atualizando-a, no mínimo, a cada três meses. A Agência Classificadora de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill companies (NYSE:MHP), é a maior provedora mundial de ratings, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com aproximadamente 8.500 funcionários localizados em 21 países e mercados, a Agência Classificadora de Risco é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 anos na provisão de benchmarks independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Agência Classificadora de Risco tem um longo histórico na criação de benchmarks para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir ratings a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; holdings bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atendem às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como: Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill

Education. A corporação tem mais de 280 escritórios em 40 países. Suas vendas atingiram US\$6,3 bilhões em 2006.

Sumário dos Principais Contratos do Fundo

Contrato de Custódia e Escrituração de Cotas

O Contrato de Custódia e o Contrato de Escrituração de Cotas a serem celebrados entre a Administradora e o Custodiante, com interveniência da Gestora, terão por objeto a prestação, pelo Custodiante à Administradora, dos serviços de (i) custódia de valores mobiliários e ativos financeiros relativos ao Fundo; (ii) controladoria do Fundo; e (iii) escrituração das Cotas.

Ao realizar os serviços de escrituração de cotas, custódia e controladoria dos ativos do Fundo, o Custodiante deverá, sem prejuízo das responsabilidades previstas na Instrução CVM n.º 356/01:

- acompanhar a evolução do enquadramento e os níveis de diversificação das aplicações financeiras do Fundo, mantendo a Administradora e a Gestora devidamente informadas;
- realizar o apuração dos Ativos do Fundo, segundo metodologia definida e auditável, observando rigorosamente o disposto na legislação vigente, no Regulamento e o estabelecido no Manual de Marcação a Mercado, conforme definido no Contrato de Custódia e registrado pelo Custodiante na ANBID;
- apurar diariamente o patrimônio líquido do Fundo em conformidade com o disposto na legislação e no Regulamento;
- apurar diariamente o valor das cotas do Fundo em conformidade com o disposto na legislação e no Regulamento;
- disponibilizar, diariamente para a Administradora e Gestora, demonstrativo de caixa com os valores previstos a serem recebidos no dia, bem como o extrato de conta corrente de movimentação financeira do Fundo, na forma prevista nos Procedimentos Operacionais;
- provisionar as despesas do Fundo, através de meios seguros definidos com a Administradora;
- administrar os lançamentos do caixa relacionados ao pagamento das despesas do Fundo, tais como taxa de auditoria, taxa de fiscalização da CVM, taxa de administração, dentre outros;
- elaborar o cálculo e efetuar a retenção e o recolhimento de impostos do Fundo, quando aplicável;
- efetuar a liquidação dos eventos de amortização de cotas do Fundo;
- efetuar a liquidação dos eventos de emissão e resgate, ainda que antecipado, de cotas do Fundo;
- processar os eventos, tais como, mas não limitados a, cisão, incorporação e encerramento do Fundo;
- efetuar a atualização dos saldos dos cotistas do Fundo;
- receber e enviar informações à Administradora e à Gestora, referente aos cotistas, valores aplicados, amortizados e resgatados, valores e quantidades de cotas, quando aplicável;
- enviar aos cotistas do Fundo extratos, avisos de movimentação, informe de rendimento, etc., nos prazos exigidos pela regulamentação em vigor;
- efetuar, diariamente, os lançamentos contábeis referentes às informações provenientes dos controles de ativo e passivo;
- elaborar as informações financeiras e deixá-las à disposição para publicação;
- prestar informações aos órgãos reguladores;
- atender a auditoria interna da Administradora e auditoria independente;
- contabilizar e refletir nas demonstrações contábeis os eventos, tais como, mas não limitados a, cisão, incorporação e encerramento;
- conciliar as demonstrações contábeis com as informações da controladoria de ativos e de passivo;

- receber e guardar os documentos comprobatórios;
- recolher taxas e impostos quando aplicáveis;
- remeter à Administradora, dentro dos prazos regulamentares vigentes, sem prejuízo de outros que venham a ser exigidos, os documentos e informações conforme regulamentação e legislação vigente;
- manter em perfeita ordem a documentação, a escrituração, os fatos contábeis, os balanços e demonstrativos relativos às operações do Fundo;
- disponibilizar para empresa de auditoria nomeada pela Administradora, informações necessárias para elaboração das demonstrações financeiras e notas explicativas do Fundo;
- efetuar o recebimento de recursos para o Fundo, quando da integralização de cotas, bem como o pagamento, quando do resgate de cotas ou liquidação do Fundo, diretamente nas contas correntes de titularidade do Fundo;
- enviar/disponibilizar, até o terceiro dia útil de cada mês, todos os dados de fechamento do mês imediatamente anterior, incluindo as informações gerenciais relativas à Controladoria do Fundo;
- disponibilizar diariamente à Administradora e à Gestora relatórios constando posições atualizadas de Ativos, caixa e cotas do Fundo;
- prestar informações e atender ordens de autoridades judiciais, órgãos reguladores, bolsas de valores e depositários no que tange ao Fundo;
- prestar as informações e documentos exigidos pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, nos termos e condições previstos pela legislação aplicável; e
- monitorar a carteira do Fundo e comunicar à Administradora a ocorrência dos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos no Regulamento, bem como implementar os procedimentos a eles correspondentes, conforme previsto no Regulamento.

O Contrato de Custódia e Controladoria e o de Escrituração de Cotas tornam-se eficazes na data de sua assinatura, permanecendo em vigor até a liquidação do Fundo, podendo ser denunciado por qualquer das partes mediante aviso escrito com antecedência de 60 dias.

O Paraná Banco, na qualidade de fiel depositário, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito celebrado com o Custodiante, responsabiliza-se pela guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios em nome e por conta do Custodiante e se compromete a entregá-los ao Custodiante quando assim solicitado, em até cinco dias úteis após a solicitação, sob as penas da lei, especialmente a prevista nos artigos 652 do Código Civil Brasileiro e 904, parágrafo único do Código de Processo Civil.

Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios

Por meio do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre o Cedente e o Fundo, tendo o Custodiante e a Gestora, como intervenientes, o Cedente cederá e transferirá os Direitos Creditórios ao Fundo, ao longo do prazo de duração do Fundo, incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que o representam, respectivos anexos e garantias constituídas.

O preço de cessão dos Direitos Creditórios será calculado de acordo com a seguinte fórmula especificada na Cláusula 2.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios:

$$PC_i = \frac{VN_i}{(Fator_{CE})^{DU_i}}$$

PC_i Preço da cessão do Crédito "i";

VN_i Valor nominal do Crédito "i" objeto de cessão;

DU_i Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito "i", exclusive;

Fator_{CE} Fator de cessão, calculado com oito casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator}_{\text{CE}} = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{DI}}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{\text{FSE}}{100} \right\} + 1$$

onde:

DI: Taxa anual dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, base 252 dias, referente ao dia útil imediatamente anterior ao da cessão dos Direitos Creditórios; e

FSE: Fator Spread Excedente = 140.

O Fator Spread Excedente = 140, atende ao que dispõe o artigo 8º, parágrafo 3º da Instrução 356, ou seja, que as negociações do Fundo serão realizadas a taxas de mercado.

Para efetivação de cada cessão de Direitos Creditórios, deverá ser observado o seguinte procedimento pelas partes do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e pelo Custodiante:

- até as 10 hs, o Cedente enviará ao Custodiante, por meio eletrônico, relatório contendo informações sobre os Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo; o envio do relatório ao Custodiante, caracterizará oferta, irrevogável e irretroatável, de cessão dos Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo; e
- até as 15 hs do dia do recebimento do arquivo eletrônico, o Custodiante verificará quais Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade e deixará à disposição do Cedente e da Administradora, em meio eletrônico, relatório analítico contendo a relação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, individualmente identificados, e seu respectivo Preço da Cessão (Relatório do Custodiante).

A aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo está sujeita aos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, e somente ocorrerá se houver recursos suficientes no Fundo para tanto.

A cessão de Direitos Creditórios será formalizada por meio da assinatura eletrônica ou por meio de fac-símile, pelo Cedente e pelo Fundo, representado pela Administradora, de instrumento que descreva os Direitos Creditórios bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição (Termo de Cessão). O Termo de Cessão deverá ter como anexo uma versão consolidada do pertinente Relatório do Custodiante, bem como uma versão analítica contendo a relação detalhada dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, que deverá permanecer arquivada na sede da Administradora até o pagamento dos Direitos Creditórios ali referidos.

Uma vez assinado o Termo de Cessão, este e seu anexo serão considerados parte integrante do presente Contrato, e o Fundo pagará ao Cedente o Preço da Cessão dos Direitos Creditórios.

Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo incluindo todos os seus acessórios, todos os instrumentos que os representam, respectivos anexos e eventuais garantias constituídas.

O Preço da Cessão dos Direitos Creditórios cedidos será pago ao Cedente pelo Fundo em moeda corrente nacional e creditados na conta corrente n.º 5675301-8, agência n.º 001, banco n.º 254 - Paraná Banco, de titularidade do Cedente (Conta Autorizada), sendo que o comprovante de depósito valerá como recibo de quitação da respectiva obrigação: (i) no próprio dia útil do recebimento, pela Administradora, (1) de autorização de pagamento enviada pelo Custodiante por meio de correio eletrônico, e (2) do Termo de Cessão respectivo, devidamente assinado pelo Cedente, por meio eletrônico ou por fac-símile, desde que tal recebimento ocorra até as 16:00 hs; ou (ii) no primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Administradora, (1) de autorização de pagamento enviada pelo Custodiante por meio de correio eletrônico, e (2) do Termo de Cessão respectivo, devidamente assinado pelo Cedente, por meio eletrônico ou por fac-símile, caso tal recebimento ocorra após as 16:00 hs.

O Cedente obriga-se a enviar as vias originais dos Termos de Cessão à Administradora, em uma das agências do Custodiante na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, dentro do prazo de cinco dias úteis contados das respectivas assinaturas.

O recebimento da via original de um determinado Termo de Cessão, nos termos acima, é condição para as cessões futuras de Direitos Creditórios, ou seja, o Fundo apenas efetuará os pagamentos relativos a determinado Termo de Cessão se tiver recebido as via(s) original(is) devidamente assinada(s) do(s) Termo(s) de Cessão relativo(s) à(s) cessão(ões) de Direitos Creditórios concluídas anteriormente.

O Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido pelo respectivo Devedor, a partir do primeiro dia útil imediatamente seguinte à data de vencimento do Direito Creditório inadimplido, pelo valor exigível de tal Direito Creditório inadimplido, nos termos da seção "Direitos Creditórios – Direitos Creditórios Inadimplidos, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança".

O Cedente somente cederá ao Fundo Direitos Creditórios:

- que sejam de titularidade do Paraná Banco, decorrentes de Contratos de Empréstimos com Servidores Públicos celebrados por escrito entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados;
- que estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo;
- que sejam líquidos, certos e estejam corretamente formalizados por meio dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios quando de sua cessão ao Fundo, não sendo admitidos Direitos Creditórios formalizados exclusivamente via telefone ou por meios eletrônicos;
- que sejam exigíveis dos respectivos Servidores Públicos nas respectivas datas de vencimento;
- que, na data de celebração do respectivo Termo de Cessão, não tenham sido objeto de qualquer contestação judicial ou extrajudicial, por meio de um Cartório de Registro de Títulos e Documentos, contra o Cedente, por parte dos respectivos Devedores e/ou das pessoas responsáveis pelo Desconto em Folha junto aos Órgãos Públicos Conveniados;
- que, na data de celebração do respectivo Termo de Cessão, atendam aos Critérios de Elegibilidade;
- decorrentes de Contratos de Empréstimos que não tenham parcelas vencidas e não pagas pelos respectivos Devedores; e
- decorrentes de Contratos de Empréstimos com Servidores Públicos que já tenham pelo menos uma parcela vencida e devidamente adimplida pelos respectivos Devedores.

Caso, a qualquer tempo, venha a se constatar que qualquer dos Direitos Creditórios cedidos não preenche os requisitos especificados acima, a cessão de tal Crédito será resolvida, devendo o Cedente prontamente pagar ao Fundo o preço de cessão respectivo, sem prejuízo de eventual indenização ao Fundo por perdas e danos devidamente comprovados.

O Cedente obriga-se a não ceder ao Fundo quaisquer Direitos Creditórios caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

O Cedente será responsável:

- pela existência, correta formalização e validade dos Direitos Creditórios, nos termos do artigo 295 do Código Civil;
- pelo pagamento do crédito do Empréstimo ao Fundo no caso de exceções apresentadas pelos respectivos Devedores dos Direitos Creditórios contra o Cedente; e
- por eventuais prejuízos causados ao Fundo em virtude da liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios, caso em que a responsabilidade limitar-se-á à diferença positiva entre o valor a receber da parcela liquidada antecipadamente (trazido a valor presente conforme valor de mercado

dos Direitos Creditórios determinado pelo Custodiante) e a quantia paga pelo respectivo Devedor na liquidação antecipada.

O Administrador e o Custodiante não respondem pela solvência, originação, liquidez ou certeza dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, os Devedores dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo não serão notificados da cessão dos Direitos Creditórios, exceto na hipótese do Cedente deixar de ser o Agente de Cobrança. Ainda de acordo com o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, na hipótese do Cedente deixar de ser o Agente de Cobrança, o Fundo deverá notificar os Órgãos Públicos Conveniados sobre a cessão dos Direitos Creditórios realizada pelo Cedente, para que sejam adotadas as providências necessárias para a continuidade dos repasses dos Direitos Creditórios ao novo agente de cobrança bancária dos Direitos Creditórios. O Cedente obriga-se a colaborar para a realização de tal notificação e a tomar toda e qualquer providência necessária para tanto.

O Cedente poderá incluir novos órgãos públicos no rol dos Órgãos Públicos Conveniados do Anexo III ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, mediante aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, desde que tais órgãos públicos sejam considerados satisfatórios pela Administradora e pela Agência Classificadora de Risco (ou que não afetem a classificação do Risco do Fundo, sendo necessária a consulta à Agência Classificadora de Risco a este respeito).

Por meio do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, o Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Cotas Seniores a:

- não tomar a iniciativa de alterar os Convênios e informar imediatamente à Administradora (a) qualquer comunicação, notificação e/ou solicitação recebida dos Órgãos Públicos Conveniados referentes aos Descontos em Folha e/ou ao cumprimento ou descumprimento de obrigações pelo Cedente; (b) qualquer inadimplemento de sua parte aos termos de tais Convênios; e (c) qualquer alteração em tais Convênios por iniciativa dos Órgãos Públicos Conveniados referente aos processos de averbações, descontos e/ou repasses desempenhados por estes;
- cumprir seus deveres legais e contratuais que sejam requisitos para a vigência dos Convênios, de forma a garantir a continuidade dos Descontos em Folha que permitirão os recebimentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- não realizar, sem autorização prévia por escrito da Administradora, qualquer ato ou procedimento com o intuito de alterar a atual sistemática de recebimento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou fazer com que os Órgãos Públicos Conveniados creditem valores relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em contas (correntes, gráficas ou de controle) diversas das atualmente indicadas nos respectivos Convênios ou em outros documentos já enviados e recebidos pelos Órgãos Públicos Conveniados na data da celebração do Contrato (incluindo, por exemplo, o encerramento ou bloqueio não judicial, a qualquer título, das referidas contas correntes). Na hipótese de ordem judicial para bloqueio da(s) conta(s) corrente(s) indicadas aos Órgãos Públicos Conveniados, ato contínuo ao cumprimento da ordem, a Cedente deverá comunicar tal fato ao Fundo;
- não pedir ou autorizar o cancelamento do Desconto em Folha relativo aos Contratos de Empréstimo cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, exceto na hipótese de liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios, caso em que deverá ser observado o disposto na cláusula 4.3 (iii) do referido contrato; e
- tomar todas as providências necessárias para assegurar que os recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios não sejam ou permaneçam retidos pelos Órgãos Públicos Conveniados, em nenhuma circunstância, dando sempre ciência à Administradora de tais providências.
- Caso, a qualquer tempo, o Cedente deseje incluir novos órgãos públicos no rol dos Órgãos Públicos Conveniados do Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, o Cedente deverá obter a concordância prévia da Administradora e da Agência Classificadora de Risco para a inclusão, que deverá ser formalizada por meio de aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

Para os efeitos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e do Regulamento são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- modificação do Controle do Paraná Banco;
- rescisão, suspensão e/ou cancelamento, por qualquer motivo, de um ou mais Convênios ou das autorizações específicas permitindo o Desconto em Folha que representem, de forma individual ou agregada, mais do que 5% do patrimônio líquido do Fundo na data da rescisão, suspensão e/ou cancelamento, desde que o Cedente não proceda, no prazo de 10 dias, (i) à recompra e/ou à substituição de todos os Direitos Creditórios cedidos atingidos por referida rescisão, suspensão e/ou cancelamento, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios; e (ii) à inclusão, mediante aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, de novos Órgãos Públicos Conveniados que sejam considerados satisfatórios pela Administradora e pela Agência Classificadora de Risco do Fundo (ou que não afetem a avaliação de risco do Fundo, sendo necessária consulta à Agência Classificadora de Risco);
- verificação de falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- comprovação de que o Paraná Banco tenha oferecido ao Fundo direitos creditórios em desacordo com os compromissos assumidos no item 4.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios;
- criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- inadimplemento, pelo Paraná Banco ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- apresentação para protesto ou protestos de títulos emitidos pelo Paraná Banco ou sacados contra o Paraná Banco, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- deixar o Paraná Banco de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central e do CMN;
- ajuizamento contra o Paraná Banco, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;
- ocorrência de arresto ou de penhora de bens do Paraná Banco, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$10.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;
- ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Paraná Banco; ou
- descumprimento pelo Paraná Banco de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de cinco dias úteis contado do envio, pela Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Administradora convocará imediatamente uma assembléia geral, a qual decidirá, se tal evento deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.

Ainda pelo Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, são considerados Eventos de Resilição quaisquer das seguintes ocorrências:

- praticar qualquer ato que acarrete ou possa resultar na concessão de abatimento, de desconto, de alteração de data de vencimento e dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Contratos de Empréstimo com Servidores Públicos cujos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, sem a prévia e expressa autorização da Administradora, ressalvada a hipótese da Cláusula 4.8.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que trata da liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios solicitada pelo respectivo Devedor;
- ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada;
- caso os titulares das Cotas Seniores decidam que qualquer Evento de Avaliação, constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo; ou
- caso não existam mais Cotas Seniores em circulação.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição, o Fundo poderá resilir o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios de pleno direito, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, devendo ser observados os procedimentos definidos no item 27.3 e seguintes do Regulamento (procedimentos de convocação e realização de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo).

A parte inadimplente se obriga a indenizar integral e imediatamente a parte prejudicada, bem como seus administradores e prepostos por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, pela parte inadimplente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

Por fim, o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, regendo a partir da referida data todas as cessões de Direitos Creditórios a serem celebradas entre as partes.

Contrato de Distribuição

Pelo Contrato de Distribuição, a Instituição Intermediária foi contratada para prestação dos serviços de estruturação e coordenação em regime de garantia firme da oferta pública das Cotas Seniores do Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03.

A colocação pública das Cotas Seniores objeto da Oferta deverá ser realizada no prazo de 180 dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no art. 8º, §1º e 20, §1º, da Instrução CVM n.º 356/01.

O Contrato de Distribuição poderá ser resolvido, por qualquer uma das partes, sem quaisquer obrigações ou ônus adicionais, salvo o ressarcimento pelo Paraná Banco das despesas até então incorridas pela Instituição Intermediária, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- indeferimento pela CVM do registro do Fundo ou imposição de exigências de tal ordem que dificultem ou tornem impossível o referido registro;
- ocorrência de eventos de natureza política, econômica ou financeira, em qualquer país, que possam causar influência no mercado de capitais brasileiro, imprevisíveis ou inevitáveis e que tornem desaconselhável a qualquer das partes o cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Distribuição;
- ocorrência de modificações de normas legais ou regulamentares relativas ao mercado de capitais nacional que venham a, por qualquer forma, alterar as condições de mercado, tornando desaconselhável ou inviável a realização da Oferta;

- surgimento de pendências judiciais, dívidas e/ou obrigações, de qualquer natureza, em relação aos Direitos Creditórios ou aos Convênios, que inviabilizem a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo até o montante necessário para as Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios;
- incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre a operação de que trata o presente Contrato de Colocação, ou aumento das alíquotas ou valores dos tributos já incidentes na data do Contrato de Distribuição, que tornem desaconselhável ou inviável a realização da Oferta;
- modificações regulatórias nos critérios de composição da carteira dos potenciais investidores do Fundo que venham a, por qualquer forma, alterar a disponibilidade de recursos de tais investidores para a aquisição de Cotas Seniores;
- ocorrência de casos fortuitos ou eventos de força maior que tornem inviável ou desaconselhável a Oferta;
- ocorrência de alteração material adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais do Paraná Banco; e
- decretação da falência, liquidação ou intervenção, judicial ou extrajudicial, ou apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer uma das partes do Contrato de Distribuição.

Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas

O Fundo celebrou com o Cedente o Contrato de Promessa de Subscrição, pelo qual o Cedente obrigou-se a subscrever e integralizar o montante de Cotas Subordinadas de emissão do Fundo que, a critério da Administradora, seja necessário para a manutenção da Razão Mínima. As Cotas Subordinadas serão subscritas pelo Paraná Banco (ou por Partes Relacionadas ao Paraná Banco) proporcionalmente à subscrição das Cotas Seniores, conforme a Razão Mínima, anteriormente à colocação das Cotas Seniores objeto da Oferta.

O Contrato de Promessa de Subscrição poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) rescisão do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios; (ii) ocorrência de qualquer evento de liquidação antecipada, previsto no item 27.3 do Regulamento; (iii) caso os titulares das Cotas Seniores decidam que qualquer Evento de Avaliação, conforme definido no item 27.2 do Regulamento, constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo; ou (iv) caso não existam mais Cotas Seniores em circulação.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), e de acordo com o manual de Marcação a mercado utilizado pelo Custodiante.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- o Fundo é fechado;
- a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados; e
- todos os cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado. São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central.

Metodologia de Avaliação das Cotas de Cada Classe

As cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo V do Regulamento.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

Assembléia Geral

Competência, Direito de Voto e Quoruns

Competência

Observado o disposto na seção "- Direito de Votos dos Titulares de Cotas Subordinadas", é da competência privativa da assembléia geral de cotistas do Fundo:

- (i) deliberar sobre a substituição da Administradora nos termos do item 9 do Regulamento;
- (ii) deliberar sobre a alteração da taxa de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (iii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (iv) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens (vi) e (vii) abaixo;
- (v) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora, em até quatro meses contados do encerramento do exercício social;
- (vi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (vii) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (viii) alterar o disposto no Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas nesta seção que acarretam a alteração do Regulamento;
- (ix) deliberar sobre a contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- (x) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas, nomeado(s) conforme seção "- Representação dos Cotistas" abaixo;
- (xi) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios;
- (xii) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, de acordo com o disposto no item 27.8 do regulamento;
- (xiii) deliberar sobre a substituição da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco de qualquer das Séries de Cotas Seniores;
- (xiv) deliberar sobre a substituição do Auditor do Fundo, do Custodiante e/ou do Avaliador da Carteira, nos termos do item 8.6 do Regulamento;
- (xv) elevar e/ou diminuir o Fator Multiplicador da remuneração das Cotas Seniores de determinada Série;
- (xvi) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 dias consecutivos ou por imposição legal; e
- (xvii) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos de cobrança de Direitos Creditórios inadimplidos referidos no item 13 do regulamento, na forma ali estabelecida.

Direito de Voto dos titulares de Cotas Subordinadas

Além da aprovação de titulares das Cotas Seniores conforme os quoruns de deliberação estabelecidos na seção "- Quoruns" abaixo, estarão necessariamente sujeitas à aprovação de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas, em separado, e após a aprovação da matérias pelos titulares das Cotas Seniores, as deliberações que se refiram a:

- (i) alteração do item 10 do Regulamento, que versa sobre a política de investimentos do Fundo, ou qualquer outra alteração que afete tal política, inclusive alteração da Alocação Mínima;
- (ii) alteração do item 11 do Regulamento e da Cláusula 3.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que versam sobre os Critérios de Elegibilidade;
- (iii) alteração da Razão Mínima;
- (iv) novas distribuições de Cotas Seniores do Fundo além do limite previsto no item 15.2 do Regulamento;
- (v) alteração do item 18 do Regulamento ou do disposto em qualquer Suplemento, no que versa sobre distribuição de rendimento da carteira do Fundo, ou qualquer alteração destinada a modificar a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ou o Anexo V do Regulamento;
- (vi) alteração do cronograma de amortização das Cotas Seniores e das regras de amortização das Cotas Subordinadas previstos, em qualquer Suplemento ou no item 19.2 do Regulamento, bem como aprovar a Amortização Compulsória nos termos do item 19.3 do Regulamento;
- (vii) alteração dos itens 10.4.2 e/ou 20 do Regulamento, que versam, respectivamente, sobre a Reserva de Liquidez e Reserva de Pagamento, ou qualquer outra alteração do Regulamento que modifique as características da Reserva de Liquidez e/ou Reserva de Pagamento;
- (viii) alteração do item 22 do Regulamento, que versa sobre metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das cotas de cada classe;
- (ix) alteração do item 23 do Regulamento, que versa sobre despesas e encargos do Fundo, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
- (x) alteração do item 24 do Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quorum;
- (xi) criação de novos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo;
- (xii) assuntos descritos nos itens (xv) e (xvi) acima (que corresponde ao item 24.1 do Regulamento); e
- (xiii) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres adicionais para as Cotas Subordinadas.

Quoruns

Observado o disposto na seção anterior, serão observados os seguintes quoruns para aprovação das matérias sujeitas às deliberações da assembléia geral:

Nos termos da regulamentação em vigor, deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (ii), (iii) e (iv) do item 24.1 do Regulamento (e conforme a Seção "- Competência" acima), dependerão de aprovação de cotistas, reunidos em assembléia geral, que representem a maioria das Cotas e, em segunda convocação, de cotistas que representem maioria de Cotas presentes na assembléia geral.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (v), (vi) e (vii) do item 24.1 do Regulamento (e conforme a Seção "- Competência" acima) dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, exceto se estabelecido quorum diferenciado nos itens abaixo.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiii) e (xiv) do item 24.1 do Regulamento (e conforme a Seção "- Competência" acima), bem como a alteração do presente quorum, dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 75% das Cotas Seniores em Circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (xv), (xvi) e (xvii) do item 24.1 do Regulamento (e conforme a Seção "- Competência" acima), bem como a alteração do presente quorum, dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 100% das Cotas Seniores em Circulação.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

Representantes dos Cotistas

A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) seja cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- (ii) não seja titular de Cotas Subordinadas;
- (iii) não exerça cargo ou função na Administradora, ou em Partes Relacionadas à mesma; e
- (iv) não exerça cargo da administração ou seja empregado do Cedente ou de Partes Relacionadas ao mesmo.

Os representantes dos cotistas não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

Convocação e Instalação

Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral de cotistas poderá reunir-se de forma extraordinária por convocação da Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Administradora de cotistas que representem, no mínimo, 5% do total das cotas emitidas.

A convocação de assembléia geral de cotistas será feita pela Administradora, por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou por meio de correio eletrônico.

As cartas de convocação ou o anúncio publicado no Periódico indicarão dia, hora e local em que será realizada a assembléia geral de cotistas e os assuntos a serem tratados.

A convocação da assembléia geral de cotistas deverá ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de envio da carta ou da data da publicação do primeiro anúncio de convocação.

Não se realizando a assembléia geral de cotistas, será novamente providenciada a expedição aos cotistas de carta com aviso de recebimento ou será publicado novo anúncio de convocação no periódico, com antecedência mínima de cinco dias.

Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da assembléia geral de cotistas seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a assembléia geral de cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

Salvo motivo de força maior, a assembléia geral de cotistas será realizada na sede da Administradora. Quando a assembléia geral de cotistas não for realizada na sede da Administradora, as comunicações enviadas

aos cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do Estado de São Paulo.

As assembleias gerais de cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

Representação dos cotistas

Somente podem votar nas assembleias gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das assembleias gerais de cotistas caberá à Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por maioria dos cotistas presentes.

Será sempre assegurada a participação da Administradora em qualquer assembleia geral de cotistas.

Não terão direito a voto na assembleia geral de cotistas a Administradora e seus empregados.

As decisões da assembleia geral de cotistas devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização.

Eficácia das Deliberações

As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 24.2.1 do Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à assembleia geral de cotistas, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da assembleia geral de cotistas em casos de mudança das normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser dada ciência aos cotistas da referida alteração no prazo de até 30 dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento junto à CVM.

Liquidação do Fundo

O Fundo será liquidado, ordinariamente, no dia 15 do 240º mês, contado a partir do mês em que se verificar a primeira Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 22.4.1 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva.

Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores de determinada Série destinada à colocação pública, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Administradora não o faça no prazo de cinco dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o faça no prazo de cinco dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- inobservância pelo Cedente e/ou pelo Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia de Cessão de Direitos Creditórios, no Contrato de Cobrança e Depósito, desde que, se notificado pela Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente e/ou o Agente de Cobrança não o faça no prazo de cinco dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- rescisão do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- não divulgação pela Agência Classificadora de Risco da atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores de determinada Série destinada à colocação pública por prazo igual ou superior a 60 dias;
- renúncia do Custodiante, sem sua imediata substituição;
- ser a Taxa DI maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- modificação do Controle acionário do Paraná Banco;
- rescisão, suspensão e/ou cancelamento, por qualquer motivo, de um ou mais Convênios ou das autorizações específicas permitindo o Desconto em Folha que representem, de forma individual ou agregada, mais do que 5% do patrimônio líquido do Fundo na data da rescisão, suspensão e/ou cancelamento, desde que o Cedente não proceda, no prazo de 10 dias, (i) à recompra e/ou à substituição de todos os Direitos Creditórios cedidos atingidos por referida rescisão, suspensão e/ou cancelamento, nos termos do item 4.4.2 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios; e (ii) à inclusão, mediante aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, de novos Órgãos Públicos Conveniados no rol ali constante que sejam considerados satisfatórios pela Administradora e pela(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco (ou que não afetem as classificações

de risco das Séries de cotas destinadas à colocação pública, sendo necessária a consulta à(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco a este respeito);

- verificação de falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 9.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- comprovação de que o Paraná Banco tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 12.3 do Regulamento;
- criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- inadimplemento pelo Paraná Banco, ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- apresentação para protesto ou protestos de títulos emitidos pelo Paraná Banco ou sacados contra o Paraná Banco, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- deixar o Paraná Banco de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central e do CMN;
- ajuizamento contra o Paraná Banco, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;
- ocorrência de arresto ou de penhora de bens do Paraná Banco, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$10.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;
- ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos direitos creditórios de titularidade do Paraná Banco; ou
- descumprimento pelo Paraná Banco de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Regulamento e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Avaliação, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de cinco dias úteis contado do envio, pela Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Avaliação;
- não constituição da Reserva de Pagamento nos termos do Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 20.1 do Regulamento para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de cinco dias úteis consecutivos e/ou 10 dias alternados em um período de 30 dias consecutivos;
- não constituição e/ou não atendimento, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, da Reserva de Liquidez;
- constarem do relatório de verificação referido no item 8.5 do Regulamento inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Paraná Banco com relação a 5% ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação;
- inobservância, em qualquer Data de Apuração, dos índices de inadimplência previstos no item 21.2 do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Administradora convocará imediatamente uma assembleia geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 24 do Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.

Caso a assembleia geral de que trata o parágrafo anterior delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, a Administradora convocará assembleia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na assembleia geral.

Eventos de Liquidação Antecipada

Será convocada assembleia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- inobservância, por cinco dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Cedente não responda tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.5.2 do Regulamento, observado que, nas hipóteses em que estiver pendente de realização a assembleia de cotistas convocada nos termos do item 19.3 do Regulamento, o disposto neste item não será aplicável;
- impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação (i) ao Cedente; e/ou (ii) ao Agente de Cobrança; e/ou (iii) à Administradora; e/ou (iv) a quaisquer sociedades Controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas em qualquer Suplemento;
- rescisão ou rescisão do Contrato de Custódia sem a consequente substituição por nova instituição prestadora desse serviço;
- se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação Antecipada;
- na hipótese de a assembleia geral não chegar a acordo quanto à substituição da Taxa DI (item 24.1 (xiii) do Regulamento), na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 dias corridos ou, ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal;
- rescisão ou rescisão do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios ou ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão (que, conforme definidos na Cláusula 12 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, correspondem a eventos que autorizam o Fundo a resilir o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios a seu exclusivo critério e sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa); e
- não substituição da Administradora em caso de renúncia ou destituição, nos termos do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, a Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Na hipótese (i) de não instalação da assembleia geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos cotistas da liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a assembleia geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será facultado aos Cotistas Dissidentes o direito de resgatar antecipadamente suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembleia geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas cotas resgatadas em, no máximo, 15 dias contados da data da assembleia geral. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 22.4.1 do Regulamento.

Procedimentos de Liquidação Antecipada

Caso a assembleia geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- a Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos para o Fundo, e todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das cotas;
- as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma pro rata em relação a todas as Séries e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente e nos Direitos Creditórios inadimplidos do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalizar o processo de resgate de cotas descrito no parágrafo anterior, a Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$500.000,00, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o resgate integral das Cotas Seniores.

Caso no último dia útil do prazo para resgate antecipado a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de cotas detido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos no item 27 do Regulamento.

De acordo com o disposto no item 16 do Regulamento, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores.

Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 27.8 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, no terceiro dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor exigível dos Direitos Creditórios, conforme contabilizado na carteira do Fundo.

Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o parágrafo anterior, a assembleia geral de cotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas ainda em circulação.

Na hipótese de a assembleia geral de cotistas referida no parágrafo anterior não chegar a acordo quanto aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação à época. Após a entrega da fração ideal a cada titular de Cotas Seniores, os eventuais Direitos Creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores, serão

entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 dias (contado da notificação referida acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Administradora e ao Custodiante, hora e local para que a ele seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e respectivos documentos comprobatórios. Expirado este prazo, a Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

Informações Complementares

Taxas

Pelos serviços de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria, o Fundo pagará uma taxa equivalente ao maior valor entre: (i) uma taxa equivalente a 0,40% ao ano, calculada sobre o patrimônio líquido diário do Fundo; e (ii) o valor fixo de R\$30.000,00 por mês, sendo que, para os primeiros seis meses a partir da Data de Subscrição Inicial e os últimos seis meses de vigência do Fundo, o valor fixo previsto nesta alínea "ii" será de R\$20.000,00 por mês.

O valor expresso acima será atualizado a cada período de 12 meses contados da Data de Subscrição Inicial ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o IGP-DI, ou, na falta de ambos, a atualização será feita com base no IPC.

A taxa de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria será calculada com base em um ano de 252 dias úteis e paga mensalmente à Administradora, acrescida dos custos descritos no item 8.5 do Regulamento, até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês que a taxa se referir ou, ainda, antecipadamente, por ocasião do resgate de Cotas (nas hipóteses admitidas no Regulamento).

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 23 do Regulamento, a serem debitadas ao Fundo pela Administradora.

Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria prevista no item "Taxas" acima:

- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- honorários e despesas do Auditor do Fundo encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de cotistas;
- taxas de custódia de ativos do Fundo, observado o disposto no item 7 do Regulamento;
- a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM n.º 356/01.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

A Administradora pode estabelecer que as parcelas mensais e anual da taxa de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que respeitadas as disposições do item 7 do Regulamento.

Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, a Administradora obriga-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- pagamento dos encargos do Fundo, conforme acima descritos;
- constituição da Reserva de Liquidez, conforme definida no Regulamento;
- constituição da Reserva de Pagamento, conforme definida no Regulamento;
- pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Seniores;
- pagamento pela aquisição dos Direitos Creditórios;
- formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

A Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas abaixo descritas, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 dias da data da primeira integralização de Cotas, as seguintes informações:

- número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
- a data da primeira integralização de Cotas.

A Administradora deverá informar à CVM, no prazo de 10 dias, a data da primeira integralização de cotas do Fundo e a data do encerramento de cada distribuição de Cotas Seniores.

A Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado. Tais demonstrativos devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

A Administradora deve divulgar, trimestralmente, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o último relatório da(s) Agência Classificadora de Risco contratada(s) pelo Fundo.

A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, observada a responsabilidade do diretor designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, inclusive à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo, se for o caso.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os cotistas na sede e agência(s) da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor do Fundo e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de janeiro de cada ano.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Administradora deve enviar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, observando o prazo de 15 dias após encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- saldo das aplicações;
- valor do patrimônio líquido;
- valor das cotas de cada classe e quantidade de cotas de cada classe em circulação;
- valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês relativamente a cada classe de cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e resgatados;
- comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- posições mantidas em mercados de derivativos; e
- número de cotistas.

No prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- alteração de Regulamento;
- substituição da Administradora;
- incorporação;
- fusão;
- cisão; e
- liquidação.

Correio Eletrônico

Considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora e os cotistas.

Publicações

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal "Jornal do Estado", da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, ou outro que vier a substituí-lo.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do Regulamento, alterar o Periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

Regras de Tributação do Fundo e de seus Cotistas

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica própria. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como, o IR, a CSLL, o PIS e a COFINS.

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF.

O IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de diversos tributos, dentre os quais destacam-se, em especial, o imposto de renda (em geral, retido na fonte), o IOF e a CPMF.

IR

Por ser o Fundo um condomínio fechado, o IR poderá incidir (i) quando da amortização das cotas; (ii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo; e (iii) em caso de alienação de cotas a terceiros.

Amortização e/ou Resgate de Cotas

Ocorrendo a amortização e/ou resgate de cotas, incidirá IR, a ser retido pelo Fundo, sobre os valores que excederem o respectivo custo de aquisição das cotas. Para os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2005, as alíquotas serão regressivas de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento.

O prazo médio da carteira do Fundo é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem, ressaltando-se que os Direitos Creditórios não são considerados para tal cálculo.

Os prazos dos investimentos, por sua vez, são considerados a partir da data da aplicação pelo cotista.

Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do IR obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do IR será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Alienação de Cotas a Terceiros

Na hipótese de alienação de Cotas em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio cotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cálculo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica sujeita ao regime do SIMPLES ou isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar Cotas em bolsa de valores, haverá a incidência de IR retido na fonte à alíquota de 0,005%, calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR retido na fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do cotista do Fundo.

O valor do IR retido na fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR retido na fonte; e (iv) compensado com o IR devido sobre o ganho de capital na alienação das cotas.

IOF

Operações que tenham por objeto a aquisição, cessão, resgate, repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como o pagamento de suas liquidações estão sujeitas ao IOF, na forma prevista no Decreto n.º 4.494, de 3 de dezembro de 2002.

Atualmente, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate e/ou amortização das cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate e/ou amortização, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Como o Fundo é um condomínio fechado, suas cotas apenas serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Contudo, a alíquota do IOF pode ser majorada a qualquer momento, por meio de ato do poder executivo, até a alíquota máxima de 1,5% ao dia.

Adicionalmente, o IOF incide sobre a entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição deste. Embora a alíquota do IOF atualmente em vigor para quase todas as operações de câmbio seja zero, o poder executivo está autorizado a aumentar a alíquota, a qualquer tempo, para até 25%. No entanto, qualquer aumento na alíquota será aplicável apenas às operações realizadas após o aumento.

CPMF

A CPMF incide sobre determinadas movimentações ou transmissões de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, que representem circulação escritural ou física de moeda.

A Lei n.º 9.311/96, em seu artigo 16, determina que todas as aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável somente podem ser efetuadas em moeda, por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular da aplicação ou cheque de sua emissão. Os resgates de cotas de fundos de investimento deverão ser pagos exclusivamente ao beneficiário mediante cheque cruzado, intransferível ou creditado em conta corrente de depósito do investidor.

Nessa mesma linha, o parágrafo único do artigo 12 da Instrução Normativa n.º 173, de 11 julho de 2002, editada pela Secretaria da Receita Federal, prevê expressamente que, durante a vigência da CPMF, a emissão e resgate de cotas de fundos de investimento somente serão efetuados em moeda, não se admitindo a utilização de valores mobiliários ou qualquer outro meio de pagamento.

A Lei n.º 10.892/04 determinou a criação de conta corrente de depósito para investimento (chamada "conta investimento"), aberta e utilizada exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável de qualquer natureza, exceto para as hipóteses do artigo 85, incisos II e III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Os lançamentos a débito na conta investimento, quando destinados à realização de aplicações financeiras, estão sujeitos à alíquota zero da CPMF.

Todavia, o ingresso de recursos novos na Conta Investimento, assim como a retirada de recursos de tal conta (neste caso, quando não destinados à realização de aplicações financeiras), será realizado exclusivamente por (i) lançamento a débito ou a crédito, conforme o caso, na conta corrente de depósito do titular, (ii) cheque cruzado e intransferível, ou (iii) outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, nos termos dos parágrafos 11 e 12 do artigo 8º da Lei n.º 9.311/96, com alterações introduzidas pela Lei n.º 10.892/04.

Os lançamentos a débito na conta corrente de depósito do titular continuam sujeitos à incidência de CPMF à alíquota de 0,38%.

Atendimento ao Cotista

Para quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas cotas, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados poderão se dirigir à sede da Administradora, à Instituição Intermediária e suas agências ou, ainda, consultar e reproduzi-los por meio das páginas da rede mundial de computadores da CVM, Administradora, Instituição Intermediária, BOVESPA e CETIP, conforme endereços abaixo. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Administradora, endereço constante deste Prospecto.

Administradora

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Osasco, São Paulo
Tel.: (11) 3684-4522
Fax.: (11) 3684-5645
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br
Site: www.bradescocustodia.com.br

Instituição Intermediária

Banco ABN AMRO Real S.A.
Av. Paulista 1374, 3º andar
01310-916 São Paulo, SP
At.: **Ciro MauroGiannini**
Telefone: (11) 3174-6830
Fac-símile: (11) 3174-6830
Correio Eletrônico: ciro.giannini@br.abnamro.com
Site: www.bancoreal.com.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Site: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Site: www.cetip.com.br

Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA

Site: www.bovespa.com.br

Informações Relativas ao Cedente

Histórico

O Grupo J. Malucelli, fundado em 1966 pelo empresário paranaense Joel Malucelli, é um conglomerado formado por mais de 30 empresas que atuam preponderantemente nos setores (i) financeiro, em que atua Cedente e a J. Malucelli Seguradora S.A.; (ii) mídia/comunicações, por meio de uma retransmissora da televisão Bandeirantes no Estado do Paraná, bem como possuindo frequências de rádio que transmitem programação da Rádio Globo e Rede CBN, também no Estado do Paraná; e (iii) infra-estrutura, com especial destaque para a construção pesada, energia e concessões de rodovias e saneamento. Além disso, Grupo J. Malucelli também investe em outros setores, tais como esportes, turismo e agronegócio.

Com mais de 2.000 funcionários, o Grupo J. Malucelli está entre os quatro maiores do Estado do Paraná, os 50 maiores da região sul e os 200 maiores do país, segundo dados do periódico balanço anual editado pelo jornal "Gazeta Mercantil".

As operações do Grupo J. Malucelli cobrem a maior parte do território nacional, o que exige constante atualização de conhecimentos e tecnologias, além de um know-how gerencial mais especializado.

Com um modelo de gestão eficiente, enxuto e voltado para resultados, o Grupo J. Malucelli incorpora continuamente novos e rentáveis negócios, promove o aporte de tecnologias emergentes e identifica no mercado e atrai para si talentos humanos alinhados com seus desafios e metas de crescimento.

O Paraná Banco, braço financeiro do Grupo J. Malucelli, foi fundado em 1979 como Paraná Financeira. Após 10 anos, obteve a aprovação do Banco Central para atuar como banco múltiplo, nas carteiras de crédito, financiamento, investimento e carteira comercial. O objeto social do Paraná Banco é a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, crédito, financiamento e investimento) e a administração de cartões de crédito nacional e internacional, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

O Paraná Banco acredita ser pioneiro no Brasil na modalidade de crédito consignado em folha de pagamento, formalizado por meio de convênios firmados com a União, Estados, Municípios, Tribunais, empresas privadas e com o INSS, o Paraná Banco atua em todo território nacional. Atualmente com 30 milhões de potenciais clientes, mantém 400.000 contratos ativos nesta modalidade, com um crescimento constante de 30% ao ano na carteira.

Considerado pela revista "IstoÉ Dinheiro", edição de setembro de 2005, como o melhor banco brasileiro em gestão financeira, o Paraná Banco tem apresentado consideráveis índices de rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

O Paraná Banco acredita utilizar modernas ferramentas para compor o seu *funding*, além da tradicional captação de recursos via certificados de depósitos bancários (CDBs), tais como: emissão de *notes* no mercado internacional, estruturação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e operações coordenadas, estruturadas e custodiadas por parceiros de renome internacional.

Capital Social

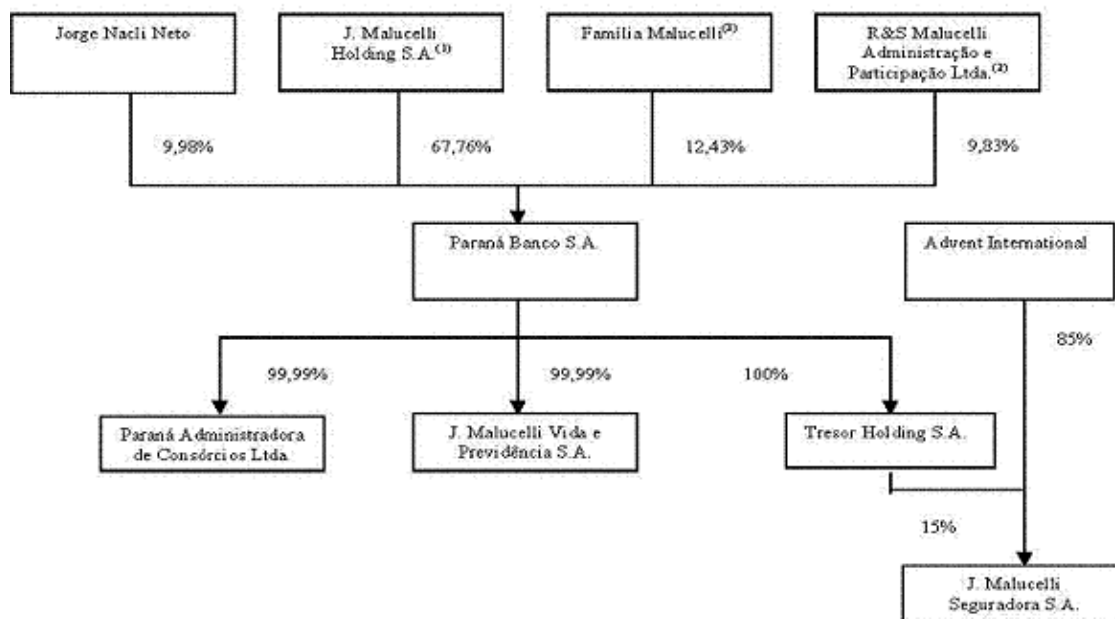
O capital social do Cedente, na data deste Prospecto, era de R\$66 milhões, totalmente subscrito e integralizado e dividido em 60.600.000 ações ordinárias e 5.400.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Não existem ações em tesouraria.

A tabela abaixo reflete as principais posições acionárias na data deste Prospecto:

Acionistas	Ordinárias(7)	%	Preferenciais(7)	%	Total	% Total
J. Malucelli Holding S.A.	41.061.059	67,8	3.658.903	67,8	44.719.962	67,8
Jorge Nacli Neto	6.047.880	9,9	538.920	9,9	6.586.800	9,9
R&S Malucelli Adm. e Part. Ltda.	5.956.924	9,8	530.815	9,8	6.487.739	9,8
André Luiz Malucelli	807.555	1,3	71.961	1,3	879.516	1,3

Waldemar Malucelli	557.520	0,9	49.680	0,9	607.200	0,9
Joel Malucelli	1	-	0	0	1	-
Alexandre Malucelli	1	-	0	0	1	-
Hilário Mário Walesko	1	-	0	0	1	-
Omar Camargo Filho	1	-	0	0	1	-
Outros	6.169.058	10,3	549.721	10,3	6.718.783	10,3
Total	60.600.000	100,0	5.400.000	100,0	66.000.000	100,00

O organograma abaixo reflete as posições acionárias do conglomerado financeiro do Grupo J Malucelli na data deste Prospecto:



Investimentos e Desinvestimentos de Capital

Além do investimento na Administradora e na Tresor Holding, o Cedente não realizou investimentos ou desinvestimentos de capital nos últimos três exercícios sociais.

Em 17 de outubro de 2006 o Paraná Banco efetuou aporte de capital na Sociedade Seguradora J Malucelli Vida & Previdência, no valor de aproximadamente R\$7,4 milhões. A Sociedade encontra-se em processo de constituição/aprovação na SUSEP.

Operações Societárias

Em 30 de dezembro de 2004 o acionista até então majoritário (Porto de Cima Administração, Participação e Serviços S.A., que detinha cerca de 89,10% das ações de emissão do Cedente), transferiu ações às pessoas físicas que participavam indiretamente no Cedente, as quais, desde então, detêm participações diretas no Cedente.

Acordo de Acionistas

Não há acordos de acionistas do Cedente.

Operações com Partes Relacionadas

Descrição	Em 31 de dezembro de								
	(em R\$ milhões, exceto percentuais)								
	Obrigações			Receitas			Despesas		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Depósitos à Vista	0,6	0,1	0,3	-	-	-	-	-	-
Depósitos à Prazo	74,9	51,9	81,3	-	-	-	6,6	7,2	9,8
Depósitos Interfinanceiros	1,7	-	-	-	-	-	0,2	-	-
Ressarcimento de Despesas	-	-	-	0,1	-	-	0,1	1,2	1,5
Aluguel	-	-	-	-	0,2	0,1	0,2	-	-
Totais	77,2	52,0	81,6	0,1	0,2	0,1	7,1	8,4	11,3

Descrição	Em 31 de março de					
	(em R\$ milhões, exceto percentuais)					
	Obrigações		Receitas		Despesas	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Depósitos à Vista	0,2	0,7	-	-	-	-
Depósitos à Prazo	53,2	87,8	-	-	2,0	2,7
Ressarcimento de Despesas	-	-	-	-	0,3	0,4
Totais	53,4	88,5	-	-	2,3	3,1

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

De acordo com o estatuto social do Cedente, é assegurado aos seus acionistas um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76. A tabela abaixo indica os valores pagos pelo Cedente a título de juros sobre o capital próprio nos últimos cinco anos:

Relativo ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de	Dividendos (R\$ mil)	% Lucro Líquido	Juros Sobre Capital Próprio (R\$ mil)	% Lucro Líquido
2001	502	4,63	2.017	18,59
2002	1.217	9,45	2.998	23,28
2003	582	3,04	4.415	23,05
2004	2.854	11,19	5.275	20,68
2005	21.500	27,04	7.150	8,99
2006	25.300	72,77	6.970	5,50

Administração e Conselho Fiscal

O Cedente é administrado por uma diretoria, e possui um conselho fiscal de funcionamento não permanente.

Diretoria

A diretoria pode ser formada por dois a 10 membros, sendo um diretor presidente e um a nove diretores sem designação, todos eleitos pela assembleia geral ordinária para prazos de gestão de dois anos. A tabela a seguir apresenta os diretores e seus respectivos cargos:

Nome	Cargo	Data da Eleição
Joel Malucelli	Diretor Presidente	28.4.06
André Luiz Malucelli	Diretor	28.4.06
Cristiano Malucelli	Diretor	28.4.06
Waldemar Malucelli	Diretor	28.4.06
Luis Cesar Miara	Diretor	28.4.06

Segue, abaixo, resumo das experiências profissionais e formação acadêmica de cada diretor:

Joel Malucelli, 61 anos, é sócio fundador do Cedente e diretor do Cedente desde 21 de junho de 1979. Formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná. Foi presidente da Associação do Paraná e Santa Catarina das empresas de Crédito, Financiamento e Investimento e foi eleito em 2002, 2003 e

2004, líder empresarial pelo Fórum da Gazeta Mercantil. Atualmente é conselheiro da Associação Comercial do Paraná (ACP) e da Federação das Indústrias do Paraná.

André Luiz Malucelli, 40 anos, é acionista e diretor do Cedente desde 11 de junho de 1991. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é Diretor da J. Malucelli DTVM Ltda., Diretor Tesoureiro do Sindicato das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos do Estado do Paraná e, desde 1991, é membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Bancos Comerciais.

Cristiano Malucelli, 33 anos, é diretor do Cedente desde 25 de novembro de 2005. Formou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Começou a trabalhar no Cedente em 1994, ocupando o cargo de gerente. Atualmente é Diretor da J. Malucelli DTVM Ltda.

Waldemar Malucelli, 67 anos, é diretor do Cedente desde 24 de agosto de 1982. Formou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná. Começou a trabalhar no Cedente em 1982 como Diretor. Antes de se juntar ao Cedente, trabalhou no Tribunal de Contas do Estado do Paraná e foi Diretor Financeiro na Montepar – Montepio Nacional dos Servidores Públicos.

Luis Cesar Miara, 53 anos, é diretor do Cedente desde 3 de abril de 2006. Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná. Antes de se juntar ao Cedente, trabalhou nas empresas CR Almeida Engenharia Construções e no CELEPAR – Companhia de processamento de dados do Paraná e COPEL – Companhia Paranaense de Energia. Foi Presidente da Fundação COPEL de Previdência e Assistências Social no período de 1995 a 2003.

Os diretores possuem ações do Cedente conforme descrito na seção "Capital Social" acima. Existe relação familiar entre os diretores na medida em que Cristiano Malucelli é filho de Joel Malucelli e Waldemar Malucelli é primo de Joel Malucelli.

Conselho Fiscal

A Emissora tem um conselho fiscal de funcionamento não permanente, podendo ser composto por três membros efetivos, com igual número de suplentes. Os membros do conselho fiscal devem ser pessoas naturais residentes e domiciliadas no Brasil, nos termos dos dispositivos legais aplicáveis.

O conselho fiscal será instalado, a qualquer momento, por deliberação da assembléia geral do Cedente, que deverá eleger seus membros e fixar-lhes sua remuneração, sendo que deverá funcionar até a assembléia geral ordinária seguinte à sua instalação.

Remuneração

De acordo com o estatuto social do Cedente, os acionistas do Cedente devem estabelecer, em assembléia geral, a remuneração global dos membros do conselho de administração e da diretoria. Caberá ao conselho de administração a determinação dos valores individuais a serem pagos aos seus membros e aos membros da diretoria.

A remuneração dos administradores no exercício social de 2006 foi de R\$0,4 milhão. A remuneração global dos membros do conselho de administração e da diretoria para o exercício social de 2007 foi fixada em até R\$4 milhões.

Planos de Opção de Compra de Ações

Não há planos de opção de compra de ações.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2006, o Cedente possuía uma força de trabalho de 254 pessoas, sendo seis menores aprendizes e 86 estagiários.

Os funcionários do Cedente são filiados ao Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. O Cedente, por sua vez, é representado pelo Sindicato dos Bancos do Estado do Paraná. O Cedente mantém um bom nível de relacionamento com os Sindicatos acima citados. Os Acordos Coletivos de Trabalho do Cedente têm vigência de um ano e estabelecem garantias aos funcionários, como, por exemplo, gratificação para os empregados que exerçam as funções de caixa e tesoureiro.

Em 31 de dezembro de 2006, o Cedente contava com aproximadamente 15 empresas terceirizadas, as quais prestavam serviços de consultoria, tecnologia, informática e outros, perfazendo um total de 47 empregados terceirizados.

A tabela a seguir apresenta o número de funcionários nas datas indicadas:

Em	Funcionários Administrativos	Funcionários Operacionais	Total de Funcionários
31 de dezembro de 2004	58	63	121
31 de dezembro de 2005	128	74	202
31 de dezembro de 2006	112	142	254

O aumento do número de nossos funcionários ao longo dos últimos anos tem acompanhado o aumento do volume de operações de crédito e a expansão de nossas atividades de modo geral.

Política de Benefícios

Como principais benefícios concedidos aos empregados do Cedente, pode-se elencar auxílio refeição e auxílio alimentação, vale transporte, complementação de auxílio doença previdenciário e auxílio doença acidentário equivalente à diferença entre a importância recebida do INSS e o somatório das verbas fixas recebidas pelo empregado, plano de saúde com as mesmas características para todos os seus funcionários, que conta com atendimento médico-hospitalar e internação em enfermaria, além de benefício de complementação previdenciária e aposentadoria, em que contribuem o empregado e o Cedente, conforme estatuto e regulamento do "Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada".

Participação nos Lucros

O Cedente compartilha seus resultados com seus funcionários através de seu Programa de Participação nos Resultados (PPR). Esse programa tem como objetivo reconhecer o desempenho de seus funcionários e sua contribuição para os resultados do Cedente. A participação nos lucros abrange todos os cargos do Cedente e seu pagamento acompanha os valores praticados pelo mercado. Não há planos de opção de compra de ações a funcionários do Cedente.

Propriedades, Plantas e Equipamentos

Imóveis

O Cedente é proprietário do imóvel localizado na Rua Visconde de Nácar 1441, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. O Cedente realizou contrato de locação do 3º e 4º andares do referido imóvel para a J. Malucelli Seguradora S.A., em 22 de setembro de 2005.

Principais Ativos

Os ativos imobilizados relevantes do Cedente encontram-se descritos na tabela abaixo, conforme dados de 30 de setembro de 2006.

Descrição	(R\$ mil)
Terrenos	652
Edificações	1.215
Instalações	200
Móveis e utensílios	951

Equip. Telefonia	60
Equip. proc. Dados	1.058
Sistemas de segurança	29

Propriedade Intelectual

O Cedente é detentor da marca "Paraná Banco". Ademais, oito marcas encontram-se em processos de registro, solicitados pelo Cedente, perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, dentre as quais citam-se: "Emprestrev Paraná"; "Emprestserv"; "Flexfolha"; "Pam"; "Paraná Asset Management"; "Telesaque Paraná Banco"; e "Emprestfolha".

Canais de Comercialização

O Cedente opera através de 532 correspondentes bancários em todo o Brasil, com foco principal no crédito consignado.

Buscando maior eficiência e qualidade dos serviços prestados pelos correspondentes bancários, o Cedente editou, em 12 de abril de 2006, um Manual de Procedimentos para Credenciamento e Contratação de Correspondentes. Referido manual tem como objetivo descrever o fluxo operacional do processo de credenciamento e cadastramento de correspondentes bancários, bem como definir a documentação comprobatória a ser obtida junto ao potencial correspondente, além de outras observações e orientação correlatas.

A contratação do correspondente é formalizada por meio de Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário. Todos os contratos de correspondentes devem ter, como objeto, a prestação de serviços de intermediação para a concessão de crédito pessoal a clientes com desconto em folha de pagamento, bem como a distribuição de outros produtos que façam ou venham a fazer parte da carteira de produtos financeiros do Cedente, englobando atividades, tais como: (i) prospecção de novos clientes; (ii) esclarecimentos ao cliente das condições da operação, de forma a atender os preceitos de transparência e conhecimento inerentes à relação comercial; (iii) recolhimento e checagem de toda a documentação necessária para a formalização do contrato com o cliente; (iv) preenchimento do cadastro e solicitação de empréstimo nos formulários fornecidos pelo Cedente; (v) regularização do processo de averbação junto ao órgão consignante; (vi) abono da assinatura do cliente; (vii) remessa tempestiva do contrato firmado pelo cliente, com a respectiva certidão de margem consignada; (viii) preenchimento dos dados da proposta no sistema web ou sistema que o venha a substituir; e (ix) controle de todas as operações efetuadas por seu intermédio, principalmente no que tange à possibilidade da consignação junto ao órgão consignante e a realização regular dos descontos.

Não há qualquer vínculo empregatício ou relação societária entre o Cedente e os correspondentes.

Produtos

O Cedente opera por meio de centenas de correspondentes bancários em todo o Brasil, com foco principal no crédito com desconto em folha, o que representa 96,95% de suas operações e é responsável por 97,38% das receitas da instituição. Os parceiros do Cedente, nesta modalidade de operação de crédito, são os governos estaduais e municipais, órgãos públicos e privados, com convênios para desconto em folha em 18 Estados, 277 prefeituras, INSS, Tribunais de Justiça, Tribunais de Contas, Câmaras e Assembléias, Senado Federal, Forças Armadas, Correios, Infraero, Ministério Público Federal, Justiça Federal, entre outros.

O montante de empréstimos liberados cresceu 87%, passando de R\$274 milhões em 2004 para R\$512 milhões em 2005. Em 2005, foram abertos 200 novos convênios junto a Estados, prefeituras e outras entidades públicas e privadas, totalizando um público potencial de 30 milhões de pessoas. Nesse contexto, merecem destaque os convênios firmados junto as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica).

O Cedente acredita estar presente em praticamente todo território nacional, buscando atender aproximadamente de oito milhões de pensionistas e aposentados do INSS, 2,5 milhões de servidores estaduais e municipais e 150.000 de órgãos do Poder Judiciário.

Visando modernizar suas operações de crédito consignado, o Cedente lançou o "Cartão Paraná Banco Mastercard Electronic", destinado a servidores públicos e privados, que permite ter um percentual do saldo devedor do cartão descontado em folha de pagamento. Produto inédito no Brasil, está sendo distribuído junto ao INSS, aos funcionários municipais Porto Alegre, Rio de Janeiro e dos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, entre outros.

O Certificado de Depósito Bancário Paraná Banco é o principal investimento ofertado a grandes clientes institucionais e, por meio de sua coligada, Paraná Banco Asset Management, disponibiliza uma gama de Fundos de Investimento, de renda fixa e variável, com uma gestão bastante competente e atualizada das demandas do mercado. O Cedente disponibiliza a seus investidores, por meio do *site* "www.paranabanco.com.br", as classificações de risco da Standard & Poor's, da SR Rating e da LF Rating, com nota técnica auferida entre BBB- e A-, atestados dada a combinação rentabilidade, eficiência e baixa inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2006, o Cedente possuía aproximadamente 559.780 clientes cadastrados, mais de 410.000 contratos ativos, uma carteira de R\$722,5 milhões em operações de crédito e depósitos a prazo no valor de R\$454,5 milhões.

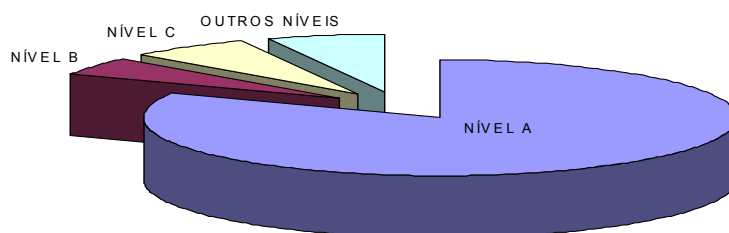
Carteira de Produtos

A tabela abaixo apresenta a participação dos principais produtos na carteira do Cedente nos períodos indicados:

Participação dos Principais Produtos na Carteira de Produtos do Cedente						
	2003		2004		2005	
Tipo de Produtos	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil
Empréstimo	1,30	2.162	0,21	501	0,32	1.253
Conta Garantida	0,71	1.189	0,05	116	0,36	1.446
Outros Financiamentos	0,00	0	0,00	0	0,28	1.090
Crédito Pessoal	97,99	162.968	99,74	237.225	99,04	392.435
Total	100,00	166.319	100,00	237.842	100,00	396.224

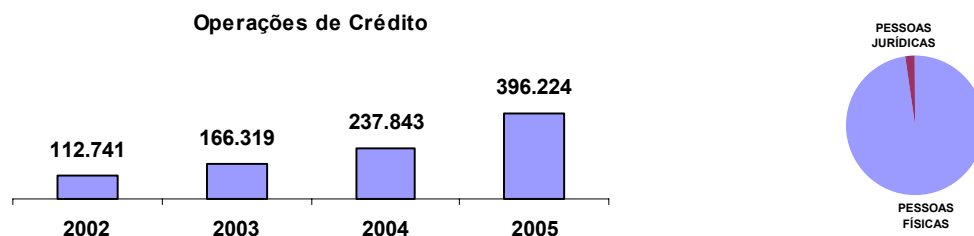
Análise e Concessão de Crédito e Taxa de Inadimplência

A política de crédito prioriza a liquidez e a qualidade dos negócios, com permanente supervisão das operações contratadas. A qualidade da carteira pode ser aferida pela classificação das operações, conforme parâmetros fornecidos pelo Banco Central. No encerramento de 2005, aproximadamente 82% dos contratos se encontravam estabelecidos no nível de risco "A", ou seja, operações em curso normal e que apresentam um risco praticamente nulo.

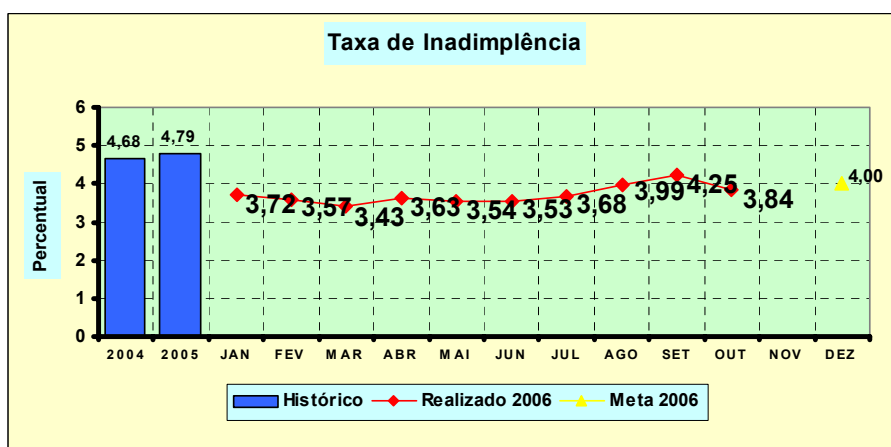


As operações de crédito vêm apresentando um crescimento acentuado e progressivo. A carteira encerrou 2005 com um crescimento de 66% em relação ao ano anterior, culminando, no último triênio, na evolução nominal de 138%.

As operações de crédito, descontando as provisões para perdas, encerraram 2005 representando 71,40% dos ativos totais do Cedente. O risco é reduzido em função da excelente pulverização dos contratos. A modalidade de empréstimo ao servidor público corresponde a aproximadamente 98% do total dessas operações.



O gráfico abaixo demonstra a evolução da taxa de inadimplência da carteira de crédito consignado:



Nota: TI = taxa de inadimplência em percentual; SC = saldo da carteira de empréstimos; IN = soma dos valores das prestações com atraso de mais de 60 dias; $TI = IN/SC \times 100$

Captação de Recursos

Em 2004 foram cedidos créditos no valor de R\$37 milhões. Em 2005 essas cessões atingiram R\$204 milhões. Até junho de 2006 foram cedidos R\$129 milhões. As cessões têm sido utilizadas como mais uma alternativa para atender as necessidades de *funding* do Cedente.

Em 2005 e 2006, o Cedente captou US\$26,5 milhões no mercado internacional, visando diversificar as origens de *funding* e alongar os prazos de captação. Para evitar descasamento de moedas, contratou operações de *hedge* de 100% desse total.

A carteira de depósitos a prazo cresceu 32% no ano, acumulando em dezembro um total de R\$285 milhões. Atualmente, os depósitos a prazo totalizam R\$ 380 milhões.

O Cedente mantém acordo operacional com o Banco Bradesco S.A., com valor global de até R\$500 milhões, para cessão de créditos de empréstimos feitos para aposentados e pensionistas do INSS. Além disso, tem acordo com diversas instituições financeiras para cessão de créditos de outros convênios.

Atualmente, encontra-se em processo de registro perante a CVM uma oferta distribuição pública primária de ações preferenciais a serem emitidas pelo Cedente, em mercado de balcão não-organizado, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco UBS Pactual S.A. e do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. Na data deste Prospecto, não é possível estimar o montante de recursos que será captado com referida oferta, tendo em vista que ainda não foi fixado o preço por ação a ser emitida pelo Cedente.

Contratos Relevantes

A tabela a seguir demonstra os contratos de cessão de crédito firmados pelo Cedente.

Data da Cessão	Cessionário	Valor da Cessão de Crédito (R\$ milhões)
23.2.05	Banco Bradesco S.A.	17,5
15.8.05	Banco Fibra S.A.	9,9
10.6.05	Banco Fibra S.A.	10,0
24.6.05	Banco ABC Brasil S.A.	9,9
28.2.05	Banco ABC Brasil S.A.	7,9
28.6.05	Banco Votorantim S.A.	8,2
23.5.05	Financeira Alfa S.A.	8,0
27.4.05	Financeira Alfa S.A.	10,0
21.12.05	Financeira Alfa S.A.	10,7
23.2.06	Financeira Alfa S.A.	9,9
9.3.06	Banco Unibanco S.A.	10,7
20.3.06	Banco Unibanco S.A.	20,0
6.2.06	Banco Unibanco S.A.	12,1
19.4.06	Banco Votorantim S.A.	14,1
11.5.06	Unibanco S.A.	15,1
30.5.06	Banco Alfa S.A.	15,1
19.6.06	Banco Votorantim S.A.	17,9
30.6.06	Banco ABC	14,0
13.7.06	Unibanco	14,7
17.7.06	ABN-Amro	12,9
16.8.06	Banco Alfa S.A.	11,5
30.8.06	FIDC Paraná Banco I	89,8
13.7.06	Unibanco S.A.	21,7
30.6.06	Banco ABC Brasil S.A.	17,1
17.7.06	Banco ABN AMRA Real S.A.	18,7
Total:		<u>278,5</u>

Valores Mobiliários

Captação de Recursos no Mercado Externo

Em 2004 o Cedente emitiu títulos de dívida no valor principal de US\$39,5 milhões (dos quais US\$26,5 milhões ainda são devidos) e estabeleceu em 2006 um Programa de Medium Term Notes de US\$100,0 milhões. No âmbito deste programa, o Cedente emitiu cinco séries de títulos, com vencimentos em 2007 e 2008.

O quadro a seguir apresenta os valores emitidos, saldos, taxas de juros, datas de emissão e de vencimento de cada série de títulos em circulação:

Valor Emitido (em US\$ milhões)	Saldo em 31 de dezembro de 2006 (em R\$ milhões)	Taxa de Juros (%)	Data de Emissão	Data de Vencimento
Programa de Medium-Term Notes				
9,5	22,2	7,9300%	10/11/2005	05/02/2007
6,0	12,8	8,0000%	23/12/2005	22/06/2007
5,0	11,2	8,0000%	23/05/2006	19/11/2007
6,0	13,2	7,9852%	17/08/2006	13/02/2008
20,0	43,0	7,6543%	29/11/2006	27/11/2008
46,5	102,4			

Ofertas Públicas de Aquisição de Ações

Não houve ofertas públicas de aquisição de ações do Cedente efetuada por terceiros ou pelo próprio Cedente no último exercício social ou no atual exercício social.

Ofertas Públicas de Distribuição

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários no mercado brasileiro ou participou de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de sua emissão realizada por terceiros nos últimos dois exercícios sociais.

Atualmente, encontra-se em processo de registro perante a CVM uma oferta de distribuição pública primária de ações preferenciais, a serem emitidas pelo Cedente em mercado de balcão não-organizado, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco UBS Pactual S.A., e do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. A operação é sujeita a registro na CVM e deve obedecer os procedimentos previstos na Instrução CVM 400 e apresentará esforços de venda das Ações nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definido na Rule 144 A do U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado, em operações isentas de registro em conformidade com o Securities Act e seus regulamentos, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos da América e no Brasil), com base no Regulation S editado pela Securities and Exchange Commission, a comissão de valores mobiliários norte-americana.

O Prospecto Preliminar da Distribuição Pública Primária de Ações preferenciais de Emissão do Cedente pode ser encontrado na página da CVM na rede mundial de computadores.

Operações de Securitização

Em agosto de 2006, foi constituído o primeiro FIDC destinado à aquisição de direitos creditórios do Paraná Banco, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I, tendo sido realizada uma oferta pública de cotas seniores no volume total de R\$101.250.000,00 (cento e um milhões e duzentos e cinquenta mil reais), as quais foram totalmente colocadas a investidores no mercado. Além disso, foram emitidas cotas subordinadas para subscrição privada pelo Paraná Banco para atender à razão mínima entre o patrimônio líquido do fundo e o valor das cotas seniores, a qual, conforme regulamento do fundo, é equivalente a 133%.

O FIDC Paraná Banco I é administrado pela J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Ltda., tem prazo de vigência de 36 (trinta e seis meses) a partir da primeira subscrição de cotas seniores e prazo de carência de 12 (doze) meses para a primeira amortização de cotas seniores. Suas cotas seniores fazem jus a uma taxa de retorno, desde que o patrimônio do fundo assim permita, de 109% (cento e nove por cento) sobre a Taxa DI. O FIDC Paraná Banco I, tal como o Fundo, é destinado a adquirir direitos creditórios originários do segmento de empréstimo com Desconto em Folha a Servidores Públicos concedidos pelo Paraná Banco, decorrentes de uma lista de Convênios constante do contrato de promessa de cessão de direitos celebrado por ocasião da constituição do FIDC Paraná Banco I. Dos Convênios destacados para fazer parte do Fundo, 73 (setenta e três) Convênios (representando um volume médio mensal de R\$ 38,4 milhões (trinta e oito vírgula quatro) gerados em Direitos Creditórios), também fazem parte do FIDC Paraná Banco I, o que significa que Direitos Creditórios originados destes Convênios podem ser cedidos tanto para o FIDC Paraná Banco I quanto para o presente Fundo, não havendo um mecanismo específico que estabeleça algum tipo de prioridade ou preferência entre ambos os Fundos. Além disso, a partir da Data de Subscrição Inicial, do volume médio mensal de Direitos Creditórios gerados pelo Paraná Banco, aproximadamente 7,5% (sete vírgula cinco por cento) foram destinados ao FIDC Paraná Banco I e 18,3% (dezoito vírgula três por cento) foram destinados ao Fundo.

Fontes de Recursos

As tabelas abaixo mostram as fontes de recursos consolidadas por tipo, valor e percentual da carteira em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006.

	31.12.04		31.12.05		31.12.06	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	% do Portifólio	R\$ mil	% do Portifólio
Depósitos interfinanceiros	9.909	17.817	17.817	4,75	20.589	3,43
Captações Mercado Aberto	0	19.402	19.402	5,17	22.351	3,73
Emissões no Exterior	32.082	52.684	52.684	14,04	102.471	17,08
Depósitos a prazo	216.084	285.284	285.284	76,04	454.546	75,76
Total	258.075	375.187	375.187	100,00	599.957	100,00
<u>Passivo total</u>	<u>352.893</u>	<u>535.085</u>	<u>535.085</u>	<u>70,12</u>	<u>783.933</u>	<u>76,53</u>

	31.3.06		30.6.06		30.09.06	
	R\$ mil	% do Portifólio	R\$ mil	% do Portifólio	R\$ mil	% do Portifólio
Depósitos interfinanceiros	24.744	6,13	33.303	7,88	24.808	4,88
Captações Mercado Aberto	17.059	4,22	21.282	5,04	52.009	10,24
Emissões no Exterior	50.344	12,47	54.791	12,97	59.800	11,77
Depósitos a prazo	311.644	77,18	313.050	74,11	371.425	73,11
Total	403.791	100,00	422.426	100,00	508.042	100,00
Passivo total	554.343	72,84	589.180	71,70	699.039	72,68

Informações Financeiras

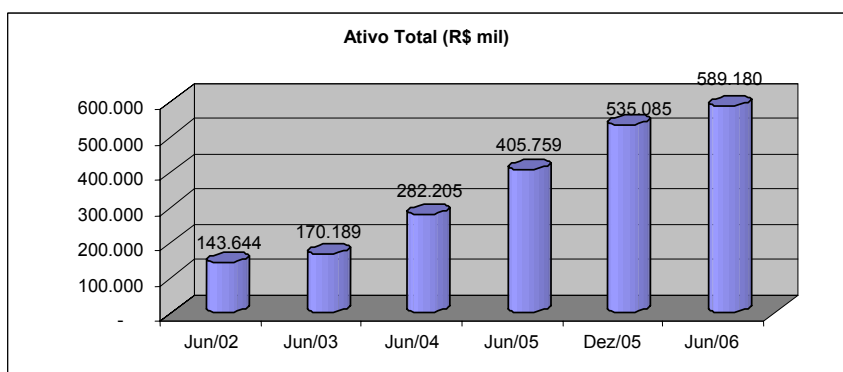
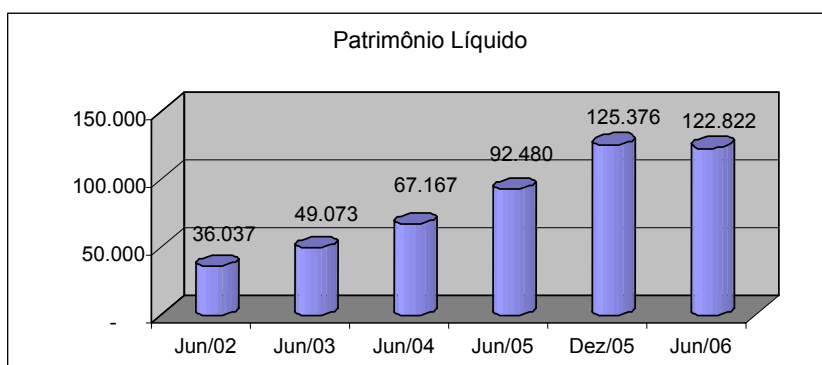
Balanço Patrimonial

Seguem abaixo informações sobre o balanço patrimonial do Cedente em 31 de dezembro de 2004 e 2005, e 2006, e as respectivas variações:

Em 31 de dezembro de								
	2004	% do Total	2005	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2005/ 2004	% Variação 2006/ 2005
(em R\$ milhares, exceto percentuais)								
Ativos								
Disponibilidades	1,3	0,4	1,9	0,4	7,9	1,0	46,2	315,8
Aplicações interfinanceiras de liquidez	50,0	14,2	47,8	9,9	73,8	9,4	(4,4)	54,4
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	16,0	4,6	34,9	7,2	48,0	6,1	118,1	37,5
derivativos								
Operações de crédito	150,1	42,8	224,9	46,4	347,4	44,3	49,8	54,5
Outros créditos	2,8	0,8	2,2	0,5	9,2	1,2	(21,4)	318,2
Outros valores e bens	0,1	-	0,2	-	0,1	-	100,0	(50,0)
Circulante	220,3	62,8	311,9	64,4	486,4	62,0	41,6	55,9
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	18,7	5,3	-	-	-	-	-	-
derivativos								
Operações de crédito	77,0	21,9	157,1	32,4	275,8	35,2	104,0	75,6
Outros créditos	3,4	1,0	5,0	1,0	9,3	1,2	47,1	86,0
Realizável a longo prazo	99,1	28,2	162,1	33,4	285,1	36,4	63,6	75,9
Investimentos	31,0	8,8	8,3	1,7	9,6	1,3	(73,2)	15,7
Imobilizado de uso	0,5	0,2	2,4	0,5	2,5	0,3	380,0	4,2
Diferido	0,1	-	0,1	-	0,3	-	-	200,0
Permanente	31,6	9,0	10,8	2,2	12,4	1,6	(65,8)	14,8
Total do ativo	351,0	100,0	484,8	100,0	783,9	100,0	38,1	61,7
Passivos								
Depósitos	140,6	40,0	184,7	38,1	229,1	29,2	31,4	24,0
Captações no mercado aberto	-	-	19,4	4,0	22,4	2,9	-	15,5
Recursos de aceites e emissão de títulos	24,0	6,8	16,1	3,3	46,2	5,9	(32,9)	187,0
Instrumentos financeiros	-	-	2,8	0,6	5,0	0,6	-	78,6
derivativos								
Outras obrigações	15,1	4,4	27,5	5,7	45,2	5,8	82,1	64,4
Circulante	179,7	51,2	250,5	51,7	347,9	44,4	39,4	38,9
Depósitos	85,8	24,4	69,5	14,3	247,3	31,5	(19,0)	255,8
Recursos de aceites e emissão de títulos	8,0	2,3	36,6	7,5	56,2	7,2	357,5	53,6
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	1,2	0,1	-	-
derivativos								
Outras obrigações	2,9	0,8	2,8	0,6	4,6	0,6	(3,4)	64,3

Exigível a longo prazo	96,7	27,5	108,9	22,4	309,3	39,4	12,6	184,0
Patrimônio líquido								
Capital social	30,0	8,6	50,0	10,3	100,0	12,8	66,7	100,0
Aumento de capital	1,8	0,5	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital	0,1	-	0,1	-	0,1	-	-	-
Reserva de lucros	42,7	12,2	75,3	15,6	26,6	3,4	76,4	(64,7)
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	74,6	21,3	125,4	25,9	126,7	16,2	68,1	1,0
Total do passivo e patrimônio líquido	351,0	100,0	484,8	100,0	783,9	100,0	38,1	61,7

Os gráficos abaixo demonstram, respectivamente, a evolução do patrimônio líquido e do ativo total desde junho de 2002 até junho de 2006:



Demonstração de Resultados

Seguem abaixo informações sobre a demonstração de resultados consolidada do Cedente relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, levando em consideração o crescimento no valor da rubrica (análise vertical).

Exercício encerrado em 31 de dezembro de							
	2004	% da Receita líquida	2005	% da Receita líquida	2006	% da Receita líquida	% Variação 2005/ 2004
							% Variação 2006/ 2005
(em R\$ milhões, exceto percentuais)							
Operações de crédito	91,6	93,3	148,5	87,6	212,4	96,2	62,1
Resultado de operações com títulos e valores	6,6	6,7	21,0	12,4	8,4	3,8	218,2
							(60,0)

mobiliários									
Receitas da intermediação financeira	98,2	100,0	169,5	100,0	220,8	100,0	72,6	30,3	
Operações de captação no mercado	(33,4)	(34,0)	(48,4)	(28,5)	(57,3)	(26,0)	44,9	18,4	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(2,8)	(1,7)	(8,8)	(4,0)	-	214,3	
Provisão para perdas com créditos	(8,5)	(8,7)	(11,5)	(6,8)	(22,9)	(10,3)	35,3	99,1	
Despesas da intermediação financeira	(41,9)	(42,7)	(62,7)	(37,0)	(89,0)	(40,3)	49,6	41,9	
Resultado bruto da intermediação financeira	56,3	57,3	106,8	63,0	131,8	59,7	89,7	23,4	
Receitas de prestação de serviços	4,0	4,1	13,4	7,9	12,4	5,6	235,0	(7,5)	
Despesas de pessoal	(4,4)	(4,4)	(6,3)	(3,7)	(8,3)	(3,7)	43,2	31,7	
Remuneração da diretoria	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,2)	(0,4)	(0,2)	-	-	
Outras despesas administrativas	(26,7)	(27,2)	(60,1)	(35,4)	(80,5)	(36,4)	125,1	33,9	
Despesas tributárias	(4,7)	(4,8)	(8,6)	(5,1)	(10,8)	(4,9)	83,0	25,6	
Resultado de participação em coligada	7,7	7,8	4,5	2,7	1,4	0,6	(41,6)	(68,9)	
Outras receitas operacionais	2,1	2,1	4,1	2,4	6,9	3,1	95,2	68,3	
Outras despesas operacionais	(1,8)	(1,8)	(0,8)	(0,5)	(4,6)	(2,1)	(55,6)	475,0	
Outras receitas (despesas) operacionais	(24,2)	(24,6)	(54,2)	(31,9)	(83,9)	(38,0)	124,0	54,8	
Resultado operacional	32,1	32,7	52,6	31,1	47,9	21,7	63,9	(8,9)	
Resultado operacional não	-	-	45,3	26,7	(0,4)	(0,2)	-	(100,9)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	32,1	32,7	97,9	57,8	47,5	21,5	205,0	(51,5)	
Imposto de renda corrente	(4,9)	(5,0)	(10,5)	(6,2)	(13,3)	(6,0)	114,3	26,7	
Contribuição social corrente	(1,8)	(1,8)	(3,9)	(2,3)	(5,0)	(2,3)	116,7	28,2	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,1	0,1	0,4	0,2	5,6	2,6	300,0	1300,0	
Imposto de renda e contribuição social	(6,6)	(6,7)	(14,0)	(8,3)	(12,7)	(5,7)	112,1	(9,3)	
Participação minoritária em controlada	-	-	(4,4)	(2,6)	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	25,5	26,0	79,5	46,9	34,8	15,8	211,8	(56,2)	

Pendências Judiciais e Administrativas

Em 31 de dezembro de 2006, o montante envolvido em processos do Cedente avaliados como risco de perda provável totalizava aproximadamente R\$4,6 milhões, sendo R\$1,3 milhões relacionados às questões de natureza cível, R\$1,5 milhões às de natureza fiscal e R\$1,8 milhões às de natureza trabalhista. O Cedente realizou provisões com base na expectativa de perda provável nos respectivos processos, conforme apurada por seus assessores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo dessas provisões era de R\$4,6 milhões.

O Cedente possui outras contingências passivas envolvendo questões tributárias no montante estimado de R\$2,1 milhões, avaliadas como risco possível ou remoto, para os quais nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco possível ou remoto, relativos a processos trabalhistas e cíveis no montante de R\$0,3 milhão e R\$6,1 milhões respectivamente, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Subsidiárias

J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. foi constituída em 29 de fevereiro de 1968, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como principal atividade a compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros.

O capital social da Administradora, em 31 de dezembro de 2006, era equivalente a R\$ 2,3 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.000.000 de cotas.

Em 31 de dezembro de 2006 o Cedente era titular de 99,99% do capital social total da J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Tresor Holding S.A.

O capital social da Tresor Holding S.A., subsidiária integral do Cedente, em 31 de dezembro de 2006, era equivalente a R\$30,5 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 39.911 ações.

J Malucelli Seguradora S.A.

O capital social da J. Malucelli Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2006, era equivalente a R\$8,4 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 8.427.600 ações, sendo que 85% das ações pertencem ao Fundo Advent International, transferência que foi autorizada pela SUSEP em agosto de 2005, quando o Cedente deixou de ser o acionista controlador. O capital social remanescente é detido indiretamente, pela subsidiária Tresor Holdings S.A.

Outras Informações

Qualquer informação ou esclarecimentos sobre o Cedente e a Emissão podem ser obtidas junto à Instituição Intermediária.

Anexos do Prospecto

Anexo A - Regulamento do Fundo

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II

O "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II", disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente regulamento ("Regulamento"), conforme o disposto abaixo.

1. Definições

- 1.1 Os termos iniciados com letra maiúscula utilizados neste Regulamento terão o significado que lhes é atribuído a seguir, no singular ou no plural:

"Administradora": BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", Bairro Vila Yara, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 00.066.670/0001-00, autorizada a funcionar pelo Banco Central e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento, ou quem vier a lhe suceder.

"Agência Classificadora de Risco": para as Cotas Seniores da primeira Série, Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Luís Carlos Berrini 1253, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.295.585/0002-20, ou quem vier a lhe suceder e, para as demais Séries de Cotas Seniores do Fundo destinadas à distribuição pública, qualquer agência contratada para realizar a classificação de risco.

"Agente de Cobrança": Paraná Banco, ou quem vier a lhe substituir na qualidade de agente de cobrança bancária dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, também responsável pela cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios inadimplidos, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito.

"Alocação Mínima": percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, nos termos do item 0 acima.

"Amortização Compulsória": amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima.

"Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios": a soma de todas as aquisições de direitos creditórios realizadas pelo Fundo até se perfazer o montante de R\$128.210.000,00 (cento e vinte e oito milhões e duzentos e dez mil reais).

"Auditor do Fundo": KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33 inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, das contas do Fundo e da atuação da Administradora, nos termos deste Regulamento.

"Avaliador da Carteira": KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33 inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, das contas do Fundo e da atuação da Administradora, nos termos deste Regulamento.

"Aviso de Desenquadramento": correspondência a ser enviada pela Administradora ao Paraná Banco na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, na forma do Anexo IV do Regulamento.

"Banco Central": Banco Central do Brasil

"Cedente": cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, que será exclusivamente o Paraná Banco.

"CMN": Conselho Monetário Nacional.

"Conciliação dos Pagamentos": a conciliação entre os recursos recebidos dos Órgãos Públicos Conveniados e os valores a serem repassados ao Fundo em decorrência dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, realizada nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

"Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios": Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e seus posteriores aditamentos, celebrado entre o Paraná Banco e o Fundo, representado pela Administradora, com a interveniência do Custodiante, que regula a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.

"Contrato de Cobrança e Depósito": Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios, Depósito de Documentos e Outras Avenças e seus posteriores aditamentos, celebrado entre o Custodiante e o Paraná Banco.

"Contrato de Custódia": Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e seus posteriores aditamentos, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, o Custodiante e a Gestora.

"Contrato de Distribuição": qualquer contrato para distribuição de Cotas Seniores, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, o Paraná Banco e a Instituição Intermediária.

"Contratos de Empréstimo": contratos celebrados pelo Cedente com Servidores Públicos, cujas parcelas sejam Direitos Creditórios.

"Controle": tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, que inclui o controle indireto, e os termos "Controladoras" e "Controladas" e suas variações têm o mesmo significado.

"Convênios": convênios celebrados entre o Paraná Banco e os Órgãos Públicos Conveniados, tendo por objeto a realização de consignações dos proventos de Servidores Públicos para o pagamento de empréstimos e financiamentos.

"COSIF": Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central, conforme regulado pela Resolução n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, expedida pelo Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores – ou outro plano contábil que venha a lhe suceder.

"Cotas": correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, não resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo ou do resgate de cada Série, sendo a amortização admitida conforme o disposto no Regulamento, em cada Suplemento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As cotas do Fundo são divididas em duas classes: Sênior e Subordinada.

"Cotas Seniores": aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento, sendo divididas em Séries, a critério da Administradora, com as características determinadas em cada Suplemento.

"Cotas Seniores em Circulação": a totalidade das Cotas Seniores emitidas, subscritas e devidamente integralizadas considerando todas as Séries excetuadas as Cotas Seniores que, eventualmente, por qualquer motivo, tenham sido antecipadamente resgatadas.

"Cotas Subordinadas": aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

"Cotistas Dissidentes": os cotistas titulares de Cotas Seniores que não concordarem com a decisão da assembléia geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas Cotas Seniores, conforme regras a serem definidas na assembléia geral de cotistas.

"Crítérios de Elegibilidade": os critérios a serem checados pelo Custodiante, definidos no item 0

abaixo, que os Direitos Creditórios deverão atender a cada cessão ao Fundo.

"Custodiante": Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", Bairro de Vila Yara, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 60.746.948/0001-12, ou quem vier a lhe suceder.

"CVM": Comissão de Valores Mobiliários.

"Data de Apuração": o 15º (décimo quinto) dia de cada mês.

"Data de Subscrição Inicial": data da subscrição e integralização de Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo ou data da primeira subscrição e integralização de Cotas de qualquer das demais Séries, a ser determinada pela Administradora.

"Datas de Amortização de Cotas Seniores": datas das amortizações programadas das Cotas Seniores de qualquer Série, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês.

"Desconto em Folha": o pagamento dos Direitos Creditórios mediante desconto direto nas folhas de pagamento dos Servidores Públicos, conforme previsto nos respectivos Convênios.

"Devedores": servidores públicos municipais, estaduais e federais dos Órgãos Públicos Conveniados, devedores dos Empréstimos.

"Direitos Creditórios": Direitos creditórios originários do segmento de empréstimos a Servidores Públicos concedidos pelo Paraná Banco.

"Disponibilidades": compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; e (iii) aplicações de liquidez imediata.

"Documentos Representativos dos Direitos Creditórios": (a) Contrato de Empréstimo impresso; (b) autorização impressa do Servidor Público para Desconto em Folha, ou, alternativamente, de documento impresso a partir do sistema do respectivo Órgão Público Conveniado que identifique a existência de margem consignável para o Desconto em Folha; (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Servidor Público vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado; e (d) cópia de relatório físico, emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), confirmando ou autorizando a realização do respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição de devedor do respectivo Servidor Público.

"Emissão": emissão de Cotas.

"Empréstimos": empréstimos concedidos pelo Paraná Banco a Servidores Públicos.

"Eventos de Avaliação": aqueles definidos no item 0 abaixo, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, bem como convocação imediata de assembléia geral de cotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.

"Eventos de Liquidação Antecipada": aqueles definidos no item 0 abaixo, cuja ocorrência enseja a convocação de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.

"Fator Multiplicador": fator aplicado no cálculo da remuneração alvo das Cotas Seniores, nos termos do item 0 abaixo, a ser definido pela Administradora no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores.

"FGC": Fundo Garantidor de Créditos.

"Fundo": Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II.

"Gestora": BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM, distribuidora de títulos e valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1.450, 6º e 7º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 62.375.134/0001-44.

"IGP-DI": Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, calculado e divulgado pela Fundação

Getúlio Vargas.

"IGPM": Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

"IPC": Índice de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

"Instituição Intermediária": em relação à primeira Série de Cotas Seniores, o Banco ABN AMRO Real S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 1374, 3º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.066.408/0001-15 e, para as demais Séries, quaisquer outras instituições contratadas para prestar os serviços de coordenação da distribuição pública de Cotas Seniores.

"Instrução CVM n.º 356/01": Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

"Investidores Qualificados": investidores qualificados conforme definido pela regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004.

"Órgãos Públicos Conveniados": órgãos públicos federais, estaduais e municipais, listados no Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que celebraram Convênios com o Cedente para a realização de descontos em folha para pagamento dos Contratos de Empréstimo.

"Outros Ativos": títulos e ativos nos quais o Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido, elencados no item 0 acima.

"Paraná Banco": instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar 1441, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 14.388.334/0001-99, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, Agente de Cobrança e fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito.

"Partes Relacionadas": em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas Controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente Controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas de tal pessoa jurídica; e/ou (iv) as sociedades sob Controle comum com tal pessoa jurídica.

"Periódico": Jornal do Estado, da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, ou outro que vier a substituí-lo nos termos do item 0 abaixo.

"Período de Apuração": cada um dos períodos com início em uma determinada Data de Apuração e término na Data de Apuração subsequente.

"Razão Mínima": relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 128,21% (cento e vinte e oito inteiros e vinte e um centésimos por cento).

"Regulamento": regulamento do Fundo.

"Reserva de Liquidez": soma, equivalente a, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), que deverá ser mantida pelo fundo em Disponibilidades.

"Reserva de Pagamento": reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.

"Série": significa qualquer série de Cotas Seniores emitida pelo Fundo.

"Servidores Públicos": servidores públicos municipais, estaduais e federais dos Órgãos Públicos Conveniados, devedores dos Empréstimos.

"Suplemento": documento preparado na forma do Anexo VI deste Regulamento, referente às condições específicas de emissão de Cotas Seniores de qualquer Série.

"Taxa DI": taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

"Termo de Cessão": instrumento pelo qual se formaliza a cessão de Direitos Creditórios, descrevendo os Direitos Creditórios bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo constante do Anexo II ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

2. Objeto

- 2.1 O Fundo tem por objeto a captação de recursos no mercado de capitais doméstico para aquisição dos Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento descrita no item 0 abaixo.

3. Forma de Constituição

- 3.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas (i) ao término do prazo de cada Série, conforme data de resgate prevista em cada Suplemento; (ii) ao término do prazo de duração do Fundo previsto no item 0 acima, ou (iii) em virtude de sua liquidação antecipada, nos termos do item 0 abaixo. É admitida a amortização das cotas do Fundo, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

4. Público Alvo

- 4.1 O Fundo é destinado preponderantemente a pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimento ou outras entidades de investimento coletivo, que, obrigatoriamente, se enquadrem na definição de Investidores Qualificados.

5. Prazo

- 5.1 O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, sendo liquidado no dia 15 (quinze) do 240º (ducentésimo quadragésimo) mês, contado a partir do mês em que se verificar a primeira Data de Subscrição Inicial do Fundo. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de cotistas.
- 5.2 Na hipótese de o dia 15 (quinze) referido no item anterior não ser dia útil na praça em que estiver sediada a Administradora, a liquidação do Fundo ocorrerá no dia útil imediatamente seguinte.

6. Administradora

- 6.1 O Fundo é administrado pela Administradora, que, observadas as limitações estabelecidas no presente item, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo.
- 6.2 Incluem-se entre as obrigações da Administradora, dentre outras previstas neste Regulamento:
- (i) celebrar os documentos do Fundo por ordem e conta do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores, Auditor do Fundo encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo e da atuação da Administradora e Avaliador da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo;
 - (ii) monitorar a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Paraná Banco e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, do Contrato de Cobrança e Depósito e do

Contrato de Custódia;

- (iii) registrar, antes do protocolo do pedido de registro do Fundo na CVM, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como averbar futuras versões do Regulamento e de seu(s) anexo(s) e qualquer Suplemento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo;
- (iv) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) o registro dos cotistas;
 - (c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - (d) o livro de presença de cotistas;
 - (e) o prospecto do Fundo;
 - (f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, §§ 3º e 4º, da Instrução CVM n.º 356/01;
 - (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - (h) os relatórios do Auditor do Fundo e do Avaliador da Carteira;
- (v) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- (vi) entregar ao cotista, mediante recibo, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, do Suplemento, disponibilizar o prospecto e os relatórios preparados pelo Auditor do Fundo e pela Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo, bem como cientificá-lo (a) do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações; e (b) da taxa de administração cobrada;
- (vii) providenciar a adesão dos cotistas do Fundo ao Regulamento na mesma data de subscrição de Cotas do Fundo, nos termos do Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento constante do Anexo I;
- (viii) divulgar, com a periodicidade prevista no item 25.5 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas do Fundo, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores e a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores de Séries destinadas à colocação pública pela Agência Classificadora de Risco;
- (ix) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, em especial as discriminadas no item 0 abaixo;
- (x) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (xi) fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (xii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, conforme disposto na Instrução CVM n.º 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (xiii) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) ou série(s) de cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- (xiv) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das cotas do

Fundo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da sua ciência de tal fato;

- (xv) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares, do Agente de Cobrança (conforme item 0 abaixo), requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra instituição;
 - (xvi) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco:
 - (i) a substituição da Administradora, do Custodiante, do Auditor do Fundo ou do Avaliador da Carteira;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação (conforme item 0 abaixo) e/ou Evento de Liquidação Antecipada (conforme item 0 abaixo); e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Regulamento e ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios;
 - (xvii) disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência Classificadora de Risco; e
 - (xviii) calcular, todo o dia útil, a Razão Mínima e os limites, índices e parâmetros referidos neste Regulamento.
- 6.2.1 A divulgação das informações previstas no item 0(viii) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do diretor responsável designado, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.
- 6.2.2 O diretor responsável designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01 deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos cotistas, bem como submetido anualmente ao Auditor do Fundo, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.
- 6.3 É vedado à Administradora, em nome próprio:
- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
 - (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
 - (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas do Fundo.
- 6.3.1 As vedações de que trata o item 0 acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas Controladoras da Administradora, das sociedades por elas Controladas e de coligadas ou outras sociedades sob Controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.
- 6.4 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:
- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
 - (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
 - (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;

- (iv) adquirir cotas do próprio Fundo;
 - (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
 - (vi) vender cotas do Fundo a prestação;
 - (vii) vender Cotas Seniores do Fundo ao Cedente e a sociedades Controladoras ou Controladas pelo Cedente, bem como coligadas ou outras sociedades sob o Controle comum do Cedente;
 - (viii) prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
 - (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
 - (x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no item 8 abaixo;
 - (xi) obter ou conceder empréstimos; e
 - (xii) alugar, emprestar, empenhar ou caucionar os Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.
- 6.5 A Administradora declara que não tem conflito de interesses no exercício de suas funções, ainda que a gestão, a custódia e a administração da carteira sejam realizadas por sociedades Controladoras, Controladas e/ou coligadas da Administradora nos termos deste Regulamento, declarando-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções.

7. Taxa de Administração, Gestão e Custódia

- 7.1 Pelos serviços de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria, o Fundo pagará uma taxa equivalente ao maior valor entre: (i) uma taxa equivalente a 0,40% (quatro décimos por cento) ao ano, calculada sobre o patrimônio líquido diário do Fundo; e (ii) o valor fixo de R\$30.000,00 (trinta mil reais) por mês, sendo que, para os primeiros seis meses a partir da Data de Subscrição Inicial e os últimos seis meses de vigência do Fundo, o valor fixo previsto nesta alínea "ii" será de R\$20.000,00 (vinte mil reais) por mês.
- 7.1.1 O valor expresso no item 7.1.(ii) acima será atualizado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Subscrição Inicial ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o IGP-DI, ou, na falta de ambos, a atualização será feita com base no IPC.
- 7.1.2 A taxa de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria será calculada com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis e paga mensalmente à Administradora, acrescida dos custos descritos no item 0 abaixo, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês que a taxa se referir ou, ainda, antecipadamente, por ocasião do resgate de Cotas (nas hipóteses admitidas neste Regulamento).
- 7.2 A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 0 abaixo, a serem debitadas ao Fundo pela Administradora.
- 7.3 Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

8. Contratação de Terceiros

- 8.1 A Administradora poderá, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor designado nos termos

do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01, contratar os serviços abaixo, às expensas do Fundo, observado o disposto no item 0 acima:

- (i) consultoria especializada, objetivando a análise dos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo;
- (ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01; e
- (iii) custódia qualificada e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo.

8.2 Auditor do Fundo. A Administradora deverá contratar, às expensas do Fundo, o Auditor do Fundo, que será responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, das contas do Fundo e da atuação da Administradora, nos termos deste Regulamento.

8.3 Custodiante. O Custodiante, sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos do Contrato de Custódia, será responsável pelas seguintes atividades:

- (i) receber e analisar os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- (ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- (iii) realizar a liquidação financeira dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo de acordo com os termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e os respectivos Termos de Cessão;
- (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e dos documentos representativos dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (v) diligenciar para que sejam mantidos pelo Cedente, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para a Administradora, auditores independentes, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos;
- (vii) prestar serviços de custódia dos Outros Ativos; e
- (viii) fazer auditoria periódica semestral e por amostragem para a verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios sob a guarda da Cedente, nos termos do item 0 acima.

8.3.1 Em decorrência da nomeação do Cedente como fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, semestralmente, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora, à Agência Classificadora de Risco do Fundo e ao Avaliador da Carteira.

8.3.2 Ao realizar a verificação referida no item 0 acima, o Custodiante deverá analisar, com relação à documentação examinada de acordo com os procedimentos de auditoria por amostragem realizados, a existência de contrato físico celebrado por escrito entre o Paraná Banco e o respectivo Servidor Público relativo à contratação do Empréstimo, bem como de autorização por escrito para o Desconto em Folha. Os procedimentos para verificação do lastro dos direitos creditórios serão realizados de acordo com a metodologia utilizada pelo Auditor do Fundo, através de normas aceitas no país. A verificação dependerá de alguns estudos estatísticos, e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de

concentração dos Direitos Creditórios.

- 8.3.3 Independentemente da nomeação do Cedente como depositário fiel dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, o Custodiante, conforme previsto no Contrato de Custódia, poderá realizar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, verificação, junto ao Cedente, da existência e formalização dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e o cumprimento com relação à guarda e organização destes.
- 8.3.4 Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios deverá ser realizada por meio de auditoria semestral nos respectivos documentos, por amostragem. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco.
- a) A verificação referida no item 8.3.4, acima, será realizada semestralmente pelo Custodiante ou por terceiro contratado. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.
 - b) A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos da alínea “a” acima, será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$n_o =$	$\frac{1}{E_o^2}$	$n =$	$\frac{N \times n_o}{N + n_o}$

Onde:

Eo = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

- c) A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, retira-se um para a amostra.
- d) A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não sendo considerado os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro.
- e) O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses os resultados da verificação dos Documentos

Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

8.4 Fiel Depositário e Agente de Cobrança. O Paraná Banco foi contratado pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, para exercer as funções de (i) fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. As funções do Agente de Cobrança estão descritas no Anexo III deste Regulamento.

8.4.1 A contratação do Paraná Banco, conforme descrita no item 0 acima, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, e do artigo 16 da Instrução n.º 89, de 8 de novembro de 1988, da CVM.

8.4.2 O Custodiante não será responsável pela indicação de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ao protesto ou pela inserção de nome de Devedores de tais Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, tomar todas as medidas inerentes à cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios inadimplidos cedidos ao Fundo, conforme descrito no Anexo III deste Regulamento.

8.5 Avaliador da Carteira. O Avaliador da Carteira realizará, como contratado da Administradora, anualmente, a aplicação de procedimentos específicos, a partir de informações provenientes dos sistemas utilizados pelos Órgãos Públicos Conveniados para o processamento dos Descontos em Folha, com o objetivo de verificar, por amostragem, a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios: (i) existência de autorização impressa de cada Servidor Público para Desconto em Folha, ou, alternativamente, de documento impresso a partir do sistema do respectivo Órgão Público Conveniado que identifique a existência de margem consignável para o Desconto em Folha; (ii) cópia de documentos de identificação do Devedor e documento que comprove a sua condição de Servidor Público vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado; e (iii) arquivo eletrônico emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), confirmando ou autorizando o respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição do Devedor de Servidor Público.

8.5.1 Sendo constatada, pela Administradora, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Paraná Banco esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo de eventual aplicação do disposto no item 27.2(xxiv) abaixo.

8.6 Substituição. O Fundo e/ou a Administradora, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, podem, a qualquer tempo, contratar outras instituições para prestação dos serviços referidos nos itens 0, 0 e 0 acima, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela assembléia geral de cotistas nos termos do item 0 acima.

9. Substituição da Administradora

9.1 Nos termos do item 0(xviii) abaixo, os titulares das Cotas Seniores em Circulação, reunidos em assembléia geral, poderão solicitar a substituição da Administradora. Para tanto, os titulares de Cotas Seniores em Circulação deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida assembléia geral, documento contendo as razões e os motivos da solicitação e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, deste Regulamento e dos demais documentos da presente operação.

9.2 A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento, enviada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos a cada cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que

convoque, no mesmo ato, assembléia geral a se realizar em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da respectiva convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e do item 0 abaixo.

- 9.3 A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de realização da assembléia geral referida no item 0 acima, ou por prazo inferior caso (i) assim seja deliberado pelos cotistas do Fundo nos termos do item 0 abaixo, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora, na forma da regulamentação aplicável, e comprometa-se a desempenhar suas funções de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.
- 9.3.1 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 0 acima não substitua a Administradora dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data da realização da assembléia geral referida no item 0 acima, a Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º (vigésimo) dia corrido contado da data de realização da referida assembléia geral.
- 9.4 Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a assembléia geral de que trata o item 0 acima, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 9.5 A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da realização da assembléia geral que deliberar pela sua substituição ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item 0 acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo, ou que quaisquer pessoas acima referidas tenham tido acesso na execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

10. Política de Investimento

- 10.1 O Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios.
- 10.2 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, a Alocação Mínima, que, conforme definido, corresponde a no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios.
- 10.3 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade.
- 10.4 Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido em moeda corrente nacional e/ou em Outros Ativos, quais sejam:
 - (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
 - (ii) títulos de emissão do Banco Central;
 - (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
 - (iv) operações compromissadas com lastro nos ativos acima relacionados; e
 - (v) cotas de fundos de investimentos classificados como renda fixa ou referenciado DI com carteira composta exclusivamente pelos títulos acima relacionados.
- 10.4.1 É expressamente vedada a aquisição pelo Fundo de ativos de renda variável, ou cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).
- 10.4.2 O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) a Reserva de Liquidez, que, conforme

definido, tem o valor fixo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). Tal valor não será considerado para fins de apuração da Reserva de Pagamento (conforme item 0 abaixo).

- 10.4.3 O Fundo poderá realizar operações compromissadas desde que lastreadas nos títulos e ativos especificados no item 0 acima.
- 10.4.4 Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central ou pela CVM.
- 10.4.5 É vedado ao Fundo realizar operações (i) de *day trade*; (ii) de renda variável; ou ainda (iii) em mercados de derivativos, exceto para operações com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e desde que sejam realizadas em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e de futuros exclusivamente na modalidade "com garantia".
- 10.4.6 O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Administradora e/ou Partes Relacionadas aos mesmos atue(m) na condição de contraparte do Fundo.
- 10.4.7 A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos neste item 0.
- 10.4.8 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no item 0 abaixo. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.
- 10.4.9 As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer outra pessoa jurídica ou física mencionada neste regulamento ou do FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos cotistas, conforme os riscos descritos neste Regulamento.
- 10.4.10 As aplicações realizadas pelo Fundo poderão exceder os limites previstos no parágrafo nono do artigo 40 da Instrução n.º 356 da CVM.
- 10.4.11 A GESTORA deste FUNDO não adota política de exercício de direito de voto em assembléias de fundos de investimento e/ou companhias nas quais o FUNDO tenha participação. No entanto, a GESTORA poderá, desde que devidamente investida dos poderes outorgados pela ADMINISTRADORA, exercer o direito de voto em nome do FUNDO caso entenda conveniente e/ou relevante as matérias objeto de deliberação nas assembléias dos fundos de investimento e/ou das companhias em que o FUNDO tenha participação.

Parágrafo Único – Por ocasião da participação da GESTORA nas assembléias descritas no caput deste Artigo, a ADMINISTRADORA, desde que formalmente requisitado pela GESTORA, dará representação legal à GESTORA para que esta manifeste seu voto em nome do FUNDO em referidas Assembléias.

11. Critérios de Elegibilidade

- 11.1 Os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:
 - (i) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
 - (ii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um Contrato de Empréstimo;
 - (iii) nas Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, o Fundo somente poderá adquirir Direitos

Creditórios decorrentes de Contratos de Empréstimos celebrados entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados listados no Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, os quais foram objeto de avaliação pelo Avaliador da Carteira;

- (iv) os Direitos Creditórios não poderão ter vencimento posterior à data de resgate da Série de Cotas Seniores em Circulação que tiver período mais longo;
 - (v) os Direitos Creditórios não poderão ter um grau de concentração por Órgão Público Conveniado superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data de celebração dos Termos de Cessão; e
 - (vi) os Direitos Creditórios não poderão ter um grau de concentração em relação aos 6 (seis) maiores Órgãos Públicos Conveniados superior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data de celebração dos Termos de Cessão.
- 11.1.1 Sendo constatada, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Paraná Banco esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do evento ser caracterizado como um Evento de Avaliação.

12. Descrição dos Direitos Creditórios

- 12.1 Nos termos do inciso (x) do artigo 24 da Instrução CVM n.º 356/01, e não consubstanciando Critérios de Elegibilidade, são descritas e apresentadas características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:
- (i) no Anexo II deste Regulamento, descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios, da natureza dos Direitos Creditórios, dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, bem como da política de concessão de crédito adotada pelo Paraná Banco; e
 - (ii) no Anexo III deste Regulamento, os mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive inadimplidos.
- 12.2 Todas as informações constantes dos Anexos II e III são de exclusiva responsabilidade do Cedente.
- 12.3 Por meio do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, o Cedente se obriga a ceder ao Fundo somente Direitos Creditórios (i) que sejam de titularidade do Paraná Banco, decorrentes de Contratos de Empréstimos celebrados por escrito entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados; (ii) que estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo; (iii) que sejam líquidos, certos e estejam corretamente formalizados por meio dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios quando de sua cessão ao Fundo, não sendo admitidos Direitos Creditórios formalizados exclusivamente via telefone ou por meios eletrônicos; (iv) que sejam exigíveis dos respectivos Servidores Públicos nas respectivas datas de vencimento; (v) que, na data de celebração do respectivo Termo de Cessão, não tenham sido objeto de qualquer contestação judicial ou extrajudicial, por meio de um Cartório de Registro de Títulos e Documentos, contra o Cedente, por parte dos respectivos Devedores e/ou das pessoas responsáveis pelo Desconto em Folha junto aos Órgãos Públicos Conveniados; (vi) que, na data de celebração do respectivo Termo de Cessão, atendam aos Critérios de Elegibilidade; (vii) sejam decorrentes de Contratos de Empréstimo que não tenham parcelas vencidas e não pagas pelos respectivos Devedores; e (viii) sejam decorrentes de Contratos de Empréstimos que já tenham pelo menos uma parcela vencida e devidamente adimplida pelos respectivos Devedores.
- 12.3.1 A obrigação do Cedente constante do item 0 acima não exime o Custodiante de sua responsabilidade de validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade.
- 12.4 Caso, a qualquer tempo, venha a se constatar que qualquer dos Direitos Creditórios cedidos não

preenche os requisitos especificados no item 0 acima, a cessão de tal Crédito será resolvida, devendo o Cedente prontamente pagar ao Fundo o Preço da Cessão respectivo, calculado conforme a Cláusula 2.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, sem prejuízo de eventual indenização ao Fundo por perdas e danos devidamente comprovados.

- 12.5 Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios o Cedente se obrigou, ainda, (i) a não ceder ao Fundo quaisquer Direitos Creditórios caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar; (ii) pela existência dos Direitos Creditórios, nos termos do artigo 295 do Código Civil; (iii) pelo pagamento do crédito do Empréstimo ao Fundo no caso de exceções apresentadas pelos respectivos Devedores dos Direitos Creditórios contra o Cedente; e (iv) por eventuais prejuízos causados ao Fundo em virtude da liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios, caso em que, a responsabilidade se limitará à diferença positiva entre o valor a receber da parcela liquidada antecipadamente (trazido a valor presente conforme valor de mercado dos Direitos Creditórios determinado pelo Custodiante) e a quantia paga pelo respectivo Devedor na liquidação antecipada.
- 12.6 O Administrador e o Custodiante não respondem pela solvência, originação, liquidez ou certeza dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
- 12.7 Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, os Devedores dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo não serão notificados da cessão dos Direitos Creditórios, exceto na hipótese do Cedente deixar de ser o Agente de Cobrança. Ainda de acordo com o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, na hipótese do Cedente deixar de ser o Agente de Cobrança, o Fundo deverá notificar os Órgãos Públicos Conveniados sobre a cessão dos Direitos Creditórios realizada pelo Cedente, para que sejam adotadas as providências necessárias para a continuidade dos repasses dos Direitos Creditórios ao novo agente de cobrança bancária dos Direitos Creditórios. O Cedente obriga-se a colaborar para a realização de tal notificação e a tomar toda e qualquer providência necessária para tanto.
- 12.8 O Cedente poderá incluir novos órgãos públicos no rol dos Órgãos Públicos Conveniados do Anexo III ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, mediante aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, desde que tais órgãos públicos sejam considerados satisfatórios pela Administradora e pela Agência Classificadora de Risco (ou que não afetem a classificação do Risco do Fundo, sendo necessária a consulta à Agência Classificadora de Risco a este respeito).

13. Direitos Creditórios Inadimplidos, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança

- 13.1 Os Direitos Creditórios não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.
- 13.2 O Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente à data de seu vencimento, pelo valor exigível do Direito Creditório inadimplido.
- 13.3 A cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios cedidos inadimplidos e não recomprados pelo Cedente na forma descrita no item 0 acima será feita pelo Agente de Cobrança e/ou por prestadoras de serviços de cobrança contratados pelo Agente de Cobrança, amigável e/ou judicial, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob os Contratos de Empréstimo, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, observados os prazos e procedimentos descritos neste Regulamento. Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração *ad judicium* em favor do Agente de Cobrança e/ou de prestadores de serviços contratados pelo Agente de Cobrança para tanto.
- 13.3.1 Sem prejuízo do disposto no item 0 acima, o Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou

acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios inadimplidos junto aos respectivos Devedores, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Direito Creditório inadimplido, após o 10º (décimo) dia corrido contado do vencimento do respectivo Direito Creditório.

- 13.3.2 Para o acompanhamento da cobrança estabelecida no item 0 acima, o Agente de Cobrança deverá elaborar relatórios de cobrança e encaminhá-los ao Custodiante com cópia para a Administradora mensalmente.
- 13.4 Todos os custos e despesas necessários para a salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão de inteira responsabilidade do Fundo ou, nos termos deste item, dos cotistas do Fundo, não estando o Agente de Cobrança, a Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios e Outros Ativos.
- 13.4.1 O Agente de Cobrança, a Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de Devedores, terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, nos termos deste item, diretamente pelos cotistas do Fundo.
- 13.4.2 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em assembléia geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas cotas.
- 13.4.3 Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 0 acima; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste item.
- 13.4.4 Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e dos Outros Ativos.
- 13.5 O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será responsável pela indicação de Direitos Creditórios ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado por sua Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

14. Fatores de Risco

- 14.1 Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos seus cotistas, hipóteses em que o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, o Agente de Cobrança, a Instituição Intermediária, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos

Creditórios e para os Outros Ativos; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos cotistas do Fundo quando da amortização ou resgate de suas respectivas cotas, nos termos deste Regulamento.

- 14.2 As aplicações dos cotistas do Fundo não contam com a garantia do Paraná Banco, da Administradora, do Custodiante, do Agente de Cobrança, da Instituição Intermediária, de quaisquer de suas Partes Relacionadas, ou do FGC. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.

14.3 Riscos de Mercado

- (i) Descasamento de Taxas – Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo são adquiridos com base em taxa prefixada, determinada por meio de projeção da Taxa DI em vigor no dia útil anterior à cessão. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI efetiva, conforme previsto no item 0 abaixo. Portanto, se a Taxa DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, e o Fundo, o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.
- (ii) Descasamento de Taxas - Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos especificados no item 10.4 acima. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à remuneração alvo das Cotas Seniores, que tem como parâmetro a Taxa DI efetiva, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade de referida remuneração alvo. O Fundo, o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.
- (iii) Marcação a Mercado. A determinação de preço dos ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das cotas do Fundo.
- (iv) Fatores Macroeconômicos Relevantes. Fatores exógenos, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou ainda de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da União Federal, dos Estados e Municípios e, conseqüentemente, dos Órgãos Públicos Conveniados, poderão resultar em perda, pelos cotistas, do valor de principal de suas aplicações.
- (v) Risco de Derivativos. A eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e o Agente de Cobrança não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas do Fundo em razão da utilização de instrumentos derivativos.

- (i) Ausência de Garantia, Pagamento do Principal e Rendimentos. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Paraná Banco, de quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Administradora, o Custodiante, a Instituição Intermediária, o Paraná Banco, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em cotas do Fundo. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.
- (ii) Inadimplência do Pagamento dos Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado com recursos descontados das folhas de pagamentos dos Devedores. A inadimplência em relação aos Direitos Creditórios decorre, portanto, da inoccorrência de tais descontos por parte dos Órgãos Públicos Conveniados, por exemplo, mas não exclusivamente, em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial, ou em razão de falecimento do Devedor, ou, ainda, em razão do não pagamento dos proventos. Nestes casos, o Fundo, por meio do Agente de Cobrança, deve negociar ou cobrar seu crédito diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetará o patrimônio e a rentabilidade do Fundo e, por conseguinte, o investimento nas cotas.
- (iii) Inexistência de Obrigação de Recompra pelo Cedente. Se o Cedente não recomprar os Direitos Creditórios inadimplidos nos termos do item 0 acima, o Fundo terá de suportar parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que pode comprometer a rentabilidade do Fundo ou levá-lo, até, à perda de patrimônio.
- (iv) Questionamento Judicial pelos Devedores. Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente tanto (i) os contratos de Empréstimo que originam os Direitos Creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada); quanto (ii) a sistemática de pagamento por meio de desconto em folha. Em qualquer caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao Direito Creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável. O Poder Judiciário, incluindo o Superior Tribunal de Justiça, em alguns julgados relacionados a operações de empréstimo com desconto em folha de pagamento, manifestou entendimento contrário à legalidade do desconto de prestações de empréstimos diretamente em folha de pagamento. Em 8 de junho de 2005, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça reconheceu, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve, contudo, divergência com relação à fundamentação dos votos dos ministros, tendo dois deles sustentado que o desconto em folha de pagamento somente pode ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos (ressaltando, inclusive, que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos). Desse modo, a alegada nulidade de cláusula permitindo o desconto em folha de pagamento de funcionário poderá ser invocada em ação judicial, podendo o Poder Judiciário vir a permitir que o Devedor torne ineficaz sua prévia autorização de desconto em folha, fazendo com que seja necessária a cobrança do crédito pelos meios legais habituais. A legitimidade ao recebimento do valor do crédito não é afetada por estas decisões, mas tão somente sua forma de liquidação. Caso os procedimentos de consignação em pagamento (desconto em folha) de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam efetivamente interrompidos em decorrência de medidas judiciais propostas pelos Devedores ou por terceiros em seu nome, tal evento afetará negativamente a solvência dos respectivos Direitos Creditórios. Na hipótese de atraso ou efetivo inadimplemento no pagamento dos referidos Direitos Creditórios pelos Devedores poderá ser necessária a adoção, pela Administradora, por conta

e ordem do Fundo, de uma nova sistemática de cobrança direta dos respectivos Direitos Creditórios, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos. Tal ocorrência afetará negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.

- (v) Inadimplência de Pagamento dos Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada nos Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, obrigando o Fundo a suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas.
- (vi) Não Pagamento de Proventos pelos Órgãos Públicos Conveniados. Os Empréstimos são pagos por meio de Desconto em Folha realizado pelo respectivo Órgão Público Conveniando. Caso, por qualquer razão, o respectivo Órgão Público Conveniando atrase ou não pague os proventos do Devedor, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o Órgão Público Conveniando não voltar a pagar adequadamente os vencimentos dos Servidores Públicos, sua capacidade de pagamento também ficaria comprometida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.
- (vii) Amortização Condicionada. As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas cotas derivam da liquidação dos Direitos Creditórios, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Paraná Banco ou contra quaisquer Partes Relacionadas ao Paraná Banco quanto aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas cotas.
- (viii) Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação. O Cedente somente se responsabiliza pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Devedores ou do respectivo Órgão Público Conveniado. Nem a Administradora, nem o Custodiante, a Instituição Intermediária, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Devedores ou do respectivo Órgão Público Conveniado. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Devedores, dos Empréstimos contratados (a) por meio dos procedimentos definidos nos Convênios ou, conforme o caso, (b) diretamente pelos Devedores, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e pelos valores avençados. A responsabilidade do respectivo Órgão Público Conveniado em relação às operações referidas no Convênio restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos autorizados pelos titulares dos vencimentos e repasse, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao respectivo Órgão Público Conveniando responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.
- (ix) Ausência de Seguro de Vida dos Devedores. Em caso de morte dos Devedores, os Órgãos Públicos Conveniados suspenderão os Descontos em Folha. Tendo em vista que não existe seguro para cobrir o risco de morte dos Devedores, o Fundo não fará jus ao recebimento de qualquer indenização securitária em tais eventos, sendo que os valores porventura devidos pelos Devedores que falecerem apenas poderão ser cobrados diretamente dos espólios dos respectivos Devedores. Se os espólios dos Devedores não tiverem patrimônio suficiente para cobrir os débitos, o Fundo sofrerá perdas.
- (x) Inexistência de Rendimento Predeterminado. O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na

hipótese de amortização de suas respectivas cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Paraná Banco, ou de suas respectivas Partes Relacionadas de assegurar tal remuneração aos referidos cotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas cotas, devidamente atualizado nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

14.5 Riscos de Liquidez

- (i) Modalidade de investimento recente e sofisticada. O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades. Tais peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.
- (ii) Falta de Liquidez dos Direitos Creditórios. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 0 abaixo. Ocorrendo a liquidação antecipada, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato dos Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, os cotistas terão suas cotas resgatadas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Em virtude da falta de liquidez dos Direitos Creditórios, não há garantias (i) de que haverá mercado secundário líquido para os Direitos Creditórios, e (ii) de que, caso encontrem comprador, o preço praticado atenderá às expectativas dos cotistas. Por esta razão, existe a possibilidade dos investidores do Fundo (i) incorrerem em prejuízos em uma eventual negociação dos Direitos Creditórios recebidos na ocasião da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) serem obrigados a permanecer como titulares dos Direitos Creditórios até seu respectivo vencimento em decorrência da inexistência de mercado secundário para os mesmos.
- (iii) Falta de Liquidez dos Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas cotas.
- (iv) Fundo Fechado. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo ou de determinada Série, ou em virtude de sua liquidação antecipada, não havendo por parte da Administradora, do Custodiante, da Instituição Intermediária, do Paraná Banco, e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário, ou mesmo, na hipótese de não haver compradores, terem que levar as Cotas até seu respectivo vencimento.
- (v) Insuficiência da Reserva de Liquidez. O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Liquidez, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça e/ou

iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento pelo Fundo de amortizações, resgates ou despesas. A não constituição ou o não atendimento da Reserva de Liquidez, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, é considerada um Evento de Avaliação nos termos do item 27.2(xxiii) abaixo.

- (vi) Insuficiência da Reserva de Pagamento. O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Pagamento, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada com liquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. É também possível que, não obstante a constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de amortizações programadas. Isso pode ocorrer, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial da Taxa DI, o que faria com que houvesse um aumento do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores. O não atendimento da Reserva de Pagamento é considerado um Evento de Avaliação nos termos previstos no item 27.2(xxii) abaixo, devendo ser interrompida a aquisição de Direitos Creditórios e convocada assembléia geral de cotistas para os fins do item 27.2.1 abaixo.

14.6 Riscos Operacionais

- (i) Irregularidades nos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios. Independentemente das constatações reportadas pelos trabalhos realizados pelo Custodiante, conforme previsto no item 0 acima, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios do Fundo podem eventualmente conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Isto pode trazer prejuízos para o Fundo em caso de inadimplência ou questionamento judicial relativo a tais Direitos Creditórios cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente.
- (ii) Suspensão dos Proventos do Devedor. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo respectivo Órgão Público Conveniado dos vencimentos mensais dos Servidores Públicos a eles afetos, de acordo com as disposições do respectivo Convênio. Assim, tal desconto não será possível caso o Devedor tenha seus vencimentos suspensos em razão de, por exemplo, (i) exoneração; (ii) aposentadoria e (iii) perda ou suspensão da condição de Servidor Público. Igualmente, os pagamentos dos Direitos Creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir aos Órgãos Públicos Conveniados valores pagos indevidamente por tais órgãos; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que os pagamentos devidos nesses casos têm preferência em relação ao Empréstimo para fins de desconto em folha. Ainda, a morte do Devedor interrompe o pagamento do respectivo provento e por consequência a consignação das parcelas devidas do Empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do Empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo suportará os prejuízos daí advindos, o que afetará sua rentabilidade.
- (iii) Irregularidade no Processamento do Desconto em Folha. O Desconto em Folha das parcelas dos Empréstimos (incluindo sua respectiva averbação) e o repasse ao Agente de Cobrança são processados pelo respectivo Órgão Público Conveniado por meio de sistemas operacionais próprios ou de terceiros contratados por tais Órgãos Públicos Conveniados. O Agente de Cobrança, o Custodiante e a Administradora não têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração em tais sistemas, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados, poderá atrasar, suspender ou reduzir o desconto em folha dos Servidores Públicos, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a

rentabilidade e o patrimônio do Fundo serão afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados. Ademais, eventualmente, poderá ser necessária adoção de medida judicial para fazer com tais procedimentos e/ou seu sistema sejam corrigidos, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio será afetado negativamente.

- (iv) Falhas ou Substituição do Agente de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência, conforme descrito no Anexo III a este Regulamento. Assim, qualquer falha de procedimento, pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares do Agente de Cobrança poderá acarretar no recebimento a menor de recursos devidos pelos Devedores, ou no atraso ou na inocorrência de repasse dos recursos ao Fundo. Nestas hipóteses, poderá ser necessária a via judicial para se obter os recursos, e/ou a substituição do Agente de Cobrança, casos em que o patrimônio e/ou a rentabilidade do Fundo poderão ser afetados de forma negativa.
- (v) Atraso ou Falta do Repasse dos Recursos ao Fundo. O Agente de Cobrança fará a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, devendo repassá-los ao Fundo após recebê-los dos Órgãos Públicos Conveniados e realizar a Conciliação dos Pagamentos. O repasse dos recursos ao Fundo poderá atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Agente de Cobrança ou dos sistemas utilizados pelos Órgãos Públicos Conveniados. Nesta hipótese, pode ser necessária a via judicial para se obter os recursos, caso em que a rentabilidade do Fundo seria reduzida. O Custodiante e a Administradora não poderão ser responsabilizados por conta destes atrasos ou faltas no repasse de recursos ao Fundo.
- (vi) Falha na Segregação dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo. Enquanto o Agente de Cobrança for o Paraná Banco, o Paraná Banco será responsável pela segregação dos pagamentos provenientes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo dos demais pagamentos recebidos em função de Direitos Creditórios que não tenham sido cedidos ao Fundo. Em caso de atrasos ou falhas nesta segregação, poderá ser necessária a via judicial para recuperação de tais valores. O Custodiante e a Administradora não poderão ser responsabilizados por conta destas falhas de segregação ou atrasos que das falhas resultarem.
- (vii) Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Paraná Banco. O Paraná Banco foi contratado para a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, sendo que tais recursos serão repassados pelos Órgãos Públicos Conveniados ao Paraná Banco, que os transferirá ao Fundo em até 1 (um) dia útil contado da Conciliação dos Pagamentos. Esse repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer. Dentre elas, destaca-se a hipótese de intervenção do Paraná Banco, quando o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios ao Fundo poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano). Em caso de liquidação extrajudicial do Paraná Banco, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via de decisão judicial favorável ao Fundo serem recuperados. Qualquer uma dessas hipóteses pode afetar a rentabilidade do Fundo, ou até levar o Fundo a sofrer perdas patrimoniais.

Além disso, pelo fato do Paraná Banco ter a função de Agente de Cobrança, responsável pelo recebimento dos recursos devidos ao Fundo, há o risco de fungibilidade entre os recursos do Paraná Banco e os recursos do Fundo. Não há garantias de que (i) a obrigação do Paraná Banco de repassar os recursos ao Fundo em até 1 (um) dia útil contado da Conciliação dos Pagamentos e (ii) a Reserva de Liquidez, no montante de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), serão suficientes para evitar prejuízos ao Fundo em caso de

fungibilidade de recursos.

- (viii) Rescisão dos Convênios com os Órgãos Públicos Conveniados. O desconto em folha das parcelas dos Empréstimos é viabilizado pelos Convênios. Os Convênios podem ser rescindidos unilateralmente, a qualquer momento. Os Convênios podem ser rompidos ainda por outros motivos, como por exemplo alterações das normas autorizadoras das suas respectivas manutenções. Ademais, a própria sistemática de desconto em folha pode ser suspensão ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, os Convênios forem rompidos sem continuidade dos descontos em folha, ou a sistemática de desconto em folha for suspensão ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou demandar elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderá, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixar de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.
- (ix) Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios. O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos enviados pelo Cedente. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios será realizada apenas por meio de auditoria semestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

14.7 Risco de Descontinuidade

- (i) Desenquadramento da Alocação Mínima. O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que o Paraná Banco conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente à exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores.
- (ii) Amortização Compulsória de Cotas Seniores. As Cotas do Fundo devem ser amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido em cada Suplemento. No entanto, há eventos que podem ensejar a Amortização Compulsória de cotas. Dessa forma, há a possibilidade de os titulares de cotas do Fundo receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados, não havendo inclusive qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão investimentos de risco e retorno similares na hipótese de eventual recebimento antecipado de recursos.

14.8 Riscos do Cedente

- (i) Ausência de Direitos Creditórios que Atendam aos Critérios de Elegibilidade. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Empréstimos concedidos pelo Paraná Banco a Servidores Públicos, e devem necessariamente respeitar os Critérios de Elegibilidade, os requisitos estabelecidos nos itens 0 e 0 acima e os parâmetros da política de investimento descritos no item 0 acima. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais Empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade, os requisitos estabelecidos nos itens 0 e 0 acima e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo, conforme descrito no item 0 abaixo, ou ainda Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da

concorrência no setor de empréstimo consignado também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

- (ii) Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso realizada em:
 - (a) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passar ao estado de insolvência;
 - (b) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda demanda judicial fundada em direito real; e
 - (c) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.
- (iii) Guarda da Documentação. O Paraná Banco é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Paraná Banco tem a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos pelo Paraná Banco pode representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
- (iv) Resilição ou resolução do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios. O Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, exclusivamente nas hipóteses previstas na Cláusula 12 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios. Além disso, o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios pode ser resolvido por conta da inexecução das obrigações por uma das partes. Nestes casos, o Fundo está sujeito à liquidação antecipada, conforme descrito no item 0 abaixo.
- (v) Dependência dos recursos de empresas do Grupo J. Malucelli. A base de *funding* do Paraná Banco é concentrada no grupo econômico ao qual pertence, o Grupo J. Malucelli. Em 31 de dezembro de 2006, os depósitos advindos das empresas do Grupo J. Malucelli representavam aproximadamente 11,7% (onze vírgula sete por cento) dos depósitos totais. Caso o Grupo J. Malucelli reduza a quantidade de depósitos junto ao Paraná Banco e caso o Paraná Banco não consiga captar recursos em fontes alternativas no mercado, suas atividades podem ser prejudicadas e, conseqüentemente, poderá haver uma redução no volume de Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo. A impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo configura um Evento de Liquidação Antecipada nos termos do item 0 abaixo.
- (vi) Insuficiência de Direitos Creditórios para atender às duas operações de securitização realizadas pelo Paraná Banco. Em agosto de 2006, foi constituído o primeiro FIDC destinado à aquisição de direitos creditórios do Paraná Banco, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I, tendo sido realizada uma oferta pública de cotas seniores no volume total de R\$101.250.000,00 (cento e um milhões e duzentos e cinquenta mil reais), as quais foram totalmente colocadas a investidores no mercado. O FIDC Paraná Banco I é administrado pela J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Ltda., tem prazo de vigência de 36 (trinta e seis meses) a partir da primeira subscrição de cotas seniores e prazo de carência de 12 (doze) meses para a primeira amortização de cotas seniores. Suas cotas seniores fazem jus a uma taxa de retorno, desde que o patrimônio do fundo assim

permita, de 109% (cento e nove por cento) sobre a Taxa DI. O FIDC Paraná Banco I, tal como o Fundo, é destinado a adquirir direitos creditórios originários do segmento de empréstimo com Desconto em Folha a Servidores Públicos concedidos pelo Paraná Banco, decorrentes de uma lista de Convênios constante do contrato de promessa de cessão de direitos celebrado por ocasião da constituição do FIDC Paraná Banco I. Dos Convênios destacados para fazer parte do Fundo, 73 (setenta e três) Convênios (representando um volume médio mensal de R\$ 38,4 milhões (trinta e oito vírgula quatro) gerados em Direitos Creditórios), também fazem parte do FIDC Paraná Banco I, o que significa que Direitos Creditórios originados destes Convênios podem ser cedidos tanto para o FIDC Paraná Banco I quanto para o presente Fundo, não havendo um mecanismo específico que estabeleça algum tipo de prioridade ou preferência entre ambos os Fundos. Além disso, a partir da Data de Subscrição Inicial, do volume médio mensal de Direitos Creditórios gerados pelo Paraná Banco, aproximadamente 7,5% (sete vírgula cinco por cento) foram destinados ao FIDC Paraná Banco I e 18,3% (dezoito vírgula três por cento) foram destinados ao Fundo.

- (vii) Caso haja diminuição do nível de atividades do Paraná Banco, não há garantia de que o Paraná Banco conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente à exigência da Alocação Mínima, o que poderá ocasionar a Amortização Compulsória das Cotas Seniores e/ou um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do item 27 abaixo."

14.9 Outros Riscos

- (i) Modificação da Legislação ou da Regulamentação sobre os Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto em folha realizado pelos Órgãos Públicos Conveniados. Tal sistemática é autorizada por leis federais, estaduais e/ou municipais, e é também submetida a regulamentação específica expedida pelos Órgãos Públicos Conveniados. Na hipótese de serem expedidas novas normas sobre a matéria, estabelecendo, por exemplo, novos parâmetros para a concessão de empréstimos (inclusive concernentes a limites para prazos e valores máximos), é possível que diminua ou deixe de ocorrer a concessão de empréstimos com características que atendam aos Critérios de Elegibilidade para cessão ao Fundo. Na falta de Direitos Creditórios elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.
- (ii) Concentração dos Investimentos do Fundo em Direitos Creditórios. O Fundo poderá ter até 100% (cem por cento) de seu patrimônio aplicado em Direitos Creditórios referentes exclusivamente a Empréstimos, observada a manutenção da Reserva de Liquidez e da Reserva de Pagamento. Nesse contexto, não será possível uma ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). Como a possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em uma ou em poucas modalidades de investimento, caso, por qualquer motivo, os Órgãos Públicos Conveniados atrasem ou deixem de repassar parte ou a totalidade do montante devido ao Fundo, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.
- (iii) Inexigibilidade de Direitos Creditórios. O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Empréstimo com Servidores Públicos. O Fundo poderá, eventual e involuntariamente, adquirir Direitos Creditórios relacionados a Empréstimos decorrentes de operações em que pessoas tenham agido fraudulentamente, identificando-se falsamente para obter Empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros (Servidores Públicos que não teriam conhecimento da celebração do Empréstimo), mas obtendo em benefício próprio os recursos liberados pelo Paraná Banco. Ocorrida esta hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos Empréstimos por parte dos Servidores Públicos lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago pelos créditos fraudulentos. A

restituição devida pelo Cedente poderá demorar a ocorrer ou, ainda, o Cedente poderá não dispor de recursos para tanto. Em ambos os casos, haverá impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo. Caso o Cedente descumpra com a obrigação de restituir o preço pago pelos créditos fraudulentos, isto poderá configurar um Evento de Avaliação nos termos do item 27.2(iv) abaixo.

- (iv) Necessidade de Aprovação dos Titulares das Cotas Subordinadas para Determinados Assuntos. Sem prejuízo aos quoruns legais previstos no item 0 abaixo, o item 0 abaixo confere o direito de voto aos titulares de Cotas Subordinadas em determinadas matérias e estabelece a necessidade de aprovação dos mesmos em determinadas deliberações relevantes da assembléia geral de cotistas, desde que tais matérias tenham sido previamente aprovadas pelos titulares das Cotas Seniores. Ademais, nos itens 0 abaixo e seguintes, são estabelecidos quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores para determinadas matérias submetidas às assembléia geral de cotistas. Referido direito dos titulares das Cotas Subordinadas assim como a existência de quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores podem impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Cotas Seniores, o que pode eventualmente afetar seus interesses negativamente.
- (v) Ausência de Notificação aos Devedores. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo não será notificada previamente aos Devedores, exceto nos casos em que o Paraná Banco deixar de exercer a função de Agente de Cobrança. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, a cessão dos Direitos Creditórios não será considerada eficaz em relação aos Devedores e, como consequência, os Direitos Creditórios relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.
- (vi) Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios. No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Neste caso, além de o Fundo incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Devedores inadimplentes, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos. Nessa hipótese, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente.
- (vii) Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante. O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

15. Cotas do Fundo

- 15.1 As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, não resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo ou do resgate de Cotas Seniores previsto no Suplemento de cada Série. A amortização de Cotas é admitida conforme o disposto no Regulamento, em cada Suplemento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As Cotas do Fundo serão divididas em classes, conforme descrito no item 0 abaixo.
- 15.1.1 As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries, a critério da Administradora, cujas datas e critérios de amortização, resgate e remuneração serão definidos no Suplemento da respectiva Série, conforme modelo constante do Anexo VI, que, uma vez assinado pela Administradora e devidamente averbado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, passa a ser parte integrante deste Regulamento.
- 15.2 Em cada Emissão de Cotas do Fundo, as Cotas terão valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. Fica a exclusivo critério da Administradora a quantidade de Emissões e de Cotas objeto de cada Emissão, sem necessidade de

aprovação em assembléia de cotistas, desde que observados:

- (i) o limite máximo de 500.000 (quinhentas mil) Cotas Seniores para todas as Emissões;
 - (ii) o limite máximo de 10.000 (dez mil) Cotas Seniores para a Emissão da primeira Série; e
 - (iii) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, calculados pro-forma considerando cada Emissão deve respeitar, em cada Data de Subscrição Inicial, a Razão Mínima.
- 15.2.1 As Cotas objeto de cada Emissão serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Administradora. Na subscrição de Cotas de cada Emissão que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.
- 15.2.2 Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores emitidas e pertencentes a uma mesma Série. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas Seniores do Fundo.
- 15.2.3 Observada a necessidade de manutenção da Razão Mínima, a integralização das Cotas Seniores somente será exigível após a integralização das Cotas Subordinadas.
- 15.2.4 Os cotistas do Fundo não terão qualquer direito de preferência para subscrição de Cotas Seniores no âmbito de Emissões subseqüentes.
- 15.3 As Cotas terão números inteiros, serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.
- 15.3.1 A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.
- 15.3.2 É indispensável, por ocasião do ingresso do cotista no Fundo, sua adesão aos termos do presente Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento (Anexo I), bem como de declaração atestando a condição de Investidor Qualificado, exceção feita aos casos de aquisição de Cotas Seniores no mercado secundário.
- 15.3.3 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.
- 15.4 As Cotas Seniores do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Cotas Seniores do Fundo serão colocadas pela Instituição Intermediária, nas condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por elas, integrantes do sistema de distribuição.
- 15.4.1 As Cotas Seniores deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do registro da distribuição pública de cada Emissão de Cotas Seniores perante a CVM. Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Cotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro de referido prazo serão canceladas pela Administradora.
- 15.4.2 A cada nova Série de Cotas Seniores emitida para distribuição pública, o instrumento de deliberação da Administradora será acompanhado de Suplemento elaborado nos moldes do Anexo VI, definindo as condições específicas da nova Série, e que será levado a registro, às expensas do Fundo, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos em que estiver registrado este Regulamento.
- 15.5 O valor da mínima da primeira aplicação no Fundo será de no mínimo R\$30.000,00 (trinta mil reais).
- 15.6 Somente poderão adquirir as Cotas do Fundo os investidores que se enquadrem no público alvo definido no item 0 acima.
- 15.7 A integralização de Cotas do Fundo pode ser efetuada por crédito em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. A amortização e o resgate de Cotas do Fundo (na forma admitida neste Regulamento) podem ser efetuados por crédito em conta corrente,

documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

- 15.7.1 As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas pelo Cedente mediante a cessão de Direitos Creditórios. Nas cessões de Direitos Creditórios destinadas à integralização de Cotas Subordinadas, o Cedente, a Administradora e o Custodiante deverão observar a política de investimentos do Fundo, as regras determinadas no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, inclusive no que se refere aos Critérios de Elegibilidade, aos compromissos assumidos pelo Cedente nos termos dos itens 0 e 0 acima e ao Preço da Cessão dos Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 2.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios).
- 15.7.2 Admite-se o resgate de Cotas do Fundo em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 0 abaixo. É vedada a escolha, por parte do cotista, dos ativos que lhe serão entregues nesta hipótese.
- 15.7.3 Para fins do disposto no item anterior, durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao valor líquido resgatado.
- 15.8 As Cotas Seniores do Fundo deverão ser negociadas exclusivamente em pregão das bolsas de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, cabendo à Instituição Intermediária assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores.
- 15.9 O prazo para efetivação de resgate das Cotas do Fundo será o do item 0 acima.

16. Classes de Cotas e Razão Mínima

- 16.1 O Fundo pode emitir Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.
- 16.2 Todas as Cotas de mesma classe dentro de uma mesma Série terão iguais remunerações, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 0 abaixo.
- 16.3 As Cotas Seniores, conforme definido, são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. O critério geral para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 0 e 0 abaixo, sendo que os critérios específicos para as Cotas Seniores de cada Série estarão previstos no respectivo Suplemento.
- 16.4 As Cotas Subordinadas, conforme definido, são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização integral das Cotas Seniores, ou conforme descrito no presente Regulamento, inclusive no item 0 acima. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 0 e 0 abaixo.
- 16.5 Razão Mínima, conforme definido, é relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 128,21% (cento e vinte e oito inteiros e vinte e um centésimos por cento). Essa relação deve ser apurada todo dia útil, e informada aos cotistas periodicamente, nos termos do item 25.5 abaixo.
- 16.5.1 Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, o Cedente dos Direitos Creditórios será imediatamente informado de tal fato pela Administradora por meio de Aviso de Desenquadramento, na forma do Anexo IV deste Regulamento.
- 16.5.2 O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja ou não, a seu exclusivo critério, integralizar novas Cotas Subordinadas. Caso deseje

integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irretratável e irrevogável a prontamente subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

- 16.5.3 Na hipótese de o Cedente desejar subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) novas Cotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais cotas sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de assembléia geral. Nesse caso, o processo de subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas deverá ser concluído dentro de até 5 (cinco) dias contados da data do envio do Aviso de Desenquadramento.
- 16.5.4 Na hipótese de o Cedente deixar de responder tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 0 acima, será observado o disposto nos itens 0 acima e 27.3(i) abaixo, conforme o caso.

17. Da Negociação das Cotas Seniores

- 17.1 As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX, e no Sistema de Fundos Fechados - SFF, administrado pela CETIP, observado que (i) os titulares de Cotas Seniores serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas respectivas Cotas Seniores e (ii) caberá exclusivamente à Instituição Intermediária assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Qualificados.
- 17.2 Na hipótese de negociação de cotas do Fundo, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação financeira da operação.

18. Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo

- 18.1 As cotas do Fundo, independentemente da classe ou Série, terão seu valor calculado todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à primeira Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.
- 18.2 A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:
- (i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração da respectiva Série, na forma do item 0 acima (e calculada conforme o Anexo V deste Regulamento), no respectivo período; e
 - (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.
- 18.3 A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro a Taxa DI, e consta do Anexo V deste Regulamento.
- 18.3.1 O Fator Multiplicador, o qual será aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração das Cotas Seniores (na forma do Anexo V a este Regulamento), será definido no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores.
- 18.4 O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência

na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

19. Amortização das Cotas

- 19.1 As Cotas Seniores de cada uma das Séries poderão ser objeto de amortizações definidas, a critério da Administradora, em cada um dos respectivos Suplementos.
- 19.1.1 Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com algum feriado na localidade da sede da Administradora, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não cabendo ao(s) cotista(s) qualquer acréscimo.
- 19.1.2 As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas, observado o disposto no item 0 abaixo.
- 19.2 Caso a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores seja superior a 135% (cento e trinta e cinco por cento), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Cotas Subordinadas, independente de realização de assembléia de cotistas, até que seja atingida a Razão Mínima (ou seja, até que a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e as Cotas Seniores e seja igual a 128,21% (cento e vinte e oito inteiros e vinte e um centésimos por cento), e desde que (i) o Fundo esteja em dia com as amortizações das Cotas Seniores; (ii) a Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamento estejam devidamente atendidas; e (iii) até a data de amortização das Cotas Subordinadas nos termos deste item, não se tenha verificado qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.
- 19.3 Desde que previamente autorizada por assembléia geral de cotistas convocada especialmente para deliberar sobre a realização de Amortização Compulsória, a Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores de forma proporcional para todas as Séries, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima, e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no item 0 acima.
- 19.3.1 Na hipótese de a assembléia geral decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida em cada Suplemento, mas sim pelo valor necessário ao enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 0 acima. Esse valor será referente à amortização do valor principal do investimento, não sendo computado como remuneração.
- 19.3.2 Qualquer Amortização Compulsória afetará a todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional ao saldo das respectivas cotas na data de Amortização Compulsória.
- 19.4 O previsto neste item 0 não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

20. Reserva de Pagamento

- 20.1 A Administradora deverá constituir Reserva de Pagamento para as amortizações das Cotas Seniores, adicionalmente à Reserva de Liquidez (item 0 acima). Para tanto, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:
 - (i) a partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de qualquer Série de Cotas Seniores, e até 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização de qualquer Série de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de

Liquidez; e

- (ii) a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de qualquer Série de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.
- 20.2 Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.
- 20.3 Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste item, a Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo do disposto no item 27.2(xxii) 0 abaixo, se for o caso.
- 20.4 Quando da implementação dos procedimentos definidos neste item, a Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.
- 20.5 Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

21. Índices de Inadimplência dos Direitos Creditórios

- 21.1 Mensalmente, em cada Data de Apuração, a Administradora calculará, para cada Período de Apuração:
- (i) a relação entre (i) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplidos há mais de 30 (trinta) dias corridos e (ii) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração;
 - (ii) a relação entre (i) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplidos há mais de 90 (noventa) dias corridos e (ii) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração; e
 - (iii) a relação entre (i) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias corridos e (ii) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração.
- 21.1.1 Para os fins do disposto neste item, "Data de Apuração" significa o 15º (décimo quinto) dia de cada mês e "Período de Apuração" corresponde a cada um dos períodos com início em uma determinada Data de Apuração e término na Data de Apuração subsequente.
- 21.2 Durante a sua vigência, o Fundo deverá manter os seguintes índices de inadimplência:
- (i) o índice calculado de acordo com os termos do item 0(i) acima não deve ser igual ou superior a 18% (dezoito por cento) para determinado Período de Apuração e a média móvel dos 3 (três) últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 15% (quinze por cento);
 - (ii) o índice calculado de acordo com os termos do item 0(ii) acima não deve ser igual ou superior a 8% (oito por cento) para determinado Período de Apuração e a média móvel dos 3 (três) últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 6% (seis por cento);

e

- (iii) o índice calculado de acordo com os termos do item 0(iii) acima não deve ser igual ou superior a 5% (cinco por cento) para determinado Período de Apuração e a média móvel dos 3 (três) últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 4% (quatro por cento).
- 21.3 Caso a Administradora constate a inobservância dos índices indicados no item 0 acima, tal evento será considerado um Evento de Avaliação e serão observados os procedimentos previstos nos itens 0 abaixo e seguintes.

22. Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe

- 22.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.
- 22.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), e de acordo com o manual de marcação a mercado utilizado pelo Custodiante.
- 22.1.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.
- 22.2 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- 22.2.1 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:
- (i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
 - (ii) ser o Fundo fechado;
 - (iii) a intenção de se manterem os direitos creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
 - (iv) ser o Fundo destinado exclusivamente a Investidores Qualificados; e
 - (v) terem todos os cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordado com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.
- 22.2.2 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 0 acima
- 22.2.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:
- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
 - (ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.
- 22.3 As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com Outros Ativos integrantes da carteira do

Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no COSIF.

22.4 As cotas de cada classe e Série do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

22.4.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- (ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo V deste Regulamento.

22.4.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

23. Despesas e Encargos do Fundo

23.1 Constituem despesas e encargos do Fundo, além da de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria prevista no item 0 acima:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- (iv) honorários e despesas do Auditor do Fundo encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de cotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo, observado o disposto no item 0 acima;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das cotas do Fundo nesses mercados;
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco; e
- (xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM n.º 356/01.

23.2 Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

23.3 A Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que respeitadas as disposições do item 0 acima.

23.4 Diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, a Administradora obriga-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme acima descritos;
- (ii) constituição da Reserva de Liquidez, conforme definida neste Regulamento;
- (iii) constituição da Reserva de Pagamento, conforme definida neste Regulamento;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Seniores;
- (v) pagamento pela aquisição dos Direitos Creditórios;
- (vi) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- (vii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

24. Assembléia Geral

24.1 Competência: observado o disposto no item 0 acima, é da competência privativa da assembléia geral de cotistas do Fundo:

- (xviii) deliberar sobre a substituição da Administradora nos termos do item 0 acima;
- (xix) deliberar sobre a alteração da taxa de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (xx) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (xxi) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens (xxiii) e (xxiv) abaixo;
- (xxii) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- (xxiii) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (xxiv) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xxv) alterar o disposto neste Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas neste item 0 que acarretam a alteração deste Regulamento;
- (xxvi) deliberar sobre a contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- (xxvii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas, nomeado(s) conforme o item 0 acima;
- (xxviii) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios;
- (xxix) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, de acordo com o disposto no item 0 abaixo;
- (xxx) deliberar sobre a substituição da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco de qualquer das Séries de Cotas Seniores;
- (xxxi) deliberar sobre a substituição do Auditor do Fundo, do Custodiante e/ou do Avaliador da Carteira, nos termos do item 0 acima;
- (xxxii) elevar e/ou diminuir o Fator Multiplicador da remuneração das Cotas Seniores de determinada Série;
- (xxxiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período

- superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal; e
- (xxxiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos de cobrança de Direitos Creditórios inadimplidos referidos no item 0 acima, na forma ali estabelecida.
- 24.2 *Direito de Voto dos titulares de Cotas Subordinadas*: os titulares de Cotas Subordinadas somente terão direito a voto nas matérias indicadas no item 0 abaixo.
- 24.2.1 Além da aprovação de titulares das Cotas Seniores conforme os quoruns de deliberação estabelecidos no item 0 acima, estarão necessariamente sujeitas à aprovação de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas, em separado, e após a aprovação da matérias pelos titulares das Cotas Seniores, as deliberações que se refiram a:
- (xiv) alteração do item 0 acima, que versa sobre a política de investimentos do Fundo, ou qualquer outra alteração que afete tal política, inclusive alteração da Alocação Mínima;
 - (xv) alteração do item 0 acima e da Cláusula 3.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que versam sobre os Critérios de Elegibilidade;
 - (xvi) alteração da Razão Mínima;
 - (xvii) novas distribuições de Cotas Seniores do Fundo além do limite previsto no item 0 acima;
 - (xviii) alteração do item 0 acima ou do disposto em qualquer Suplemento, no que versa sobre distribuição de rendimento da carteira do Fundo, ou qualquer alteração destinada a modificar a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ou o Anexo V;
 - (xix) alteração do cronograma de amortização das Cotas Seniores e das regras de amortização das Cotas Subordinadas previstos, em qualquer Suplemento ou no item 0 acima, bem como aprovar a Amortização Compulsória nos termos do item 0 acima;
 - (xx) alteração dos itens 0 e/ou 0 acima, que versam, respectivamente, sobre a Reserva de Liquidez e Reserva de Pagamento, ou qualquer outra alteração deste Regulamento que modifique as características da Reserva de Liquidez e/ou Reserva de Pagamento;
 - (xxi) alteração do item 0 acima, que versa sobre metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das cotas de cada classe;
 - (xxii) alteração do item 0 acima, que versa sobre despesas e encargos do Fundo, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
 - (xxiii) alteração deste item 0, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quorum;
 - (xxiv) criação de novos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo;
 - (xxv) assuntos descritos nos itens (xv) e (xvi) do item 0 acima; e
 - (xxvi) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres adicionais para as Cotas Subordinadas.
- 24.3 *Quoruns*: observado o disposto no item 0 acima, serão observados os seguintes quoruns para aprovação das matérias sujeitas às deliberações da assembléia geral:
- 24.3.1 Nos termos da regulamentação em vigor, deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (xviii), (xix), (xx) e (iv) do item 0 acima dependerão de aprovação de cotistas, reunidos em assembléia geral, que representem a maioria das Cotas em circulação e, em segunda convocação, de cotistas que representem maioria de Cotas presentes na assembléia geral.
- 24.3.2 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (v), (xxiii) e (xxiv) do item 0 acima dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, exceto se estabelecido quorum diferenciado nos itens abaixo.
- 24.3.3 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiii) e (xiv) do

- item 0 acima, bem como a alteração do presente item, dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação.
- 24.3.4 Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (xv), (xxxiii) e (xxxiv) do item 0 acima, bem como a alteração deste item, dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 100% (cem por cento) das Cotas Seniores em Circulação.
- 24.3.5 Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa neste Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.
- 24.4 *Representantes dos Cotistas:* a assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.
- 24.4.1 Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:
- (v) seja cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
 - (vi) não seja titular de Cotas Subordinadas;
 - (vii) não exerça cargo ou função na Administradora, ou em Partes Relacionadas à mesma; e
 - (viii) não exerça cargo da administração ou seja empregado do Cedente ou de Partes Relacionadas ao mesmo.
- 24.4.2 Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados nos termos deste item 24.4.1 não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.
- 24.5 *Alteração sem aprovação da Assembléia:* este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da assembléia geral de cotistas em casos de mudança das normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser dada ciência aos cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento junto à CVM.
- 24.6 *Regras de Convocação:* além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral de cotistas poderá reunir-se de forma extraordinária por convocação da Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Administradora de cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.
- 24.6.1 A convocação de assembléia geral de cotistas será feita pela Administradora, por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou por meio de correio eletrônico.
- 24.6.2 As cartas de convocação ou o anúncio publicado no Periódico indicarão dia, hora e local em que será realizada a assembléia geral de cotistas e os assuntos a serem tratados.
- 24.6.3 A convocação da assembléia geral de cotistas deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de envio da carta ou da data da publicação do primeiro anúncio de convocação.
- 24.6.4 Não se realizando a assembléia geral de cotistas, será novamente providenciada a expedição aos cotistas de carta com aviso de recebimento ou será publicado novo anúncio de convocação no periódico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
- 24.6.5 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da assembléia geral de cotistas seja providenciada juntamente com a primeira convocação.
- 24.6.6 Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a assembléia geral de cotistas a que comparecerem todos os cotistas.
- 24.7 *Local:* salvo motivo de força maior, a assembléia geral de cotistas será realizada na sede da Administradora. Quando a assembléia geral de cotistas não for realizada na sede da Administradora,

as comunicações enviadas aos cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do Estado de São Paulo.

- 24.8 *Instalação*: as assembleias gerais de cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.
- 24.9 *Representação dos cotistas*: somente podem votar nas assembleias gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das assembleias gerais de cotistas caberá à Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por maioria dos cotistas presentes.
- 24.10 Será sempre assegurada a participação da Administradora em qualquer assembleia geral de cotistas.
- 24.11 Não terão direito a voto na assembleia geral de cotistas a Administradora e seus empregados.
- 24.12 As decisões da assembleia geral de cotistas devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.
- 24.13 As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 0 acima, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à assembleia geral de cotistas, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

25 Informações Obrigatórias e Periódicas

- 25.1 A Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes deste item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.
- 25.2 A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de cotas do Fundo, as seguintes informações:
 - (i) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
 - (ii) a data da primeira integralização de cotas do Fundo.
- 25.3 A Administradora deverá informar à CVM a data da primeira integralização de cotas do fundo e a data do encerramento de cada distribuição de Cotas Seniores.
- 25.4 A Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.
- 25.4.1 Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.
- 25.5 A Administradora deve divulgar, trimestralmente, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas do Fundo, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, e o último relatório da(s) Agência Classificadora de Risco contratada(s) pelo Fundo.
- 25.5.1 A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, observada a responsabilidade do diretor designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01, pela regularidade na prestação

dessas informações.

- 25.6 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, inclusive à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo, se for o caso.
- 25.6.1 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das cotas do Fundo ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira.
- 25.6.2 A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no Periódico e mantida disponível para os cotistas na sede e agência(s) da Administradora e nas instituições que coloquem cotas do Fundo.
- 25.7 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:
- (i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
 - (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
 - (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 25.8 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor do Fundo e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.
- 25.8.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.
- 25.8.2 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de janeiro de cada ano.
- 25.8.3 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.
- 25.9 A Administradora deve enviar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, observando o prazo de 15 (quinze) dias após encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:
- (i) saldo das aplicações;
 - (ii) valor do patrimônio líquido;
 - (iii) valor das cotas de cada classe e quantidade de cotas de cada classe em circulação;
 - (iv) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês relativamente a cada classe de cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e resgatados;
 - (v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - (vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
 - (vii) número de cotistas.
- 25.10 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM,

pela Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- (i) alteração de Regulamento;
- (ii) substituição da Administradora;
- (iii) incorporação;
- (iv) fusão;
- (v) cisão; e
- (vi) liquidação.

- 25.11 Considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora e os cotistas do Fundo.

26 Publicações

- 26.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas inicialmente no Periódico.
- 26.2 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do presente Regulamento, alterar o Periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente aos cotistas sobre essa alteração.

27 Liquidação do Fundo e Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada

- 27.1 O Fundo será liquidado, ordinariamente, no dia 15 (quinze) do 240º (ducentésimo quadragésimo) mês, contado a partir do mês em que se verificar a primeira Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 0 acima, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva.
- 27.2 Eventos de Avaliação, conforme definidos, são quaisquer das seguintes ocorrências:
- (i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores de determinada Série destinada à colocação pública, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
 - (ii) inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Administradora não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
 - (iii) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
 - (iv) inobservância pelo Cedente e/ou pelo Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e no Contrato de Cobrança e Depósito, desde que, se notificado pela Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente e/ou Agente de Cobrança não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
 - (v) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
 - (vi) resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;

- (vii) não divulgação, pela Agência Classificadora de Risco, da atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores de determinada Série destinada à colocação pública por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- (viii) renúncia do Custodiante, sem sua imediata substituição;
- (ix) ser a Taxa DI maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- (x) modificação do Controle do Paraná Banco;
- (xi) rescisão, suspensão e/ou cancelamento, por qualquer motivo, de um ou mais Convênios ou das autorizações específicas permitindo o Desconto em Folha que representem, de forma individual ou agregada, mais do que 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data da rescisão, suspensão e/ou cancelamento, desde que o Cedente não proceda, no prazo de 10 (dez) dias, (i) à recompra e/ou à substituição de todos os Direitos Creditórios cedidos atingidos por referida rescisão, suspensão e/ou cancelamento, nos termos da Cláusula 4.4.2 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios; e (ii) à inclusão, mediante aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, de novos órgãos públicos no rol do Anexo III daquele Contrato que sejam considerados satisfatórios pela Administradora e pela(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco (e que não afetem as classificações de risco das séries de Cotas Seniores destinadas à colocação pública, sendo necessária a consulta à(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco a este respeito);
- (xii) verificação de falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 10.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- (xiii) comprovação de que o Paraná Banco tenha oferecido ao Fundo direitos creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 0 acima;
- (xiv) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- (xv) inadimplemento, pelo Paraná Banco, ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- (xvi) apresentação para protesto ou protestos de títulos emitidos pelo Paraná Banco ou sacados contra o Paraná Banco, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- (xviii) deixar o Paraná Banco de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central e do CMN;
- (xviii) ajuizamento contra o Paraná Banco, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xix) ocorrência de arresto ou de penhora de bens do Paraná Banco, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;

- (xx) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos direitos creditórios de titularidade do Paraná Banco; ou
 - (xxi) descumprimento pelo Paraná Banco de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Regulamento e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Avaliação, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do envio, pela Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Avaliação;
 - (xxii) não constituição da Reserva de Pagamento nos termos deste Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 0 acima para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis consecutivos e/ou 10 (dez) dias alternados em um período de 30 (trinta) dias consecutivos;
 - (xxiii) não constituição e/ou não atendimento, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, da Reserva de Liquidez;
 - (xxiv) constarem do relatório de verificação referido no item 0 acima inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Paraná Banco com relação a 5% (cinco por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação; e
 - (xxv) inobservância, em qualquer Data de Apuração, dos índices de inadimplência previstos no item 0 acima.
- 27.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 0 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Administradora convocará imediatamente uma assembléia geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 0 acima, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.
- 27.2.2 Caso a assembléia geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, a Administradora observará os procedimentos de que tratam os itens 0 abaixo e seguintes.
- 27.2.3 Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na assembléia geral de que trata o item 0 acima.
- 27.3 Será convocada assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, quais sejam:
- (i) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Cedente não responda tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 0 acima, observado que, nas hipóteses em que estiver pendente de realização a assembléia de cotistas convocada nos termos do item 0 acima, o disposto neste inciso não será aplicável;
 - (ii) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os Critérios de Elegibilidade;
 - (iii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Cobrança; e/ou (c) à Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades Controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
 - (iv) não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas em

qualquer Suplemento;

(v) resilição ou rescisão do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço;

(vi) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação Antecipada;

(vii) na hipótese de a assembléia geral não chegar a acordo quanto à substituição da Taxa DI (item 0(xxxiii) acima), na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos ou, ainda, no caso da extinção da Taxa DI por imposição legal;

(viii) rescisão do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios ou ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição (que, conforme definidos na Cláusula 12 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, correspondem a eventos que autorizam o Fundo a resilir o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios a seu exclusivo critério e sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa); e

(ix) não substituição da Administradora em caso de renúncia ou destituição, nos termos dos itens 0, 0 e 0 acima.

27.4 Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, a Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

27.5 Na hipótese (i) de não instalação da assembléia geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos cotistas da liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

27.6 Na hipótese de a assembléia geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será facultado aos Cotistas Dissidentes o direito de resgatar antecipadamente suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas cotas resgatadas em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data da assembléia geral. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 0 acima.

27.7 Caso a assembléia geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as cotas do Fundo serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

(i) a Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos para o Fundo, e todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das cotas;

(ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma pro rata em relação a todas as Séries e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e

(iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente e nos Direitos Creditórios inadimplidos do patrimônio do Fundo.

27.7.1 Com o intuito de racionalizar o processo de resgate de cotas descrito no item anterior, a Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o resgate integral das Cotas Seniores.

27.8 Caso no último dia útil do prazo para resgate antecipado a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

27.8. Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de cotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de

cotas detido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste item 0.

- 27.8.2 De acordo com o disposto no item 0 acima, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores, observado o disposto neste item 0.
- 27.8.3 Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto neste item 0, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo no 3º (terceiro) dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço, no mínimo, equivalente ao valor exigível dos Direitos Creditórios, conforme contabilizado na carteira do Fundo.
- 27.8.4 Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a assembléia geral de cotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das cotas do Fundo ainda em circulação.
- 27.8.5 Na hipótese de a assembléia geral de cotistas referida no item anterior não chegar a acordo quanto aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação à época. Após a entrega da fração ideal a cada titular de Cotas Seniores, os eventuais Direitos Creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.
- 27.8.6 A Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, e (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.
- 27.8.7 Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 0 acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.
- 27.8.8 O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias (contado da notificação referida no item 0 acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Administradora e ao Custodiante, hora e local para que a ele seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e respectivos documentos comprobatórios. Expirado este prazo, a Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.
- 27.9 A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observado o que dispõe este Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

28. Foro

28.1 Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Osasco, 05 de fevereiro de 2009.

BEM DTVM Ltda.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E ADESÃO AO REGULAMENTO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II

1 - Nome do Cotista:			2 – CNPJ/CPF:
3 – Banco:	4 – Agência n.º:	5 – Conta n.º:	6 – Data:
7 – Valor:		8 – E-mail:	

9 – Estou(amos) ciente(s) de que:

9.1 – O objetivo do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II ("Fundo"), administrado por BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", Bairro Vila Yara, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 00.066.670/0001-00, autorizada a funcionar pelo Banco Central e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários ("Administradora"), é proporcionar a captação de recursos no mercado de capitais doméstico para aquisição dos Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento descrita no item 10 do regulamento do Fundo ("Regulamento").

9.2 – A Administradora empreenderá seus melhores esforços na seleção dos ativos do Fundo para a composição da carteira do Fundo, e utilizará mecanismos de gestão de riscos, que monitoram, mas não anulam estes riscos. Apesar disso, não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita no Regulamento, a Administradora não se responsabilizará por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, conforme descritos no Regulamento. O cotista, portanto, se expõe ao risco de perda, total ou parcial, do capital investido, existindo ainda a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos, conforme disposto no Regulamento.

9.3 – Pelos serviços de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria, o Fundo pagará uma taxa equivalente ao maior valor entre: (i) uma taxa equivalente a 0,40% (quatro décimos por cento) ao ano, calculada sobre o patrimônio líquido diário do Fundo; e (ii) o valor fixo de R\$30.000,00 (trinta mil reais) por mês, sendo que, para os primeiros seis meses a partir da Data de Subscrição Inicial e os últimos seis meses de vigência do Fundo, o valor fixo previsto nesta alínea "ii" será de R\$20.000,00 (vinte mil reais) por mês.

9.3.1 - O valor expresso no item 9.3.(ii) acima será atualizado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Subscrição Inicial ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o IGP-DI, ou, na falta de ambos, a atualização será feita com base no IPC.

9.3.2 - A taxa de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria será calculada com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis e paga mensalmente à Administradora, acrescida dos custos descritos no item 8.5 do Regulamento, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês que a taxa se referir ou, ainda, antecipadamente, por ocasião do resgate de Cotas (nas hipóteses admitidas no Regulamento).

9.4 – O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o "Jornal do Estado", com circulação na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

9.5 – Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e no Contrato de Cessão.

9.6 – Declaro(amos), ainda, para todos os fins e efeitos:

- (i) ter recebido, lido e entendido o Regulamento, o Suplemento e os prospectos do Fundo, e ter tomado ciência da política de investimento e dos riscos dela decorrentes, dos critérios de avaliação dos ativos e de todos os demais termos e condições relativos ao Fundo;
- (ii) aderir, neste ato, ao inteiro teor do Regulamento e do Suplemento, sobre os quais não tenho(mos) qualquer dúvida, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, a composição da carteira do Fundo e a taxa de administração, gestão, custódia qualificada e controladoria, bem como com os riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no item 14 do Regulamento e no prospecto do Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido;
- (iii) ser Investidor(es) Qualificado(s), conforme legislação vigente, atestando, conforme o caso, a condição de Investidor(es) Qualificado(s) mediante termo próprio; e
- (iv) concordar com a intenção de que os direitos creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento.

9.7 – As Cotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por Investidores Qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

9.8 – Por fim, informamos que comunicações a mim/nós enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas para o *e-mail* informado no item 8 acima.

[•], [•] de [•] de 200[•].

ASSINATURA DO(S) COTISTA(S)

TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E ADESÃO AO REGULAMENTO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II
(CONT. ANEXO I.)

A instituição responsável pela distribuição das Cotas do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II declara que verificou a condição de Investidor Qualificado e, se pessoa jurídica, os poderes para assinatura deste termo do investidor.

NOME DA INSTITUIÇÃO

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II

ANEXO II

DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS, CONTRATOS OU OUTROS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DO CRÉDITO, BEM COMO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELO PARANÁ BANCO:

1. Natureza. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Contratos de Empréstimos celebrados por escrito (que não tenham sido formalizados exclusivamente via telefone ou por meio eletrônico) entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados, que tenham atendido aos Critérios de Elegibilidade.

1.1 Desde o advento da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os servidores civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União poderão autorizar desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos e financiamentos. A autorização da consignação em folha de pagamento de servidores públicos estaduais e municipais dá-se por meio de regulamentos internos e leis, ambos expedidos pelos respectivos órgãos estaduais e municipais. Para a efetiva consignação dos descontos na folha de pagamento mensal dos servidores públicos relativos aos empréstimos concedidos pela instituição financeira, são observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

2. Processo de Origem. Inicialmente, os Servidores Públicos interessados em contrair empréstimo, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram correspondentes do Paraná Banco e estabelecem as características da operação. Os correspondentes consultam os respectivos Departamentos de Recursos Humanos dos Órgãos Públicos Conveniados ou, quando existente, o sistema eletrônico do Órgão na rede mundial de comunicação "internet", para confirmar os dados fornecidos e a existência de margem consignável.

2.1 O Paraná Banco, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado ao Órgão Público Conveniado ou ao órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Servidores Públicos. O Órgão Público Conveniado ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas. Nos casos em que o Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado) possua sistema na "internet" para registro "on-line" das operações e averbação das parcelas do empréstimo, não há necessidade de troca de arquivo eletrônico.

2.2 Aprovada a operação, o Paraná Banco transfere os recursos do empréstimo para os Servidores Públicos, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito ou Transferência Eletrônica Disponível para a conta corrente dos Servidores Públicos. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de Ordens de Pagamento através de bancos conveniados, hipótese em que o Devedor deve se dirigir a uma agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada, após a sua devida identificação.

2.3 O desconto em folha das parcelas dos Empréstimos é viabilizado pelos Convênios, mediante consignação na folha de pagamento do Devedor, sendo o valor repassado ao Paraná Banco, juntamente com relação analítica dos descontos efetuados. Em alguns casos específicos há necessidade de envio mensal, aos Órgãos Públicos Conveniados (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), de arquivo de cobrança das parcelas devidas para que se processe o Desconto em Folha.

3. Documentos Representativos dos Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de (a) Contrato de Empréstimo impresso; (b) autorização impressa do Servidor Público para Desconto em Folha, ou, alternativamente, de documento impresso a partir do sistema do respectivo Órgão Público Conveniado que identifique a existência de margem consignável para o Desconto em Folha; (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e documento que comprove (1) a sua condição de Servidor Público vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado, bem como (2) a

existência de margem consignável, através de autorização impressa e; (d) cópia de relatório físico, emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), confirmando ou autorizando a realização do respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição do Devedor de Servidor Público.

4. Política de Concessão de Crédito. Os empréstimos a Servidores Públicos somente podem ser concedidos se (i) o Devedor não tiver seus vencimentos suspensos; e se (ii) as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto; assim, no ato na contratação do empréstimo, o Paraná Banco deve atestar a existência de documentos ou de informações que comprovem a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto.

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II

ANEXO III

DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS,
INCLUSIVE INADIMPLIDOS:

1. A cobrança bancária dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Paraná Banco ou por quem vier a lhe substituir na qualidade de Agente de Cobrança, contratado para efetuar a perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança bancária são a seguir descritas:
 - (i) o Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento dos Devedores, processará mensalmente o desconto na folha de pagamento dos respectivos Devedores, dos valores referentes às parcelas dos empréstimos vencidas em cada período/mês;
 - (ii) o Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento, e no prazo por ele estabelecido, envia ao Paraná Banco relatório analítico dos Devedores e respectivos valores que foram ou serão descontados em folha de pagamento;
 - (iii) na data previamente informada pelo Órgão Público Conveniado, que, em geral, ocorre num dia do mês subsequente ao da competência da consignação em folha de pagamento, o Órgão Público Conveniado repassa o montante dos valores descontados dos Devedores para uma conta de controle de titularidade do Paraná Banco.
 - (iv) ao receber os valores, o Paraná Banco confronta-os com o relatório analítico disponibilizado pelo Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações, no qual é informado quais Devedores terão as parcelas dos Empréstimos descontadas de suas folhas de pagamento;
 - (v) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Paraná Banco questiona o respectivo Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento;
 - (vi) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente;
 - (vii) entre os valores não recebidos ficarão Contratos de Empréstimos considerados inadimplidos, que ocorrem, geralmente, nas hipóteses de óbito, ordem judicial que impossibilite o desconto, no todo ou em parte, casos de inoccorrência de tais descontos por parte Órgão Público Conveniado ou órgão contratado para processamento das consignações, em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial ou redução salarial ou perda de proventos, exoneração ou demissão do Devedor, pedido de licença ou afastamento temporário pelo Devedor, etc.; e
 - (viii) após a finalização da conciliação e confirmação do recebimento de todos os registros e consignações que compõem o repasse financeiro efetuado pelo Órgão Público Conveniado, o Paraná Banco repassará ao Fundo no prazo de 1 (um) dia útil contado da Conciliação dos Pagamentos efetuada pelo Paraná Banco, os valores decorrentes dos Direitos Creditórios cujo pagamento tenha sido feito, na conta corrente n.º 586.667-7, agência n.º 2856, Banco Bradesco S.A..
2. O procedimento adotado pelo Paraná Banco para cobrança dos Devedores inadimplentes, enquanto prestar os serviços de Agente de Cobrança, é o descrito a seguir:
 - (i) se a causa da inadimplência é óbito do Devedor, busca-se cobrar diretamente do espólio;
 - (ii) a cobrança dos Devedores inadimplentes será realizada pelo Cedente e/ou por prestadores de serviços de cobrança contratadas pelo Cedente, de forma amigável e/ou judicial, sempre com o objetivo de

receber a integralidade dos valores devidos dos Contratos de Empréstimo, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração *ad judicium* em favor do Cedente e/ou de prestadores de serviços contratados pelo Cedente para tanto;

- (iii) para o acompanhamento da cobrança estabelecida na alínea acima, o Paraná Banco deverá elaborar relatórios de cobrança e encaminhá-los à Administradora, mensalmente, a partir da data de assinatura do primeiro Termo de Cessão;
- (iv) o Cedente foi constituído fiel depositário de quaisquer valores por ele recebidos, a qualquer título, referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, até a efetiva transferência de tais valores ao Fundo; e
- (v) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança da totalidade do valor exigível dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, o Paraná Banco poderá celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos observadas as normas e os percentuais de acréscimos ou descontos que sejam previamente determinados ou aprovados pela Administradora na ocasião.

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II

ANEXO IV

MODELO DE AVISO DE DESENQUADRAMENTO

Ao
Paraná Banco S.A.
Rua Visconde de Nacar 1441, Centro
80410-201 Curitiba, PR
At.: Luis Cesar Miara

Aviso de Desenquadramento

A BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("Administradora"), na qualidade de instituição administradora do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Paraná Banco II" ("Fundo"), vem notificar o Paraná Banco S.A. ("Paraná Banco") a respeito do desenquadramento, por 2 (dois) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima (conforme definida no regulamento do Fundo), verificado em [datas de desenquadramento].

O Paraná Banco deverá responder este Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irretroatável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as à vista, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo.

Na hipótese de o Paraná Banco não responder tempestivamente este Aviso de Desenquadramento na forma do parágrafo anterior, ou ainda na hipótese de o Paraná Banco não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, será observado o disposto no item 00 do regulamento do Fundo, com a convocação de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

[•], [•] de [•] de 200[•].

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II

ANEXO V

FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR A SER DISTRIBUÍDO
PARA AS COTAS SENIORES

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores de qualquer Série será correspondente ao Fator Multiplicador aplicado sobre a Taxa DI, incidentes sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

A. Define-se:

- (i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
 - (a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
 - (b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

B. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times FatorDI)$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VCse = valor da Cota Sênior calculado nos termos do item 0 do Regulamento, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = Taxa DI com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = (TDI \times FM)$$

onde:

TDI = Taxa DI, expressa ao dia, divulgada pela CETIP; e

FM = Fator Multiplicador, na forma percentual, definido no respectivo Suplemento.

C. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

D. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

E. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos cotistas, deverá convocar assembléia geral de cotistas para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da assembléia geral de cotistas. Na hipótese de a assembléia geral não chegar a acordo quanto à substituição da Taxa DI, será configurado um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do item 27.3(vii) do Regulamento.

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II

ANEXO VI

MODELO DE SUPLEMENTO

SUPLEMENTO DA [•]^a SÉRIE DE COTAS SENIORES DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II

Este documento constitui o Suplemento ("Suplemento") referente à [•]^a Série de Cotas Seniores ("[•]^a Série") emitida nos termos do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II" ("Fundo"), registrado no 2º Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 14 de fevereiro de 2007 ("Regulamento"), do qual este é parte integrante, sendo o Fundo inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 08.627.992/0001-93, e administrado por BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", Bairro da Vila Yara, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 00.066.670/0001-00 ("Administradora").

1. *Emissão.* Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento [•] ([•]) de Cotas Seniores, bem como [•] ([•]) de Cotas Subordinadas, no valor unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada na Data de Subscrição Inicial. Na subscrição de Cotas em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota da mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo à Administradora, em sua sede ou dependências.
2. *Remuneração.* O fator aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração das Cotas Seniores (na forma do Anexo V do Regulamento) corresponde a [•]% ([•] por cento).
3. *Amortização.* A partir do [•]º ([•]) mês¹, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da [•]^a Série serão amortizadas em [•] ([•]) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{[•] - (M - 1)} \right) * VCse^2$$

onde:

PMT é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do [•]º ([•]) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial;

M é o número do mês (após a Data de Subscrição Inicial) em que a amortização será realizada, sendo que M variará entre [•] (primeira amortização) e [•] (última amortização); e

VCse é o valor unitário da Cota Sênior na Data de Amortização de Cotas Seniores "n", calculado na forma do item 18 do regulamento.

¹ Incluir período de carência.

2 Completar lacuna com o número de meses entre a Data de Subscrição Inicial e a última amortização.

3 Incluir período de carência.

- 3.1 As amortizações das Cotas Seniores, a que se refere o item 3 acima, ocorrerão, mensalmente, sempre nas Datas de Amortização de Cotas Seniores. Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido ("APRINCIPAL") acrescida do respectivo rendimento ("AJUROS") para cada cota, conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{V_{subs} - \left(\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + \sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}} \right)}{[[\bullet] - (M - 1)]^4}$$

onde:

V_{subs} – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

$\sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

M é o número do mês, conforme definido no item 3 acima;

$$A_{JUROS_n} = PMT - A_{PRINCIPAL_n}$$

PMT é o valor de amortização calculado conforme o item 3 acima.

4. *Resgate.* As Cotas Seniores da [•]^a Série serão resgatadas na última Data de Amortização, sendo pago aos seus titulares, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 0 do Regulamento, em vigor na data de resgate.
5. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Administradora, constitui parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as condições do Regulamento em caso de conflito ou controvérsia com este Suplemento. As Cotas Seniores da [•]^a Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores previstas no Regulamento, exceto com relação ao prazo e valores de amortização e resgate, e à remuneração, os quais são aqueles previstos expressamente neste Suplemento.
6. Termos iniciados em letras maiúsculas não definidos neste Suplemento terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento do Fundo. Este Suplemento deverá ser averbado às margens do registro do Regulamento pelo 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo. Osasco, [•] de [•] de 2007.

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

⁴ Completar lacuna com o número de meses entre a Data de Subscrição Inicial e a última amortização.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II
E DO SUPLEMENTO DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II
E DO SUPLEMENTO DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES

CNPJ n.º 08.627.992/0001-93

210164

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", Bairro Vila Yara, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 00.066.670/0001-00, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central") e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, neste ato representada na forma de seu contrato social, na qualidade de Administradora ("Administradora") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 08.627.992/0001-93 ("Fundo") cujo regulamento foi registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 208.242, em 2 de fevereiro de 2007 ("Regulamento");

CONSIDERANDO QUE:

- (A) em 26 de fevereiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") concedeu registro à oferta pública de cotas seniores da primeira série do Fundo ("Oferta"), emitida com base no Regulamento e no Suplemento da Primeira Série de Cotas Seniores do Fundo, registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade Osasco, Estado de São Paulo, em 9 de fevereiro de 2007, sob o n.º 208.366 ("Suplemento da Primeira Série")";
- (B) em 16 de março de 2007, nos autos do Processo CVM n.º RJ-2007-1301, referente à Oferta, a CVM expediu o OFÍCIO/CVM/SER/GER-1/Nº 478/2007, por meio do qual formulou exigências ao Regulamento e ao Suplemento da Primeira Série, bem como alterações necessárias; e
- (C) de acordo com o item 24.5 do Regulamento, não há necessidade de realização de assembléia geral de cotistas para alterações no Regulamento decorrentes de determinações da CVM;

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Primeira Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos



Creditórios Paraná Banco II" ("Instrumento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).

RESOLVE:

1. Tendo em vista que a Razão Mínima, nos termos do Regulamento, equivale a 128,21% (cento e vinte e oito inteiros e vinte e um centésimos por cento), bem como que, na Data da Subscrição Inicial, foram efetivamente emitidas e subscritas 2.821 (duas mil, oitocentas e vinte e uma) Cotas Subordinadas, retificar a deliberação da Administradora constante do item VI do "Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II", nos seguintes termos:

"VI. Aprovar a emissão, pelo Fundo, da primeira série de cotas seniores composta por 10.000 (dez mil) cotas seniores, bem como 2.821 (duas mil, oitocentas e vinte e uma) cotas subordinadas, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com valor de emissão de R\$10.000,00 (dez mil reais) por cota na Data de Subscrição Inicial (conforme definido no Regulamento). As cotas seniores da primeira série serão distribuídas publicamente no mercado de balcão ("Oferta da Primeira Série"), com a coordenação da Instituição Intermediária, e as cotas subordinadas serão subscritas pelo Paraná Banco ou por Partes Relacionadas ao Paraná Banco (conforme definido no Regulamento)."

2. Alterar o Regulamento para refletir as exigências formuladas pela CVM, conforme segue abaixo.

- 2.1. Alterar o item 14.6(vii) do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(vii) Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Paraná Banco. O Paraná Banco foi contratado para a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, sendo que tais recursos serão repassados pelos Órgãos Públicos Conveniados ao Paraná Banco, que os transferirá ao Fundo em até 1 (um) dia útil contado da Conciliação dos Pagamentos. Esse repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer. Dentre elas, destaca-se a hipótese de intervenção do Paraná Banco, quando o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios ao Fundo poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano). Em caso de liquidação



realizada uma oferta pública de cotas seniores no volume total de R\$101.250.000,00 (cento e um milhões e duzentos e cinquenta mil reais), as quais foram totalmente colocadas a investidores no mercado. O FIDC Paraná Banco I é administrado pela J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Ltda., tem prazo de vigência de 36 (trinta e seis meses) a partir da primeira subscrição de cotas seniores e prazo de carência de 12 (doze) meses para a primeira amortização de cotas seniores. Suas cotas seniores fazem jus a uma taxa de retorno, desde que o patrimônio do fundo assim permita, de 109% (cento e nove por cento) sobre a Taxa DI. O FIDC Paraná Banco I, tal como o Fundo, é destinado a adquirir direitos creditórios originários do segmento de empréstimo com Desconto em Folha a Servidores Públicos concedidos pelo Paraná Banco, decorrentes de uma lista de Convênios constante do contrato de promessa de cessão de direitos celebrado por ocasião da constituição do FIDC Paraná Banco I. Dos Convênios destacados para fazer parte do Fundo, 73 (setenta e três) Convênios (representando um volume médio mensal de R\$ 38,4 milhões (trinta e oito vírgula quatro) gerados em Direitos Creditórios), também fazem parte do FIDC Paraná Banco I, o que significa que Direitos Creditórios originados destes Convênios podem ser cedidos tanto para o FIDC Paraná Banco I quanto para o presente Fundo, não havendo um mecanismo específico que estabeleça algum tipo de prioridade ou preferência entre ambos os Fundos. Além disso, a partir da Data de Subscrição Inicial, do volume médio mensal de Direitos Creditórios gerados pelo Paraná Banco, aproximadamente 7,5% (sete vírgula cinco por cento) foram destinados ao FIDC Paraná Banco I e 18,3% (dezoito vírgula três por cento) foram destinados ao Fundo.

Caso haja diminuição do nível de atividades do Paraná Banco, não há garantia de que o Paraná Banco conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente à exigência da Alocação Mínima, o que poderá ocasionar a Amortização Compulsória das Cotas Seniores e/ou um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do item 27 abaixo."

Alterar o item 14.9(iv) do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(iv) Necessidade de Aprovação dos Titulares das Cotas Subordinadas para Determinados Assuntos. Sem prejuízo ao quorum legal para

M
Lda.

determinadas matérias, previsto no item 24.3.1 abaixo, o item 24.2.1 abaixo confere o direito de voto aos titulares de Cotas Subordinadas em determinadas matérias e estabelece a necessidade de aprovação dos mesmos em determinadas deliberações relevantes da assembleia geral de cotistas, desde que tais matérias tenham sido previamente aprovadas pelos titulares das Cotas Seniores. Ademais, nos itens 24.3.2 abaixo e seguintes são estabelecidos quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores para determinadas matérias submetidas à assembleia geral de cotistas. Referido direito dos titulares das Cotas Subordinadas assim como a existência de quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores podem impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Cotas Seniores, o que pode eventualmente afetar seus interesses negativamente."

Iterar o item 15.5 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação

15.5. O valor da primeira aplicação no Fundo será de no mínimo R\$ 30.000,00

Iterar o item 24.2.1(xii) do regulamento e o item 24.3.1 do Regulamento para o fim de atender estritamente ao preceito contido no artigo 29, §1º, da Instrução CVM nº 356/01, que passa a vigorar com a seguinte redação:

- 24.2.1 (...) (xii) assuntos descritos nos itens (xv) e (xvi) do item 24.1 acima;"
- 24.3.1 Nos termos da regulamentação em vigor, deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (ii), (iii) e (iv) do item 24.1 abaixo dependerão de aprovação de cotistas, reunidos em assembleia geral, que representem a maioria das Cotas em Circulação e, em segunda convocação, de cotistas que representem maioria de Cotas presentes na assembleia geral."

Substituir o modelo de suplemento do Anexo VI ao regulamento, de forma que não faça referência a qualquer série específica de cotas seniores.

A numeração dos itens e das páginas do Regulamento foi alterada de forma a incluir as alterações listadas acima.

- 2.9. Em consequência das alterações promovidas acima, resolve a Administradora consolidar o Regulamento do Fundo, cujo inteiro teor passa a integrar o presente para todos os fins (Anexo A deste Instrumento).
3. Alterar o Suplemento da Primeira Série de Cotas Seniores para refletir as exigências formuladas pela CVM, por meio do "Primeiro Aditamento ao Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Paraná Banco II" (Anexo B deste Instrumento).

Sendo assim, a Administradora assina o presente Instrumento em 2 (duas) vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Osasco, 07 de maio de 2007.

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA



Nome:
Cargo:

87286 - Cassiano Ricardo Scarpelli

Nome:
Cargo:

José Luiz Acar Pedro

2º, OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP
Rua Dante Bastião, 249
Centro - Osasco - SP CEP 06013-030
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E
MICROFILMADO SOB N.º 210.164 DO LIVRO B
Osasco, 10 de maio de 2007

JOÃO M. MARTINEZ / ANDREA C. S. DE ALMEIDA
PRISCILA VIEIRA / SONIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 210.164

Total Pago R\$ 508,04 Este valor inclui 32% devidos
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre
R\$ 317,53 devido ao Oficial.



210164

INSTRUMENTO DE RE-RATIFICAÇÃO E
CONSOLIDAÇÃO DO SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I
CNPJ/MF n.º 08.627.992/0001-93

20
REGISTRO DE IMÓVEIS
OSASCO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Este documento retifica, consolida, ratifica e substitui o Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 9 de fevereiro de 2007, sob o n.º 208.366 ("Suplemento" referente à 1ª Série de Cotas Seniores ("1ª Série") emitida nos termos do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I" ("Fundo"), registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 2 de fevereiro de 2007, sob o n.º 208.22 ("Regulamento"), do qual este é parte integrante, sendo o Fundo administrado por BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", Bairro Vila Yara, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 00.066.670/0001-4 ("Administradora").

1. Emissão. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento 10.000 (dez mil) Cotas Seniores, bem como 2.821 (duas mil, oitocentas e vinte e uma) Cotas Subordinadas, no valor unitário de R\$10.000,00 cada na Data de Subscrição Inicial. Na subscrição de Cotas em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota da mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados à Administradora em sua sede ou dependências.
2. Remuneração. O fator multiplicador aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração das Cotas Seniores (na forma do Anexo V do Regulamento) corresponde a 110% (cento e dez por cento).
3. Amortização. A partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª Série serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{36 - (M - 1)} \right) * VCse$$



Onde:

PMT é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial;

M é o número do mês (após a Data de Subscrição Inicial) em que a amortização será realizada, sendo que M variará entre 13 (primeira amortização) e 36 (última amortização); e

VCse é o valor unitário da Cota Sênior na Data de Amortização de Cotas Seniores "n", calculado na forma do item 18 do regulamento.

Apesar do Fundo ter prazo de duração de 20 (vinte) anos, nos termos do Regulamento, a primeira série de Cotas Seniores, nos termos deste Suplemento, será amortizada em até 3 (três) anos contados de mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial.

As amortizações das Cotas Seniores, a que se refere o item 3 acima, ocorrerão, mensalmente, sempre nas Datas de Amortização de Cotas Seniores. Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido ("APRINCIPAL") acrescida do respectivo rendimento ("AJUROS") para cada cota, conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{V_{subs} - \left(\sum_{i=0}^{n-1} A_{COMPULSÓRIA_{i-1}} + \sum_{i=0}^{n-1} A_{PRINCIPAL_{i-1}} \right)}{[36 - (M - 1)]}$$

onde:

Vsubs – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{i=0}^{n-1} A_{COMPULSÓRIA_{i-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

$\sum_{i=0}^{n-1} A_{PRINCIPAL_{i-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

M é o número do mês, conforme definido no item 3 acima;

$$A_{AJUROS_n} = PMT - A_{PRINCIPAL_n}$$

PMT é o valor de amortização calculado conforme o item 3 acima.

Resgate. As Cotas Seniores da 1ª Série serão resgatadas ao final de 36 (trinta e seis) meses, na última Data de Amortização, sendo pago aos seus titulares, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 22.4.1 do Regulamento, em vigor na data de resgate.

EM
ANEXO

5. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Administradora, constitui parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as condições do Regulamento em caso de conflito ou controvérsia com este Suplemento. As Cotas Seniores da 1ª Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazo e valores de amortização e resgate, e à remuneração, os quais são aqueles previstos expressamente neste Suplemento.
6. Termos iniciados em letras maiúsculas não definidos neste Suplemento terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento do Fundo.

Este Suplemento deverá ser averbado às margens do registro do Regulamento pelo n.º 208.242, no 2º Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Osasco, 08 de maio de 2007.

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

31045 - Carlos Alberto de Moraes

90150 - Jorge Bernadino da Cruz Filho

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome: Antônio B. de Almeida
CPF/MF: 265.383.348-15

Nome: Ana Paula Sales Nunes
CPF/MF: 31.4.013.988-03

210164



**Anexo B – Carta e Relatório de Classificação de Risco da Oferta preparados pela
Agência de Classificação de Risco**

Paraná Banco Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II

Analistas de Crédito: Leandro Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com; Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, JP_Gil@standardandpoors.com

PerfilData para início do Fundo:
Maio de 2007Direitos creditórios:
Empréstimos pessoais com
consignação em folha de
pagamento a servidores
públicos.Administrador do Fundo:
BEM - Distribuidora de Títulos
e Valores Mobiliários Ltda.Originador dos direitos
creditórios: Paraná Banco
S.A.Custodiante: Banco Bradesco
S.A.Estruturador: Banco ABN
AMRO Real S.A.Proteção de Crédito:
Proporcionada pela
subordinação de cotas (risco
mínimo de 22%) e pelo spread
excedente (inicialmente em
3,9% a.a.).**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 15 de maio de 2007 e não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos.

Rating Final em 15 de maio de 2007

Instrumento	Rating	Montante (em R\$ Milhões)	Vencimento Final Legal*
Cotas Seniores	'brAaF'	R\$ 100 (76%)	3 anos (36 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas	Não classificadas	Até R\$ 29,21 (22% de nível mínimo)	3 anos (36 meses) após a emissão

* Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Fundamentos

A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu o rating final 'brAaF', em sua Escala Nacional Brasil, ao Paraná Banco Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II (Paraná Banco FIDC II). Os ativos subjacentes do Paraná Banco FIDC II são empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos, originados pelo Paraná Banco S.A., caixa e outros investimentos específicos aprovados pela Standard & Poor's.

Os empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento possuem características especiais que mantêm suas taxas de inadimplência em níveis relativamente baixos. Os fatores que contribuem para a boa performance dessas carteiras de empréstimos são o fato de os pagamentos dos empréstimos serem deduzidos diretamente do salário do devedor, a estabilidade de emprego dos servidores públicos e o fato de as entidades públicas serem menos afetadas por condições adversas de mercado.

O Paraná Banco FIDC II é um condomínio fechado, com prazo de duração de vinte anos; entretanto, a primeira série de cotas seniores será resgatada três anos após a data de emissão. O administrador do Fundo poderá incluir recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e aprovados pela Standard & Poor's.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Instrução 356, que criou a estrutura legal e administrativa dos *Fundos de Investimento em Direitos Creditórios* (FIDC), cuja estrutura financeira e administrativa é a de um fundo de investimentos do tipo aberto ou fechado.

Entretanto, um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem incorporar carteiras de crédito combinadas –

que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do Paraná Banco FIDC II.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCf' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração; bem como ao risco cambial apresentado pelo fundo.

O rating 'brAAf' atribuído ao Paraná Banco FIDC II na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAAf' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem uma proteção muito forte contra perdas advindas de inadimplência.

O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (nível mínimo de 22%), o *spread* excedente, inicialmente de 3,9% a.a., e a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A forte qualidade de crédito da carteira do originador;
- A robusta proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (nível mínimo de 22%), *spread* excedente (inicialmente de 3,9% a.a.);
- A sólida experiência do Banco Bradesco S.A., como o custodiante;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para

resguardar os direitos dos cotistas.

Fragilidades e Fatores Atenuantes

A principal fragilidade observada na análise de crédito da estrutura é que a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes poderá variar durante a vida do Fundo em razão da natureza rotativa da estrutura. Esse risco é atenuado por critérios de elegibilidade dos empréstimos bem definidos, que reduzem o risco de deterioração de qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes.

Outra fragilidade é o fato de o originador ter a função de agente de recebimento dos recursos devidos ao Fundo. Para cobrir esse risco de fungibilidade entre os recursos do Paraná Banco e do Fundo, a estrutura conta com uma conta reserva no montante de R\$ 1 milhão, que será instituída no momento inicial da transação.

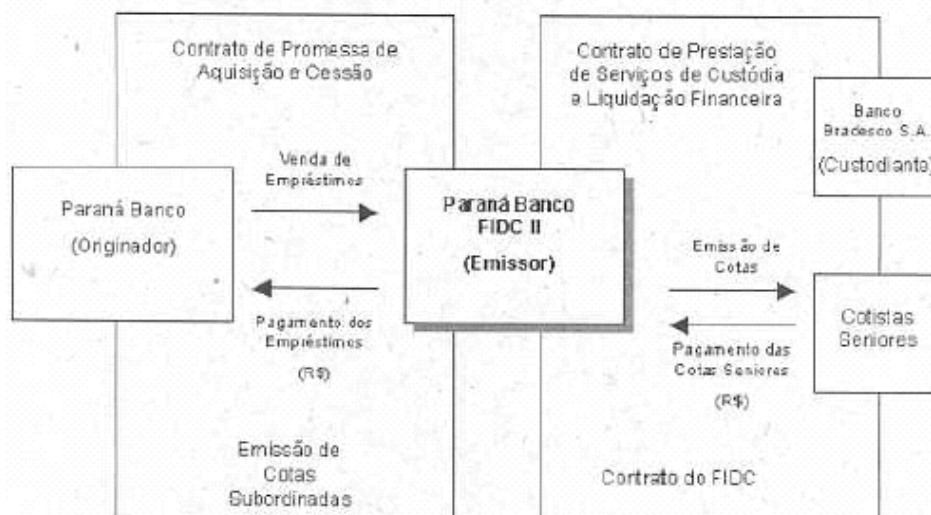
Descrição do Paraná Banco FIDC II

Características Gerais

O Paraná Banco FIDC II é um condomínio fechado, com vencimento final de três anos. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo algumas empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo, durante sua vida, fará compras rotativas de direitos creditórios originados pelo Paraná Banco por meio de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos.

Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão:



Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitiu cotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber, se houver, rendimentos decorrentes do

pagamento de empréstimos pessoais com consignação em folha denominados na mesma moeda, e/ou outros instrumentos de renda fixa investimentos financeiros de curto prazo e dinheiro integrantes da carteira do Fundo. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos pelo fluxo de caixa gerado por financiamentos e outros investimentos. O originador terá as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard Poor's.

Componente do Rendimento

Ao contrário do que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. Consequentemente, o Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo. As cotas seniores equivalentes a 110% da Taxa DI Over. As cotas subordinadas não terão uma remuneração alvo específica, porém se beneficiarão do fluxo disponível no Fundo, após este ter alcançado a remuneração alvo das cotas seniores.

Componente do Valor de Face

Apesar de o Fundo ter um prazo de duração de 20 anos, a primeira série de cotas seniores será amortizada em até três anos contados a partir da data de emissão. Dessa forma, a amortização dessas cotas será realizada em (vinte e quatro) parcelas mensais, após um período de carência de 12 (doze) meses contados a partir da emissão.

Com a função de garantir que o Fundo tenha ativos com a liquidez necessária para cumprir as amortizações e/ou resgate das cotas seniores nas datas previstas no regulamento, o administrador do Fundo deverá manter em com 60 dias de antecedência, caixa ou ativos de alta liquidez, no montante equivalente a 50% da próxima amortização prevista e a 100% da próxima amortização prevista com 30 dias de antecedência.

As cotas subordinadas apenas serão amortizadas se o nível de subordinação for maior do que 25,92% até que a relação entre o valor das cotas subordinadas e o patrimônio líquido do Fundo volte ao nível mínimo de desde que as amortizações das cotas seniores estejam ocorrendo regularmente; as reservas de liquidez e de pagamento estejam devidamente atendidas; e que, até a data da amortização das cotas subordinadas não tenha verificado qualquer evento de avaliação ou de liquidação antecipada.

Fluxo de Recursos do Paraná Banco FIDC II

As entidades efetuam o pagamento aos seus funcionários e retêm o montante devido por meio dos contratos de empréstimo com consignação em folha de pagamento. As quantias são, então, transferidas ao Paraná Banco, o qual, por sua vez, tem até um dia útil para repassar os recursos ao Fundo. Os montantes são reconciliados e os pagamentos são feitos por meio de transferências para a conta do Fundo no Banco Bradesco S.A. (custodiada). Assim que os recursos são transferidos para a conta do Fundo, o gestor calcula as provisões de perdas, verifica os níveis de subordinação e os informa ao administrador do Fundo (BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) que, em nome do Fundo, realiza a formação das reservas e efetua as amortizações, se necessário, e compra novos direitos creditórios do Paraná Banco (originador).

Crítérios de Elegibilidade do Paraná Banco FIDC II

As principais condições de cessão e critérios de elegibilidade que os recebíveis precisam satisfazer são:

- Não podem ser provenientes de devedores que, no momento da cessão, tenham outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- Não podem ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo;
- O pagamento deve ser efetuado por meio de consignação em folha de pagamento devidamente autorizada;
- Os empréstimos a funcionários de um mesmo Consignante não poderão representar mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data da celebração da cessão;
- Os empréstimos a funcionários dos seis maiores consignantes não poderão representar mais de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data da celebração da cessão.

Riscos Relevantes de Estruturas de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento

Os ratings de operações estruturadas baseiam-se, principalmente, na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, sem se considerar a qualidade de crédito do originador ou do tomador de recursos. As operações estruturadas procuram isolar as operações das entidades, tais como vendedores de recebíveis que possuem ratings baixos ou que não possuem rating. O pior cenário assume a falência de cada participante da operação que não seja uma entidade garantida em caso de falência da controladora, cujo rating seja mais baixo que o da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios de uma operação de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento que constitui a carteira subjacente de direitos creditórios do Paraná Banco FIDC II. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o risco de inadimplência e *default* do devedor. A fungibilidade de caixa é outra preocupação em todos os financiamentos garantidos por ativos. Além disso, neste caso, uma vez que cada pagamento de empréstimo é descontado automaticamente dos salários dos funcionários ou do benefício dos aposentados e pensionistas, o risco de inadimplência é razoavelmente diminuído. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação do serviço também são motivos de preocupação e serão analisados nesta seção.

Principais Riscos de Operações de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento

Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação	Forma de Atenuação para as Cotas Seniores
(1) <i>Default</i> do devedor	Desempenho histórico de inadimplência e provisões para falta de pagamento.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(2) Diluição	Redução não-caixa do saldo de valor de um recebível.	Não	N.A.*
(3) Custos de manutenção da carteira	Custos previstos que serão incorridos durante o período de amortização.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(4) Fungibilidade	Os recebimentos poderiam ser fungíveis aos de outros recebíveis/empréstimos do originador.	Sim	O risco de fungibilidade é limitado, pois o Paraná Banco precisa transferir os recursos pertencentes ao Paraná Banco FIDC II no prazo máximo de um dia útil após a conciliação dos recebimentos. Para cobrir este risco de fungibilidade entre os recursos do Paraná Banco e do Fundo, a estrutura conta com uma conta reserva, que será instituída no momento inicial da

			transação, e será igual a R\$ 1 milhão.
(5) Aspectos relacionados a administração	O originador dos direitos creditórios poderia ser o administrador da carteira de ativos.	Não	N.A.
*N.A. – Não se aplica.			

Os itens abaixo se referem às respectivas seções contidas na tabela.

Risco de Default do Devedor (Cliente)

Normalmente, o histórico de inadimplência e o comportamento de baixas são os melhores indicadores da qualidade de crédito da carteira. A maioria das instituições financeiras e dos bancos brasileiros mantém empréstimos ou recebíveis inadimplentes por prazos muito maiores do que entidades similares em países de mercados não emergentes, antes de baixá-los. Isso pode ser considerado positivo, uma vez que as contas são trabalhadas até que sejam exauridas todas as oportunidades de recebimento. Entretanto, se as políticas de baixa são discricionárias e estão sujeitas à manipulação, torna-se difícil determinar o valor dos empréstimos vencidos. Por esse motivo, os critérios para empréstimos pessoais garantidos concentram-se na análise das inadimplências em estado adiantado, como indicadores da qualidade de crédito.

Risco de Diluição

A expressão diluição é usada de modo geral para se referir a qualquer redução não-caixa no valor de um recebível, que não seja decorrente da inadimplência ou baixa. Devoluções de produtos, descontos em dinheiro, dotações para publicidade, descontos por quantidade, programas de fidelidade e disputas de preço constituem exemplos de diluição. Além disso, a diluição engloba itens que talvez não sejam considerados como um ajuste no curso normal dos negócios, mas que, mesmo assim, constituem uma possibilidade de compensação futura. Para continuar competitivas, as empresas devem conceder créditos diluentes. O nível de diluição é determinado por fatores, tais como a prática do setor e a complexidade do produto. No caso do Paraná Banco FIDC II, o risco de diluição não constitui uma preocupação, em função da natureza de seus ativos.

Custos de Manutenção da Carteira

Em uma operação típica com empréstimo pessoal garantido, é necessário que se crie uma reserva para cobrir juros e custos, tais como os de serviço e fiduciários, que serão incorridos durante o prazo de amortização. Pelo fato de os empréstimos pessoais serem ativos que rendem juros, a Standard & Poor's deverá se sentir confortável com o nível de rendimento do *spread* observado entre ativos subjacentes e as cotas seniores.

Fungibilidade

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis do Paraná Banco. Nesse caso, o risco de fungibilidade é limitado, pois o Paraná Banco precisa transferir os recursos pertencentes ao Paraná Banco FIDC II no prazo máximo de um dia útil após a conciliação de seus recebimentos. Adicionalmente, será instituída, no momento inicial da transação, uma conta reserva com montante igual a R\$ 1 milhão para atenuar esse risco.

Aspectos Relacionados à Administração

No caso do Paraná Banco FIDC II, o principal administrador não será o originador, mas uma entidade independente, a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que tem um bom histórico no mercado brasileiro.

Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes

Análise de Sensibilidade

Com relação às operações estruturadas, a Standard & Poor's realiza, durante o período de duração da transação, uma análise profunda do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating 'brAAf', submetemos os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando-se como caso base o nível de inadimplência máximo do *pool* selecionado e estabelecendo-o como um *proxy* de inadimplência de crédito. Após analisar o comportamento do *pool* selecionado, o nível de inadimplência máximo foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, essa porcentagem foi então submetida a outros testes de estresse, utilizando-se variáveis diferentes, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

Severidade da Perda

Uma vez que a informação do *pool* selecionado foi analisada, o *proxy* de severidade estabelecido para as perdas de crédito foi o das informações de inadimplemento superiores a 180 dias. Esse índice foi então testado, aplicando-se o fator de perda de crédito para refletir o cenário do rating 'brAAf'. Consequentemente, o fluxo de caixa resultante foi também testado, utilizando-se um índice de severidade de perda de crédito igual a 25%, de acordo com diversos cenários. Abaixo listamos dois dos principais cenários:

	Cenário 1	Cenário 2
Perdas de crédito	16%	16%
Período das perdas de crédito	Mês 1 até 15; 100%	Mês 1 até 24; 100%
Rentabilidade das cotas seniores	110% do DI	110% do DI

Inadimplência

O pior cenário de inadimplência histórica foi assumido depois de analisados os *pools* estático e dinâmico do originador dos ativos subjacentes. O histórico de recebimentos do *pool* estático foi também analisado, o que possibilitou a avaliação do efeito real da inadimplência como um *proxy* para as perdas de crédito no *pool* selecionado.

Pré-pagamento

A taxa de pré-pagamento assumida foi próxima de 0 (zero), de acordo com o comportamento presente nas informações históricas e as características do mecanismo de recebimento. Como as parcelas de pagamento dos empréstimos são diretamente deduzidas da folha de pagamento dos servidores, há muito pouco incentivo para o pré-pagamento nessa forma de financiamento.

Reforço da Qualidade de Crédito

Para cobrir os riscos relacionados às carteiras de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento, relativos especificamente ao ambiente de fundos de investimentos em direitos creditórios no Brasil, deverá ser estruturado um reforço da qualidade de crédito para o FIDC no nível da categoria de rating 'brAAf'. O reforço de crédito permitirá o suporte de crédito das cotas seniores do FIDC e será realizado na forma de subordinação estrutural mínima de 22% e de *spread* excedente, inicialmente de 3,9% a.a.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em

reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Eventos de Avaliação do Paraná Banco FIDC II

Quaisquer uma das situações abaixo será considerada um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Rebaixamento da classificação de risco atribuída inicialmente pela agência de classificação de risco;
- A inobservância de seus deveres e obrigações por parte do Administrador e/ou do Custodiante e/ou Cedente e/ou Agente de Cobrança do Fundo;
- O aumento da taxa DI de mais de 130% em um dia útil;
- Não constituição das reservas de pagamento e/ou de liquidez;
- Modificação do controle do Paraná Banco;
- Caso quaisquer um dos seguintes gatilhos de desempenho sejam acionados:
 - o Se a relação entre direitos creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no período de apuração e que estejam inadimplentes há mais de 30 (trinta) dias corridos, e o total de direitos creditórios cedidos ao Fundo, com vencimento no respectivo período de apuração, for igual ou superior a 18% em um determinado período de apuração, ou se a média móvel de três meses for igual ou maior que 15%;
 - o Se a relação entre direitos creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no período de apuração e que estejam inadimplentes há mais de 90 (noventa) dias corridos, e o total de direitos creditórios cedidos ao Fundo, com vencimento no respectivo período de apuração, for igual ou superior a 8% em um determinado período de apuração, ou se a média móvel de três meses for igual ou maior que 6%;
 - o Se a relação entre direitos creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no período de apuração e que estejam inadimplentes há mais de 180 (cento e oitenta) dias corridos, e o total de direitos creditórios cedidos ao Fundo, com vencimento no respectivo período de apuração, for igual ou superior a 5% em um determinado período de apuração, ou se a média móvel de três meses for igual ou maior que 4%.

Eventos de Liquidação do Paraná Banco FIDC II

No caso de ocorrência de quaisquer uma das situações abaixo, será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo: (1) a informar os cotistas; (2) a interromper a compra de direitos creditórios; (3) a iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo e (4) a convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- Desenquadramento do nível de subordinação por 5 (cinco) dias úteis consecutivos;
- Impossibilidade de aquisição de direitos creditórios que se ajustem aos critérios de elegibilidade;
- Pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial,

regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Cobrança; e/ou (c) à Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;

- Não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas no Regulamento;
- Deliberação de um Evento de Avaliação que constitua um Evento de Liquidação Antecipada.

Visão Geral do Paraná Banco

O Paraná Banco (ratings 'B/Estável/B' em moeda local e em moeda estrangeira; ratings na escala nacional Brasil 'brBBB-/Estável/-') é uma instituição de pequeno porte, de nicho, com um volume de ativos que somava US\$ 375 milhões em junho de 2006 – equivalente a menos de 1% dos ativos bancários totais do País. O nicho de mercado do banco é a modalidade de empréstimos com desconto em folha de pagamento, que responde por quase 98% de suas operações de crédito, principalmente aqueles concedidos a servidores públicos. O banco é parte relevante de um grande grupo empresarial (J. Malucelli), o qual atua em diferentes setores e se concentra na Região Sul do Brasil. Não atribuímos ratings a nenhuma empresa do Grupo J. Malucelli, e os ratings do banco não incorporam um potencial suporte por parte de seus acionistas.

O banco enfrenta as pressões competitivas advindas tanto dos novos entrantes no segmento de empréstimo consignado, visto como muito atraente por grandes *players*, quanto dos bancos já bem posicionados nesse mercado. Apesar disso, o Paraná Banco deverá continuar se beneficiando de seu histórico positivo em seu nicho e da potencial expansão desse segmento no mercado, registrando margens ainda satisfatórias no curto prazo. Entretanto, a rentabilidade tende a declinar no futuro, uma vez que outros *players* lutam por participação de mercado e, portanto, haverá mais pressões sobre as margens. Apesar de ter conseguido crescer sua carteira de crédito na ordem de 27% no primeiro semestre de 2006 (ajustando-se o saldo dos empréstimos cedidos no período), o Paraná Banco ainda enfrenta o desafio de aumentar o volume de suas operações (considerando-se seu porte pequeno), e de encontrar alternativas para compensar o esperado declínio gradual nos *spreads* bancários a médio e longo prazo. O ritmo de expansão do Paraná Banco será, no entanto, determinado principalmente por sua capacidade de distribuição e de *funding*.

Um dos principais desafios para o banco no médio prazo é diversificar mais sua base de *funding* e tornar-se menos dependente dos recursos do grupo – os depósitos advindos das empresas do grupo representavam aproximadamente um terço dos depósitos totais em junho de 2006. Um outro desafio do Paraná Banco é manter níveis adequados de liquidez à medida que sua carteira de crédito cresce. O índice de ativos líquidos sobre a base de depósitos deve girar em torno de 20% a 30% (foi de 29% em junho de 2006). A liquidez é reforçada pela capacidade do banco de gerar carteiras de empréstimos atraentes podendo ser vendidas a outros bancos para gerar mais caixa. No primeiro semestre de 2006, o banco gerou e cedeu R\$ 145 milhões de sua carteira de empréstimos. Para amparar seu crescimento, o Paraná Banco vem expandindo suas fontes de *funding* utilizando-se de fundos de recebíveis (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC), e de pequenas emissões no mercado internacional.

O Paraná Banco tem apresentado bons indicadores de rentabilidade, amparados por sua capacidade de gerar empréstimos consignados que são

de baixo risco e que ainda geram margens elevadas. Seu índice de retorno sobre ativos (ROA) ficou no bom patamar de 3,0% em 2005 e de 5% sob bases anualizadas em junho de 2006 – ajustado para refletir os resultados pró-rata provenientes dos empréstimos cedidos e dos resultados não recorrentes. Espera-se que esse índice de retorno seja mantido no curto prazo e reduza-se no futuro considerando-se a competição mais acirrada. O banco também se beneficia de uma estrutura eficiente e enxuta pela qual divide certos custos no nível da *holding* do grupo.

O índice de qualidade dos ativos do Paraná Banco é adequado e vem apresentando melhoras. Seu índice de empréstimos problemáticos (créditos classificados entre as categorias 'E' e 'H' de acordo com a regulamentação local) sobre empréstimos totais foi de 3% tanto em 2005 quanto no primeiro semestre de 2006. Esses indicadores adequados de qualidade dos ativos refletem a natureza dos empréstimos com descontos em folha para aposentados e pensionistas e pelo controle apropriado no atraso no pagamento dos salários dos funcionários pelos empregadores, o que em nossa opinião será mantido futuramente. Além disso, o banco se beneficia de um baixo risco de concentração por parte do tomador final considerando-se que suas operações de crédito têm como alvo pessoas físicas. No entanto, há certo risco de concentração referente aos empregadores e potencial atraso por parte deles no pagamento de salário dos funcionários.

Para obter mais informações sobre o Paraná Banco por favor contate Beatriz Degani em São Paulo, (55) 11-5501-8933 ou via e-mail, beatriz_degani@standardandpoors.com ou visite nosso site global www.standardandpoors.com ou nosso site regional www.standardandpoors.com.br.

Anexo – Características dos Empréstimos a Servidores Públicos Concedidos pelo Paraná Banco

Este anexo analisa os empréstimos com consignação em folha de pagamento concedidos a servidores públicos originados pelo Paraná Banco entre julho de 2003 e setembro de 2006. Nesse período, o volume de empréstimos, mensurado pelo somatório dos valores das parcelas de cada contrato originado, aumentou significativamente, passando de uma média mensal de R\$ 25,2 milhões entre julho de 2003 e junho de 2004 para R\$ 59,4 milhões entre outubro de 2005 e setembro de 2006. Os gráficos e tabelas abaixo demonstram algumas das características dos empréstimos concedidos pelo Paraná Banco, tais como: Valor Médio, Taxa de Juros, Quantidade de Parcelas, Distribuição Geográfica, Distribuição por Ente Consignante e a performance dos recebíveis por safra e por fluxo de vencimentos.

2003 e setembro de 2006, quando ainda não era possível calcular os índices para esses meses.

Mês	Fluxo Mensal de Vencimentos	Pagamentos Pontuais	Atraso entre 6 e 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso Acima de 180 dias (a)	Parcelas Não Liquidadas até Setembro de 2006 (b)	(a) + (b)
jul/03	10.470,39	86,28%	13,72%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ago/03	149.520,10	75,86%	18,23%	4,94%	0,65%	0,16%	0,15%	0,32%
set/03	1.011.630,96	59,58%	32,17%	7,28%	0,45%	0,34%	0,18%	0,52%
out/03	1.959.086,64	43,81%	45,93%	9,06%	0,58%	0,44%	0,18%	0,62%
nov/03	2.856.145,55	44,79%	46,65%	6,98%	0,71%	0,56%	0,31%	0,87%
dez/03	4.030.726,91	46,64%	42,27%	9,22%	0,83%	0,59%	0,44%	1,03%
jan/04	5.031.994,05	29,03%	56,27%	12,39%	1,13%	0,73%	0,46%	1,18%
fev/04	5.683.728,75	36,04%	49,19%	12,05%	1,50%	0,66%	0,56%	1,22%
mar/04	6.473.601,31	18,74%	64,45%	13,70%	1,62%	0,90%	0,69%	1,49%
abr/04	7.527.917,81	17,21%	63,41%	15,92%	1,63%	1,01%	0,83%	1,84%
mai/04	8.515.130,65	32,46%	48,60%	15,27%	1,74%	0,99%	0,95%	1,94%
jun/04	9.576.662,42	27,84%	56,42%	11,73%	1,83%	1,19%	0,99%	2,19%
jul/04	10.782.970,72	38,80%	42,03%	15,13%	1,78%	1,14%	1,13%	2,27%
ago/04	11.932.096,59	44,03%	36,64%	14,91%	1,68%	1,30%	1,24%	2,54%
set/04	13.080.276,42	42,42%	42,16%	10,77%	2,07%	1,23%	1,36%	2,59%
out/04	14.310.260,20	49,42%	32,87%	12,84%	2,12%	1,33%	1,42%	2,75%
nov/04	15.456.110,64	48,71%	34,31%	10,82%	3,26%	1,37%	1,53%	2,90%
dez/04	16.424.383,66	34,09%	50,54%	10,64%	1,76%	1,36%	1,61%	2,97%
jan/05	17.408.951,38	73,36%	9,62%	11,92%	2,05%	1,30%	1,75%	3,05%
fev/05	17.768.699,25	47,05%	37,04%	10,68%	1,99%	1,32%	1,93%	3,26%
mar/05	18.359.751,74	36,16%	46,33%	11,97%	2,17%	1,27%	2,10%	3,38%
abr/05	18.930.181,01	47,19%	36,53%	10,90%	1,79%	1,25%	2,28%	3,54%
mai/05	19.722.432,84	44,64%	41,96%	8,09%	1,71%	1,25%	2,35%	3,60%
jun/05	20.651.436,86	44,63%	40,05%	10,11%	1,69%	1,18%	2,44%	3,62%
jul/05	21.646.537,09	66,51%	16,59%	9,61%	1,66%	1,10%	2,54%	3,64%
ago/05	22.611.949,64	72,10%	16,02%	6,77%	1,38%	1,06%	2,68%	3,73%
set/05	23.654.397,69	64,02%	22,62%	8,36%	1,11%	0,99%	2,70%	3,69%
out/05	24.760.606,70	45,04%	41,35%	8,65%	1,26%	0,87%	2,83%	3,70%
nov/05	25.700.686,55	36,30%	51,70%	6,92%	1,37%	0,80%	2,92%	3,72%
dez/05	26.304.900,11	64,13%	23,34%	7,47%	1,41%	0,62%	3,02%	3,64%
jan/06	27.612.571,89	75,17%	11,01%	8,25%	1,36%	0,48%	3,14%	3,62%
fev/06	28.148.996,08	53,00%	34,42%	7,67%	1,15%	0,35%	3,41%	3,76%
mar/06	29.030.596,50	44,78%	40,94%	9,03%	1,31%	0,23%	3,70%	3,94%
abr/06	30.158.392,26	67,64%	19,05%	8,01%	1,29%	N.D.	4,01%	4,01%
mai/06	31.326.254,80	49,35%	36,74%	6,46%	1,02%	N.D.	4,43%	4,43%
jun/06	32.788.807,52	56,17%	30,85%	7,13%	0,93%	N.D.	4,92%	4,92%
jul/06	33.883.582,30	64,26%	22,50%	7,24%	N.D.	N.D.	6,00%	6,00%
ago/06	35.275.971,18	55,61%	30,53%	5,93%	N.D.	N.D.	7,94%	7,94%
set/06	36.619.304,78	39,00%	46,13%	N.D.	N.D.	N.D.	14,88%	14,88%
Total	677.683.964,00	51,39%	34,27%	8,64%	1,29%	0,67%	3,75%	4,42%

	até Setembro de 2006	Pontuais*	e 30 dias	e 90 dias	e 180 dias	de 180 dias (a)	(b)	dias	dias	dias (c)	(b)	(c)
ju/03	22,13	47,27%	35,99%	10,92%	1,81%	1,36%	2,64%	2,63%	2,52%	2,34%	4,00%	3,69%
ago/03	17,93	46,29%	37,88%	10,37%	1,94%	1,07%	2,43%	2,35%	2,26%	2,13%	3,51%	3,20%
set/03	17,48	49,34%	35,95%	8,94%	1,93%	1,28%	2,56%	2,51%	2,42%	2,29%	3,84%	3,57%
out/03	27,44	49,84%	35,92%	8,69%	1,91%	1,27%	2,37%	2,28%	2,15%	1,99%	3,65%	3,26%
nov/03	21,71	49,00%	34,38%	10,51%	1,94%	1,21%	2,95%	2,78%	2,50%	2,18%	4,16%	3,39%
dez/03	14,13	47,72%	32,28%	12,89%	2,49%	1,28%	3,34%	3,10%	2,79%	2,47%	4,62%	3,74%
jan/04	19,48	43,37%	34,66%	14,10%	2,40%	1,37%	3,89%	3,65%	3,34%	2,95%	5,26%	4,32%
fev/04	20,29	43,52%	32,13%	17,44%	2,19%	1,33%	3,39%	3,14%	2,87%	2,50%	4,72%	3,82%
mar/04	30,03	54,48%	28,45%	9,61%	1,73%	1,35%	4,39%	4,15%	3,82%	3,20%	5,74%	4,55%
abr/04	25,02	51,98%	32,30%	8,91%	1,91%	1,15%	3,78%	3,44%	3,02%	2,30%	4,90%	3,45%
mai/04	30,03	55,54%	26,93%	10,08%	2,27%	0,97%	4,21%	3,85%	3,31%	2,53%	5,18%	3,50%
jun/04	30,09	55,76%	30,66%	7,79%	1,59%	0,79%	3,44%	3,10%	2,55%	1,93%	4,23%	2,72%
jul/04	27,90	55,54%	30,35%	8,79%	1,27%	0,67%	3,39%	2,95%	2,35%	1,70%	4,05%	2,38%
ago/04	25,48	58,15%	28,20%	7,71%	1,13%	0,66%	4,09%	3,57%	2,94%	2,22%	4,75%	2,89%
set/04	29,68	57,84%	26,68%	7,36%	1,11%	0,74%	4,25%	3,67%	2,94%	2,67%	5,00%	2,81%
out/04	24,43	54,70%	30,75%	9,29%	1,14%	0,57%	3,55%	2,95%	2,33%	1,61%	4,12%	2,19%
nov/04	24,17	54,59%	30,32%	9,20%	1,13%	0,51%	4,17%	3,50%	2,79%	1,97%	4,66%	2,49%
dez/04	9,42	48,09%	40,01%	7,44%	1,10%	0,32%	3,05%	2,56%	1,97%	1,35%	3,37%	1,66%
jan/05	14,62	51,30%	38,07%	6,47%	0,76%	0,38%	3,02%	2,44%	1,79%	1,11%	3,40%	1,53%
fev/05	18,15	55,23%	34,51%	6,10%	0,64%	0,31%	3,13%	2,48%	1,80%	1,14%	3,44%	1,45%
mar/05	22,50	54,29%	36,16%	5,53%	0,63%	0,20%	3,20%	2,53%	1,80%	1,06%	3,40%	1,25%
abr/05	21,17	54,53%	35,11%	5,78%	0,85%	0,28%	3,45%	2,61%	1,74%	0,88%	3,73%	1,25%
mai/05	21,03	52,22%	35,02%	7,57%	0,70%	0,24%	4,16%	3,05%	2,03%	1,10%	4,40%	1,33%
jun/05	21,47	51,84%	37,00%	6,59%	0,81%	0,18%	3,79%	2,68%	1,70%	0,81%	3,97%	1,09%
jul/05	17,15	50,39%	38,51%	6,30%	0,54%	0,14%	3,52%	2,45%	1,42%	0,61%	3,66%	0,75%
ago/05	18,51	44,27%	39,20%	11,78%	0,56%	0,07%	4,11%	2,62%	1,17%	0,47%	4,18%	0,54%
set/05	16,43	47,96%	39,49%	7,74%	1,22%	0,06%	3,53%	2,02%	0,84%	0,26%	3,59%	0,32%
out/05	16,25	49,70%	37,29%	8,93%	0,80%	0,04%	3,53%	1,82%	0,75%	0,20%	3,58%	0,25%
nov/05	13,12	47,34%	39,17%	8,17%	0,82%	0,08%	4,03%	2,73%	1,31%	0,34%	4,71%	0,42%
dez/05	11,01	50,82%	34,67%	7,57%	0,75%	0,15%	6,03%	3,76%	1,84%	0,34%	6,19%	0,49%
jan/06	10,51	50,80%	38,53%	5,38%	0,61%	0,00%	4,68%	2,86%	1,01%	0,13%	4,68%	0,13%
fev/06	9,93	50,50%	38,80%	5,39%	0,31%	0,02%	4,99%	2,86%	1,01%	0,01%	5,00%	0,03%
mar/06	9,69	49,25%	41,10%	4,00%	0,27%	N.D.	5,37%	2,84%	0,67%	N.D.	5,37%	0,00%
abr/06	6,86	49,39%	41,49%	4,10%	0,11%	N.D.	4,92%	2,10%	0,29%	N.D.	4,92%	0,00%
mai/06	5,89	49,67%	48,76%	4,57%	0,03%	N.D.	5,96%	2,11%	0,02%	N.D.	5,96%	0,00%
jun/06	4,03	31,73%	56,96%	3,17%	N.D.	N.D.	6,13%	2,11%	N.D.	N.D.	6,13%	0,00%
jul/06	1,83	28,22%	58,74%	1,02%	N.D.	N.D.	12,01%	0,47%	N.D.	N.D.	12,01%	0,00%
ago/06	0,24	30,30%	48,27%	0,04%	N.D.	N.D.	21,40%	1,27%	N.D.	N.D.	21,40%	0,00%
Total	677,98	51,39%	34,27%	8,54%	1,29%	0,67%	3,75%	2,94%	2,23%	1,61%	4,42%	2,29%
Média		49,06%	36,92%	7,80%	1,08%	0,53%	4,62%	2,73%	1,85%	1,27%	5,15%	1,89%
Desvio Padrão		6,94%	6,97%	3,34%	0,74%	0,51%	3,28%	0,72%	1,03%	1,00%	3,12%	1,49%
Mínimo		28,22%	26,93%	0,04%	0,00%	0,00%	2,37%	0,47%	0,00%	0,00%	3,37%	0,00%
Máximo		58,15%	58,74%	17,44%	2,49%	1,37%	21,40%	4,15%	3,82%	3,20%	21,40%	4,55%

*Pagamentos Pontuais: Efetuados com até cinco dias de atraso; N.D.: Não Disponível, uma vez que foi analisado o período entre julho de

Gráfico 1
Produção Mensal

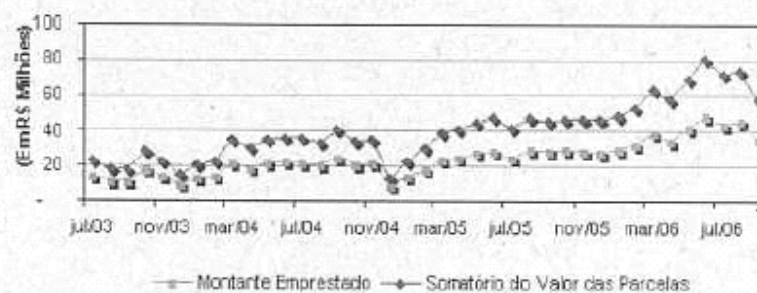


Gráfico 2
Produção por Período de 12 Meses

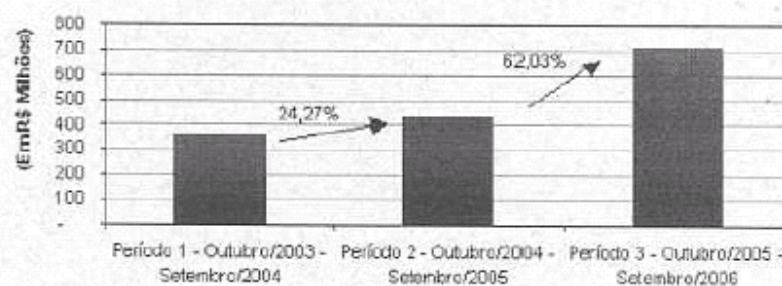
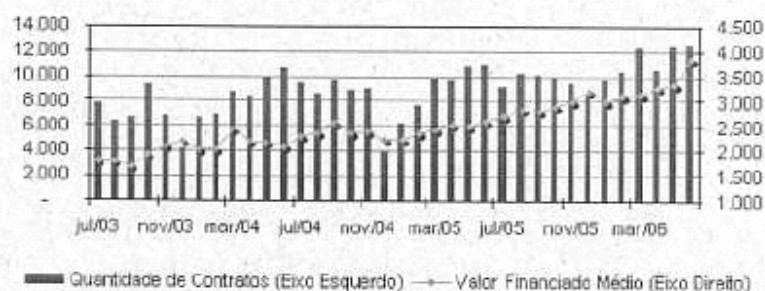


Gráfico 3
Quantidade de Contratos e Valor Médio Financiado



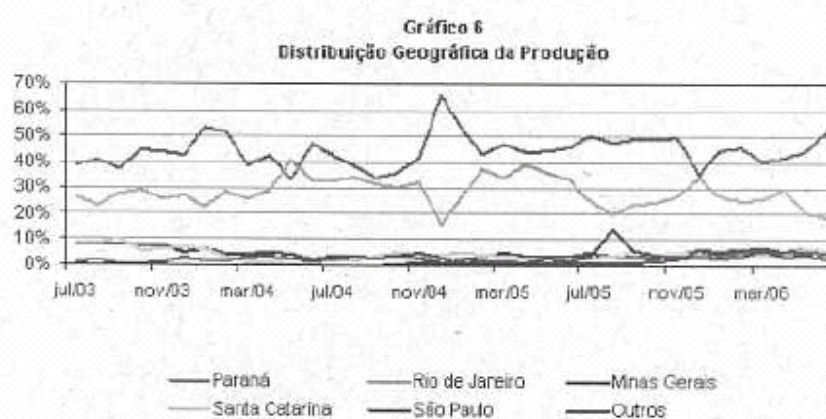
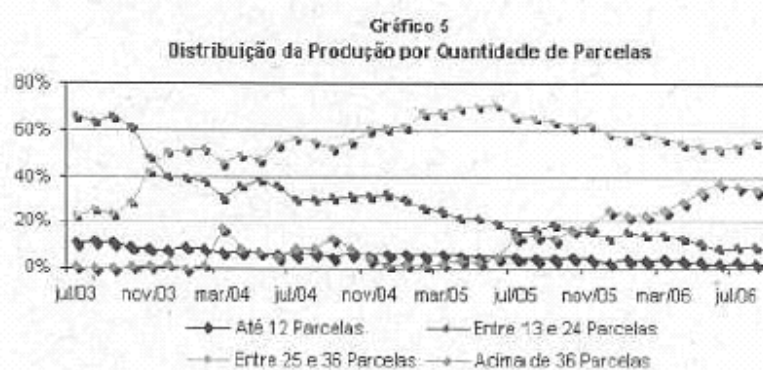
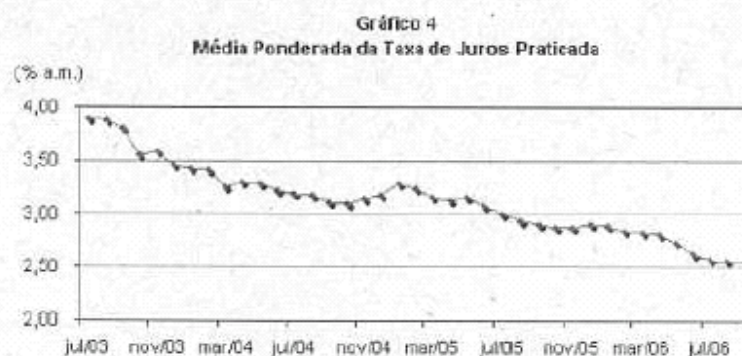


Gráfico 7
Quantidade de Entes Consignantes Ativos por Safra

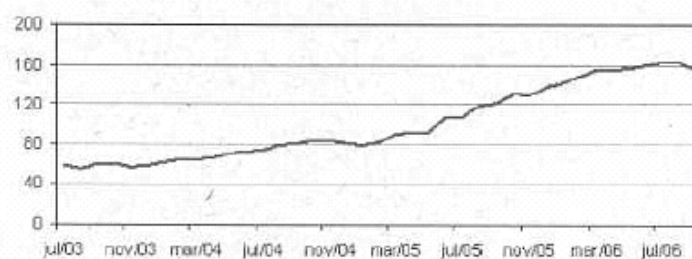


Gráfico 8
Distribuição da Produção por Agente Pagador

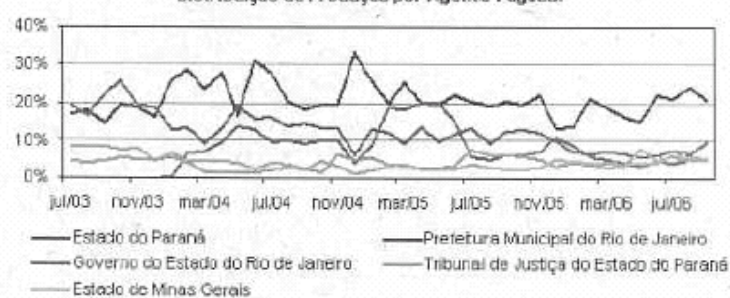


Gráfico 9
Frequência Acumulada: Concentração por Ente Consignante

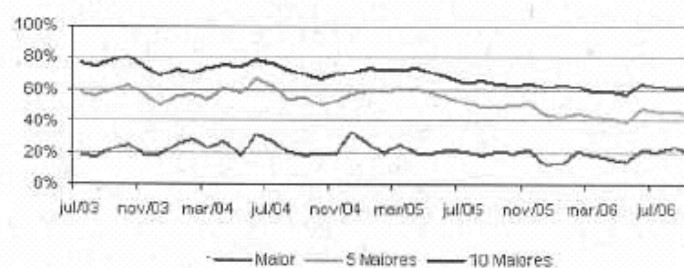


Tabela 1 - Performance por Safra

Mês	Safra com Vencimento	Parcelas Liquidadas				Parcelas Não Liquidadas até Setembro de 2005 (b)					(a) +	(a) +
		Pagamentos	Atraso entre 6	Atraso entre 31	Atraso entre 91	Atraso Acima	Total	Acima de 20	Acima de 90	Acima de 180		

Média		49,28%	36,82%	9,35%	1,34%	0,75%	2,46%	3,21%
Desvio Padrão		15,93%	14,03%	3,55%	0,69%	0,45%	2,66%	2,48%
Mínimo		17,21%	9,62%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Máximo		66,28%	64,45%	15,92%	3,28%	1,37%	14,88%	14,88%

*Pagamentos Pontuais: Efetuados com até cinco dias de atraso. N.D.: Não Disponível, uma vez que foi analisado o período entre julho de 2003 e setembro de 2006, quando ainda não era possível calcular os índices para esses meses

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritório Executivo: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outras, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") regulam as atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabelece políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participem da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, este não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

**Anexo C - Relatório da Deloitte relativo à Carteira de Direitos Creditórios
do Paraná Banco**

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Pasteur, 403
5º andar – Batel
80230-080 - Curitiba - PR
Brasil

Tel: + 55 (41) 3312-1400
Fax: + 55 (41) 3312-1470
www.deloitte.com.br

Ao
Paraná Banco S.A.
Curitiba - PR

Atenção do Sr. Cristiano Malucelli

Prezado Senhor,

Em atendimento à solicitação de V.Sas. e em conformidade com nossa carta-proposta de 24 de outubro de 2006, executamos os procedimentos previamente preestabelecidos e acordados com V.Sas., constantes daquela carta-proposta e descritos no Anexo deste relatório, sobre as operações envolvendo a cessão de crédito de titularidade do Paraná Banco S.A. (Paraná Banco).

A execução desses procedimentos não pode ser tomada como garantia da inexistência de erros (incorrções não intencionais) ou irregularidades ou fraudes (incorrções intencionais).

Pelo fato de os procedimentos acordados não se constituírem em um exame efetuado de acordo com as normas brasileiras de auditoria, não expressamos opinião de auditoria sobre os dados financeiros ou outras informações contidas neste relatório.

Se tivéssemos efetuado procedimentos adicionais, outros fatos poderiam ter chegado à nossa atenção, os quais seriam reportados a V.Sas.

Nossos procedimentos foram executados com o propósito de auxiliar V.Sas. na avaliação dos procedimentos operacionais adotados pelo Paraná Banco S.A. na concessão de empréstimos aos seus clientes, da modalidade Crédito Pessoal com Consignação em Folha de Pagamento (Crédito Consignado), relativos aos órgãos públicos conveniados que poderão ter suas operações cedidas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), os quais foram definidos pela Administração do Paraná Banco.




A seguir estão detalhadas as observações resultantes da aplicação dos procedimentos previamente acordados relativos à operação envolvendo a cessão de crédito de titularidade do Paraná Banco S.A. Teremos satisfação de discutir com V.Sas. o resultado da aplicação dos procedimentos constantes deste relatório.

Nosso relatório não deverá ser utilizado para nenhuma outra finalidade ou distribuído para terceiros que não figurem como parte da transação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2006


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR


Cosme dos Santos
Sócio
CRC 1 RJ-078.160/O-8 T-PR



PARANÁ BANCO S.A.
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
RESULTADO DO ESCOPO INICIAL
ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
2. OBJETIVO DO TRABALHO.....	4
3. ESCOPO DOS NOSSOS TRABALHOS.....	4
4. BREVE HISTÓRICO DO PARANÁ BANCO.....	5
5. PERFIL DA CARTEIRA DE RECEBÍVEIS.....	6
5.1 Saldo devedor (valor presente) e número de contratos ativos por órgão público conveniado em 30 de setembro de 2006 – em R\$.....	6
5.2 Evolução de contratos e montantes liberados – de outubro/2003 a setembro/2006 – em R\$	13
5.3 Valores brutos liberados por órgão público conveniado entre outubro/2003 e setembro/2006 – em R\$.....	14
5.4 Valor de recebíveis gerados por período – outubro/2003 a setembro/2006 – em R\$...	19
6. INDICADORES DE DESEMPENHO.....	20
6.1 Desempenho dos recebíveis em R\$ - outubro/2003 a setembro/2006 – em R\$.....	21
6.2 Recebimentos de cliente por faixa de vencimento	22
7. DESCRITIVOS DO FLUXO OPERACIONAL DO PARANÁ BANCO.....	25
7.1 Credenciamento e cadastramento de convênios.....	25
7.2 Análise e concessão de crédito, aprovação e atribuição de limites de operação.....	27
7.3. Recebimento e cobrança.....	34
7.3.1. Acompanhamento dos recebimentos e conciliação com os bancos responsáveis pela cobrança.....	34
7.3.2. Processo existente para a cobrança e renegociação de crédito (administrativo e judicial).....	35
7.3.3. Assessoria de cobrança terceirizada	36
7.4. Reconciliação dos saldos contábeis da carteira de crédito com as bases operacionais.	37
7.5. Revisão do ambiente de tecnologia da informação e sistemas aplicativos	39
ANEXO I - FLUXOGRAMAS DAS ÁREAS	42
ANEXO II – CONVÊNIOS PARTICIPANTES DO FIDC.....	43
ANEXO III – CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE CONTRATOS.....	47



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Paraná Banco S.A. ("Paraná Banco") e seu parceiro estratégico, ABN AMRO Real S.A. ("ABN AMRO") estão desenvolvendo um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, através da cessão de direitos creditórios, gerados pelo Paraná Banco. Essa carteira de recebíveis será composta essencialmente por operações de crédito consignado.

Nesse contexto, fomos contratados para assessorar o Paraná Banco e o ABN AMRO com o objetivo de obter um conhecimento mais aprofundado das características da carteira de recebíveis e do processo de concessão de crédito e cobrança do Paraná Banco.

As constatações relativas aos procedimentos previamente acordados anteriormente mencionados encontram-se apresentadas neste relatório.

2. OBJETIVO DO TRABALHO

Conforme nossa proposta de prestação de serviços, o objetivo dos nossos trabalhos foi o de fornecer-lhes um relatório com a descrição do fluxo operacional das contas a receber e a demonstração da evolução da carteira de recebíveis de créditos consignados do Paraná Banco S.A..

Dessa forma, direcionamos nossos procedimentos para a revisão e análise das informações disponibilizadas pelo Paraná Banco, executando certos procedimentos pré-acordados aprovados por V.Sas. para nos auxiliar em nossa análise.

Adicionalmente, a fim de atingir os objetivos propostos, procedemos ainda à análise e ao teste do processo de origem das operações e da aprovação de limites, bem como da efetiva liberação dos financiamentos em conformidade com a política de crédito do Paraná Banco.

Não revisamos todos os clientes que compõem a carteira de recebíveis do Paraná Banco. Nosso trabalho foi baseado em amostragens e procedimentos que foram discutidos previamente com os representantes do ABN AMRO e seus parceiros estratégicos nessa operação.

Nossos trabalhos foram executados no período entre 06 de novembro e 06 de dezembro de 2006 e tomaram por base as operações geradas no período de 1º de outubro de 2003 a 30 de setembro de 2006 (data-base dos trabalhos de avaliação). Não estendemos nosso trabalho após 07 de dezembro de 2006, inclusive, e a data de emissão de nosso relatório, nem temos a obrigação de atualizar este relatório por eventos subsequentes à sua emissão.

3. ESCOPO DOS NOSSOS TRABALHOS

O escopo do trabalho, definido de comum acordo entre o Paraná Banco e seus parceiros estratégicos e constante da nossa carta-proposta datada de 24 de outubro de 2006, consistiu na análise da base de dados que compõe a carteira de créditos originados pelo Paraná Banco para o período de 1º de outubro de 2003 a 30 de setembro de 2006 (data-base dos trabalhos de avaliação), como parte do processo desenvolvido por V.Sas. no tocante à:



- Descrição do fluxo operacional das operações de crédito consignado, oriundas de entidades do Setor Público, do Paraná Banco;
- Verificação, com base em testes, dos contratos e demais documentações relacionadas às operações selecionadas definida por V.Sas., dos seus aspectos formais (contratos assinados e registrados nos órgãos requeridos, se aplicável; formalização das garantias e seguros de crédito, se requerido; e registros dessas operações na contabilidade do Paraná Banco).
- Análise da carteira de recebíveis de créditos consignados (cobrança, recebimento, inadimplência, etc.), no período de 36 meses anteriores à data-base elegida por V.Sas., para a assunção dos créditos a serem cedidos pelo Paraná Banco, de todos os clientes com saldo devedor nessa data-base, que estejam vinculados aos órgãos conveniados que terão a carteira cedida ao FIDC.

Os nossos trabalhos não representam uma auditoria das demonstrações financeiras ou seus elementos e, portanto, não expressamos opinião de auditoria sobre estes. Embora nossos trabalhos tenham sido planejados para verificar as informações contidas neste relatório, identificando eventuais erros ou irregularidades, os referidos trabalhos não podem ser tomados como garantia da inexistência de tais erros ou irregularidades.

BREVE HISTÓRICO DO PARANÁ BANCO

O Paraná Banco, braço financeiro do Grupo J. Malucelli, foi fundado em 1979 como Paraná Financeira. Após 10 anos, obteve a aprovação do Banco Central do Brasil para atuar como banco múltiplo, nas carteiras de crédito, financiamento, investimento e carteira comercial. O objeto social do Paraná Banco é a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, crédito, financiamento e investimento) e a Administração de cartões de crédito nacional e internacional, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Pioneiro no Brasil na modalidade de crédito consignado em folha de pagamento, formalizado por meio de convênios firmados com a União, Estados, Municípios, Tribunais, empresas privadas e com o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, o Paraná Banco atua em todo território nacional, contando com uma rede de sete Regionais, situadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás e aproximadamente 530 Correspondentes Bancários. Atualmente, mantém aproximadamente 396.000 contratos ativos, distribuídos em aproximadamente 430 convênios, com um crescimento constante de aproximadamente 30% ao ano na carteira.

O Paraná Banco utiliza modernas ferramentas para compor o seu *funding*, além da tradicional captação de recursos via Certificados de Depósito Bancário – CDBs, tais como: emissão de *Notes* no mercado internacional; estruturação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios em operações coordenadas, estruturadas e custodiadas por parceiros de renome internacional.



5. PERFIL DA CARTEIRA DE RECEBÍVEIS

Com o objetivo de se dimensionar a capacidade de geração de recebíveis do Paraná Banco, compilamos as informações por órgão conveniado e por período, entre 1º de outubro de 2003 e 30 de setembro de 2006.

5.1 Saldo devedor (valor presente) e número de contratos ativos por órgão público conveniado em 30 de setembro de 2006 – em R\$

#	Órgão público conveniado (1)	Contratos ativos em setembro de 2006	Saldo em Setembro de 2006	Participação
01	ESTADO DO PARANÁ	21.140	40.140.745	14%
02	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO	21.078	29.394.312	10%
03	ESTADO DE MINAS GERAIS	7.901	19.804.174	7%
04	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	6.169	12.907.289	4%
05	MARINHA DO BRASIL	3.433	12.272.722	4%
06	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ	2.385	9.056.474	3%
07	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA - PR	819	7.991.804	3%
08	ESTADO DE GOIÁS	3.247	7.932.362	3%
09	ESTADO DE SANTA CATARINA	2.947	7.719.555	3%
10	TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO DE JANEIRO	693	6.657.155	2%
11	EXÉRCITO BRASILEIRO	671	5.652.851	2%
12	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO	404	5.312.428	2%
13	UEM - UNIVERSIDADE DE MARINGÁ	1.819	5.193.567	2%
14	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS	1.422	4.514.343	2%
15	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA	2.674	4.431.196	2%
16	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE - PB	1.958	4.387.550	1%
17	ASSUEL - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL LONDRINA	1.773	4.204.194	1%
18	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁGUÁ	2.591	4.097.153	1%
19	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	2.077	3.962.081	1%
20	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	2.883	3.885.609	1%
21	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE	1.421	3.788.421	1%
22	AERONÁUTICA - COMANDO AÉRO	873	3.729.769	1%
23	SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SANASA- CAMPINAS	512	3.425.945	1%
24	ASSOCIAÇÃO SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	323	3.044.349	1%
25	TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ	215	2.799.865	1%
26	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA	1.342	2.652.000	1%
27	ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	1.239	2.405.338	1%
28	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	443	2.325.624	1%
29	SINDICATO DOS SERVIDORES ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SANTOS - SINDEST	408	2.306.770	1%
30	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - UNIÃO	154	2.254.190	1%
31	PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA	881	2.176.142	1%
32	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA	941	1.976.138	1%
33	ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	553	1.956.166	1%
34	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	286	1.743.853	1%



#	Órgão público conveniado (1)	Contratos ativos em setembro de 2006	Saldo em Setembro de 2006	Participação
35	EMPRESA MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA	1.122	1.031.982	1%
36	ESTADO DO MARANHÃO	1.001	1.523.926	1%
37	SENADO FEDERAL	147	1.519.209	1%
38	PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU	830	1.482.236	1%
39	CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - INATIVOS	183	1.454.076	0%
40	ESTADO DA BAHIA	848	1.410.145	0%
41	ESTADO DO MATO GROSSO	319	1.401.840	0%
42	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS - PARAÍBA	840	1.388.873	0%
43	CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - ATIVO	99	1.388.633	0%
44	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA	202	1.125.388	0%
45	CONLURB - COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - RIO DE JANEIRO	671	1.120.952	0%
46	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 12ª REG. - SC	152	1.109.843	0%
47	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª PARAÍBA - ASTRA	280	1.039.878	0%
48	SINDICATO DOS SERVIDORES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE PONTA GROSSA - SINTESPO	260	961.409	0%
49	APPA - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS PARANAGUÁ E ANTONINA	155	942.648	0%
50	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	92	918.810	0%
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS	273	912.992	0%
52	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	55	902.473	0%
53	PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE - PARANÁ	210	850.105	0%
54	PREFEITURA MUNICIPAL DE URAÍ	338	825.460	0%
55	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA - PARAÍBA	139	799.164	0%
56	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ	532	754.799	0%
57	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO	327	691.486	0%
58	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA	224	665.204	0%
59	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP	146	612.497	0%
60	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEL- PARANÁ	206	612.060	0%
61	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA	170	609.126	0%
62	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS	251	604.284	0%
63	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁVA CAAPSM - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA	240	590.311	0%
64	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA - SÃO PAULO	254	587.066	0%
65	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES	164	579.675	0%
66	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO - PARANÁ	456	579.166	0%
67	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA - RIO GRANDE DO SUL	333	568.791	0%
68	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA - RIO GRANDE DO SUL	157	557.793	0%
69	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA	88	541.902	0%
70	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL	445	500.767	0%
71	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI	325	506.892	0%
72	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA	208	506.146	0%
73	UNIOESTE - UNIVERSIDADE DO OESTE (CASCAVEL)	151	503.080	0%
74	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO	276	494.975	0%



#	Órgão público conveniado (1)	Contratos ativos em setembro de 2006	Saldo em Setembro de 2006	Participação
75	CORPO DE BOMBEIROS DE MINAS GERAIS	111	494.031	0%
76	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA	234	460.248	0%
77	CAPSEMA - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARINGÁ	205	449.205	0%
78	PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA	210	442.031	0%
79	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL	230	418.099	0%
80	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJÓ	244	413.788	0%
81	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL	133	390.498	0%
82	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA	261	365.445	0%
83	PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA - SAÚDE	125	375.707	0%
84	PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA - PARANÁ	172	373.195	0%
85	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO	101	366.295	0%
86	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI	146	339.327	0%
87	PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI	132	334.051	0%
88	HSPM - HOSPITAL DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL	44	323.138	0%
89	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA	172	322.019	0%
90	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINILÃO - PARANÁ	114	307.354	0%
91	AUTARQUIA ESPECIAL LIMPEZA URBANA - ENLUR - PARAÍBA	156	304.740	0%
92	EMPRESA BRASIL CORREIOS E TELÉGRAFOS	133	291.416	0%
93	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON - ASSEMAR	211	281.157	0%
94	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - PARANÁ	125	286.495	0%
95	PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL - PARANÁ	59	261.915	0%
96	PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA - PARANÁ	125	261.424	0%
97	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY	137	278.940	0%
98	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA	300	277.003	0%
99	IPSEM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - PARAÍBA	123	273.732	0%
100	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PARANÁ	91	272.963	0%
101	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE	97	271.697	0%
102	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA - PARANÁ	110	270.896	0%
103	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO	174	270.637	0%
104	JUSTICA FEDERAL PARANÁ	25	268.856	0%
105	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANÓPOLIS - GOLÁS	143	265.012	0%
106	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA	192	262.881	0%
107	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS - MATO GROSSO DO SUL	123	253.149	0%
108	UNICENTRO - UNIVERSIDADE DO CENTRO - OESTE	67	237.986	0%
109	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA - MATO GROSSO DO SUL	158	237.647	0%
110	PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA	161	237.298	0%
111	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA	191	236.432	0%
112	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO - PARANÁ	136	234.375	0%
113	INSTITUTO PREVIDÊNCIA DE RIBEIRÃO PRETO	93	230.692	0%



#	Órgão público conveniado (1)	Contratos ativos em setembro de 2006	Saldo em Setembro de 2005	Participação
114	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA - PARANÁ	62	229.692	0%
115	ESTADO DE TOCANTINS - TOCANTINS	46	228.233	0%
116	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS	95	219.445	0%
117	PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITÚ	184	211.080	0%
118	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL	88	206.471	0%
119	PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA- PARANÁ	132	205.165	0%
120	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ	110	203.750	0%
121	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL	144	201.077	0%
122	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS - PARANÁ	61	199.236	0%
123	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO - PARANÁ	88	193.708	0%
124	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE ESTADO DE MINAS GERAIS	109	187.278	0%
125	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA	47	186.649	0%
126	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA - PARANÁ	78	186.088	0%
127	DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODOAGEM - PARAÍBA	76	184.904	0%
128	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA	87	184.872	0%
129	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	97	183.462	0%
130	PREV RIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO RIO DE JANEIRO	54	172.713	0%
131	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁVAI - PARANÁ	124	172.120	0%
132	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS	98	171.080	0%
133	PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE - PARANÁ	56	168.461	0%
134	TRIBUNAL REGIONAL TRABALHO-13ª PB	102	166.236	0%
135	IMPCG - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL	41	164.076	0%
136	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO-PARANÁ	63	163.868	0%
137	FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL - FAS	148	163.457	0%
138	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE OSASCO - SÃO PAULO	78	160.307	0%
139	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA	82	157.066	0%
140	PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE - PARANÁ	57	155.887	0%
141	PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA	97	152.648	0%
142	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA - PARANÁ	51	151.689	0%
143	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÁ - PARANÁ	89	150.727	0%
144	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANEJA	66	146.306	0%
145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO NORTE	78	145.432	0%
146	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE - PARANÁ	69	143.171	0%
147	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	17	140.157	0%
148	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-IPMC	82	139.453	0%
149	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ	29	136.753	0%
150	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO-GOÍÁS(SAÚDE)	65	131.074	0%

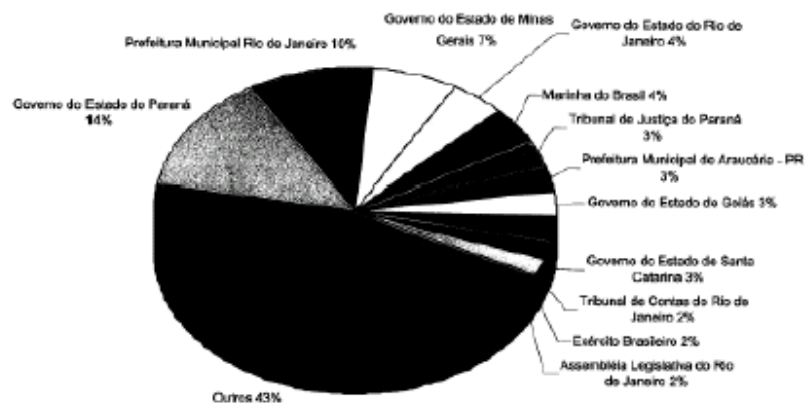


#	Órgão público conveniado (1)	Contratos ativos em setembro de 2006	Saldo em Setembro de 2006	Participação
151	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA	71	130.793	0%
152	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL - PARANÁ	72	128.255	0%
153	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO	66	123.579	0%
154	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SANTA CATARINA	91	122.765	0%
155	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	71	119.851	0%
156	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - PARANÁ	81	111.014	0%
157	CODEL - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE LONDRINA	38	110.808	0%
158	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO SANTANA - PARAÍBA	73	109.934	0%
159	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOAO - MATO GROSSO DO SUL	53	109.597	0%
160	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	86	94.556	0%
161	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE GOIÁS	32	90.853	0%
162	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI	87	83.698	0%
163	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS	63	46.902	0%
164	SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SANASA - CAMPINAS	3	1.374	0%
		120.625	291.974.976	100%

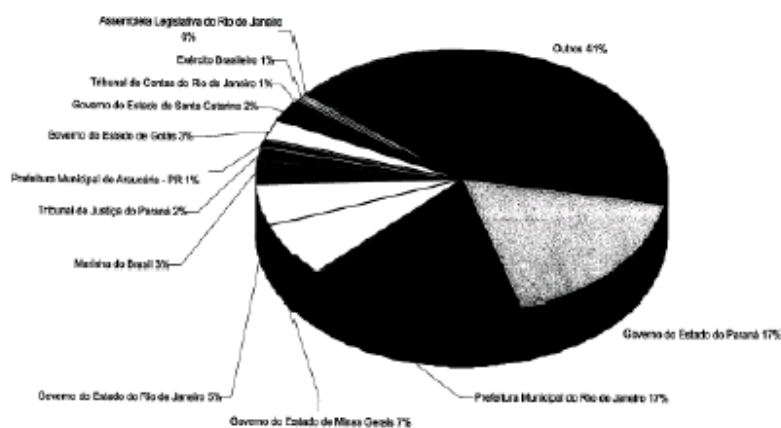
(1) Compilamos somente os órgãos públicos conveniados que fazem parte da proposta FIDC- Anexo II.



Saldo devedor por órgão público conveniado – valor presente em setembro/2006



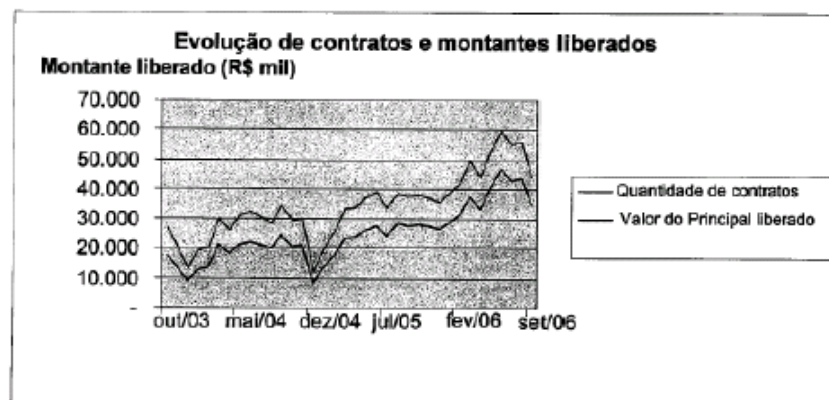
Número de contratos ativos por órgão público conveniado - 30/09/2006



5.2 Evolução de contratos e montantes liberados – de outubro/2003 a setembro/2006 – em R\$

Data base	Valores do Principal liberado	Quantidade de contratos
out/03	17.348.207	9.103
nov/03	13.581.621	6.529
dez/03	8.936.980	4.116
jan/04	12.616.211	6.320
fev/04	13.317.373	6.663
mar/04	20.797.816	8.575
abr/04	17.814.697	8.251
mai/04	21.027.377	9.772
jun/04	21.481.260	10.308
jul/04	20.895.654	9.159
ago/04	19.753.454	8.431
set/04	23.956.810	9.468
out/04	20.286.342	8.677
nov/04	20.817.345	8.769
dez/04	8.032.576	3.666
jan/05	13.131.529	5.995
fev/05	17.517.806	7.544
mar/05	23.124.121	9.678
abr/05	23.867.614	9.606
mai/05	26.073.500	10.640
jun/05	27.519.161	10.811
jul/05	23.980.746	9.127
ago/05	27.887.281	10.082
set/05	27.148.365	10.024
out/05	28.033.604	9.916
nov/05	27.309.850	9.345
dez/05	26.681.698	8.508
jan/06	28.173.225	9.650
fev/06	31.014.292	10.293
mar/06	37.274.773	12.156
abr/06	33.135.948	10.428
mai/06	39.837.085	12.215
jun/06	46.831.546	12.435
jul/06	42.441.548	12.036
ago/06	43.220.577	11.907
set/06	34.170.891	9.243
	889.039.083	329.436





O gráfico demonstra a evolução e crescimento do volume de negócios nos últimos 36 meses. O volume de crédito liberado nos 3 primeiros trimestres de 2006 (de janeiro a setembro) foi 59% maior do que os 3 primeiros trimestres de 2005 e 95% maior que os 3 primeiros trimestres de 2004.

5.3 Valores do principal liberados por órgão público conveniado entre outubro/2003 e setembro/2006 – em R\$

#	Órgão público conveniado	Contratos liberados	Valor Principal liberado	%
01	ESTADO DO PARANÁ	69.234	199.257.819	22,41%
02	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO	40.762	94.337.430	10,61%
03	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	30.859	68.495.043	7,70%
04	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	37.050	36.070.442	4,28%
05	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ	5.859	36.390.190	4,06%
06	ESTADO DE SANTA CATARINA	14.414	32.903.127	3,70%
07	ESTADO DE MINAS GERAIS	12.210	31.908.201	3,59%
08	MARINHA DO BRASIL	4.692	17.895.775	2,01%
09	ESTADO DE GOIÁS	5.858	16.240.606	1,83%
10	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL UNIÃO	1.038	15.255.805	1,72%
11	EXÉRCITO BRASILEIRO	3.093	15.025.485	1,69%
12	TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO DE JANEIRO	1.436	11.949.033	1,34%
13	EMPRESA MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA	7.523	11.426.034	1,29%
14	ESTADO DA BAHIA	7.321	11.374.311	1,28%
15	ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	5.212	10.851.221	1,22%
16	AERONÁUTICA - COMANDO AERO	1.843	9.597.739	1,08%
17	SENADO FEDERAL	565	9.543.098	1,07%
18	UEM - UNIVERSIDADE DE MARINGÁ	3.102	9.390.751	1,06%
19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	716	9.265.323	1,04%
20	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO	603	9.237.337	1,04%
21	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA	4.918	8.127.259	0,91%
22	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS	2.059	7.857.404	0,88%
23	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA - PARANÁ	822	7.759.065	0,87%
24	ASSUEL - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL LONDRINA	2.970	7.665.492	0,86%



#	Órgão público conveniado	Contratos liberados	Valor Principal liberado	%
25	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	3.761	7.498.583	0,84%
26	ESTADO DO MARANHÃO	3.286	7.488.868	0,84%
27	TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ	596	7.265.505	0,82%
28	PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU	1.257	6.555.891	0,74%
29	SINDICATO DOS SERVIDORES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE PONTA GROSSA - SINTESPO	1.722	6.060.168	0,68%
30	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE - PARAÍBA	2.187	5.943.466	0,67%
31	ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ ASSOCIAÇÃO SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	1.605	5.541.769	0,62%
32		710	5.366.657	0,60%
33	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁGUÁ APPA - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS PARANÁGUÁ E ANTONINA	2.776	5.160.368	0,58%
34		1.012	5.081.606	0,57%
35	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª PARAÍBA - ASTRA SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SANASA - CAMPINAS	639	4.891.170	0,55%
36		743	4.371.654	0,49%
37	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE	1.610	4.234.214	0,48%
38	PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA	1.687	4.175.465	0,47%
39	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	194	4.080.441	0,46%
40	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	776	3.909.848	0,44%
41	CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - ATIVO	425	3.893.179	0,44%
42	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA	541	3.829.492	0,43%
43	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA	1.564	3.785.956	0,43%
44	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	191	3.327.352	0,37%
45	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA	1.516	3.014.985	0,34%
46	CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - INATIVOS	327	2.602.374	0,33%
47	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA	1.331	2.664.024	0,30%
48	UNIOESTE - UNIVERSIDADE DO OESTE (CASCAVEL)	641	2.471.649	0,28%
49	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS	966	2.428.270	0,27%
50	ESTADO DO MATO GROSSO	523	2.412.577	0,27%
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	846	2.332.889	0,26%
52	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA PARAÍBA	377	2.279.457	0,26%
53	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL SINDICATO DOS SERVIDORES ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE	1.464	2.258.906	0,25%
54	SANTOS - SINDEST	409	2.242.122	0,25%
55	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS	481	2.228.739	0,25%
56	PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA SAÚDE	680	2.148.257	0,24%
57	PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE ITU	1.006	1.982.641	0,22%
58	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 12ª REG. - SANTA	585	1.968.456	0,22%
59	CATARINA	272	1.866.622	0,21%
60	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO PARANÁ	1.017	1.850.247	0,21%
61	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA	988	1.806.003	0,20%
62	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUA	1.002	1.698.546	0,19%
63	PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	667	1.641.438	0,18%
64	INSTITUTO PREVIDÊNCIA DE RIBEIRÃO PRETO	398	1.618.603	0,18%
65	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA	762	1.609.712	0,18%
66	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	268	1.579.146	0,18%
67	EMPRESA BRASIL CORREIOS E TELÉGRAFOS	625	1.456.567	0,16%
68	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA	642	1.359.185	0,15%
69	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	169	1.351.506	0,15%
70	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA	115	1.308.352	0,15%
71	DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM - PARAÍBA	160	1.295.623	0,15%
72	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	542	1.275.289	0,14%
73	PREFEITURA MUNICIPAL DE URAÍ	431	1.207.799	0,14%
74	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI	646	1.180.875	0,13%



#	Órção público conveniado	Contratos liberados	Valor Principal liberado	%
75	TRIBUNAL DE JUSTICA DE SANTA CATARINA	268	1.165.780	0,13%
76	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO CAAPSM - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E PENSÕES DOS	709	1.148.029	0,13%
77	SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA COMLURB - COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - RIO	442	1.106.132	0,12%
78	DE JANEIRO	674	1.065.330	0,12%
79	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES	750	1.037.812	0,12%
80	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS	709	1.032.997	0,12%
81	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ	137	996.993	0,11%
82	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO	369	919.296	0,10%
83	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	274	909.744	0,10%
84	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA CAPSEMA - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E PENSÕES DOS	406	868.526	0,10%
85	SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARINGÁ	372	864.247	0,10%
86	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANEJA INSTITUTO PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ESTADO MINAS	329	869.004	0,10%
87	GERAIS	231	864.362	0,10%
88	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DA VITORIA	254	853.859	0,10%
89	PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE - PARANÁ	212	837.050	0,09%
90	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA	277	802.894	0,09%
91	PREFEITURA MUNICIPAL NOVA ESPERANÇA	362	760.951	0,09%
92	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA	377	739.005	0,09%
93	PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA	270	727.878	0,09%
94	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAVA	256	705.140	0,09%
95	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO	143	655.840	0,07%
96	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBÉI	207	644.598	0,07%
97	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI	351	641.236	0,07%
98	JUSTICA FEDERAL PARANÁ	75	605.222	0,07%
99	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	210	590.896	0,07%
100	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA	167	586.038	0,07%
101	CORPO DE BOMBEIROS DE MINAS GERAIS	123	537.874	0,06%
102	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA - SÃO PAULO	164	527.415	0,06%
103	PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA	219	511.954	0,06%
104	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON -	202	508.228	0,06%
105	ASSEMAR	259	507.960	0,06%
106	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA -GRATIFICAÇÃO NATALINA	223	504.504	0,06%
107	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL	239	497.633	0,06%
108	PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI	144	415.674	0,05%
109	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICO	244	415.516	0,05%
110	PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA - PARANÁ	173	393.872	0,04%
111	UNICENTRO - UNIVERSIDADE DO CENTRO - OESTE	92	363.345	0,04%
112	PREFEITURA MUNICIPAL DE UNUARAMA	184	355.242	0,04%
113	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY	143	339.232	0,04%
114	FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL - FAS	314	334.629	0,04%
115	PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE	119	327.094	0,04%
116	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI	159	325.077	0,04%
117	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO - PARANÁ	119	314.896	0,04%
118	PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA	205	310.926	0,03%
119	HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	44	308.389	0,03%
120	AUTARQUIA ESPECIAL LIMPEZA URBANA - EMLUR - PARAIBA	159	304.555	0,03%
121	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS	125	302.699	0,03%
122	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA	217	300.315	0,03%
123	PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA	129	297.727	0,03%
124	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO	181	292.894	0,03%

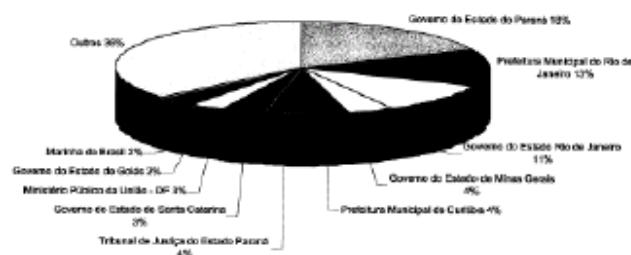


#	Órgão público conveniado	Contratos liberados	Valor Principal liberado	%
125	PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDOI	91	278.478	0,03%
126	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAU	114	287.200	0,03%
127	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA	160	266.842	0,03%
128	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS	126	266.070	0,03%
129	IPSEM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - PARAÍBA	123	265.274	0,03%
130	PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL - PARANÁ	60	263.018	0,03%
131	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA - PARANÁ	110	255.688	0,03%
132	CODEL - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE LONDRINA	90	251.807	0,03%
133	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INES	97	250.685	0,03%
134	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANÓPOLIS - GOIÁS	143	246.159	0,03%
135	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO	135	234.113	0,03%
136	PREFEITURA MUNICIPAL JANDAIA DO SUL	153	232.893	0,03%
137	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SANASA- CAMPINAS	62	231.424	0,03%
138		439	231.281	0,03%
139	PREV RIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO RIO DE JANEIRO	67	226.770	0,03%
140	ESTADO DE TOCANTINS	46	219.953	0,02%
141	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAÍÚVA SUL	90	219.806	0,02%
142	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS	104	213.741	0,02%
143	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO	86	206.770	0,02%
144	PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA	132	203.427	0,02%
145	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS - PARANÁ	61	191.384	0,02%
146	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA - PARANÁ	79	187.908	0,02%
147	INST. MUN PREV DE CAMPO GRANDE	46	171.636	0,02%
148	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE OSASCO - SÃO PAULO	81	168.961	0,02%
149	PREFEITURA MUNICIPAL CHOPINZINHO	63	168.333	0,02%
150	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO NORTE	78	167.746	0,02%
151	PREFEITURA MUNICIPAL ESPIGAO A DO IGUAÇU	87	167.037	0,02%
152	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INACIO	73	166.790	0,02%
153	PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE - PARANÁ	56	160.975	0,02%
154	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORA	90	157.843	0,02%
155	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO SANTANA - PARAÍBA	75	150.631	0,02%
156	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS	92	149.530	0,02%
157	PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE - PARANÁ	57	148.058	0,02%
158	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA - PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE - PARANÁ	51	146.115	0,02%
159		70	144.850	0,02%
160	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO - GOIÁS (SAÚDE) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE CASCAVEL - IPMC	65	134.451	0,02%
161		82	130.579	0,01%
162	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL	81	128.322	0,01%
163	PREFEITURA MUNICIPAL DE S MATEUS DO SUL	72	126.157	0,01%
164	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOAO	63	118.617	0,01%
Total		329.436	889.039.083	100,00%

(1) Compilamos somente os órgãos públicos conveniados que fazem parte da proposta FIDC- Anexo II.



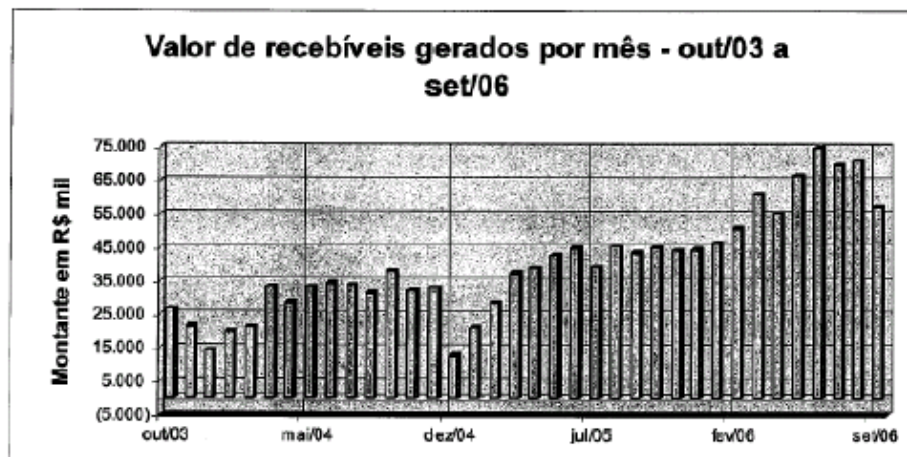
**Valores recebíveis por órgão público conveniado – out/2003
a set/2006**



5.4 Valor de recebíveis gerados por período – outubro/2003 a setembro/2006 – em R\$

Data base	Recebíveis	%
out/03	26.873.109	1,05%
nov/03	21.512.331	1,48%
dez/03	14.319.689	0,99%
jan/04	19.909.816	1,37%
fev/04	21.314.465	1,47%
mar/04	33.554.105	2,31%
abr/04	26.670.630	1,98%
mai/04	33.617.306	2,32%
jun/04	34.466.064	2,38%
jul/04	33.502.414	2,34%
ago/04	31.501.456	2,18%
set/04	36.213.089	2,64%
out/04	32.252.001	2,22%
nov/04	33.115.188	2,28%
dez/04	12.719.760	0,88%
jan/05	21.197.594	1,48%
fev/05	26.553.740	1,97%
mar/05	37.407.748	2,58%
abr/05	36.905.708	2,68%
mai/05	42.004.007	2,96%
jun/05	44.995.911	3,10%
jul/05	39.408.388	2,72%
ago/05	45.620.846	3,15%
set/05	43.723.893	3,02%
out/05	45.167.171	3,12%
nov/05	44.350.335	3,06%
dez/05	44.683.963	3,08%
jan/06	46.437.626	3,20%
fev/06	50.835.708	3,51%
mar/06	61.176.563	4,22%
abr/06	55.208.826	3,81%
mai/06	66.659.125	4,60%
jun/06	77.767.654	5,36%
jul/06	69.939.545	4,82%
ago/06	71.256.782	4,92%
set/06	87.328.308	5,95%
TOTAL	1.449.578.862	100,00%





6. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho da carteira objetivam fornecer informações sobre o perfil e o desempenho da carteira de recebíveis. Os pagamentos ocorridos no período de 1º de outubro de 2003 a 30 de setembro de 2006, demonstrados a seguir, apresentaram o seguinte desempenho:

<u>Faixa de pagamento</u>	<u>Valor em R\$</u>	<u>Percentual - %</u>
Parcelas a vencer	723.939.543	49,94%
Recebido com atraso em até 29 dias (1)	329.956.502	22,76%
Recebido com atraso de 30 a 89 dias	40.681.965	2,81%
Recebido com acima de 90 dias	8.482.097	0,59%
Recebido antecipadamente	253.002.876	17,45%
Desconto de juros futuros em liquidação antecipada	39.861.361	2,75%
Em aberto (2)	33.176.407	2,29%
Recebido em dia	<u>20.478.111</u>	<u>1,41%</u>
Valor total	<u>1.449.578.862</u>	<u>100,00%</u>

(1) Conforme informado pela Administração, este atraso, na maioria dos casos, ocorre porque o desconto na folha é feito numa data e tal data não coincide com o vencimento previsto no contrato e a data de repasse dos recursos pelos órgãos conveniados. Adicionalmente, existe um tempo médio de quatro dias para o processamento dos recebimentos.

(2) Os valores em aberto referem-se a parcelas vencidas e não pagas. Não incluem os valores ainda não vencidos.



6.1 Desempenho dos recebíveis em RS -outubro/2003 a setembro/2006 – em RS

<u>Data-base</u>	<u>Recebíveis ceados</u>	<u>Valores recebidos</u>	<u>Juros futuros descontados por liquidação antecipada</u>	<u>Valores a vencer</u>	<u>Valores em aberto</u>
out/03	26.873.199	24.837.619	1.328.957	70.084	837.239
nov/03	21.512.331	19.563.449	1.172.894	181.894	593.894
dez/03	14.319.989	12.788.225	853.324	253.539	424.901
jan/04	19.909.516	17.986.349	979.176	452.773	511.217
fev/04	21.314.485	19.182.753	998.738	604.474	528.520
mar/04	33.554.105	29.279.210	2.758.711	1.168.370	347.814
abr/04	28.670.630	25.158.968	1.625.068	1.437.477	449.117
mai/04	33.617.396	29.423.755	1.792.010	1.771.274	630.358
jun/04	34.486.064	30.237.085	1.590.367	2.178.602	509.990
jul/04	33.902.414	28.677.285	1.713.600	2.921.107	590.512
ago/04	31.591.455	26.501.781	1.788.944	2.930.529	370.201
set/04	38.213.089	31.219.192	2.413.592	4.103.447	476.858
out/04	32.252.001	25.975.074	1.899.808	3.978.670	398.450
nov/04	33.115.188	25.993.168	1.470.752	5.153.497	497.772
dez/04	12.719.760	9.854.745	407.672	2.340.197	117.146
jan/05	21.197.604	16.859.435	720.700	4.567.604	259.856
fev/05	28.553.740	20.220.946	908.083	7.148.906	275.806
mar/05	37.407.748	25.045.179	1.023.959	10.972.867	365.744
abr/05	38.905.708	23.960.141	1.027.903	13.334.846	582.819
mai/05	42.884.007	24.533.284	1.048.137	16.821.085	481.502
jun/05	44.995.911	24.277.490	1.088.583	19.130.087	519.751
jul/05	39.408.368	19.963.186	1.385.912	17.265.976	819.294
ago/05	45.620.846	19.675.608	1.146.716	20.006.926	4.791.898
set/05	43.723.893	18.845.793	1.052.975	22.325.646	1.499.478
out/05	45.187.171	17.819.751	1.297.192	24.627.435	1.442.792
nov/05	44.350.335	15.439.226	1.090.602	26.733.138	1.087.368
dez/05	44.683.963	12.655.363	944.821	28.955.191	2.128.589
jan/06	46.437.526	12.737.929	1.059.500	31.566.320	1.073.776
fev/06	50.835.708	11.240.898	641.861	37.159.541	1.793.608
mar/06	61.176.583	11.047.312	681.295	47.903.220	1.544.757
abr/06	55.206.826	7.809.239	586.080	45.400.179	1.430.522
mai/06	66.659.125	6.983.001	657.356	57.728.697	1.290.070
jun/06	77.767.554	4.903.819	424.148	71.263.770	1.175.818
jul/06	69.939.545	2.411.031	195.845	66.006.956	1.325.673
ago/06	71.256.792	786.256	146.452	68.957.082	1.366.991
set/06	57.328.308	128.298	29.406	56.528.298	642.309
	1.449.578.862	652.601.551	39.001.301	723.939.543	33.176.407



6.2 Recebimentos de cliente por faixa de vencimento

RECEBIMENTOS DE CLIENTES POR FAIXA DE VENCIMENTO												
Recebido antecipado						Recebido em atraso						
Data base	Total recebido	Recebido em dia	atraso de 100 dias	entre 100 e 179 dias	entre 180 e 179 dias	entre 180 e 179 dias	entre 180 e 179 dias	entre 180 e 179 dias	entre 180 e 179 dias	entre 180 e 179 dias	entre 180 e 179 dias	entre 180 e 179 dias
abr2003	24.037.313	1.269.928	2.731.700	739.096	4.12.753	827.035	2.685.989	14.309.918	1.414.658	146.380	183.336	222.883
mai2003	19.069.848	819.942	2.432.820	636.116	252.419	813.717	2.671.241	19.388.954	1.673.085	126.596	168.121	181.896
jun2003	12.759.223	532.262	1.746.820	409.629	233.729	521.890	1.145.781	6.464.728	1.528.282	106.348	79.312	119.281
jul2003	17.989.349	571.288	2.188.393	532.080	307.571	887.629	1.689.445	9.758.790	2.200.184	216.750	156.196	203.093
ago2003	18.182.732	390.198	2.361.806	583.278	216.453	886.850	2.416.483	8.667.719	2.589.689	153.910	183.336	204.213
set2003	23.279.216	965.883	3.352.308	981.540	513.633	1.127.714	5.895.271	15.357.856	2.489.698	188.862	207.194	234.747
out2003	25.158.368	854.820	3.588.394	779.781	421.150	923.698	5.785.913	12.564.928	1.681.286	166.646	209.442	205.181
nov2003	29.423.758	1.354.730	4.168.851	887.571	485.589	1.030.067	5.190.677	11.157.854	2.486.798	166.918	249.018	212.032
dez2003	30.237.365	989.830	4.238.498	942.087	511.772	1.127.757	6.817.629	14.266.453	1.777.109	146.245	242.438	189.037
jan2004	26.877.256	1.039.393	4.388.761	870.885	493.145	986.427	6.166.471	11.885.858	1.893.839	116.305	129.264	144.829
fev2004	26.531.781	796.152	4.432.905	836.681	460.311	982.188	6.116.291	12.111.827	1.640.084	168.368	126.437	120.549
mar2004	31.259.182	778.480	5.039.352	1.038.968	557.820	1.151.948	5.546.125	14.530.236	1.749.647	142.820	137.364	173.648
abr2004	25.985.974	814.897	4.582.897	842.082	459.832	915.194	4.835.688	11.854.970	1.676.704	64.125	137.364	111.483
mai2004	25.985.168	727.998	4.397.764	821.118	459.178	889.658	4.827.277	12.257.860	1.368.436	164.154	164.088	107.032
jun2004	9.884.748	200.962	1.252.718	392.470	159.150	323.741	954.439	5.025.841	680.654	36.238	89.188	31.540
jul2004	16.889.438	454.317	2.140.644	434.214	329.201	469.087	5.879.082	6.862.974	729.643	46.428	35.082	29.080
ago2004	20.220.040	506.790	2.655.702	536.403	212.406	611.288	4.620.889	16.148.441	659.099	66.702	26.096	47.421
set2004	25.046.170	654.280	3.327.060	654.880	347.747	709.399	6.188.694	12.062.111	1.021.219	62.421	52.192	37.197
out2004	29.846.141	718.130	3.311.388	896.370	219.201	626.408	5.341.220	11.044.470	504.651	66.308	53.216	48.194
nov2004	21.535.284	716.545	3.070.100	516.270	287.345	679.294	5.448.686	12.882.896	1.479.619	66.308	49.317	40.740
dez2004	24.277.490	797.260	3.236.848	542.121	289.499	689.889	4.895.411	12.697.441	1.199.058	61.301	51.452	35.633
jan2005	19.995.186	677.820	3.399.068	496.140	241.000	482.462	5.094.670	16.425.060	795.282	46.938	23.911	10.709
fev2005	19.875.660	504.560	3.153.182	434.250	228.802	583.719	5.640.287	16.065.260	750.699	28.940	21.352	12.255
mar2005	19.840.730	594.810	2.882.051	414.165	213.894	458.372	5.110.669	16.278.221	692.547	167.301	39.249	6.100
abr2005	17.819.121	319.837	2.846.061	314.229	187.031	387.987	2.812.659	9.267.228	893.289	48.767	23.198	4.184
mai2005	13.439.228	438.798	2.595.361	319.524	169.200	381.637	2.340.631	6.385.743	820.284	42.180	22.188	6.177
jun2005	12.896.262	468.870	2.095.727	236.881	134.651	277.631	2.629.690	6.385.226	6.385.226	26.897	28.377	7.637
jul2005	12.731.928	328.198	2.210.614	291.290	162.201	289.608	2.220.832	6.173.824	434.087	32.112	12.798	1.281
ago2005	11.246.690	294.540	1.895.189	198.380	99.274	189.244	1.894.615	6.011.616	205.259	22.708	3.193	1.213
set2005	11.347.112	246.251	1.416.160	198.277	89.346	179.229	2.285.622	6.067.474	232.645	24.340	3.294	

© 2005 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

22



Recebido em atraso

**Anexo D - Demonstrações Financeiras do Paraná Banco Relativas aos Exercícios
Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2004, 2005 e 2006**

Paraná Banco S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2005 e 2004**

Paraná Banco S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2005 e 2004

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 28



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3223-4747
Fax 55 (41) 3223-5750
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

À
Diretoria e aos Acionistas do
Paraná Banco S.A.
Curitiba – PR

Examinamos o balanço patrimonial do Paraná Banco S.A., levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da coligada indireta J. Malucelli Seguradora S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, cujo investimento é efetuado por intermédio da controlada Tresor Holdings S.A. foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório nos foi fornecido e nossa opinião, no que diz respeito a participação do Banco no investimento e no resultado da equivalência patrimonial na J. Malucelli Seguradora S.A., nos montantes de R\$ 7.690 mil e R\$ 7.611 mil, respectivamente, está baseada exclusivamente no relatório daqueles auditores independentes.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, baseados em nosso exame e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Paraná Banco S.A. em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que sobre elas emitiram um parecer sem ressalvas, datado de 11 de fevereiro de 2005.

14 de fevereiro de 2006

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-PR

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC SP138600/O-7-S-PR

Paraná Banco S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

Ativo	2005	2004	Passivo	2005	2004
Circulante	310.567	219.572	Circulante	271.866	181.570
Disponibilidades	1.842	1.362	Depósitos	206.404	142.612
Aplicações interfinanceiras de liquidez	47.823	56.940	Depósitos à vista	1.037	2.277
Aplicações no mercado aberto	43.808	48.816	Depósitos interfinanceiros	17.817	9.909
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.015	2.024	Depósitos a prazo	188.925	150.426
			Outros depósitos	5	-
Títulos e valores mobiliários	24.082	15.366	Captações no mercado aberto	19.402	-
Cartera própria	14.583	15.366	Cartera própria	19.402	-
Vinculados a compromissos de resgate	19.497	-			
Relações interfinanceiras	-	2	Recursos de ações e emissão de títulos	16.141	24.026
Pagamentos e recebimentos a liquidar	-	2	Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	16.141	24.026
Operações de crédito	228.555	150.101	Relações interfinanceiras	2	-
Operações de crédito - setor privado	227.891	150.105	Reccebimentos e pagamentos a liquidar	2	-
Provisão para perdas com operações de crédito	(12.336)	(10.104)	Instruções financeiras e derivativos	2.848	-
Outras créditos	1.708	2.676	Outras obrigações	27.160	14.922
Rendimentos a receber	2	-	Cobrança e arrendamento de tributos e assimetizados	71	13
Diversos	1.706	2.789	Sociais e estatutários	6.221	2.129
Provisão para perdas com outros créditos	-	(94)	Fiscais e previdenciárias	4.602	5.200
			Diversos	16.275	6.180
Outros valores e bens	159	86	Regrável a longo prazo	137.743	86.725
Outros valores e bens	156	86	Depósitos	98.350	85.779
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(24)	(34)	Depósitos a prazo	98.350	85.779
Despesas antecipadas	27	28			
Realizável a longo prazo	182.122	99.883	Recursos de ações e emissão de títulos	36.543	1.846
Títulos e valores mobiliários	79	18.717	Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	36.543	1.846
Cartera própria	-	18.717	Outras obrigações	2.844	2.980
Instrumentos financeiros derivativos	79	-	Fiscais e previdenciárias	33	225
Operações de crédito	157.114	76.582	Diversos	2.808	2.675
Operações de crédito - setor privado	158.333	77.638	Patrimônio líquido	125.376	74.598
Provisão para perdas com operações de crédito	(1.219)	(656)	Capital social		
Outros créditos	4.918	3.384	De domiciliados no País	50.000	30.000
Diversos	4.918	3.384	Aumento de capital em operação	-	1.800
Permanente	62.396	34.236	Reserva de capital	87	68
Investimentos	59.869	32.667	Reserva de lucros	75.339	42.669
Participação em controladas no País	59.614	33.431	Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores creditícios	(50)	61
Outros investimentos	272	254			
Provisão para perdas	(17)	(19)			
Imobilizado de uso	2.481	445			
Imóveis de uso	1.867	-			
Outras instalações de uso	2.276	2.144			
Depreciação acumulada	(1.742)	(1.689)			
Dívidas	126	124			
Gastos de organização e expansão	443	406			
Aprovação acumulada	(317)	(280)			
Total	555.085	353.893	Total	555.085	353.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Segundo semestre	Exercício	
	2005	2005	2004
Receitas da intermediação financeira	76.467	160.240	98.042
Operações de crédito	69.753	148.540	91.589
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.714	11.700	6.453
Despesas da intermediação financeira	(36.817)	(65.904)	(42.233)
Operações de captação no mercado	(29.238)	(51.606)	(33.773)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.350)	(2.779)	-
Provisão para perdas com créditos	(6.229)	(11.519)	(8.460)
Resultado bruto da intermediação financeira	39.650	94.336	55.809
Outras receitas (despesas) operacionais	(29.374)	(49.869)	(23.540)
Receitas de prestação de serviços	7.003	12.470	3.324
Despesas de pessoal	(3.297)	(5.988)	(4.515)
Outras despesas administrativas	(33.740)	(59.648)	(26.110)
Despesas tributárias	(3.969)	(8.230)	(4.566)
Resultado de participação em controladas	4.986	8.175	8.031
Outras receitas operacionais	148	4.163	2.101
Outras despesas operacionais	(505)	(811)	(1.805)
Resultado operacional	10.276	44.467	32.269
Resultado não operacional	45.289	45.288	(1)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	55.565	89.755	32.268
Imposto de renda e contribuição social	743	(9.868)	(6.492)
Imposto de renda - corrente	571	(7.491)	(4.848)
Contribuição social - corrente	135	(2.773)	(1.777)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37	396	133
Participações no lucro	(221)	(367)	(268)
Lucro líquido do semestre/exercício	56.087	79.520	25.508
Quantidade de ações	50.000.000	50.000.000	31.800.000
Lucro líquido por ação - em Reais	1,12	1,59	0,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital Atualização de títulos patrimoniais	Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
				Legal	Estatais			
Saldo em 1 de julho de 2005	31.900	18.200	87	4.805	37.597	(9)	-	92.480
Homenagem do aumento de capital	18.200	(18.200)	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(41)	-	(41)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	56.087	56.087
Destinações propostas pela diretoria:								
Reserva legal	-	-	-	2.964	-	-	(2.964)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.150)	(7.150)
Reserva estatutária para pagamento de dividendos	-	-	-	-	11.533	-	(11.533)	-
Reserva estatutária para aumento de capital	-	-	-	-	18.600	-	(18.600)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2005	50.000	-	87	7.809	67.730	(50)	-	125.576
Mutações do semestre	18.200	(18.200)	-	2.964	30.133	(41)	-	32.856
Saldo em 1 de janeiro de 2005	30.000	1.800	68	3.633	38.616	61	-	74.598
Aumento de capital	-	18.200	-	-	(18.200)	-	-	-
Homenagem do aumento de capital	20.000	(20.000)	-	-	-	-	-	-
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	19	-	-	-	-	19
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(111)	-	(111)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	79.520	79.520
Destinações propostas pela diretoria:								
Reserva legal	-	-	-	3.970	-	-	(3.970)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(21.500)	(21.500)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.150)	(7.150)
Reserva estatutária para pagamento de dividendos	-	-	-	-	17.098	-	(17.098)	-
Reserva estatutária para aumento de capital	-	-	-	-	20.796	-	(20.796)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2004	50.000	-	87	7.809	67.730	(50)	-	125.576
Mutações do exercício	20.000	(1.800)	19	3.970	28.694	(111)	-	50.770
Saldo em 1 de janeiro de 2004	30.000	-	44	2.357	22.648	(40)	-	55.008
Ajuste de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	285	285
Aumento de capital	-	1.800	-	-	-	-	-	1.800
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	24	-	-	-	-	24
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	102	-	102
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	25.508	25.508
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	1.276	-	-	(1.276)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.854)	(2.854)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(5.275)	(5.275)
Reserva estatutária para aumento de capital	-	-	-	-	16.388	-	(16.388)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2004	30.000	1.800	68	3.633	39.036	61	-	74.598
Mutações do exercício	-	1.800	24	1.276	16.388	102	-	19.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre	Exercício	
	2005	2005	2004
Origens dos recursos	144.691	187.136	124.247
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	5.911	26.228	17.904
Lucro líquido do semestre/exercício	56.087	79.520	25.508
Depreciações e amortizações	93	166	142
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	(4.986)	(8.175)	(8.031)
Resultado de equivalência patrimonial - não operacional	(2.257)	(2.257)	-
Ganho de capital	(43.026)	(43.026)	-
Ajuste de períodos anteriores	-	-	285
Recursos de acionistas	-	-	1.800
Integração de capital	-	-	1.800
Recursos de terceiros originários de	138.780	160.908	104.543
Aumento dos subgrupos do passivo	97.106	131.414	103.351
Depósitos	62.259	76.372	67.270
Obrigações por operações compromissadas	7.278	19.402	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	21.163	20.692	32.082
Relações interfinanceiras	-	2	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.420	2.848	-
Outras obrigações	4.936	12.138	3.999
Diminuição dos subgrupos do ativo	14.399	2.219	1.192
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.418	2.217	3
Relações interfinanceiras	333	2	-
Outros créditos	3.648	-	1.189
Alienação de bens e investimentos	27.275	27.275	-
Participações societárias - redução de capital	16.000	16.000	-
Dividendos recebidos de controladas	11.275	11.275	-
Aplicação dos recursos	144.232	186.596	123.354
Dividendos pagos antecipadamente	16.000	21.500	2.854
Juros sobre o capital próprio pagos	7.150	7.150	5.275
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	41	111	(102)
Inversões em	1.986	2.083	111
Imobilizado de uso	1.986	2.083	111
Aplicações no diferido	20	39	12
Aumento dos subgrupos do ativo	118.360	155.713	115.202
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	32.177
Títulos e valores mobiliários	2.147	67	14.718
Operações de crédito	116.145	154.986	68.290
Outros créditos	-	587	-
Outros valores e bens	68	73	17
Redução dos subgrupos do passivo	675	-	2
Relações interfinanceiras	675	-	2
Aumento das disponibilidades	459	540	893
Modificações na posição financeira			
Início do semestre/exercício	1.383	1.302	409
Fim do semestre/exercício	1.842	1.842	1.302
Aumento das disponibilidades	459	540	893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Paraná Banco S.A. é um banco múltiplo e tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento e administração de cartão de crédito.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas e instruções do Banco Central do Brasil ("BACEN").

3 Resumos das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com créditos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado.

d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “disponíveis para venda” foram avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários.

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização foi contabilizada no resultado do exercício.

e. Operações de crédito, depósitos a prazo, interfinanceiros e outras operações ativas e passivas

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

f. Provisão para perdas com créditos

A provisão para perdas com créditos foi constituída em montante compatível com a avaliação geral de risco de crédito, conforme análise da Administração e normas emanadas do Banco Central do Brasil, que estabelece a criação de faixas de riscos (“ratings”) e percentuais mínimos de provisionamento para cada faixa.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

g. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo, acrescido de correção monetária calculada até 31 de dezembro de 1995, deduzidos de provisão para perdas.

h. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda foi calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10 %. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados na rubrica "Outros créditos - Diversos" e refletidos no resultado do exercício ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

j. Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base nas cotações vigentes na data do balanço.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

4 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria disponíveis para venda e encontram-se apresentados como segue:

31 de dezembro de 2005							
Papel	Até 6 meses	De 6 a 12 meses		Valor de mercado	Valor de custo		Ajuste no patrimônio líquido
LFT (*)	20.040	-		20.040	20.033	7	
NBC-E (*)	-	14.040		14.040	14.123	(83)	
Total	20.040	14.040		34.080	34.156	(76)	
Efeitos tributários						26	
Ajuste líquido no patrimônio líquido						(50)	
31 de dezembro de 2004							
Papel	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo	Ajuste no patrimônio líquido
LFT (*)	3.397	3.932	10.350	3.348	21.027	21.058	(31)
LTN (*)	-	7.008	-	-	7.008	7.016	(8)
LFT-B (*)	515	514	2.044	2.975	6.048	5.916	132
Total	3.912	11.454	12.394	6.323	34.083	33.990	93
Efeitos tributários						(32)	
Ajuste líquido no patrimônio líquido						61	

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

(*) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.

b. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2005 a carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swaps" como demonstrado a seguir:

	Conta de compensação	Conta patrimonial - Valor a receber (a pagar)					Ajuste a valor de mercado
	Valor de referência	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Valor de mercado	Valor de custo		
Posição ativa							
Moeda estrangeira	14.059	-	70	70	(47)		117
Posição passiva							
CDI	17.218	(2.848)	-	(2.848)	(2.611)		(237)

O Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

5 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento, tipo de cliente e atividade econômica

	2005						
	Carteira a vencer						
	Carteira vencida a partir de 15 dias	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	2004
Indústria	213	319	201	-	-	733	23
Comércio	-	81	-	-	-	81	45
Serviços	-	5.252	-	-	-	5.252	1.403
Pessoa física	<u>48.841</u>	<u>54.770</u>	<u>128.214</u>	<u>152.834</u>	<u>5.499</u>	<u>390.158</u>	<u>236.372</u>
Total - 2005	<u>49.054</u>	<u>60.422</u>	<u>128.415</u>	<u>152.834</u>	<u>5.499</u>	<u>396.224</u>	<u>237.843</u>
Total - 2004	<u>41.815</u>	<u>37.175</u>	<u>81.215</u>	<u>76.062</u>	<u>1.576</u>	<u>237.843</u>	

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Composição da carteira de crédito por nível de risco

2005										2004	
Nível	Situação	Atraso em dias	% de provisão	Pessoa jurídica indústria	Pessoa jurídica serviços	Pessoa jurídica comércio	Pessoa física	Total geral	Valor da provisão	Total geral	Valor da provisão
AA	Normal		0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
A	Normal		0,50%	-	221	30	325.177	325.428	1.627	185.850	929
B	Normal		1,00%	-	2	-	7.889	7.891	79	4.302	43
	Vencido	De 15 a 30	1,00%	-	-	-	20.481	20.481	205	13.040	130
C	Normal		3,00%	520	5.029	51	6.633	12.233	367	4.377	137
	Vencido	De 31 a 60	3,00%	-	-	-	11.327	11.327	340	13.156	395
D	Normal		10,00%	-	-	-	365	365	36	395	40
	Vencido	De 61 a 90	10,00%	-	-	-	3.587	3.587	350	4.542	454
E	Normal		30,00%	-	-	-	329	329	99	342	103
	Vencido	De 91 a 120	30,00%	213	-	-	2.856	3.069	920	2.495	748
F	Normal		50,00%	-	-	-	98	98	40	122	61
	Vencido	De 121 a 150	50,00%	-	-	-	1.835	1.835	917	1.698	849
G	Normal		70,00%	-	-	-	179	179	126	189	133
	Vencido	De 151 a 180	70,00%	-	-	-	1.237	1.237	866	1.322	925
H	Normal		100,00%	-	-	-	647	647	647	251	251
	Vencido	Acima de 180	100,00%	-	-	-	7.518	7.518	7.518	5.562	5.562
Total geral				733	5.252	81	390.158	396.224	14.154	237.843	10.760

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	2005	2004
Saldo inicial	10.760	7.526
Constituição	11.519	8.460
Baixas	(8.124)	(5.226)
Saldo final	<u>14.155</u>	<u>10.760</u>
Recuperação de créditos baixados	<u>1.554</u>	<u>1.093</u>

d. Concentração de créditos e risco de crédito

	2005	2004
Dez maiores devedores	6.692	1.502
Percentual do total da carteira de operações de crédito	1,69%	0,63%
Cinquenta maiores devedores seguintes	3.986	3.718
Percentual do total da carteira de operações de crédito	1,01%	1,56%

e. Créditos renegociados

Não haviam créditos renegociados em 31 de dezembro de 2005 e 2004.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

f. Cessão de créditos

O Banco cedeu à outras instituições financeiras, por meio de Contrato de Cessão de Crédito, valores a receber decorrentes de financiamentos concedidos sob a modalidade de crédito pessoal, conforme demonstrado a seguir.

	2005			2004		
	Valor cedido no exercício	Resultado na cessão	Saldo em aberto	Valor cedido no exercício	Resultado na cessão	Saldo em aberto
Cessões com coobrigação	73.090	7.247	46.116	36.768	2.405	21.841
Cessões sem coobrigação	131.500	20.113	-	-	-	-

6 Outros créditos - diversos

Circulante	2005	2004
Imposto de renda e contribuição social diferidos	589	1.325
INSS a compensar	37	69
Faturados a vencer - Mastercard	573	670
Outros créditos	<u>507</u>	<u>705</u>
Total	<u>1.706</u>	<u>2.769</u>
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.253	1.095
Depósitos judiciais	2.542	2.013
INSS a compensar	<u>143</u>	<u>276</u>
Total	<u>4.938</u>	<u>3.384</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

7 Outras obrigações - diversas

	2005	2004
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar - despesas de pessoal	394	364
Provisão para pagamentos a efetuar - outras despesas administrativas	1.241	104
Recebimento de operações de crédito a regularizar	10.169	4.783
Valores a pagar - cartão de crédito	684	396
Credores diversos - País	3.499	1.068
Outros	<u>288</u>	<u>165</u>
Total	<u>16.275</u>	<u>6.880</u>
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências trabalhistas	2.294	2.171
Provisão para contingências cíveis	<u>514</u>	<u>504</u>
Total	<u>2.808</u>	<u>2.675</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

8 Participação em controladas

Os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial são os a seguir apresentados:

	2005		
	J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.	Tresor Holdings S.A.	Total
Informações sobre as controladas:			
Número de quotas/ações de capital	23.000.000	55.000	
Patrimônio líquido	4.229	55.386	
Lucro líquido do exercício	384	14.518	
Informações sobre os investimentos nas controladas:			
Número de quotas/ações possuídas	22.997.700	55.000	
Percentuais de participação	99,99%	100,00%	
Valores da movimentação das contas:			
Saldos iniciais	3.826	29.605	33.431
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	402	7.773	8.175
Resultado de equivalência patrimonial - não operacional	-	2.257	2.257
Ganho de capital	-	43.026	43.026
Dividendos	-	(11.275)	(11.275)
Redução de capital	-	(16.000)	(16.000)
Saldos finais	<u>4.228</u>	<u>55.386</u>	<u>59.614</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	2004			
	J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.	Tresor Holdings S.A.	J Malucelli Seguradora S.A.	Total
Informações sobre as controladas:				
Número de quotas/ações de capital	14.000.000	8.427.600	8.427.600	
Patrimônio líquido	3.827	29.605	30.361	
Lucro líquido do exercício	296	6.472	7.571	
Informações sobre os investimentos nas controladas:				
Número de quotas possuídas	13.998.600	8.427.600	-	
Percentuais de participação	99,99%	100,00%	-	
Valores da movimentação das contas:				
Saldos iniciais	2.955	-	22.444	25.399
Baixa	-	-	(23.132)	(23.132)
Adição	-	23.133	-	23.133
Resultado de equivalência patrimonial	<u>871</u>	<u>6.472</u>	<u>688</u>	<u>8.031</u>
Saldos finais	<u>3.826</u>	<u>29.605</u>	<u>-</u>	<u>33.431</u>

Em 26 de fevereiro de 2004, o Banco constituiu a subsidiária integral Tresor Holdings S.A. por meio do aporte das ações da J Malucelli Seguradora S.A. de sua propriedade, passando a seguradora a ser uma controlada indireta do Banco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Em 25 de março de 2004, o capital social da Tresor Holding S.A. foi aumentado por terceiros em R\$ 62.735, incluindo o valor de ágio no montante de R\$ 43.808. O Banco renunciou ao direito de preferência à subscrição das novas ações e, dessa forma, teve a sua participação diluída passando a deter 55% do capital total e 15% do capital votante, e teve as suas ações transformadas em preferenciais. Em 1 de setembro de 2005 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n.º 2.240, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP que homologou, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da J Malucelli Seguradora S.A., que na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2004, aprovaram, a transferência do controle acionário daquela seguradora, passando do Paraná Banco S.A. para a Tresor Holdings S.A. e de forma indireta para Advent International Corporation. Esta transação proporcionou ao Banco um ganho na variação da participação do capital social de R\$ 24.095, registrado na rubrica Resultado não operacional.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2005, os acionistas da Tresor Holdings S.A., aprovaram o resgate e o cancelamento da totalidade das ações ordinárias classe “B”. Em contrapartida ao resgate, o acionista detentor destas ações, recebeu ações ordinárias da J Malucelli Seguradora S.A. detidas pela Tresor Holdings S.A., representativas de 85% do capital social daquela seguradora, avaliadas ao valor contábil. Após esta transação, o Paraná Banco S.A. passou a deter a totalidade das ações do capital social da Tresor Holdings S.A. e, indiretamente, 15% do capital social da J Malucelli Seguradora S.A. Esta transação proporcionou ao Banco um ganho na variação da participação no capital social da Tresor Holdings S.A. no montante de R\$ 18.932, registrado na rubrica Resultado não operacional.

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o cálculo da equivalência patrimonial da coligada indireta J Malucelli Seguradora S.A., cujo investimento é feito por intermédio da Tresor Holdings S.A., foi efetuado com base nas demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2005 e 2004, respectivamente.

9 Recursos de aceites e emissão de títulos

Refere-se a obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior captados por intermédio da emissão de “fixed rate notes”, no montante de US\$ 22.000.000, sobre os quais incidem juros de 7% a 8% ao ano, cujo vencimento ocorrerá até junho de 2007.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício

	2005	2004
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social (após participações no lucro)	<u>89.388</u>	<u>32.000</u>
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(30.392)	(10.880)
Exclusões (adições) permanentes	<u>20.524</u>	<u>4.388</u>
Participações em controladas	2.780	2.731
Ganho de capital	15.396	-
Juros sobre o capital próprio	2.431	1.794
Outras	<u>(83)</u>	<u>(137)</u>
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	<u>(9.868)</u>	<u>(6.492)</u>

b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social

	2005	2004
Impostos diferidos - Constituição no exercício, sobre adições temporárias	396	133
Impostos correntes - Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(10.264)</u>	<u>(6.625)</u>
Total	<u>(9.868)</u>	<u>(6.492)</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2005			
Descrição	Saldos em 1 de janeiro	Constituição	Realização	Saldos em 31 de dezembro
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</i>				
Sobre a provisão para perdas com créditos	1.682	611	(257)	2.036
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	738	42	-	780
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	—	<u>26</u>	—	<u>26</u>
	<u>2.420</u>	<u>679</u>	<u>(257)</u>	<u>2.842</u>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo</i>				
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	(31)	—	<u>31</u>	—
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - líquidos</i>	<u>2.389</u>	<u>679</u>	<u>(226)</u>	<u>2.842</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (continuação)

Descrição	2004			Saldos em 31 de dezembro
	Saldos em 1 de janeiro	Constituição	Realização	
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</i>				
Sobre a provisão para perdas com créditos	1.739	1.167	(1.224)	1.682
Sobre a provisão para contingências trabalhistas	549	266	(77)	738
Sobre o ajuste a mercado dos títulos para negociação	21	-	(21)	-
	<u>2.309</u>	<u>1.433</u>	<u>(1.322)</u>	<u>2.420</u>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo</i>				
Imposto de renda diferido passivo	(294)	-	294	-
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	(130)	99	(31)
	<u>(294)</u>	<u>(130)</u>	<u>393</u>	<u>(31)</u>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - líquido</i>	<u>2.015</u>	<u>1.303</u>	<u>(929)</u>	<u>2.389</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social

	2005			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	2004
2005	-	-	-	1.325
2006	433	156	589	653
2007	414	149	563	146
2008	414	149	563	148
2009	414	149	563	148
2010	<u>415</u>	<u>149</u>	<u>564</u>	-
Total	<u>2.090</u>	<u>752</u>	<u>2.842</u>	<u>2.420</u>

O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$1.659 (R\$1.828 em 2004).

e. Créditos tributários não registrados

O Banco não possui créditos tributários não registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 2004.

11 Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 (31.800.000 em 2004) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

Conforme disposições estatutárias, o Diretor Presidente efetua a proposta de destinação do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da reserva para pagamento de dividendos, cuja proposta é levada à aprovação pela Assembleia Geral. Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece as diretrizes contábeis do Banco Central, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de Lucros acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras consoante o artigo 3º da circular 2739 de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil.

12 Transações com partes relacionadas

Descrição	2005		
	Obrigações	Receitas	Despesas
Depósitos à vista	89	-	-
Depósitos à prazo	99.458	-	11.585
Depósitos interfinanceiros	3.039	-	217
Ressarcimento de despesas	-	103	103
Aluguel	-	-	165
2004			
Descrição	Obrigações	Receitas	Despesas
Depósitos à vista	409	-	-
Depósitos à prazo	74.931	-	6.646
Depósitos interfinanceiros	1.687	-	249
Ressarcimento de despesas	-	135	119
Aluguel	-	-	198

Os depósitos a prazo e demais transações com partes relacionadas são efetuadas em condições de prazo e taxas de mercado.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

13 Outras receitas e despesas operacionais

	2005	2004
Outras receitas		
Recuperação de despesas	187	175
Atualização de depósitos judiciais	5	174
Variação cambial	3.829	1.250
Outras	<u>142</u>	<u>502</u>
Total	<u>4.163</u>	<u>2.101</u>
Outras despesas		
Atualização de provisão	(21)	(94)
Contingências cíveis e trabalhistas	(248)	(1.182)
Incentivo cultural	(135)	(60)
Outros	<u>(407)</u>	<u>(469)</u>
Total	<u>(811)</u>	<u>(1.805)</u>

14 Outras informações

- O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, calculado de forma consolidada com a J. Malucelli Corretora de Valores Ltda., que constituem o Conglomerado Financeiro nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e normas posteriores.
- O Banco possui contrato de leasing de equipamentos de informática e processamento de dados com prazo remanescente de 15 meses. As despesas com leasing no exercício totalizaram R\$313 (R\$172 mil em 2004).
- Os avais e fianças concedidos pelo Banco totalizavam R\$ 317 (R\$ 611 em 2004).

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- d. O Banco é patrocinador de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. O Banco é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições, no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, totalizaram R\$ 112 (não houve contribuições em 2004). As contribuições relativas a acumulação das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.
- e. A controlada J. Malucelli Corretora de Valores Ltda. administra fundos de investimentos, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2005 totalizam R\$ 162.957 (R\$100.942 em 2004).

Paraná Banco S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2006 e 2005**

Paraná Banco S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2006 e 2005

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10 - 30



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

À

Diretoria e aos Acionistas do
Paraná Banco S.A.
Curitiba - PR

Examinamos os balanços patrimoniais do Paraná Banco S.A., levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da coligada indireta J. Malucelli Seguradora S.A. e da controlada Paraná Consórcio Ltda., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2006, foram auditadas por outros auditores independentes, cujos relatórios nos foram fornecidos e nossa opinião, no que diz respeito a participação do Banco nesses investimentos e nos resultados de equivalência patrimonial, nos montantes de R\$ 9.331 mil e R\$ 1.231 mil (R\$ 7.690 mil e R\$ 7.611 mil em 2005), respectivamente, está baseada exclusivamente nos relatórios daqueles auditores independentes.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, baseados em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Paraná Banco S.A. em 31 de dezembro de 2006 e 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Nossos exames foram efetuados com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa representam informações complementares àquelas demonstrações e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

25 de janeiro de 2007

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-PR

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC SP138600/O-7-S-PR

Paraná Banco S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

Ativo	2006	2005	Passivo	2006	2005
Circulante	435.788	310.567	Circulante	335.553	271.966
Disponibilidades	364	1.843	Depósitos	215.180	206.404
Aplicações interfinanceiras de liquidez	70.471	47.823	Depósitos à vista	1.356	1.657
Aplicações no mercado aberto	39.623	41.808	Depósitos interfinanceiros	20.389	17.817
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.848	4.615	Depósitos a prazo	193.320	186.925
Títulos e valores mobiliários	83.350	34.080	Outros depósitos	6	5
Carteira própria	61.036	14.583	Captações no mercado aberto	23.351	19.402
Vinculadas a compromissos de recompra	22.354	19.497	Carteira própria	22.351	19.402
Relações interfinanceiras	11	-	Recursos de aceites e emissão de títulos	46.726	16.141
Pagamentos e recebimentos a liquidar	2	-	Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	46.726	16.141
Depósitos no Banco Central	9	-	Relações interfinanceiras	2	2
Operações de crédito	274.671	224.951	Recebimentos e pagamentos a liquidar	2	2
Operações de crédito - setor privado	296.345	237.891	Instrumentos financeiros derivativos	5.060	2.846
Provisão para perdas com operações de crédito	(21.674)	(12.936)	Outras obrigações	46.734	27.189
Outros créditos	5.728	1.704	Cobrança e arrecadação de tributos e assembleias	135	71
Receitas a receber	2	2	Sociais e catastróficas	243	6.221
Diversos	6.756	1.706	Fiscais e previdenciárias	8.970	4.602
Outros valores e bens	133	159	Diversas	37.446	16.379
Outros valores e bens	122	156	Exigíveis a longo prazo	244.850	137.743
Provisão para depreciação de outros valores e bens	(24)	(24)	Depósitos	182.782	98.339
Despesas antecipadas	25	27	Depósitos a prazo	182.782	98.339
Realizável a longo prazo	229.684	162.122	Recursos de aceites e emissão de títulos	56.345	36.543
Títulos e valores mobiliários	-	70	Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	56.345	36.543
Instrumentos financeiros derivativos	-	70	Instrumentos financeiros derivativos	1.191	-
Operações de crédito	224.615	157.114	Outras obrigações	4.612	2.841
Operações de crédito - setor privado	256.765	158.335	Fiscais e previdenciárias	1.546	33
Provisão para perdas com operações de crédito	(32.099)	(1.219)	Diversas	3.066	2.808
Outros créditos	5.269	4.918	Patrimônio líquido	134.421	125.376
Diversos	5.269	4.918	Capital social	-	-
Permanente	49.302	62.336	De domiciliados no País	100.000	99.090
Investimentos	46.630	59.858	Reserva de capital	123	87
Participação em controladas no País	46.330	59.614	Reservas de lucros	34.307	75.339
Outros investimentos	316	212	Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	(9)	(50)
Provisão para perdas	(17)	(17)			
Imobilizado de uso	2.466	2.491			
Imóveis de uso	1.867	1.867			
Outros imobilizações de uso	2.338	2.236			
Depreciação acumulada	(1.751)	(1.742)			
Diferido	289	126			
Costos de organização e expansão	644	643			
Amortização acumulada	(355)	(517)			
Total	714.874	535.085	Total	714.874	535.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Segundo semestre	Exercício	
	2006	2006	2005
Receitas da intermediação financeira	121.838	232.345	160.240
Operações de crédito	108.912	215.501	148.540
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12.926	16.844	11.700
Despesas da intermediação financeira	(48.192)	(93.102)	(65.904)
Operações de captação no mercado	(30.193)	(61.933)	(51.606)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(4.535)	(8.834)	(2.779)
Provisão para perdas com créditos	(13.464)	(22.335)	(11.519)
Resultado bruto da intermediação financeira	73.646	139.243	94.336
Outras receitas (despesas) operacionais	(48.310)	(80.742)	(49.869)
Receitas de prestação de serviços	4.767	10.919	12.470
Despesas de pessoal	(4.688)	(8.023)	(5.988)
Outras despesas administrativas	(43.503)	(79.785)	(59.648)
Despesas tributárias	(5.742)	(11.140)	(8.230)
Resultado de participação em controladas	2.592	4.792	8.175
Outras receitas operacionais	2.091	6.904	4.163
Outras despesas operacionais	(3.827)	(4.409)	(811)
Resultado operacional	25.336	58.501	44.467
Resultado não operacional	(446)	(393)	45.288
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	24.890	58.108	89.755
Imposto de renda e contribuição social	(4.847)	(15.234)	(9.868)
Imposto de renda - corrente	(3.827)	(12.028)	(7.491)
Contribuição social - corrente	(1.521)	(4.534)	(2.773)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	501	1.328	396
Participações no lucro	(240)	(406)	(367)
Lucro líquido do semestre/exercício	19.803	42.468	79.520
Quantidade de ações	100.000.000	100.000.000	50.000.000
Lucro líquido por ação - em reais	0,20	0,42	1,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

	Reserva de capital								Total
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Atualização de títulos patrimoniais	Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados		
				Legal	Estatutárias				
Saldo em 1 de julho de 2006	100.000	-	123	8.742	730	(6)	13.232	122.821	
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	19.895	19.895	
Destinações propostas pela diretoria:	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	990	-	-	(590)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(8.200)	(8.200)	
Reserva estatutária para aumento de capital	-	-	-	-	23.845	-	(23.845)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	<u>100.000</u>	<u>-</u>	<u>123</u>	<u>9.732</u>	<u>24.575</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>134.421</u>	
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>990</u>	<u>23.845</u>	<u>(3)</u>	<u>(13.732)</u>	<u>11.090</u>	
Saldo em 1 de janeiro de 2006	50.000	-	87	7.609	67.730	(50)	-	125.376	
Aumento de capital	-	50.000	-	-	(50.000)	-	-	-	
Homologação do aumento de capital	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	-	
Anulação de títulos patrimoniais	-	-	36	-	-	-	-	36	
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	41	-	41	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	42.468	42.468	
Destinações propostas pela diretoria:	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	2.123	-	-	(2.123)	-	
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(17.000)	-	(8.300)	(25.300)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(8.200)	(8.200)	
Reserva estatutária para aumento de capital	-	-	-	-	23.845	-	(23.845)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	<u>100.000</u>	<u>-</u>	<u>123</u>	<u>9.732</u>	<u>24.575</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>134.421</u>	
Mutações do exercício	<u>50.000</u>	<u>-</u>	<u>36</u>	<u>2.123</u>	<u>(43.155)</u>	<u>41</u>	<u>-</u>	<u>9.044</u>	
Saldo em 1 de janeiro de 2005	30.000	1.800	68	3.633	39.036	61	-	74.598	
Aumento de capital	-	18.200	-	-	(18.200)	-	-	-	
Homologação do aumento de capital	20.000	(20.000)	-	-	-	-	-	-	
Anulação de títulos patrimoniais	-	-	19	-	-	-	-	19	
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(111)	-	(111)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	79.530	79.530	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	3.976	-	-	(3.976)	-	
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(21.500)	(21.500)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.150)	(7.150)	
Reserva estatutária para pagamento de dividendos	-	-	-	-	17.698	-	(17.698)	-	
Reserva estatutária para aumento de capital	-	-	-	-	25.796	-	(25.796)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2005	<u>50.000</u>	<u>-</u>	<u>87</u>	<u>7.609</u>	<u>67.730</u>	<u>(50)</u>	<u>-</u>	<u>125.376</u>	
Mutações do exercício	<u>20.000</u>	<u>(1.800)</u>	<u>19</u>	<u>3.976</u>	<u>28.694</u>	<u>(111)</u>	<u>-</u>	<u>50.774</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre	Exercício	
	2006	2006	2005
Origens dos recursos	136.512	235.075	187.136
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	17.829	38.402	26.228
Lucro líquido do semestre/exercício	19.803	42.468	79.520
Depreciações e amortizações	118	226	166
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	(2.592)	(4.792)	(8.175)
Resultado de equivalência patrimonial - não operacional	-	-	(2.257)
Ganho de capital	-	-	(43.026)
Amortização de ágio	500	500	-
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	41	-
Recursos de terceiros originários de	118.683	195.632	160.908
Aumento dos subgrupos do passivo	115.003	170.694	131.414
Depósitos	50.599	93.199	76.372
Obrigações por operações comprometidas	1.069	2.949	19.402
Recursos de sociedades e emissão de títulos	47.080	49.787	20.602
Relações interfinanceiras	-	-	2
Instrumentos financeiros derivativos	1.795	3.343	2.848
Outras obrigações	13.859	21.416	12.188
Diminuição dos subgrupos do ativo	280	36	2.219
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	2.217
Relações interfinanceiras	280	-	2
Outros valores e bens	-	36	-
Alienação de bens e investimentos	3.400	25.902	27.275
Participações societárias - redução de capital	-	16.000	16.000
Imobilizado de uso	-	2	-
Dividendos recebidos de controladas	3.400	9.900	11.275
Aplicação dos recursos	137.472	236.553	186.596
Dividendos pagos	-	25.300	21.500
Juros sobre o capital próprio pagos	8.200	8.200	7.150
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	3	-	111
Inversões em	7.620	8.551	2.083
Participações societárias	7.504	8.314	-
Imobilizado de uso	116	237	2.083
Aplicações no diferido	194	205	39
Aumento dos subgrupos do ativo	(20.458)	194.297	155.713
Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.371	22.648	-
Títulos e valores mobiliários	41.926	49.240	67
Relações interfinanceiras	-	11	-
Operações de crédito	56.984	117.017	154.986
Outros créditos	191	5.381	587
Outros valores e bens	26	-	73
Redução dos subgrupos do passivo	957	-	-
Relações interfinanceiras	957	-	-
Aumento (redução) das disponibilidades	(960)	(1.478)	540
Modificações na posição financeira			
Início do semestre/exercício	1.324	1.842	1.302
Fim do semestre/exercício	364	364	1.842
Aumento (redução) das disponibilidades	(960)	(1.478)	540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre	Exercício	
	2006	2006	2005
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	30.789	59.450	37.240
Lucro líquido do semestre/exercício	19.803	42.468	79.520
Ajustes ao lucro líquido:			
Ajuste de títulos e valores mobiliários ao valor de mercado	(3)	41	(111)
Depreciações e amortizações	118	226	166
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	(2.592)	(4.792)	(8.175)
Resultado de equivalência patrimonial - não operacional	-	-	(2.257)
Ganho de capital	-	-	(43.026)
Amortização de ágio	500	500	-
Provisão para perdas com créditos	13.464	22.335	11.519
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(501)	(1.328)	(396)
Variações dos ativos e obrigações	(118.483)	(190.509)	(149.579)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(21.371)	(22.648)	2.217
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(41.926)	(49.240)	(67)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras (ativos/passivos)	(677)	(11)	4
(Aumento) em operações de crédito	(70.448)	(139.352)	(166.505)
(Aumento) redução em outros créditos	310	(4.053)	(191)
(Aumento) redução em outros valores e bens	(26)	36	(73)
Aumento em instrumentos financeiros derivativos	1.796	3.343	2.848
Aumento em outras obrigações	13.859	21.416	12.188
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(87.694)	(131.059)	(112.339)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos	3.400	9.900	11.275
Redução de capital de controlada	-	16.000	16.000
Alienação de imobilizado de uso	-	2	-
Juros sobre o capital próprio pagos	(8.200)	(8.200)	(7.150)
Dividendos pagos	-	(25.300)	(21.500)
Aquisição de investimentos	(7.504)	(8.314)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(116)	(237)	(2.083)
Aplicação do diferido	(194)	(205)	(39)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(12.614)	(16.354)	(3.497)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento em depósitos	50.599	93.199	76.372
Aumento em captações no mercado aberto	1.069	2.949	19.402
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	47.680	49.787	20.602
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	99.348	145.935	116.376
Aumento (redução) nas disponibilidades	(950)	(1.478)	540
Disponibilidades no início do semestre/exercício	1.324	1.842	1.302
Disponibilidades no final do semestre/exercício	364	364	1.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Paraná Banco S.A. é um banco múltiplo e tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento e administração de cartão de crédito.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas e instruções do Banco Central do Brasil ("BACEN").

3 Resumos das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com créditos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado.

d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “disponíveis para venda” foram avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários.

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização foi contabilizada no resultado do exercício.

e. Operações de crédito, depósitos a prazo, interfinanceiros e outras operações ativas e passivas

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

f. Provisão para perdas com créditos

A provisão para perdas com créditos foi constituída em montante compatível com a avaliação geral de risco de crédito, conforme análise da Administração e normas emanadas do Banco Central do Brasil, que estabelece a criação de faixas de riscos (“ratings”) e percentuais mínimos de provisionamento para cada faixa.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

g. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo, deduzidos de provisão para perdas.

h. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados na rubrica "Outros créditos - Diversos" e refletidos no resultado do exercício ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

j. Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base nas cotações vigentes na data do balanço.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1. Demonstrações dos fluxos de caixa

O Banco está apresentando como informações suplementares, as demonstrações dos fluxos de caixa preparadas de acordo com a NPC 20 – Demonstração dos fluxos de caixa, emitida pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria disponíveis para venda e encontram-se apresentados como segue:

31 de dezembro de 2006					
Papel	Sem vencimento	Até 6 meses	Valor de mercado	Valor de custo	Ajuste no patrimônio líquido
LFT (*)	-	44.397	44.397	44.411	(14)
FIDC	<u>38.993</u>	<u>-</u>	<u>38.993</u>	<u>38.993</u>	<u>-</u>
Total	<u>38.993</u>	<u>44.397</u>	<u>83.390</u>	<u>83.404</u>	(14)
Efeitos tributários					<u>5</u>
Ajuste líquido no patrimônio líquido					(9)

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

a. Títulos e valores mobiliários (continuação)

31 de dezembro de 2005					
Papel	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Valor de mercado	Valor de custo	Ajuste no patrimônio líquido
LFT (*)	20.040	-	20.040	20.033	7
NBC-E (*)	-	14.040	14.040	14.123	(83)
Total	<u>20.040</u>	<u>14.040</u>	<u>34.080</u>	<u>34.156</u>	(76)
Efeitos tributários					<u>26</u>
Ajuste líquido no patrimônio líquido					<u>(50)</u>

(*) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swaps" como demonstrado a seguir:

2006						
	Conta de compensação	Conta patrimonial - Valor a receber (a pagar)				
	Valor de referência	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Valor de mercado	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado
Posição ativa						
Moeda estrangeira	78.035	-	-	-	-	-
Posição passiva						
CDI	84.226	(5.000)	(1.191)	(6.191)	(5.777)	(414)
2005						
	Conta de compensação	Conta patrimonial - Valor a receber (a pagar)				
	Valor de referência	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Valor de mercado	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado
Posição ativa						
Moeda estrangeira	14.059	-	70	70	(47)	117
Posição passiva						
CDI	17.218	(2.848)	-	(2.848)	(2.611)	(237)

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As operações de "swap" foram contratadas com o objetivo de "hedge" parcial contra os riscos da variação cambial das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior por meio da emissão de "fixed rate notes".

5 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento, tipo de cliente e atividade econômica

2006							
	Carteira vencida a partir de 15 dias	Carteira a vencer				Total	2005
		até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Indústria	-	1.150	-	-	-	1.150	733
Comércio	-	-	-	-	-	-	81
Serviços	153	672	8.122	28	-	8.975	5.252
Pessoa física	<u>67.107</u>	<u>61.845</u>	<u>157.296</u>	<u>205.796</u>	<u>20.941</u>	<u>512.985</u>	<u>390.158</u>
Total - 2006	<u>67.260</u>	<u>63.667</u>	<u>165.418</u>	<u>205.824</u>	<u>20.941</u>	<u>523.110</u>	<u>396.224</u>
Total - 2005	<u>49.054</u>	<u>60.422</u>	<u>128.415</u>	<u>152.834</u>	<u>5.499</u>	<u>396.224</u>	

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Composição da carteira de crédito por nível de risco

2006										2005	
Nível	Situação	Atraso em dias	% de provisão	Pessoa jurídica indústria	Pessoa jurídica serviços	Pessoa jurídica comércio	Pessoa física	Total geral	Valor da provisão	Total geral	Valor da provisão
AA	Normal		0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
A	Normal		0,50%	-	214	-	427.336	427.350	2.138	325.428	1.627
B	Normal		1,00%	1.101	8.083	-	7.003	16.187	162	7.891	79
	Vencido	De 15 a 30	1,00%	-	21	-	21.586	21.607	216	20.481	205
C	Normal		3,00%	49	429	-	8.470	8.948	268	12.233	367
	Vencido	De 31 a 60	3,00%	-	-	-	14.230	14.230	427	11.327	340
D	Normal		10,00%	-	96	-	784	880	88	365	36
	Vencido	De 61 a 90	10,00%	-	-	-	6.585	6.585	658	3.587	359
E	Normal		30,00%	-	-	-	575	575	172	329	99
	Vencido	De 91 a 120	30,00%	-	-	-	5.642	5.642	1.692	3.069	920
F	Normal		50,00%	-	-	-	258	258	129	98	49
	Vencido	De 121 a 150	50,00%	-	-	-	3.505	3.505	1.752	1.835	917
G	Normal		70,00%	-	-	-	167	167	117	179	126
	Vencido	De 151 a 180	70,00%	-	-	-	2.571	2.571	1.800	1.237	866
H	Normal		100,00%	-	-	-	1.285	1.285	1.285	647	647
	Vencido	Acima de 180	100,00%	-	132	-	12.988	13.120	13.120	7.518	7.518
Total geral				1.150	8.925	-	512.985	523.110	24.024	386.224	14.156

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	2006	2005
Saldo inicial	14.155	10.760
Constituição	22.335	11.519
Baixas	(12.466)	(8.124)
Saldo final	<u>24.024</u>	<u>14.155</u>
Recuperação de créditos baixados	<u>2.506</u>	<u>1.554</u>

d. Concentração de créditos e risco de crédito

	2006	2005
Dez maiores devedores	10.526	6.692
Percentual do total da carteira de operações de crédito	2,01%	1,69%
Cinquenta maiores devedores seguintes	4.546	3.986
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,87%	1,01%

e. Créditos renegociados

Não haviam créditos renegociados em 31 de dezembro de 2006 e 2005.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

f. Cessão de créditos

O Banco cedeu à outras instituições financeiras e ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I, por meio de contrato de cessão de crédito, valores a receber decorrentes de financiamentos concedidos sob a modalidade de crédito pessoal consignado, conforme demonstrado a seguir.

	2006			2005		
	Valor cedido no exercício	Resultado na cessão	Saldo em aberto	Valor cedido no exercício	Resultado na cessão	Saldo em aberto
Cessões com coobrigação	184.250	32.571	123.520	73.090	7.247	46.116
Cessões sem coobrigação	152.428	16.882	-	131.500	20.113	-

6 Outros créditos - diversos

Circulante	2006	2005
Imposto de renda e contribuição social diferidos	834	589
Faturados a vencer - Mastercard	488	573
Créditos de convênios	4.173	-
Outros créditos	<u>1.261</u>	<u>544</u>
Total	<u>6.756</u>	<u>1.706</u>
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.315	2.253
Depósitos judiciais	1.954	2.542
INSS a compensar	<u>-</u>	<u>143</u>
Total	<u>5.269</u>	<u>4.938</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

7 Outras obrigações - diversas

	2006	2005
Circulante		
Provisão para cheques administrativos	521	285
Provisão para pagamentos a efetuar - despesas de pessoal	480	394
Provisão para pagamentos a efetuar - outras despesas administrativas	1.639	1.241
Recebimento de operações de crédito a regularizar	18.431	10.169
Valores a pagar - cartão de crédito	641	684
Credores diversos - País	15.715	3.214
Outros	<u>19</u>	<u>288</u>
Total	<u>37.446</u>	<u>16.275</u>
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências trabalhistas	1.817	2.294
Provisão para contingências cíveis	<u>1.269</u>	<u>514</u>
Total	<u>3.086</u>	<u>2.808</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

8 Participação em controladas no País

Os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial são os a seguir apresentados:

	J. Malucelli DTVM Ltda. (a)	Tresor Holdings S.A. (b)	Paraná Administradora de Consórcio Ltda.	J. Malucelli Vida e Providência S.A. (c)	J. Malucelli Consultoria Empresarial S.A.	Total
Em 31 de dezembro de 2006						
Informações sobre as controladas						
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	23.000	39	9.212	7.400	10	
Patrimônio líquido	2.956	35.737	224	7.400	14	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	624	4.251	(86)	-	6	
Informações sobre os investimentos nas controladas						
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	22.998	39	9.212	7.399	10	
Percentual de participação	99,99%	100,00%	99,99%	99,99%	99,99%	
Valor da movimentação das contas						
Saldo inicial	4.228	55.386	-	-	-	59.614
Aquisição de investimentos	-	-	910	7.399	5	8.314
Redução de capital	-	(16.000)	-	-	-	(16.000)
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	727	4.251	(186)	-	-	4.792
Amortização de ágio	-	-	(500)	-	-	(500)
Dividendos	(2.000)	(7.900)	-	-	-	(9.900)
Saldo das participações	<u>2.955</u>	<u>35.737</u>	<u>224</u>	<u>7.399</u>	<u>5</u>	<u>46.320</u>
Em 31 de dezembro de 2005						
Informações sobre as controladas						
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	23.000	55	-	-	-	
Patrimônio líquido	4.229	55.386	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	384	14.518	-	-	-	
Informações sobre os investimentos nas controladas						
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	22.998	55	-	-	-	
Percentual de participação	99,99%	100,00%	-	-	-	
Valor da movimentação das contas						
Saldo inicial	3.826	29.605	-	-	-	33.431
Redução de capital	-	(16.000)	-	-	-	(16.000)
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	402	7.773	-	-	-	8.175
Resultado de equivalência patrimonial - não operacional	-	2.257	-	-	-	2.257
Ganho de capital	-	43.026	-	-	-	43.026
Dividendos	-	(11.275)	-	-	-	(11.275)
Saldo das participações	<u>4.228</u>	<u>55.386</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.614</u>

(a) Nova denominação social da antiga J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.

(b) O cálculo da equivalência patrimonial da coligada indireta J. Malucelli Seguradora S.A., cujo investimento é feito por intermédio da Tresor Holdings S.A., foi efetuado com base nas demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2006 e 2005, respectivamente. Em 2005, inclui ganho de capital no montante de R\$ 43.026, registrado em Resultado não operacional, decorrente da redução na participação do Banco na J. Malucelli Seguradora S.A. de 99,99% (participação direta) para 15% (participação indireta).

(c) Empresa constituída em 17 de outubro de 2006, encontra-se em fase de autorização prévia, dependendo da aprovação final para funcionamento pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

9 Recursos de aceites e emissão de títulos

Refere-se a obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior captados por intermédio da emissão de "fixed rate notes", no montante de US\$ 46.500.000 (US\$ 22.000.000 em 2005), sobre os quais incidem juros de 7,6543% a 8,000% ao ano (7% a 8% ao ano em 2005), cujo vencimento ocorrerá até 27 de novembro de 2008.

10 Provisões, passivos, contingências ativas e passivas

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2006	2005
Cíveis	1.269	514
Trabalhistas	1.817	2.294
Tributárias	<u>1.546</u>	<u>33</u>
	<u>4.632</u>	<u>2.841</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Movimentação das provisões

	2006				
	Saldos em 1 de janeiro	Adição a provisão	Reversão	Pagamento	Saldos em 31 de dezembro
Cíveis	514	1.284	(24)	(505)	1.269
Trabalhistas	2.294	455	(932)	-	1.817
Tributárias	33	1.546	-	(33)	1.546
	<u>2.841</u>	<u>3.285</u>	<u>(956)</u>	<u>(538)</u>	<u>4.632</u>

c. Contingências ativas e passivas

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, relativos a processos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 348 e R\$ 6.147 respectivamente, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

O Banco possui outras contingências passivas envolvendo questões tributárias no montante estimado de R\$ 2.119 avaliadas como risco possível ou remoto, para os quais nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras. As principais demandas são as seguintes:

- Contribuição social: ação que visa a contestação do auto de infração lavrado para cobrança da contribuição social sobre a diferença de correção monetária IPC 90, cujo risco estimado pela Administração é de R\$ 935.
- INSS sobre autônomos: ação judicial para desconstituir o auto de infração referente a exigência de contribuições previdenciárias decorrentes da descaracterização de autônomos. A Administração do Banco estima o risco envolvido no montante de R\$ 1.156.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, não foram registradas contingências ativas.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício

	2006	2005
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social (após participações no lucro)	<u>57.702</u>	<u>89.388</u>
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(19.619)	(30.392)
Exclusões (adições) permanentes	<u>4.385</u>	<u>20.524</u>
Participações em controladas	1.629	2.780
Ganho de capital	-	15.396
Juros sobre o capital próprio	2.788	2.431
Outras	<u>(32)</u>	<u>(83)</u>
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	<u>(15.234)</u>	<u>(9.868)</u>

b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social

	2006	2005
Impostos diferidos - Constituição no exercício, sobre adições temporárias	1.328	396
Impostos correntes - Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(16.562)</u>	<u>(10.264)</u>
Total	<u>(15.234)</u>	<u>(9.868)</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. *Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos*

	2006			
Descrição	Saldos em 1 de janeiro	Constituição	Realização	Saldos em 31 de dezembro
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</i>				
Sobre a provisão para perdas com créditos	2.036	1.508	(274)	3.270
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	780	373	(279)	874
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>5</u>
	<u>2.842</u>	<u>1.881</u>	<u>(574)</u>	<u>4.149</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (continuação)

	2005			
Descrição	Saldos em 1 de janeiro	Constituição	Realização	Saldos em 31 de dezembro
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</i>				
Sobre a provisão para perdas com créditos	1.682	611	(257)	2.036
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	738	42	-	780
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>26</u>
	<u>2.420</u>	<u>679</u>	<u>(257)</u>	<u>2.842</u>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo</i>				
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	<u>(31)</u>	<u>-</u>	<u>31</u>	<u>-</u>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - líquidos</i>	<u>2.389</u>	<u>679</u>	<u>(226)</u>	<u>2.842</u>

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social

	2006			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	2005
2006	-	-	-	589
2007	613	221	834	563
2008	609	219	828	563
2009	609	219	828	563
2010	610	219	829	564
2011	610	220	830	-
Total	3.051	1.098	4.149	2.842

O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 2.441 (R\$ 1.659 em 2005).

e. Créditos tributários não registrados

O Banco não possui créditos tributários não registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005.

12 Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 100.000.000 (50.000.000 em 2005) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma, pertencentes a acionistas domiciliados no País.

Conforme disposições estatutárias, o Diretor Presidente efetua a proposta de destinação do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da reserva para pagamento de dividendos, cuja proposta é levada à aprovação pela Assembleia Geral. Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece as diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de Lucros acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras consoante o artigo 3º da circular 2739 de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil. Os referidos juros reduziram os encargos tributários registrados no resultado em R\$ 2.788 (R\$ 2.431 em 2005).

13 Transações com partes relacionadas

Descrição	2006		
	Obrigações	Receitas	Despesas
Depósitos à vista	336	-	-
Depósitos à prazo	108.938	-	14.243
Depósitos interfinanceiros	-	-	247
Ressarcimento de receitas/despesas	-	27	1.489
Aluguel	-	106	-
Descrição	2005		
	Obrigações	Receitas	Despesas
Depósitos à vista	89	-	-
Depósitos à prazo	99.458	-	11.585
Depósitos interfinanceiros	3.039	-	217
Ressarcimento de receitas/despesas	-	103	1.152
Aluguel	-	165	-

Os depósitos a prazo e demais transações com partes relacionadas são efetuadas em condições de prazo e taxas de mercado.

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

14 Outras receitas e despesas operacionais

	2006	2005
Outras receitas		
Recuperação de despesas	210	187
Atualização de depósitos judiciais	18	5
Variação cambial	5.277	3.829
Reversão de provisão cível e trabalhista	956	-
Outras	<u>443</u>	<u>142</u>
Total	<u>6.904</u>	<u>4.163</u>
Outras despesas		
Atualização de provisão	(75)	(21)
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(3.285)	(248)
Incentivo cultural	(217)	(135)
Outros	<u>(832)</u>	<u>(407)</u>
Total	<u>(4.409)</u>	<u>(811)</u>

15 Outras informações

- a. O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, calculado de forma consolidada com a J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que constituem o Conglomerado Financeiro nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e normas posteriores.
- b. O Banco possui contrato de leasing de equipamentos de informática e processamento de dados com prazo remanescente de 23 meses. As despesas com leasing no exercício totalizaram R\$ 395 (R\$313 em 2005).
- c. Os avais e fianças concedidos pelo Banco totalizavam R\$ 314 (R\$ 317 em 2005).

Paraná Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- d. O Banco é patrocinador de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. O Banco é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições, no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, totalizaram R\$ 244 (R\$ 112 em 2005). As contribuições relativas a acumulação das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.
- e. A controlada J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. administra fundos de investimentos, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2006 totalizam R\$ 337.400 (R\$162.957 em 2005).
- f. Em 2006, o Banco cedeu direitos creditórios para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I ("FIDC"), no montante de R\$ 152.428, apurando um ganho na cessão de R\$ 16.882, o qual foi registrado em rendas de operações de crédito. O Banco é detentor de 100% das cotas subordinadas do referido FIDC, as quais em 31 de dezembro de 2006, possuem saldo contábil de R\$ 38.993.


Anexo E - Estatuto Social do Paraná Banco

ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos 11 (onze) dias do mês de abril de 2007, às 10:00 horas, na sede social da companhia, sito à Rua Visconde de Nacar, n.º 1441, Curitiba-PR, reuniram-se os acionistas desta sociedade representando 100% (cem por cento) do capital social, todo ele com direito a voto, conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas. De conformidade com o Estatuto Social, foram eleitos para compor a Mesa, como Presidente o Sr. Joel Malucelli e como Secretário o Sr. Hilário Mário Walesko. Com a palavra o Presidente declarou aberta a Assembleia Geral, comunicando aos presentes que fora dispensada a publicação dos editais de convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6.404 de 15/12/1976 e que os mesmos deveriam deliberar sobre a seguinte **ORDÉM DO DIA**: a) alteração do Estatuto Social da Companhia para, entre outras alterações, adequar a redação do Estatuto Social às exigências apresentadas pela Comissão de Valores Mobiliários através do Ofício/CVM/SER/SEP/Nº 048/2007 e às exigências apresentadas pelo Banco Central do Brasil através de comunicação Deor/DGTCUR-2007/Pt0701367019; b) Consolidação do estatuto social, e c) eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

DELIBERAÇÕES UNÂNIMES: Colocados em discussão os assuntos da Ordem do Dia, os Acionistas, por unanimidade de votos, aprovaram: a) tendo em vista as exigências apresentadas pela Comissão de Valores Mobiliários através do Ofício/CVM/SER/SEP/Nº 048/2007, foram aprovadas alterações ao artigo 39 e artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, que passam a vigorar com a redação indicada no Estatuto Social consolidado. Anexo I à presente Ata. Tendo em vista as exigências apresentadas pelo Banco Central do Brasil através de comunicação Deor/DGTCUR-2007/Pt0701367019, foram aprovadas alterações ao artigo 15, artigo 16, artigo 29, artigo 30 e artigo 41 do Estatuto Social da Companhia, que passam a vigorar com a redação indicada no Estatuto Social consolidado, Anexo I à presente Ata; b) em função das alterações aprovadas nos termos da deliberação tomada no item (a) acima, decidem os acionistas consolidar o estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação constante do Anexo I à presente Ata; e c) eleição do conselheiro Joel Malucelli, brasileiro, casado, banqueiro, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 439.047-4/PR, inscrito no C.P.F./M.F. sob o n.º 003.054.569-20, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Visconde de Nacar, n.º 1441, 5º andar, como Presidente do Conselho de Administração, e do conselheiro Jorge Nacli Neto, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 725.032/0 SSP-PR, inscrito no C.P.F./M.F. sob o n.º 185.421.909-0/4, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Visconde de Nacar, n.º 1441, 5º andar, como Vice-Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 12, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social da Companhia. Devidamente atendidas e aprovadas as matérias que compunham a ordem do dia, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, a presente ata foi lida e achada conforme, aprovada pelos acionistas, que a assinam em 03 (três) vias de igual teor e forma. Curitiba, 11 de abril de 2007. Estiveram presentes os acionistas J. Malucelli Holding S/A, representada pelo seu Diretor Sr. Joel Malucelli, Waldemar Malucelli, Celso Jacomel, Ernesto Searante Sobrinho, Juarez José Malucelli, Márcia Mello Malucelli, Mariana Mello Malucelli, Ricardo Mello Malucelli, Marco Mello Malucelli, André Luiz Malucelli, R&S Malucelli Administração e Participação Ltda., representada pelo seu diretor Sr. Rosaldo Malucelli, Jorge Nacli Neto, Joel Malucelli, Alexandre Malucelli, Hilário Mário Walesko e Omar Casarigo Filho.

A presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio da companhia.


Joel Malucelli
Presidente
Hilário Mário Walesko
Secretário



**ESTATUTO SOCIAL
ANEXO I**

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º - PARANÁ BANCO S/A é uma companhia que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares em vigor.

ARTIGO 2º - A companhia tem sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, manter e fechar escritórios, dependências, agências ou filiais, em qualquer parte do território nacional ou exterior, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

ARTIGO 3º - A companhia tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial e de crédito, financiamento e investimento), a administração de cartões de crédito nacional e internacional, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, e a participação, como acionista, sócia ou quotista, em outras sociedades ou empreendimentos.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$132.000.000,00 (cento e trinta e dois milhões de reais), divididos em 132.000.000 (cento e trinta e dois milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Todas as ações da companhia serão nominativas ou escriturais e, caso sejam escriturais, serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto à Instituição financeira autorizada, sem emissão de certificados. A Instituição financeira depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, bem como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela companhia.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A companhia poderá adquirir as próprias ações mediante autorização do Conselho de Administração, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação.

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.283.334/0001-99
R. Visconde de Nazaré, nº 1441 - CEP: 80.410-204 Curitiba - PR. Tel./Fax: (0**41) 3351-0899



**ESTATUTO SOCIAL
ANEXO I**

ARTIGO 6º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da companhia.

ARTIGO 7º - A companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias e/ou preferenciais, independentemente de reforma do Estatuto Social, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo de ações sem direito de voto previsto em lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O aumento do capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, que deverá estabelecer as condições da emissão de ações, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração está autorizado a deliberar a emissão de bônus de subscrição pela companhia.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública; ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei e dentro do limite do capital autorizado mencionado no *caput* deste artigo.

PARÁGRAFO QUARTO: Dentro do limite do capital autorizado indicado no *caput* deste artigo e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a companhia poderá outorgar a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços à companhia ou à sociedade sob seu controle, a opção de compra de ações da Companhia ou de sociedades sob seu controle.

ARTIGO 8º - As ações preferenciais não terão direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens:

- (a) direito de participar dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias;
- (b) prioridade no reembolso do capital social; e
- (c) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle da companhia, cancelamento do registro de companhia aberta ou descontinuidade do segmento de listagem Nível I da Bovespa (exceto se para outro segmento de listagem da BOVESPA), nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social, ao mesmo preço por ação ordinária do bloco de controle.



ESTATUTO SOCIAL ANEXO I

PARÁGRAFO ÚNICO: Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações ordinárias em preferenciais, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite previsto em lei. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

SEÇÃO I

DAS NORMAS COMUNS À ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 9º - A companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

ARTIGO 10 - A investidura dos administradores em seus cargos far-se-á por termo lavrado e assinado em livro próprio, sujeita a homologação pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e condicionada à prévia subscrição, pelos administradores, do Termo de Anuência dos Administradores a que refere o Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 ("Regulamento do Nível 1") do segmento de listagem da Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA") de Nível 1 de Governança Corporativa ("Nível 1"), após a adesão da companhia ao Nível 1. Os administradores deverão imediatamente após a posse no cargo, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os administradores poderão ser substituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, e permanecerão nos seus cargos até a posse de seus substitutos.

ARTIGO 11 - A Assembleia Geral Ordinária fixará o montante global máximo da remuneração dos administradores da companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua distribuição aos seus membros e aos Diretores.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.388.334/0001-09
R. Visconde de Nazaré, nº. 1441 - Cidp 80.410-204 Curitiba - PR - Tel./Fax: (0xx41) 331-9859

**ESTATUTO SOCIAL
ANEXO I**

ARTIGO 12 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos acionistas da companhia, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Assembleia Geral determinará o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos em cada exercício, observado o mínimo de 5 (cinco) membros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Assembleia Geral elegerá o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, expressamente declarados como tais na Assembleia Geral que os eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar e número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5.

PARÁGRAFO QUARTO: Para os fins deste artigo, o termo "Conselheiro Independente" significa o Conselheiro que: (a) não tem qualquer vínculo com a companhia, exceto a participação no capital social; (b) não é Acionista Controlador (conforme definido no Artigo 40 deste Estatuto Social), cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador, não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado à companhia ou a entidade relacionada ao Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (c) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela companhia; (d) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da companhia, em magnitude que implique perda de independência; (e) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos da companhia; (f) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da companhia; (g) não recebe outra remuneração da companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.

ARTIGO 13 - Nos casos de impedimento ou ausências temporárias do Presidente do Conselho de Administração, assumirá suas funções o Vice-Presidente ou, na ausência ou impedimento deste, outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos presentes.





ESTATUTO SOCIAL
ANEXO I

ARTIGO 14 - Em caso de vacância de um dos cargos do Conselho de Administração, os membros remanescentes designarão um substituto provisório até a realização da primeira Assembleia Geral que então deliberará sobre o provimento definitivo do cargo. O Conselheiro substituto eleito permanecerá no cargo até o término do mandato do substituído.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso haja vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração tendo em vista o número de membros efetivos do Conselho de Administração definido pela Assembleia Geral que os elegeu, a Assembleia Geral deverá ser convocada imediatamente para eleger os novos membros.

ARTIGO 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á quando for convocado por seu Presidente ou por seu substituto, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e com apresentação de pauta dos assuntos a serem tratados e hora a ser realizada a reunião.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros e serão presididas pelo Presidente e secretariadas por quem ele indicar, sendo as deliberações tomadas pela maioria de votos dos membros do Conselho de Administração presentes, prevalecendo, em caso de empate, o voto de qualidade do Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem a totalidade de seus membros.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As reuniões do Conselho serão realizadas na sede social da Companhia, verificada a convocação e quorum conforme previstos nos parágrafos acima. A respectiva ata deverá ser assinada por todos os membros que participaram da reunião.

PARÁGRAFO QUARTO: Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas em livro próprio, devendo ser publicadas as que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

ARTIGO 16 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, bem como supervisionar o seu desempenho;
- (b) eleger e destituir os Diretores, fixando-lhes as atribuições e fiscalizando a gestão de cada um;

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.388.334/0001-89
R. Visconde do Rio Branco, nº. 1441 - CEP. 80.610-201 Curitiba - PR - Tel/Fax: (41) 3351-9596



ESTATUTO SOCIAL
ANEXO I

- (c) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- (d) manifestar-se sobre o relatório da administração e contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- (e) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre seus membros e a Diretoria;
- (f) deliberar sobre a emissão, preço e condições de integralização de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado;
- (g) submeter à Assembleia Geral proposta de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social;
- (h) aprovar a declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre capital próprio;
- (i) propor para deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- (j) autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas vigentes;
- (l) deliberar sobre aquisição e alienação direta ou indireta de participações societárias em outras sociedades;
- (m) aprovar atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações e extinção de sociedades das quais a companhia possua participação societária;
- (n) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros sempre que tais operações, individual ou conjuntamente consideradas, representem valores superiores a 5% (cinco por cento) da receita de intermediação financeira da companhia, apurado no último balanço patrimonial aprovado;
- (o) autorizar todos os atos, documentos e contratos que estabeleçam obrigações, responsabilidade ou o desembolso de recursos da companhia, que ultrapassem valor correspondente a 15% (quinze por cento) da receita de intermediação financeira da companhia, apurado no último balanço patrimonial aprovado, excluindo pagamento de tributos no curso normal dos negócios;

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.388.234/0001-99
R. Visconde de Niterói, nº 1441 - CEP: 80.410-201 Curitiba - PR. Tel./Fax: (0xx41) 3351-9899



ESTATUTO SOCIAL ANEXO I

- (p) aprovar o Regimento Interno;
- (q) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais;
- (r) Escolher e destituir os auditores independentes; e
- (s) apresentar à Assembléia Geral lista tripla de instituições especializadas em avaliação econômica da companhia, para fins de apuração do Valor Econômico conforme disposto nos Artigos 46 e 47 deste Estatuto Social.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA

ARTIGO 17 - A companhia será administrada por uma Diretoria composta de 2 (dois) a 7 (sete) membros, adonistas ou não, residentes no País, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor Administrativo, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Recursos Humanos e 1 (um) Diretor de Recursos de Terceiros, permitida a cumulação de funções por um mesmo Diretor.

ARTIGO 18 - Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

ARTIGO 19 - No caso de impedimento ou ausência temporária dos Diretores, o Diretor Presidente deverá escolher dentre os Diretores eleitos, o substituto de tal Diretor impedido ou ausente, que cumulará seu cargo com aquele do substituído.

ARTIGO 20 - Em caso de vacância permanente de um ou mais Diretores, será convocada reunião do Conselho de Administração, na qual será eleito o(s) Diretor(es) substituto(s).

PARÁGRAFO ÚNICO: O Diretor substituto, eleito em reunião do Conselho de Administração, completará o prazo de gestão do substituído, observado o disposto no Artigo 10.

ARTIGO 21 - Compete a Diretoria, além das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

- (a) Fixar a orientação geral da política estratégica, administrativa, organizacional e operacional da companhia;
- (b) Fixar os critérios básicos de administração de pessoal;

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.388.334/0001-99
R. Visconde de Niterói, nº. 1151 - CEP: 80.610-201 Curitiba - PR Tel./Fax: (0**41) 3251-9899

**ESTATUTO SOCIAL
ANEXO I**

- (c) Fazer elaborar dentro de 03 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, o relatório da administração sobre os negócios e os principais gastos administrativos e da Diretoria, do exercício findo, juntamente com o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, acompanhadas das manifestações correlatas;
- (d) Autorizar a nomeação e demissão dos responsáveis pelos departamentos administrativos da companhia, determinando suas atribuições e designações próprias, observadas as limitações constantes da Lei e deste Estatuto;
- (e) Autorizar transações, impugnações, confissões e renúncia de direitos;
- (f) Distribuir entre seus membros, para desempenho individual, atribuições não previstas neste Estatuto;
- (g) Deliberar sobre os aceites da companhia;
- (h) Decidir sobre planos de operações, captação e aplicação de recursos próprios ou de terceiro, fixando normas e limites cadastrais ou orçamentários a serem observados;
- (i) Estabelecer normas e critérios para a nomeação ou contratação de representantes, agentes, assessores, consultores e prepostos, assim como a constituição de procuradores, exceto no que se refere à contratação de auditores independentes;
- (j) Resolver os casos omissos observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- (l) Aquisição e alienação de bens móveis e/ou imóveis a qualquer título, observado o disposto no artigo 16, itens "n" e "o".

ARTIGO 22 - A Diretoria se reunirá por convocação de qualquer de seus membros e decidirá pelo voto da maioria dos presentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Além do voto pessoal, o Diretor Presidente terá o voto de qualidade para formação das deliberações da Diretoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As deliberações da Diretoria serão reduzidas a termo em Atas lavradas e assinadas em livro próprio.

ARTIGO 23 - Ao Diretor Presidente, privativamente, compete:

- (a) Representar a companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- (b) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.368.334/0001-99
R. Visconde do Rio Negro, n.º 3441 - CEP: 80.110-301 Curitiba - PR - Tel./Fax: (0xx41) 3551-9599





ESTATUTO SOCIAL
ANEXO I

(a) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as atividades de recursos humanos em geral.

ARTIGO 29 - Ao Diretor de Recursos de Terceiros, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, compete:

(a) Administrar, supervisionar, controlar e efetuar a gestão de recursos de terceiros.

ARTIGO 30 - Na emissão, aceite e endosso de títulos de crédito, assim como, na celebração de acordos, compromissos, ou contratos que direta ou indiretamente constituam obrigações à companhia, e quaisquer operações da companhia, a companhia deverá ser representada:

(a) Por 2 (dois) Diretores em conjunto;

(b) Por 1 (um) Diretor, juntamente com 1 (um) procurador com poderes especiais;

PARÁGRAFO ÚNICO: Compete ao Diretor Presidente, sempre em conjunto com qualquer dos demais Diretores, a nomeação e a destituição de procuradores, mediante instrumento de mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicia*.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 31 - A companhia terá um Conselho Fiscal composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará remuneração, sendo permitida a reeleição.

ARTIGO 32 - O Conselho Fiscal da companhia não funcionará de forma permanente e somente será instalado pela Assembleia Geral nos exercícios em que houver solicitação feita por acionistas com os requisitos previstos em lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A posse dos membros do Conselho Fiscal nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os membros do Conselho Fiscal têm suas atribuições conferidas pela lei. Nos casos de impedimentos, ausências ou vacância, os membros do Conselho Fiscal serão substituídos pelos respectivos suplentes, obedecida a ordem de nomeação.



**ESTATUTO SOCIAL
ANEXO I**

**CAPÍTULO V
DA ASSEMBLÉIA GERAL**

ARTIGO 33 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social. Sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, será convocada Assembléia Geral Extraordinária observadas as disposições legais e as deste Estatuto Social.

ARTIGO 34 - A Assembléia Geral será convocada na forma da lei e os seus trabalhos serão dirigidos por uma mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.

ARTIGO 35 - Para participar da Assembléia Geral o acionista deverá depositar na sede social da companhia, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, além de documento de identidade, (i) comprovante de sua respectiva participação acionária expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma prevista em lei, no caso de representação do acionista.

ARTIGO 36 - As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, observado o disposto no Artigo 48, Parágrafo Primeiro deste Estatuto Social.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Assembléia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta, exceto no caso do Artigo 47, alínea (II) deste Estatuto Social, ou a saída do Nível 1 (exceto se para outro segmento de listagem da BOVESPA), deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

ARTIGO 37 - Compete à Assembléia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- (a) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal quando instalado;
- (b) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (c) reformar o Estatuto Social;
- (d) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da companhia ou incorporação de qualquer sociedade na companhia ou incorporação de ações envolvendo a companhia;
- (e) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

Paraná Banco S.A. - CNPJ: 14.588.334/0001-99
R. Visconde de Nazaré, nº. 1441 - CEP: 80.410-201 Curitiba - PR - Tel/Fax: (011) 3351-9899



ESTATUTO SOCIAL ANEXO I

- (f) aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à companhia ou à sociedades controladas pela companhia;
- (g) deliberar, de acordo com proposta apresentada pelo Conselho de Administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (h) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (i) deliberar a saída do Nível 1, nas hipóteses previstas no Artigo 47 deste Estatuto Social;
- (j) deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM, ressalvado o disposto no artigo 45, alínea (ii) deste Estatuto Social;
- (l) escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 1, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- (m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

ARTIGO 38 - O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão levantados balanços gerais, semestrais, no último dia dos meses junho e dezembro, com observância das regras contábeis estabelecidas pelas autoridades competentes.

ARTIGO 39 - Ao final de cada exercício social serão preparadas as demonstrações financeiras na forma da legislação vigente, as quais indicarão as deduções do resultado do exercício, em atendimento aos artigos 189 e 190 da Lei nº 6.404/76 e ao parágrafo segundo deste artigo, e a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício para aprovação da Assembléia Geral Ordinária, observado o seguinte:

- (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinado ao Fundo de Reserva legal, destinados a assegurar a integridade do capital social, nos limites da lei;

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.388.334/0001-09
R. Visconde de Nazaré, nº 1441 - CEP: 80.410-201 Curitiba - PR - Tel./Fax: (011) 3251-9869.



ESTATUTO SOCIAL ANEXO I

(b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme o Artigo 202 da Lei 6.404/76, inclusive pela diminuição ou acréscimo, conforme o caso, das importâncias destinadas para a reserva legal ou para a formação ou reversão de reserva para contingências, será pago aos acionistas, na proporção de seu número de ações, como dividendo obrigatório; e

(c) o lucro que não for utilizado para constituir a reserva de que trata o parágrafo segundo deste artigo, nem retido nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, será distribuído como dividendo adicional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os administradores farão jus a participação nos lucros, nos termos do Artigo 152, §2º da Lei 6.404/76, conforme proposta do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral juntamente com as demonstrações financeiras, a qual será deduzida do resultado do exercício nos termos do artigo 190 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica criada a Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido, que terá por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da companhia e suas controladas, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta do Conselho de Administração, com até 85% do lucro líquido que remanescer após as destinações de que tratam as alíneas (a) e (b) do caput deste artigo 39, não podendo ultrapassar o valor do capital social da companhia.

ARTIGO 40 - A companhia poderá, ainda, elaborar balanços em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

(a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

(b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e

(c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

ARTIGO 41 - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, observada a legislação aplicável.

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.388.324/0001-99
R. Visconde do Rio Branco, nº 1441 - CEP: 80.410-201 Curitiba - PR Tel/Fax: (011) 3351-6899



**ESTATUTO SOCIAL
ANEXO I**

ARTIGO 42 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da companhia.

CAPÍTULO VII

**DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO,
CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA e
DESCONTINUIDADE DE PRÁTICAS
DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Artigo 43 - Observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis às instituições financeiras, a alienação do Controle (conforme definido no Parágrafo 1º deste Artigo) da companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar Oferta Pública aos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível I e, observando, ainda, o disposto no Artigo 8º, alínea "c" deste Estatuto Social, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do Controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Adquirente" significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior.

"Controle" (bem como seus termos correlatos, "Poder de Controle", "Controlador", "sob Controle comum" ou "Controlada") significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais da companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"Oferta Pública" significa oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo VII.

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.358.334/0001-99
R. Visconde de Nazaré, nº. 1441 - CEP: 89.410-301 Curitiba - PR Tel./Fax: (011) 3381-9599



**ESTATUTO SOCIAL
ANEXO I**

PARÁGRAFO SEGUNDO - O(s) acionista(s) Controlador(es) alienante(s) não poderá(ão) transferir a propriedade de suas ações, enquanto o acionista adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Nível I.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o adquirente do Poder de Controle ou para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) acionista(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Nível I.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscreto o Termo de Anuência referido no Parágrafo Terceiro deste Artigo.

Artigo 44 - A Oferta Pública referida no Artigo anterior também deverá ser efetivada:

- (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da companhia; e
- (ii) em caso de alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da companhia, sendo que, nesse caso, o Controlador alienante ficará obrigado a declarar à Bovespa o valor atribuído à companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 45 - Aquele que já detiver ações da companhia e venha a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o(s) acionista(s) Controlador(es), envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) efetivar a Oferta Pública referida no Artigo 43 deste Estatuto Social;
- (ii) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do Controle da companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista Controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ("IPCA") até o momento do pagamento;
- (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da companhia em circulação caso o



ESTATUTO SOCIAL ANEXO I

percentual de ações em circulação após a alienação do Controle seja inferior ao mínimo exigido pelo Regulamento de Listagem do Nível I, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Artigo 46 - Na Oferta Pública a ser efetivada pelo(s) acionista(s) Controlador(es), ou pela companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 47 deste Estatuto Social.

Artigo 47 - O(s) acionista(s) Controlador(es) da Companhia deverá(o) efetivar Oferta Pública caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da companhia do Nível I, seja (i) para negociação das ações fora do Nível I ou fora de qualquer outro segmento de listagem da Bovespa, ou (ii) em virtude de reorganização societária na qual as ações da companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Nível I ou em qualquer outro segmento de listagem da Bovespa. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 48 deste Estatuto Social, observadas a legislação aplicável e as regras constantes do Regulamento de Listagem do Nível I. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à Bovespa e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da companhia que houver aprovado referida saída ou reorganização, conforme o caso.

Artigo 48 - O laudo de avaliação de que tratam os Artigos 46 e 47 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da companhia, seus Administradores e Controladores, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei n.º 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia de que tratam os Artigos 46 e 47 é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tripartite, devendo a respectiva deliberação, ser tomada por maioria absoluta dos votos das ações em circulação manifestados na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. A assembleia prevista neste Parágrafo Primeiro, se instalada em primeira convocação, deverá contar com acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da Oferta Pública.

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.388.334/0001-99
R. Visconde de Nacsa, n.º 1461 - CEP. 80.110-201 Curitiba - PR Tel./Fax: (041) 3751-9899



ESTATUTO SOCIAL ANEXO I

Artigo 49 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da Oferta Pública prevista neste Capítulo VII, no Regulamento de Listagem do Nível I ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela companhia desde que não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. A companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a Oferta Pública até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

ARTIGO 50 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo ou na regulamentação editada pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pelas normas aplicáveis.

CAPÍTULO VIII DO JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 51 - A companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquela constantes do Regulamento do Nível 1, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1.

CAPÍTULO IX DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 52 - A companhia será liquidada nos casos e forma prevista em lei, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.



ESTATUTO SOCIAL

ANEXO I

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ARTIGO 53 - As disposições contidas no Artigo 5º, Parágrafo Primeiro e Artigo 35 deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da obtenção pela companhia do registro de companhia aberta perante a CVM.

ARTIGO 54 - As disposições contidas nos Capítulos VII e VIII, bem como as regras referentes ao Regulamento do Nível 1 contidas no Artigo 10, Artigo 12, Parágrafos Terceiro e Quarto, Artigo 16, alínea "s", Artigo 36, Parágrafo Único e no Artigo 37, alíneas "i", "j" e "l" deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de adesão e listagem da companhia no Nível 1 da BOVESPA, e a elas estarão sujeitos os acionistas e administradores da companhia.

Anexo F – Declarações da Administradora



Bradesco

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob pena de prática de crime de falsidade ideológica, que o Regulamento do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO II** está em conformidade com a legislação vigente.

Declaramos, também, que assumimos o compromisso de seguir as normas da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003 e adotar as providências necessárias para o atendimento das exigências que venham a ser formuladas pela CVM.

Osasco, 22 de novembro de 2006.

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

José Luiz Acar Pedro

Sergio de Oliveira



Anexo G – Declaração da Instituição Líder

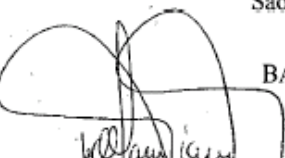
DECLARAÇÃO

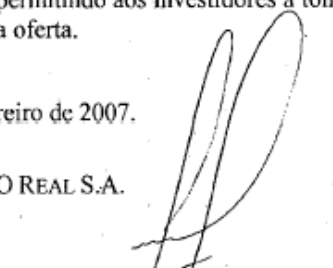
BANCO ABN AMRO REAL S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1374, 3º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.066.408/0001-15, neste ato representado na forma do seu estatuto social, na qualidade de instituição líder, responsável por coordenar e colocar a distribuição pública de 10.000 (dez mil) cotas seniores do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco II", cujo regulamento foi registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 2 de fevereiro de 2007, sob o n.º 208.241 ("Fundo"), todas escriturais, com valor inicial de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada, perfazendo o total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Oferta"), declara e garante, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 56, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:

- (i) as informações prestadas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2007.

BANCO ABN AMRO REAL S.A.


Nome: Ciro Giannini
Cargo: Procurador


Nome: Carlos Eduardo Luganinho
Cargo: Procurador

